

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – PUCPR  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**SADI FRANZON**

**A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO E HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NA  
EDUCAÇÃO - AS GARRAS DA ÁGUIA NA LEGISLAÇÃO DE ENSINO  
BRASILEIRA: DA INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA À REFORMA  
UNIVERSITÁRIA (1890 – 1968)**

**CURITIBA  
2015**

**SADI FRANZON**

**A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO E HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NA  
EDUCAÇÃO - AS GARRAS DA ÁGUIA NA LEGISLAÇÃO DE ENSINO  
BRASILEIRA: DA INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA À REFORMA  
UNIVERSITÁRIA (1890 – 1968)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Escola de Educação e Humanidades, Linha de Pesquisa: História e Políticas da Educação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Peri Mesquida

**CURITIBA  
2015**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central

F837c Franzon, Sadi  
2015 A construção do império e hegemonia norte-americana na educação - as garras da águia na legislação de ensino brasileira : da instauração da República à reforma universitária (1890-1968) / Sadi Franzon ; orientador: Peri Mesquida. – 2015.  
285 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015  
Bibliografia: f. 277-285

1. Educação – Brasil – História – Influências americanas. 2. Imperialismo. 3. Brasil – Civilização – Influências americanas. 4. Estados Unidos - Relações exteriores. 5. Capitalismo. I. Mesquida, Peri. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 20. ed. – 370.981



Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Escola de Educação e Humanidades  
Programa de Pós-Graduação em Educação

**PUCPR**  
GRUPO MARISTA

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE N.º 047  
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE**

**Sadi Franzon**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, reuniu-se no Auditório Sobral Pinto da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof. Dr. Peri Mesquida, Prof. Dr. Marcio de Moraes, Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Hobold, Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti e Prof. Dr. Ricardo Tescarolo, para examinar a Tese do candidato **Sadi Franzon**, ano de ingresso 2011, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa "História e Políticas da Educação". O doutorando apresentou a tese intitulada "A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO E HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NA EDUCAÇÃO - AS GARRAS DA ÁGUIA NA LEGISLAÇÃO DE ENSINO BRASILEIRA: DA INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA À REFORMA UNIVERSITÁRIA (1890 – 1968)", que, após a defesa foi aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 17h. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Observações: A banca sugere a publicação da tese em forma de livro e a apresentação em eventos científicos.

Presidente:  
Prof. Dr. Peri Mesquida [Assinatura]

Convidado Externo:  
Prof. Dr. Marcio de Moraes [Assinatura]

Convidado Externo:  
Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Hobold [Assinatura]

Convidado Interno:  
Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti [Assinatura]

Convidado Interno:  
Prof. Dr. Ricardo Tescarolo [Assinatura]

[Assinatura]  
Prof.ª Dr.ª Patrícia Lupion Torres  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação  
Stricto Sensu

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese não é uma ação singela e isolada, um ato singular do pesquisador e seu objeto. Trata-se de exteriorização de valores pré-existentes na pessoa do pesquisador e que estes valores revelem uma relação de coerência com o produto da pesquisa. Considerando isso, tenho muita gratidão a expressar. E o faço a instituições e pessoas que, embora não as possa nominá-las integralmente neste espaço, decisivamente permitiram a consecução deste trabalho. Assim, agradeço:

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR pelo incentivo previsto na Resolução nº 07/2011 – CONCUR e Resolução nº 81/2011 – CONSUN, consistente na concessão de benefício a professores para ingresso em programa de pós-graduação *stricto sensu*, o que viabilizou o desenvolvimento desta tese;

o Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, na pessoa dos professores Maria Elizabeth Blanck Miguel, Evelise Maria Labatut Portilho, Pura Lúcia Oliver Martins, Ricardo Tescarolo, Lindomar Wessler Boneti, Peri Mesquida, Romilda Teodora Ens, Sirley Terezinha Filipak, Joana Paulin Romanowski, Neuza Bertoni Pinto e Maria Lourdes Gisi, pelas extraordinárias aulas recebidas, reconhecida competência docente, e sedimentação dos fundamentos científicos voltados à pesquisa da tese, e também a Secretaria do PPGE, na pessoa das colaboradoras Solange e Franciele, pela gentileza e presteza com que atenderam às solicitações;

os membros da Banca de Qualificação, Doutores Márcio de Moraes, Márcia de Souza Hobold. Lindomar Wessler Boneti e Ricardo Tescarolo, pelas preciosas contribuições à tese que, tenho certeza, em muito enriqueceu o trabalho;

os meus colegas de mestrado pelos momentos compartilhados, entusiasmo demonstrado e conquistas conjuntas;

em especial o meu orientador Peri Mesquida, de quem tive a honra de ser orientando, pelo apoio irrestrito, confiança e orientação precisa. Destaco também sua competência científica, disponibilidade e generosidade reveladas ao longo da pesquisa.

Os primeiros povoadores das colônias inglesas da América vieram para o Novo Mundo acossados pela perseguição na pátria de origem, em busca de terras para cultuar o seu Deus, ler e interpretar a bíblia, trabalhar, ajudarem-se mutuamente e celebrar o ritual de seu culto à sua maneira. Não pensaram no regresso. Trouxeram consigo mulher e filhos, deram as costas à Europa para fundar do outro lado do Atlântico a sua nova pátria. Eram colonizadores, não conquistadores. No Brasil, ocorreu precisamente o contrário em quase tudo. Os portugueses que vieram primeiro eram vassalos de El-Rey de Portugal. Eram inicialmente conquistadores, não colonizadores, como seriam mais tarde bandeirantes, não pioneiros. Queriam despojos e riquezas, e ninguém embarcava com o pensamento de não mais regressar à pátria lusitana. Eram aventuras temporárias na busca do *Eldorado*.

## RESUMO

Esta tese traça um comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos, os aspectos políticos, econômicos e culturais envolvidos, e as causas que levaram o segundo a se tornar o maior império da história, enquanto o primeiro permaneceu trocando sucessivamente de senhorio, sofrendo influências externas nos diversos campos de interesse, inclusive no legislativo. Os fundamentos dessa ascendência político-econômico-cultural do país do Norte encontram base num conjunto de ideologias como Destino Manifesto, civilização cristã anglo-saxônica, *american way of life*, democracia como valor universal e Doutrina Monroe. O movimento expansionista norte-americano no século XIX foi igualmente decisivo para determinação das diferenças entre ambos os países (MONIZ BANDEIRA, 2005; 2007; LENS, 2006; HUBERMAN, 1985; GALEANO, 2011). Estratégias de influência, a submissão cultural, os métodos de penetração e dominação, os meios de comunicação, conduzem os Estados Unidos à condição de maior império da história (HOBSON, 1996; LASKI, 1973; REICH, 2008; MAGDOFF, 1978). Contudo, os Estados Unidos são eles próprios política e economicamente controlados pelos seus trustes e grandes corporações. É nesse contexto que promovem influxos fazendo e desfazendo leis ao redor do mundo, derrubando governos e criando organizações multilaterais sob o discurso dissimulado do livre comércio, da democracia, da liberdade, da paz e da segurança. É a partir do conceito gramsciano de hegemonia (GRAMSCI, 1978; 1991; 2000; 2001; 2002; GRUPPI, 1991; JESUS, 1989) que desenvolvemos este trabalho, demonstrando as raízes do processo hegemônico dos Estados Unidos, inicialmente no continente americano e depois no mundo. O desenvolvimento da tese se deu por meio de pesquisa bibliográfica e documental, em que foram verificados a mudança de modos de produção, aspectos da construção histórica de ambos os países e como se desenvolveu o processo legislativo brasileiro em matéria educacional, em particular a legislação de ensino, e os influxos externos sofridos desde a instauração da República. Os dados coletados foram trabalhados de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos da hermenêutica (GADAMER, 1997; RICOEUR, 1988). Todas essas questões levaram à indagação: É o Brasil verdadeiramente soberano e, portanto, livre para elaborar suas leis? O conteúdo das normas nacionais, especialmente as leis de ensino, diz respeito somente a nós e a nossos interesses internos? A pesquisa revelou que a educação brasileira, submetida à hegemonia norte-americana, sofre um processo de influência que tem sua gênese na produção legislativa do país, acabando ela própria por tornar-se importante veículo de difusão dos interesses exógenos, justamente para a perpetuação do sistema e exploração de uma classe por outra. Com isso, o ensinamento sistematizado, carregado de influências estranhas originadas já na elaboração normativa, é então recebido e incorporado como verdade ou então o único e verdadeiro caminho para o êxito e emancipação do sujeito, transformando-o, em vez de cidadão, em objeto mesmo de consumo - simultaneamente consumidor e consumido - em verdadeiro instrumento a serviço do capitalismo.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Hegemonia. Influência política. Legislação educacional.

## ABSTRACT

This thesis draws a comparison between Brazil and the United States, the political, economic and cultural aspects involved, and the causes that led the second to become the largest empire in history, while the first remained exchanging landlord successively suffering outside influences in the various fields of interest, including the legislature. The reasons for the political-economic-cultural ancestry North of the country are based on a set of ideologies as Manifest Destiny, Anglo-Saxon Christian civilization, American way of life, democracy as a universal value and the Monroe Doctrine. The American expansionist movement in the nineteenth century was also decisive for determining the differences between the two countries (MONIZ BANDEIRA, 2005; 2007; LENS, 2006; HUBERMAN, 1985; GALEANO, 2011). Influence strategies, cultural submission, methods of penetration and domination, the media, leading the United States to the status of largest empire in history (HOBSON, 1996; LASKI, 1973; REICH, 2008; MAGDOFF, 1978). However, the United States are themselves politically and economically controlled by their trusts and large corporations. It is in this context that promote inflows doing and undoing laws around the world, toppling governments and multilateral organizations in creating the hidden discourse of free trade, democracy, freedom, peace and security. It is from the Gramscian concept of hegemony (GRAMSCI 1978; 1991; 2000; 2001; 2002; GRUPPI, 1991; JESUS, 1989) who developed this work, showing the roots of the hegemonic process of the United States, initially in the Americas and then in the world. The development of the thesis took place through literature and desk research, which were verified to change production methods, aspects of the historical construction of both countries and how it developed the Brazilian legislative process in educational matters, in particular the teaching of law, and external inflows suffered since the establishment of the Republic. The collected data was processed with the theoretical and methodological principles of hermeneutics (Gadamer, 1997; Ricoeur, 1988). All these issues have led to the question: Is the Brazil truly sovereign and therefore free to develop its laws? The content of national norms, especially the education laws, relates only to us and to our internal interests? The survey revealed that the Brazilian education, submitted to US hegemony, undergoes a process of influence that has its genesis in the legislative production of the country, ending itself by becoming important dissemination vehicle of exogenous interests, precisely to the perpetuation of system and exploitation of one class by another. Thus, the systematic teaching, full of foreign influences have originated in drawing up legislation, then it is received and incorporated as truth or the only true path to success and emancipation of the subject, turning it instead of citizens in object same consumption - both consumer and consumed - in real instrument to the service of capitalism.

**Keywords:** Capitalism. Hegemony. Political influence. Educational legislation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID -	Agência para o Desenvolvimento Internacional
BID -	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD -	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BIRÔ -	Office of the Coordinator of Inter-American Affairs
BM -	Banco Mundial
BNDE -	Banco Nacional de Desenvolvimento econômico
CEPAL -	Comissão Econômica para a América Latina
CIA -	Central Intelligence Agency
COCAP -	Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso
CONSULTEC -	Companhia Sul-americana de Administração e Estudos Técnicos
CONTAP -	Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso
CPI -	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEA -	Diretoria do Ensino Agrícola
DES -	Diretoria do Ensino Superior
EAPES -	Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior
EPES -	Equipe de Planejamento do Ensino Superior
ESG -	Escola Superior de Guerra
ESNI -	Escola Nacional de Informações
EUA -	Estados Unidos da América
FEB -	Força Expedicionária Brasileira
FBI -	Federal Bureau of Investigation
FMI -	Fundo Monetário Internacional
GM -	General Motors
GATT -	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
ICSD -	Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos
IDA -	Associação Internacional de Desenvolvimento
IEF -	Corporação Financeira Internacional
INEP -	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPES -	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JANGO -	João Belchior Marques Goulart
JK -	Juscelino Kubitschek
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
KGB -	Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti
MEC -	Ministério da Educação e Cultura
MEC-USAID -	Série de acordos assinados pelas duas entidades
MIGA -	Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais
OCDE -	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA -	Organização dos Estados Americanos
OIC -	Organização Internacional do Comércio
OMC -	Organização Mundial do Comércio
ONU -	Organização das Nações Unidas
OSS -	Office of Strategic Services
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB -	Partido Comunista Brasileiro
SENAC -	Serviço Nacional do Comércio
SENAI -	Serviço Nacional da Indústria
SFICI -	Serviço Federal de Informações e Contra-informação
SNEL -	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SNI -	Serviço Nacional de Informações
SUMOC -	Superintendência da Moeda e do Crédito

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca  
UNE - União Nacional dos Estudantes  
UNRRA - United Nations Relief and Rehabilitation Administration  
USA – United States of America  
USAID - United States Agency for International Development  
USIA - United States Information Agency

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>2</b>	<b>A ORIGEM DO CAPITALISMO COMO MODO DE PRODUÇÃO</b> .....	09
2.1	A FORMAÇÃO DO ESTADO E DA PROPRIEDADE PRIVADA .....	09
2.2	A EMERGÊNCIA E A CONSOLIDAÇÃO DA BURGUESIA E DO CAPITALISMO.....	14
2.3	DESCOBRIMENTO E POVOAMENTO DO BRASIL .....	20
2.4	O TRATADO DE 1810 E A ABERTURA DOS PORTOS .....	26
2.5	RELIGIÃO E ENSINO - DO BRASIL COLONIAL À INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA .....	32
2.6	PRESENÇA PROTESTANTE NO BRASIL E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO. O CASO DOS METODISTAS .....	42
<b>2.6.1</b>	<b>As entidades transconfessionais</b> .....	46
2.7	COLONIZAÇÃO DA NOVA INGLATERRA – A ANGLO-AMÉRICA .....	48
2.8	EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NORTE-AMERICANAS .....	55
<b>3</b>	<b>A GÊNESE DE UM IMPÉRIO MUNDIAL – IDEOLOGIAS E VALORES UNIVERSAIS</b> .....	65
3.1	DESTINO MANIFESTO E A FEBRE EXPANSIONISTA .....	65
<b>3.1.1</b>	<b>O <i>Big Brother</i> de olho na Amazônia</b> .....	76
3.2	O LIBERALISMO CONQUISTA A ANGLO-AMÉRICA .....	80
3.3	UMA AUTOPROCLAMAÇÃO: A DOCTRINA MONROE .....	85
3.4	O COMÉRCIO COMO INTERESSE VITAL .....	87
3.5	MANDATO DIVINO. DEUS DÁ UMA PROCURAÇÃO AOS ANGLO-AMERICANOS .....	89
<b>3.5.1</b>	<b>Diplomacia do Dólar, Big Stick e o Poder de Polícia Internacional</b> .....	99
3.6	OS OBJETIVOS DOS ESTADOS UNIDOS PARA A AMÉRICA LATINA. A ÁGUIA-AMERICANA CRAVA AS SUAS GARRAS .....	105
<b>3.6.1</b>	<b>Intervenções diretas perpetradas pelos Estados Unidos</b> .....	114
<b>4</b>	<b>A CARTELIZAÇÃO DO MUNDO</b> .....	119
4.1	O SURGIMENTO DOS TRUSTES NOS ESTADOS UNIDOS .....	119
4.2	A LEI ANTITRUSTE DE SHERMAN .....	125
4.3	O MUNDO DIVIDIDO EM MONOPÓLIOS .....	126
4.4	DESCOLONIZAR PARA COLONIZAR .....	140
4.5	O IMPERIALISMO MODERNO .....	141

4.6	AS GRANDES CORPORAÇÕES NO BRASIL .....	145
4.7	O ESTADO GERENCIANDO INTERESSES PRIVADOS: HOMENS DE NEGÓCIO NO PODER / HOMENS DO PODER NOS NEGÓCIOS .....	152
<b>5</b>	<b>OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E AS POLÍTICAS DE CONDICIONAMENTOS .....</b>	<b>157</b>
5.1	INFLUXOS E CONDICIONALIDADES .....	157
<b>5.1.1</b>	<b>Influxos internos no Congresso dos Estados Unidos.....</b>	<b>160</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Influxos externos dos EUA no Poder Legislativo brasileiro .....</b>	<b>165</b>
5.2	O AMERICANISMO NA TERRA DOS PAPAGAIOS: O MIMETISMO TOMA CONTA DO BRASIL.....	167
5.3	ENTES CONDICIONANTES E ÓRGÃOS INSTRUMENTAIS DE CONTROLE.....	170
<b>5.3.1</b>	<b>Organismos multilaterais - FMI e Banco Mundial .....</b>	<b>171</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Programas de ajuda externa e os interesses subjacentes .....</b>	<b>178</b>
<b>5.3.3</b>	<b>Aliança Para o Progresso .....</b>	<b>181</b>
5.4	MEIOS DE COMUNICAÇÃO A SERVIÇO DO SISTEMA .....	186
<b>5.4.1</b>	<b>Meios de comunicação como instrumento político de controle da opinião e do pensamento .....</b>	<b>188</b>
<b>5.4.2</b>	<b>Os meios de comunicação como instrumentos de aculturação .....</b>	<b>191</b>
<b>5.4.3</b>	<b>O marketing e a comercialização da escola pública nos Estados Unidos.....</b>	<b>192</b>
<b>6</b>	<b>AS GARRAS DA ÁGUIA NA LEGISLAÇÃO DE ENSINO BRASILEIRA...194</b>	
6.1	A LEGISLAÇÃO DE ENSINO BRASILEIRA - POLÍTICAS PÚBLICAS OU POLÍTICAS DE ESTADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO? .....	194
<b>6.1.1</b>	<b>Constituição Política do Império do Brasil (1824) .....</b>	<b>201</b>
<b>6.1.2</b>	<b>Reforma Leôncio de Carvalho (1879) .....</b>	<b>203</b>
6.2	AS CONSTITUIÇÕES REPUBLICANAS E AS REFORMAS DE ENSINO A PARTIR DE 1889 .....	203
<b>6.2.1</b>	<b>Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891) .....</b>	<b>203</b>
<b>6.2.2</b>	<b>Reforma Benjamin Constant (1890-1891) .....</b>	<b>210</b>
<b>6.2.3</b>	<b>Reforma Epiácio Pessoa (1901) .....</b>	<b>211</b>
<b>6.2.4</b>	<b>Reforma Rivadavia Correa (1911) - A desoficialização do ensino .....</b>	<b>212</b>
<b>6.2.5</b>	<b>Reforma Carlos Maximiliano (1915) .....</b>	<b>213</b>
<b>6.2.6</b>	<b>Reforma Rocha Vaz (1925) .....</b>	<b>214</b>
<b>6.2.7</b>	<b>Escola Nova e as reformas da instrução pública nos Estados .....</b>	<b>215</b>

6.2.8	<b>Reforma Francisco Campos (1931)</b> .....	218
6.2.9	<b>A Era Vargas</b> .....	220
6.2.10	<b>Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)</b> .....	221
6.2.11	<b>Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)</b> .....	221
6.2.12	<b>Reforma Gustavo Capanema: As Leis orgânicas (1942 a 1946)</b> .....	222
6.2.13	<b>Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)</b> .....	223
6.3	ALINHAMENTO BRASIL – ESTADOS UNIDOS .....	225
6.4	ACORDO MILITAR BRASIL – ESTADOS UNIDOS .....	228
6.5	INSTRUÇÃO Nº 113 DA SUMOC .....	232
6.6	LEI Nº 4.024, DE 1961 – 1ª LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL .....	237
6.7	O GOLPE MILITAR DE 1964 E OS IMPACTOS SOBRE A LEGISLAÇÃO DE ENSINO .....	241
6.7.1	<b>Constituição do Brasil (1967)</b> .....	253
6.8	OS ACORDOS MEC-USAID E A REFORMA UNIVERSITÁRIA (1968) .....	254
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	271
	REFERÊNCIAS .....	277

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil e os Estados Unidos possuem uma área territorial quase do mesmo tamanho.<sup>1</sup> O primeiro teve sua ocupação iniciada em 1530, enquanto o segundo em torno de cem anos depois. Ambos são majoritariamente cristãos e foram colônias europeias das mais importantes para suas respectivas metrópoles. Ambos disciplinaram a ocupação de suas terras, sendo as da então colônia portuguesa pelo sistema das capitânicas hereditárias e de sesmarias e, futuramente [1850], pela Lei de Terras, enquanto os Estados Unidos da América o fizeram pela Lei *Homestead* [*Homestead Act*], de 1862. Ambos eram impedidos, ainda que por medidas distintas, de se dedicarem à manufatura, a fim de permanecerem como centro de fornecimento de matéria-prima e de consumo para seus colonizadores.

Com tantas *similaridades*, por que os Estados Unidos se desenvolveram de forma tão vigorosa, se transformando no século XX em um dos mais poderosos impérios da história, enquanto neste mesmo século o Brasil permanecia *colônia* e, atualmente, se vê prostrado política e economicamente aos pés do gigante do Norte? Não obstante as *similaridades*, a história de ambos demonstra que isso definitivamente não ocorreu por um acaso do destino que teria favorecido um em detrimento do outro. E muitas, e significativas, são as disparidades.

Três importantes diferenças [mas não as únicas] entre os norte-americanos e os brasileiros [e de resto os demais latino-americanos], são destacadas por Viana Moog (1966), que explicariam boa parte do desenvolvimento dos dois países em progressão geométrica para o primeiro e aritmética para o segundo. A primeira diferença inicia na forma de uma indagação: por que o povo da parte Norte da América se chama de “americano” quando a rigor todos os demais países latinos do hemisfério também o são? Os latino-americanos se ressentem disso e consideram uma usurpação. Na verdade não o é, defende Moog (1966, p. 117), pois “enquanto os filhos de portugueses e espanhóis nascidos na América são no Brasil os *mazombos*, na Nova Espanha os *criollos*, os filhos dos ingleses nascidos nas colônias americanas são os primeiros a adotar o título de americano e a ter orgulho desta condição”. A segunda diferença entre brasileiros e americanos é que:

enquanto a paixão do americano é o conhecimento prático, que conduz ao *gadget*, a nossa é das ideias gerais que não conduzem a nada. No fundo admiramos muito mais a cultura em disponibilidade do que a ciência em

---

<sup>1</sup> Respectivamente, 8.514.877 km<sup>2</sup> e 9.629.091 km<sup>2</sup>.

ação, da mesma forma por que cobiçamos muito mais a fortuna e o saber obtidos a golpe de sorte e de audácia, do que o saber e a fortuna que se constroem pela constância no estudo ou no trabalho (MOOG, 1966, p. 155).

A terceira diferença que Moog apresenta é entre o católico e o calvinista. Enquanto “o católico faz retiro, recolhe-se nos conventos para melhor comunicar-se com Deus”, o “calvinista comunica-se com Deus dentro da cidade, na oficina, no tear, na fábrica, principalmente no banco, lidando misticamente com valores que simbolizam riqueza”. Decorre daí que “para o primeiro, as grandes virtudes são as virtudes teológicas”, enquanto para o puritano “as supremas virtudes são as virtudes econômicas: poupança, trabalho, utilização do tempo (*time is money*)” (MOOG, 1966, p. 94). Enquanto a preferência dos católicos esteja orientada para uma espécie de aprendizagem fornecida pelo ginásio humanístico, isto explica em parte uma das razões pelas quais tão poucos católicos estejam interessados na empresa capitalista. Diante do provérbio “coma ou durma bem”, o protestante prefere saciar-se, enquanto o católico prefere dormir sem ser perturbado (WEBER, 2013, p. 25-27).<sup>2</sup>

Como pretendemos mostrar neste trabalho, as significativas diferenças entre os Estados Unidos da América (ou simplesmente América, como desde a partida do Mayflower os “peregrinos” – *pilgrims* - passaram a chamar o Novo Mundo) e o Brasil explicam porque o primeiro alcançou uma posição *hegemônica* sobre o segundo que, por sua vez, ficou numa condição de subserviência e sujeição aos constantes influxos daquele em praticamente todas as suas áreas ou esferas de interesse, mormente as de cunho econômico.

Cabe inicialmente explicitar o que vem a ser *hegemonia*. Para Antonio Gramsci, a hegemonia se realiza pelo desenvolvimento de dois movimentos complementares, mas nem sempre concomitantes: a persuasão e a coerção, como anotado na obra máxima do pensador italiano, os Cadernos do Cárcere: a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder. (GRAMSCI, p 2002, p.63/64)

---

<sup>2</sup> A explicação de por que os católicos denotam maior tendência para permanecer no artesanato, onde podem chegar a mestres-artesão, enquanto os protestantes são mais atraídos pelas fábricas, preenchendo as camadas superiores de mão de obra especializada e as posições administrativas, está, sem dúvida, nas peculiaridades mentais e espirituais adquiridas no meio, especialmente o tipo de educação propiciada pela atmosfera religiosa do lar e da família (WEBER, 2013, p. 26).

Analisando a conceito gramsciano de hegemonia, Luciano Gruppi explica que o termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa “conduzir”, “ser guia”, “ser líder”; ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa “ser guia” “preceder”, “conduzir”, e do qual deriva “estar à frente”, “comandar”, “ser o senhor”. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Para este autor, “trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército”. Este mesmo autor esclarece que ao lado da noção de hegemonia é introduzida a de *supremacia*, entendida como domínio e direção, ou domínio e hegemonia. Para Gramsci, informa ele, “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral” (GRUPPI, 1991, p. 78/9).

No conceito aparece com nitidez o aspecto sócio-político da hegemonia cuja etimologia, do verbo *eghemonein*, significa conduzir, guiar, governar. O substantivo *eghemonia*, ir à frente, ser condutor, ser chefe. O verbo *eghestai* quer dizer liderar, guiar, ou ocupar uma função de direção no exército, comandar. Deste verbo vem o substantivo *eghemon*, ser guia, condutor no exercício de uma função política ou militar (MESQUIDA, s/d).

Hegemonia, portanto, desde suas origens até nossos dias, implica poder-dominância ou dominação-consenso (JESUS, 1989, p. 32), não se revestindo apenas de aspecto político, mas também como fato cultural, moral, de concepção de mundo (GRUPPI, 1991, p. 73). É a partir deste conceito gramsciano que pretendemos desenvolver este trabalho, demonstrando as raízes do processo hegemônico dos Estados Unidos, inicialmente no continente americano e depois no mundo.<sup>3</sup> Em termos gramscianos, a direção política torna-se um aspecto de domínio na medida em que a absorção pelas elites dos grupos divergentes leva à plena redução destes, em regra por um período de tempo muito longo, haja vista que a supremacia de um grupo social se manifestaria de duas maneiras, como vimos acima, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Na maioria das vezes que encontramos o vocábulo nos *Cadernos*, hegemonia tem o sentido de direção, de persuasão, em especial quando relacionada com o papel dos intelectuais.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Gramsci (2000, vol. 2, p. 29) anota que nos Estados Unidos ocorreu um “equilíbrio dos intelectuais em geral”, com a ausência, em certa medida, dos intelectuais tradicionais. Com isso, ocorreu uma formação maciça de todas as superestruturas modernas com base na indústria.

<sup>4</sup> Para Gramsci (2000, vol. 2, p. 16/7), ao longo de sua história, todo grupo social “essencial” encontrou categorias intelectuais preexistentes que apareciam como representantes dessa continuidade histórica. A esses elementos da superestrutura deu-se o nome de “intelectual” ou de “especialista”. Com o fortalecimento do poder central, surgiram outras categorias (que já contava com os clérigos), como a aristocracia togada, uma camada de administradores, cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, etc.

Outro importante conceito gramsciano é o de *bloco histórico*. Hugues Portelli (1990) considera este o conceito-chave do pensamento de Gramsci. Bloco histórico e hegemonia estão inter-relacionados e caracterizam a linha principal do pensamento de Antonio Gramsci.<sup>5</sup> A hegemonia, esclarece Gruppi (1991, p. 78) tende a construir um *bloco histórico*, isto é, catalisar uma unidade de forças sociais e políticas heterogêneas, e “tende a conservá-las juntas através da concepção de mundo que ela traçou e difundiu. A luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica”. Decorre daí que um bloco histórico não pode existir sem uma classe social hegemônica.

As classes sociais dominadas ou subalternas, segundo Gramsci, participam de uma concepção do mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes.<sup>6</sup> Essa ideologia da classe dominante chega às classes dominadas por vários canais, capazes de “plasmam as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia”. Um desses canais é a escola. Outros canais são a religião, a Igreja, o serviço militar, os jornais, o cinema, o rádio, as revistas etc. (GRUPPI, 1991, p. 67/8). No âmbito da escola,<sup>7</sup> no caminhar dos elementos “direção” e “dominação”, cujo movimento é em determinados momentos históricos concomitante e, em outros, de alternância, o poder dominante usará de meios pedagógicos para vencer as contradições “que ameaçam a sua hegemonia, tentando assegurar pela construção das consciências, as relações de dominação” (JESUS, 1989, p. 39-55). Os aparelhos de difusão da ideologia, como escolas, igrejas, jornais, bibliotecas, a magistratura e os oficiais do exército criam e difundem as estruturas ideológicas. Estas organizações são os principais organismos de produção ideológica dentro da sociedade civil.

---

<sup>5</sup> A estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção (GRAMSCI, vol. 1, 2001, p. 250).

<sup>6</sup> O problema fundamental da “ideologia” é colocado por Gramsci (2001, vol. 1, p. 98-9) como o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas, ou seja, o problema de conservar a unidade ideológica como uma “religião” ou uma “fé” em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por uma determinada ideologia.

<sup>7</sup> Todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido. [Ao lado de outras iniciativas e atividades privadas] formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (GRAMSCI, vol. 3, 2002, p. 284).

O canal *escola*<sup>8</sup> é central neste trabalho, em que analisaremos as estratégias usadas pelas forças hegemônicas para determinar o conteúdo educacional e os métodos pedagógicos, como um modo de preservação do controle hegemônico norte-americano sobre o Brasil. Ou seja, o papel que a educação desempenha na hegemonia visa às relações sociais, cujo objetivo é modificar ou manter uma estrutura social vigente (JESUS, 1989, p. 43-45). Para este autor, a educação, posta a serviço de uma classe dominante e de ideologia repressiva, é um mecanismo que a) ajusta os indivíduos à ordem social vigente, pela transmissão de um saber elitista e definido pelo poder estabelecido; b) oculta as contradições sociais por meio de discursos dissimuladores da realidade; c) mantém coesa toda a sociedade, através de discursos homogêneos, igualitários e até renovadores.

A escola é considerada um aparelho privado da sociedade civil onde se formam os intelectuais e os dominados. Pode ser um organismo que contribui tanto para a preservação do *establishment* como pode auxiliar na construção da contra-hegemonia. A educação, enquanto uma formação que ocorre no espaço privilegiado da escola, e uma vez sob o controle hegemônico, é posta a serviço da manutenção da ordem vigente exercendo a função de adaptar os indivíduos a esta ordem, trabalhando com um saber enciclopédico, elitista, tecnicista (aprender a aprender) e definido pelo poder dominante (MESQUIDA, s/d).

A ausência de uma autêntica soberania<sup>9</sup> para a elaboração da legislação, em particular as leis do ensino, faz com que a educação formal brasileira não forme um indivíduo emancipado, mantendo-o numa relativa ignorância (ausência de consciência crítica), justamente por não refletir a realidade e/ou necessidades internas, sofrendo os influxos do capital desde a elaboração da norma, levando inclusive os docentes, por extensão, a servirem de instrumentos para os fins almejados pelo poder hegemônico.

A função hegemônica está plenamente realizada quando a classe no poder consegue paralisar a circulação de contra ideologias, suscitando o consenso e a colaboração da classe oprimida que vive sua opressão como

---

<sup>8</sup> Na escola das primeiras décadas do Século XX, analisa Gramsci (2000, vol. 2, p. 49) verifica-se um processo de progressiva degenerescência. As escolas do tipo profissional predominam sobre a escola formativa. Enquanto esta se preocupa com a tradição cultural, concepção da vida e do homem, a primeira se preocupa em satisfazer interesses práticos imediatos, aparecendo como um novo tipo de escola, louvado como democrático, quando na realidade é destinado a perpetuar as diferenças sociais.

<sup>9</sup> Soberania entendida como suprema autoridade moral, “propriedade ou qualidade que caracteriza o poder político supremo do Estado dentro do território nacional e em suas relações com outros Estados” (HOUAISS, 2009).

se fosse liberdade. [...] a dominação das consciências, através do exercício da hegemonia, é momento indispensável para estabilizar uma relação de dominação, e com isso as relações de produção (FREITAG, 1986, p. 38).

Dáí levantamos a seguinte hipótese de pesquisa, seguida de um objetivo e de duas perguntas de pesquisa: A educação brasileira em particular, *tutelada* e dominada pelo poder político-econômico-militar norte-americano, que se consolidou e se tornou hegemônico na primeira metade do século XX, sofre um processo de influência que tem sua gênese na produção legislativa do país, acabando ela própria, em grande medida, por tornar-se importante veículo de difusão de interesses alienígenas, justamente para a perpetuação do sistema e exploração de uma classe por outra.

Influenciada por esses meios e atendendo a esses interesses, a legislação de ensino nacional encontra limites estreitos na sua capacidade de emancipação do indivíduo e condução do país a um desenvolvimento independente, à plena soberania e autodeterminação. Essa condição opressiva, cujas ações nos bastidores da política e do legislativo geralmente são sub-reptícias, resulta numa ignorância coletiva acerca de direitos e fatos de interesse social, já que de regra o povo não é consultado sob o argumento da representação no legislativo. O ensinamento sistematizado, carregado de influências estranhas originadas já na elaboração normativa, é então recebido e incorporado como *nossa* verdade ou então o único e verdadeiro caminho para o êxito e emancipação do sujeito, transformando-o, todavia, conscientemente ou não, em vez de cidadão, em objeto mesmo do sistema, ou seja, simultaneamente consumidor e consumido.

Todas essas questões levam a indagar o objetivo central deste trabalho, perguntas que devem orientar o percurso da investigação. Assim, é o Brasil verdadeiramente soberano e, portanto, livre para elaborar suas leis? O conteúdo das normas nacionais, especialmente as leis de ensino, diz respeito somente a nós e a nossos interesses internos?

A análise interpretativa da matéria é fundamental para entendermos a dinâmica dos Estados brasileiro e norte-americano, dos grandes grupos privados organizados em monopólios, governos e governantes na condução de seus interesses, dos bastidores do processo legislativo e seus reflexos na educação formal. O conhecimento disso permitirá o desvelamento da questão educacional e seu impacto na questão dos direitos fundamentais e na soberania do país.

O período da pesquisa percorre especialmente o tempo que transcorre da instauração da República até a Reforma Universitária ocorrida na década de 1960. Seu desenvolvimento se dará precipuamente por meio de pesquisa, bibliográfica e documental, em que serão verificados mudança de modos de produção, aspectos da construção histórica de ambos os países e, por fim, o processo legislativo brasileiro em matéria educacional, em particular a legislação de ensino e os influxos externos que veio sofrendo desde a instauração da República.

Os dados coletados foram trabalhados de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos da hermenêutica, o que permite ao pesquisador tratar da investigação como compreensão e interpretação. A investigação com base nos pressupostos da hermenêutica enquanto método de interpretação possibilita esclarecer, compreender, “procurar por toda a parte a experiência da verdade” (GADAMER, 1997, p. 32), ou como a define Ricoeur (1988, p. 17), “teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação de textos”.

Nesse período de referência, para respondermos por que os Estados Unidos se transformaram no mais poderoso império da história, enquanto o Brasil, apesar das similaridades, permaneceu *colônia*, sofrendo daquele inexoráveis e as mais variadas influências, especialmente no campo cultural e legislativo, passando a ditar as nossas próprias leis, dividimos o trabalho em cinco seções: a primeira inicia com os primórdios da formação do Estado e da propriedade privada, passando para as diferenças entre o povoamento do Brasil e dos Estados Unidos, culminando com o processo religioso e educacional que se deu em ambos. A segunda inicia discorrendo a respeito da febre expansionista que se abateu sobre os anglo-americanos, fundada no Destino Manifesto, cujo desejo de controle explícito sobre outras nações ou porções do continente americano surge com a proclamação da Doutrina Monroe. A terceira seção aborda o surgimento de gigantescas organizações empresariais que se organizam em forma de trustes e a cartelização do mundo como consequência do processo monopolístico que passa a dominar os mercados, fenômeno que determina o surgimento do país como o grande império do século XX. A quarta seção trata da convergência de interesses entre o comércio e o Estado, “um entrelaçamento do comércio com a bandeira”, como destaca Magdoff (1978, p. 188), ou seja, a bandeira seguindo o comércio e vice-versa. O governo dos Estados Unidos se transforma num grande escritório para gerenciar interesses privados e é, conseqüentemente, por esses interesses dominado. Com o apoio ideológico dos meios de comunicação, pela via dos órgãos instrumentais de controle

e demais entes condicionantes, os anglo-americanos influem decisivamente em todos os países onde se encontrem seus interesses, sejam eles públicos ou privados. A quinta seção trata das influências diretas e indiretas que a legislação de ensino brasileira recebeu ao longo da história exercidas a partir dos Estados Unidos, especialmente após a convolação do Império em República, uma exposição envolvendo as Constituições e as reformas educacionais ou de ensino, os principais fatos e eventos políticos que estiveram a par do processo legislativo, culminando com o Golpe de 1964 e a Reforma Universitária, e as consequências sociais decorrentes disso.

## 2 A ORIGEM DO CAPITALISMO COMO MODO DE PRODUÇÃO

### 2.1 A FORMAÇÃO DO ESTADO E DA PROPRIEDADE PRIVADA

O direito de propriedade emerge verdadeiramente com a instituição do Estado,<sup>10</sup> que lhe dá proteção e, à exceção do dono, o garante contra todos os demais indivíduos, indistintamente. Neste sentido, a *invenção* da propriedade privada coincide com a instituição do Estado.<sup>11</sup> Até então é razoável afirmar que o homem era livre da ganância e da paixão por posses, de sorte que a apropriação de bens se justificava exclusivamente para assegurar a satisfação das necessidades inadiáveis da pessoa ou do grupo. Não havia, então, o sentimento de propriedade individual, de modo que todos compartilhavam as mesmas coisas e possuíam os mesmos direitos.<sup>12</sup>

Mais tarde, a noção de propriedade combinou-se com a de religião. Para Fustel de Coulanges (2001), não se podia adquirir propriedade sem culto e nem culto sem propriedade, de modo que a propriedade familiar era confiada a um dos herdeiros a quem se confiavam os cuidados aos sacrifícios, ou seja, quem herdava o patrimônio familiar era concomitantemente responsável pelo culto, carregando os bens, nascendo então o princípio da hereditariedade. Para os antigos, o direito de propriedade era sinônimo de poder tendo a propriedade que se perpetuar pelo tempo, isto é, os bens familiares deveriam ser eternos e a religião nunca ser desfeita, contrariamente aos humanos que perecem com o passar dos anos.

A importância que a propriedade privada alcançou já nos primeiros tempos de sua instituição levou o homem a usar de todos os meios e artifícios para adquiri-la, conservá-la e acumulá-la. As leis, a fraude e a guerra são parte deles. É crível que, desde o princípio, o meio mais utilizado tenha sido a guerra, ou a simples usurpação pela força.<sup>13</sup> Nesses tempos primevos, o que justificava a posse já existente e assegurava a posse da terra usurpada de outro possuidor era o poder fundado na

---

<sup>10</sup> A respeito, ver Friedrich Engels, “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, capítulo IV. Thomas Hobbes, em *Leviatã* (2002, p. 111) conclui por essa reciprocidade: “Onde não foi estabelecido um poder coercitivo, isto é, onde não há Estado, não há propriedade”.

<sup>11</sup> O Estado para a segurança da propriedade: “O governo civil, na medida em que é instituído para a segurança da propriedade, é na realidade instituído para a defesa do rico contra o pobre, ou dos que têm propriedade contra os que não têm” (SMITH, 1996, vol. II, p. 207).

<sup>12</sup> Karl Marx faz uma análise similar em “Manuscritos econômico-filosóficos”.

<sup>13</sup> Num romance alegórico, Daniel Quinn (1998) procede à narrativa situada há 4.000 anos a.C. em que os caucasianos, povo agricultor do Norte, transpôs fronteiras e se expandiu para a Península Arábica, usurpando as terras dos semitas, essencialmente voltados à atividade pastoril.

força - de regra, na força das armas, o que demonstrava o caráter beligerante do homem. A belicosidade humana já era estudada por jusfilósofos como Hobbes (LEVIATÃ, 2002), que considera o homem como naturalmente agressivo, em constante estado de guerra de todos contra todos; o homem como o lobo do homem que, movido por suas paixões e desejos, não hesita em matar e destruir o outro, seu semelhante. Muito antes de seu tempo e das referências que fez no estudo da natureza humana, a guerra se justificava se necessário para proteger a vida, a liberdade e o território.

Outro fator determinante que tem lugar certo no que concerne à propriedade privada é a família. Presente em todos os agrupamentos humanos, “a família, em geral, é considerada o fundamento básico e universal das sociedades” (LAKATOS, 1999, p. 171), caracterizando-se pela residência comum, cooperação econômica, proteção recíproca e pela reprodução. A propriedade passa a ser produto de uma importante conexão entre a família e a religião. Origina-se especialmente delas o fenômeno que vinculou o homem ao solo de forma duradoura, como leciona Coulanges (2001). Para o autor, uma vez fixada ao solo, nele a família construía o lar, erguendo um altar para a prática de culto aos deuses, tomando deste modo o homem, através do lar, a posse da terra e fazendo dela propriedade sua.<sup>14</sup> A mesma ilação pode ser feita sob o ponto de vista econômico: quando a terra se revela um bem escasso, passível de apropriação e de notório conteúdo econômico, perfaz-se a dualidade exigida - coisa desejável e escassez -, fazendo surgir daí a propriedade (COULANGES, 2001, p. 56).

A origem da propriedade privada também tem como fundamento o Direito Natural. A concepção aristotélica o concebe como um direito acima das leis, que se sobreporia à legislação positiva pois, segundo ela, havia uma época que na família tudo era comum a todos, e que a necessidade do comércio com vistas a enriquecer somente foi sentida na medida em que a sociedade se tornou mais numerosa. Para Aristóteles (s/d, p. 19-33), “não se poderá formar um Estado sem dividir e separar as propriedades”. Não se trata, contudo, da socialização da propriedade como pode parecer. Para o filósofo, na verdade, embora seja preferível que os bens pertençam

---

<sup>14</sup> De acordo com o antropólogo norte-americano Lewis Morgan (1978), o desenvolvimento da propriedade está estreitamente ligado ao crescimento das invenções e das descobertas e à melhoria das instituições sociais que caracterizam os diversos períodos étnicos ao longo dos quais se realizou o progresso humano. Antes disso, no estado selvagem, os objetos que eram possuídos, entre outros, eram armas grosseiras, utensílios, vestuário, instrumentos em sílex, pedra ou osso e outros ornamentos pessoais. Ainda não havia entre os homens a paixão de possuir porque a propriedade propriamente dita ainda não existia.

a particulares, “que se tornem propriedade comum pelo uso que dele se faz”. Mais tarde, a concepção Tomista refutou o processo acumulativo da propriedade privada, defendendo que a lei natural é a lei de Deus. Para Tomás de Aquino (1980, p.63), se todos os bens têm uma ascendência comum, divina, é inconcebível que haja apropriação privada deles, pois implicaria na consequente exclusão dos demais, o que levaria por ferir um direito natural dos homens que é a comunidade dos bens conferidos por Deus.

Considerado o principal representante do Empirismo e ideólogo do Liberalismo, John Locke se empenhou em demonstrar que o direito de propriedade tem sua gênese no estado de natureza, que “um dos fins para os quais os homens se reúnem em uma organização política é a conservação da propriedade” (BOBBIO, 1998, p. 187-189). Portanto, seguindo a análise de Bobbio, a apropriação das coisas pelo trabalho, como propugnada por Locke, sintetiza a ideia de que se temos direito sobre o que possuímos, por extensão o temos sobre o que produzimos, logo, a exclusão do direito de outrem sobre a coisa apropriada passa a ser corolário lógico. A relação entre o *quantum* de propriedade e a gama de poder de que alguém podia ser titular encontra supedâneo na razão imediata e direta entre um e outro. Vemos que contemporaneamente no universo capitalista essa relação de proporcionalidade entre propriedade privada e poder político não desapareceu. Ao contrário, acentuou-se.

Na primeira fase do sistema feudal, a base do poder régio era o poder familiar e território.<sup>15</sup> Como o rei ou o imperador não podia sozinho supervisionar todo o território, incumbia prepostos de confiança para fazer cumprir a lei em seu nome, cobrar tributos e punir os transgressores. Em outras palavras, “o poder disponível ao rei através das propriedades de sua família constituía a base concreta do poder régio. Se as posses da família não eram maiores que as de outros governantes territoriais, então seu poder tampouco era maior” (ELIAS, 1993, p. 31).

O sistema feudal foi marcante em vários aspectos e em alguns pode ser lembrado no sistema capitalista. O processo de interiorização que marcou o período e os embates entre a nobreza, a Igreja e os príncipes pelo controle da terra e sua

---

<sup>15</sup> Durante boa parte da Idade Média, não era a posse de dinheiro, mas a de terra, que constituía a forma essencial de propriedade. Já se supôs que tal anseio por “mais” propriedade, essa compulsão aquisitiva, fosse uma característica exclusiva do “capitalismo” e, assim, dos tempos modernos (Elias, 1993, p. 46).

produção, reduz paulatinamente o poder dos Estados<sup>16</sup> e confere aos senhores territoriais um poder absoluto. Tal poder, contudo, estava proporcionalmente relacionado à extensão das terras e à capacidade de defendê-las. O principal meio utilizado por reis, imperadores e vassallos a fim de preservar o poder e o território era a doação de terras.

Por um lado, os reis eram forçados a delegar a outros indivíduos poderes sobre parte de seu território. As condições dos meios militares, econômicos e de transporte na época não lhes deixavam alternativa. A sociedade não lhes proporcionava fontes de receita tributária que lhes permitissem manter um exército profissional ou delegados remunerados em regiões remotas. A única forma de pagá-los e remunerá-los consistia na doação de terras – em volume grande o suficiente para garantir que eles seriam realmente mais fortes que todos os demais guerreiros ou donos de terras da região. Por outro lado, não havia juramento de fidelidade ou lealdade que impedisse os vassallos que representavam o poder central de afirmar a independência de suas áreas tão logo sentissem pender em seu proveito a balança do poder (ELIAS, 1993, p. 26).

Os soberanos, em vista do processo de feudalização dos Estados e premidos pela permanente necessidade de defesa e, conseqüentemente, a manutenção constante de doações de terras aos chefes de exército, oficiais e outros vassallos, já que não dispunham de dinheiro para fazer o pagamento, impeliu-os à expansão dos territórios<sup>17</sup> pelas armas para evitar o empobrecimento, cuja necessidade nessa época não era economicamente possível evitar.<sup>18</sup>

A transição da Idade Média para a Idade Moderna se caracterizou basicamente pela passagem do feudalismo para o capitalismo incipiente. No início do Século XV a Europa se encontrava numa situação econômica bastante combatida em virtude das constantes guerras e da própria estrutura social de então. Sentia falta de dinheiro e buscavam-se alternativas ao feudalismo, já sentido como uma estrutura velha e retrógrada. A falta de capital combatia com o desejo de possuir terras, o maior signo de riqueza até então. No entanto, a posse de gigantescas glebas não garantia um estado de riqueza ideal, pois faltava o dinheiro,

---

<sup>16</sup> O conceito de Estado no período medieval difere do Estado moderno. Naquele, tem o sentido de estamentos, camadas sociais cuja posição de seus membros em que podem subsistir ou permanecer é determinada pela tradição e pelo *status* legal de seus membros.

<sup>17</sup> A força propulsora da expansão social – a desproporção entre uma população crescente e as terras sujeitas a um regime de propriedade fixa – levou grande parte da classe governante a conquistar novos territórios (ELIAS, 1993, p. 48).

<sup>18</sup> A expressão muito citada, “Nenhuma terra sem um senhor”, não constituía apenas um princípio jurídico básico. Era também o lema da classe guerreira. Traduzia a necessidade dos cavaleiros de se apossarem de todos os pedaços de terra utilizável. Cedo ou tarde, isso aconteceria em todas as regiões da Cristandade latina. Todas as glebas eram sólida propriedade de alguém (ELIAS, 1993, p. 45).

um capital de rápida transferência que possibilitasse aproveitar as oportunidades de negócios em um lugar e outro. Por outro lado, quem possuía dinheiro não tinha o prestígio dos donos de terras. Havia uma identidade econômica característica entre ambas que dificultava concebê-las isoladamente, pois quem tinha terras tinha virtualmente dinheiro e vice-versa.<sup>19</sup>

O meio pecuniário entra fortemente na vida econômica e passa a ter importância ímpar como meio de troca e acumulação de riqueza.<sup>20</sup> Como salienta Elias, o dinheiro nunca saiu inteiramente de uso nas áreas habitadas mais antigas da Europa. O que houve foi uma decadência da economia monetária no fim da Antiguidade e seu ressurgimento no século XI, de modo que “o dinheiro só se tornou necessário quando cadeias longas de troca se formaram na sociedade, isto é, em certo nível de densidade demográfica e alto nível de interdependência e diferenciação social” (ELIAS 1993, p. 46).

Nos séculos IX e X, durante a dinastia de Carlos Magno, a principal via navegável do mundo antigo era o Mediterrâneo, que foi fechada devido à expansão árabe. A alternativa para manter a interdependência e a troca entre os povos foi o transporte por terra, que assumiu importância inteiramente nova. Aproximadamente cinco séculos depois, o principal evento que marcou a passagem da Idade Média para a Moderna foi a queda do Império Romano do Oriente, cujas rotas comerciais terrestres se viram repentinamente interrompidas pelos turcos, o que levou os países europeus mais incisivos comercialmente a buscarem uma rota marítima para as Índias, marcando um processo inverso daquele do período carolíngio, mas pelas mesmas razões. Elias (1993, p. 53) destaca alguns eventos ocorridos a partir do século X, cuja importância, segundo ele, pode ser comparada a vários eventos como a revolução industrial e o desenvolvimento da tecnologia da máquina, os quais resultaram em aumento gradual da derrubada das florestas; diferenciação social; formação dos mercados urbanos; moeda passa a ser cada vez mais usada como

---

<sup>19</sup> Havia uma compulsão aquisitiva por mais terras e conseqüentemente mais poder. Nos guerreiros mais ricos, os maiores latifundiários e senhores de territórios, expressava-se igualmente o anseio de novas terras, um impulso para possuir domínios mais vastos, “mais” terras e, portanto, mais poder social, também. Esse anseio por mais terras entre os latifundiários mais ricos, acima de tudo nos que compunham a mais alta camada, os condes, duques, e reis, não tinha origem apenas na ambição pessoal dos indivíduos. O homem mais rico numa área determinada, isto é, o que possuía mais terras era, portanto, o militarmente mais poderoso, com o maior número de servidores e, a um só tempo, comandante de exército e governante (ELIAS, 1993, p. 46).

<sup>20</sup> A expansão do comércio e das finanças provocou uma crescente ênfase no dinheiro, porém estava em jogo mais que o dá e toma que caracteriza a oferta e a procura. O dinheiro é fonte natural de fascínio. A aritmética do dinheiro inclui fracionamentos complexos e proporções, sua posse simboliza poder e ele é a chave que abre as portas dos outros países (BERNSTEIN, 2001, p. 107).

símbolo dessa interdependência; preponderância do transporte por terra; exploração da força de trabalho animal.

A Idade Moderna é marcada por importantes transformações estruturais: política, econômica, social e ideológica. Nela, o velho [feudalismo] e o novo [capitalismo incipiente] andam lado a lado, embora o aspecto dominante nem sempre tenha sido o econômico. A procura de fontes de riquezas conduz parte do mundo ocidental a busca de alternativas à propriedade imóvel. Nesse processo, o dinheiro, como riqueza móvel, se destaca. É a chegada da Era Pré-Capitalista sustentada pela força das transformações em todos os níveis da realidade social.

A descoberta de ouro e prata na América, a extirpação, escravização e sepultamento, nas minas, da população nativa, o início da conquista e saque das Índias Orientais, a transformação da África num campo para a caça comercial aos negros, assinalaram a aurora da produção capitalista. Esses antecedentes idílicos constituem o principal impulso da acumulação primitiva (HUBERMAN, 1985, p.169).

Essa transição marca a passagem de um modo de produção por outro, que conduz à emergência de uma categoria de pouca expressão até então: a burguesia mercantil.<sup>21</sup>

## 2.2 A EMERGÊNCIA E A CONSOLIDAÇÃO DA BURGUESIA E DO CAPITALISMO

O surgimento da burguesia está relacionado diretamente com o excedente de produção e pela compra e venda de mercadorias, que no século XII permitiu a acumulação de riquezas de pessoas, famílias e Estados do Velho Mundo. Para Hobson, até o fim da Idade Média não existia nenhuma das condições por ele classificadas como essenciais ao amplo e geral desenvolvimento do capitalismo.<sup>22</sup> Para ele, a base histórica do capitalismo é a renda, o produto do trabalho da terra,

<sup>21</sup> Classe social dominante no regime capitalista, porque seus membros possuem ou dispõem dos meios de produção. Burguesia como classe social surgida na Europa que, com o seu enriquecimento, aumento de liberdade e poder, passa a dominar política e economicamente as outras classes, a partir da Revolução Francesa. Para Huberman (1985, p. 160) a burguesia “Eram os escritores, os doutores, os professores, os advogados, os juizes, os funcionários – as classes educadas, os fabricantes, os banqueiros, que já tinham direitos e queriam mais”.

<sup>22</sup> Hobson (1996, p. 26) relaciona essas condições essenciais como sendo: a) produção de riqueza não necessária para satisfazer as necessidades correntes de seus possuidores e, conseqüentemente, poupada; b) existência de um proletariado, ou classe trabalhadora; c) ofícios organizados do modo tal que permitisse métodos indiretos de produção, emprego lucrativo de grupos de trabalho organizados, utilizando instrumentos ou maquinaria; d) existência de mercados grandes e acessíveis e de consumidores para essa indústria capitalista; e) existência de espírito capitalista, isto é, desejo e capacidade de aplicar a riqueza acumulada, com objetivo de lucro, por meio da organização de empreendimento industrial.

que excede aquilo que é necessário para a manutenção dos trabalhadores. É, assim, na “terra”, nos arrendamentos agrícolas e nos aluguéis dos terrenos urbanos, na exploração das minas e na descoberta ou pilhagem de antigos tesouros orientais que se encontram “as origens reais dessas primeiras acumulações” (HOBSON, 1996, p. 27).<sup>23</sup>

No século XIII, o surgimento do grande poder mercantil das cidades italianas indica como origem “o ingresso da aristocracia agrária na vida urbana e nas ocupações burguesas”, em razão de uma ordem mais bem estabelecida no país e hábitos mais refinados e luxuosos determinou a migração de uma parte dessa nobreza agrária para as cidades, “levando consigo seus registros de renda e comprando mais terras urbanas” (HOBSON, 1996, p. 30). Seriam os primeiros sinais de um movimento contrário ao que determinou o início do sistema econômico feudal.

As descobertas marítimas do final do século XV, o processo colonizatório e o afluxo de metais preciosos, ao lado da Reforma e dos investimentos bancários, aceleraram o processo de acumulação. O grande entrave, contudo, era a divisão estamentária do Estado em nobreza, clero e povo. Disputas cruentas *interna corporis* desses estratos davam a tônica na busca da manutenção dos privilégios ou da tentativa de conquistar direitos. A burguesia ascendente, pertencente à última classe, e já à frente dos grandes empreendimentos mercantis e, portanto, acumulando capitais, era a mais ávida a conquistar direitos, ascensão política e mais do *vil metal!* É em especial uma *fome devoradora de ouro*, como sugere Bernstein (2001, p 124), que surge e permanece como o estímulo crucial, não dando indicação de que pudesse ser saciada:

A fome de ouro é “devoradora”, e sobretudo voraz no século XV. Os espanhóis e portugueses e, mais tarde, ingleses, holandeses e franceses oportunamente conseguiram fazer confundir a diferença entre o desejo de fazer boas obras em nome de Deus e o desejo de encher os bolsos. A busca por se tornar rico e poderoso e para levar as bênçãos do cristianismo até os ímpios é normalmente apresentada como um argumento convincente que deve ter sido fonte de grande autossatisfação.

O fenômeno por trás desses movimentos é o que podemos designar genericamente por comércio ou atividade mercantil. O fim dessa atividade, ainda que o objeto do negócio inicialmente tenha de ser produzido, é o lucro. E essa propensão do homem para barganhar e permutar coisas não é de hoje. A respeito,

---

<sup>23</sup> Em síntese, para Hobson (1996, p. 29), “seja a indústria que se beneficie dos excedentes, seja a agricultura ou o artesanato e comércio urbanos – o primeiro instrumento de apropriação é a propriedade da terra”.

relata Bernstein (2009, p. 18), que os historiadores começam tradicionalmente com a descrição de Heródoto, escrita cerca de 430 a.C., do “comércio silencioso” entre os cartagineses e “uma raça de homens que vivia em uma parte da Líbia além dos Pilares de Hércules” [o estreito de Gibraltar].

Poucas pesquisas históricas revelam tanto sobre o mundo em que vivemos hoje como a pesquisa sobre as origens do comércio mundial. (...) Enquanto outros animais, em particular os primatas, limpam-se e compartilham a comida uns com os outros, a troca sistemática de bens e serviços, em especial em grandes distâncias, não foi observada em nenhuma espécie exceto o *homo sapiens* (BERNSTEIN, 2009, p. 6).

O liberalismo chegou como “uma nova ideologia para ajustar-se às necessidades de um novo mundo”, no entender de Laski (1973, p. 14). Para o autor, a nova ideologia podia ser percebida por importantes acontecimentos que ocorriam: os descobrimentos geográficos, o colapso das relações econômicas feudais, o advento de igrejas que não mais reconheciam a autoridade do papa, a revolução científica que alterou as perspectivas do pensamento humano, invenções tecnológicas que resultaram em nova riqueza e aumento demográfico, descoberta da imprensa e a sua inevitável implicação de uma alfabetização e irradiação cultural em mais vasta escala, consolidação dos Estados nacionais. Em face disso, eram necessárias “novas concepções que legitimassem as novas riquezas que os homens haviam descoberto, pouco a pouco nas eras precedentes. A doutrina liberal é a justificação filosófica das novas práticas” (LASKI, 1973, p. 15).

O futuro veio a demonstrar que as lutas burguesas por direitos individuais e poder político foram simplesmente prodigiosas, já que inicialmente o Ocidente e mais tarde boa parte do Oriente caíram, como servos da gleba perante o senhor feudal, aos pés de algumas burguesias imperialistas, com a notável diferença que estas já não deviam àqueles nenhuma obrigação de proteção e rigorosamente nada lhes seria doado.

No que toca ao processo acumulativo do produto excedente do trabalho que deu origem ao capitalismo, observa Hobson (1996, p. 30) que se na Idade Média os impostos, taxas e arrendamentos recolhidos pelos reis, nobres, Igreja e outras Ordens tivessem sido arrecadados “para ser consumido em luxo ou acumulado como tesouro, não poderiam dar origem ao capitalismo”. Para este autor, foi essencial que “volumes excedentes dessa riqueza passassem para as mãos de “empresários”, que fariam dela uma base de uso lucrativo”, inaugurando a mudança do modo de produção vigente.

Tal mudança, no entanto, não se deu exclusivamente como resultado da atividade produtiva interna, substancialmente “a exploração de outras partes do mundo, por meio do saque militar, do comércio desigual e do trabalho forçado, foi uma grande e indispensável condição do desenvolvimento do capitalismo europeu”. É por essa razão, conclui o autor, que a economia colonial deve ser encarada como uma das condições necessárias ao capitalismo moderno. O comércio praticado pela Europa Ocidental, compulsório, vez que não era uma troca igual de mercadorias, não era senão “um sistema de rapina velado”, cujos lucros gerados eram suplementados “pelos lucros industriais, representativos da “mais-valia” do trabalho escravo ou forçado, pelas rendas fiscais e pelo saque” (HOBSON, 1996, p. 33-36).

O crescimento do proletariado na Europa ocidental era condição essencial para a ampliação da indústria capitalista. Destaca Hobson (1996, p. 36/37) que até o século XVIII o índice de aumento da população na Europa, como um todo, foi lento e não apresentou grande expansão. Os primórdios do “capital” associado à acumulação de rendas da terra resultam na origem de uma classe assalariada móvel a mudanças na agricultura e na indústria, provocando um crescimento demográfico significativo em países pré-industriais.<sup>24</sup>

É certo que o espírito capitalista já estava presente no século XV. Os banqueiros de Florença que o digam. Mas somente depois dessa época que emergiu com vigor em toda a sociedade. No entanto, para que triunfasse o capitalista precisava romper barreiras e eliminar resistências, processo que duraria pelo menos três séculos (LASKI, 1973, p. 17). O capitalista procurou estabelecer o seu direito à riqueza com uma interferência mínima do Estado. Nesse empenho, teve que passar por duas fases: “Por um lado, procurou transformar a sociedade; por outro, procurou capturar o Estado. Empenhou-se em transformar a sociedade mediante a adaptação de seus hábitos e costumes”. O capitalista visou capturar o Estado, pois assim teria em suas mãos “o supremo poder coercitivo da sociedade e poderia usá-lo, conscientemente, para os próprios fins” (LASKI, 1973, p. 18). Depois de enriquecer e tomar o Estado, persuadir a sociedade e envolvê-la nos seus próprios desígnios torna-se tarefa fácil e decorrência lógica.

Se antes era natural que se concebesse a subordinação da economia à política, o Estado ineficiente ou excessivamente intervencionista determinou uma

---

<sup>24</sup> De acordo com Hobson (1996, p. 37), a população da Inglaterra pelo censo do ano de 1086 era de 2 milhões de habitantes. Em 1377 chegou a 2,5 milhões de habitantes. Somente em 1600 atingiu a cifra de 5 milhões. Em números arredondados, em 1688 era de 5,5 milhões; em 1750, 6,5 milhões; em 1770, 7,4 milhões; em 1790, 8,7 milhões; em 1811, 10,1 milhões; e em 1851, 18 milhões.

mudança de concepção, guindando o capitalista a recomendar os princípios do *laissez faire*. “O Estado que, ainda no começo do século XVIII, era considerado um agente beneficente dos propósitos capitalistas, passou a ser considerado, nos finais desse mesmo século, o seu inimigo natural” (LASKI, 1973, p. 18). Foram esses impulsos irrefreáveis que culminaram na Revolução Francesa.<sup>25</sup> Na verdade, duas revoluções ocorriam simultaneamente: a Revolução Industrial britânica, cuja influência formou primordialmente a economia do mundo do século XIX, e a Revolução Francesa, que formou a política e a ideologia (HOBSBAWM, 1982, p. 71). Ambas as revoluções não competiam entre si; eram, antes, complementares.<sup>26</sup>

Havia, porém, a necessidade de um momento propício para a eclosão do movimento. A monarquia passava por terríveis problemas financeiros e a tentativa de remediar a situação através das reformas de 1774-1776 fracassou. “Então a França envolveu-se na guerra de independência americana. A vitória contra a Inglaterra foi obtida ao custo da bancarrota final, e assim a revolução americana pode proclamar-se a causa direta da revolução Francesa” (HOBSBAWM, 1982, p. 76). O fenômeno que sepultaria o *ancien régime* na França em 1789, foi a vitória da ideologia revolucionária burguesa. Quando a Revolução acabou, foi a burguesia que ficou com o poder político na França. O privilégio de nascimento foi realmente derrubado, mas o privilégio do dinheiro tomou seu lugar. “*Liberdade, Igualdade, Fraternidade* foi uma frase popular gritada por todos os revolucionários, mas coube principalmente à burguesia desfrutar” (HUBERMAN, 1985, p. 162). As estruturas feudais do Estado foram abolidas e em seu lugar colocadas outras de acordo com o novo Estado burguês. Era o início de uma nova era que não tinha prazo para terminar.

O período napoleônico [1799-1815] foi justamente aquele em que se consolidaram as instituições burguesas. Promulgado em 1804, o Código Civil “traduzia concretamente os princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do

---

<sup>25</sup> A revolução que eclodiu no último decênio do século XVIII e se estendeu até meados do século XIX constituiu a maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado. Esta revolução transformou, e continua a transformar, o mundo inteiro. A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da “indústria” como tal, mas da indústria *capitalista*; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da *classe média* ou da sociedade “*burguesa*” liberal (HOBSBAWM, 1982, p. 17).

<sup>26</sup> A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo; forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Esta foi a obra da Revolução Francesa (HOBSBAWM, 1982, p. 72).

Cidadão<sup>27</sup>: *liberdade individual, liberdade de trabalho, liberdade de consciência, Estado leigo, igualdade perante a lei*, conquanto protegesse a fortuna adquirida e mantivesse e defendesse a propriedade privada” (AQUINO, 1988, p. 137). A produção legislativa deixava bem clara essa tendência: “O Código Napoleônico destinava-se a proteger a propriedade – não a feudal, mas a burguesa. O Código tem cerca de 2000 artigos, dos quais 7 tratam do trabalho e cerca de 800 da propriedade privada” (HUBERMAN, 1985, p. 162). Para Hobsbawm (1982, p. 77) “O burguês clássico de 1789 (e o liberal de 1789-1848) não era um democrata mas sim um devoto do constitucionalismo, um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários”.

Dentre outros movimentos, a Revolução franco-burguesa possivelmente foi a que mais profundamente alçou o liberalismo como a ideologia predominante no século XIX, exaltando a liberdade nos planos político, econômico e social.<sup>28</sup> Os fortes ventos causados por esse fenômeno não tardaram a soprar praticamente por todo o mundo ocidental. Contudo, parte importante do mundo ocidental não acompanhou ou se beneficiou desse processo.

A despeito de terem sido os países ibéricos os pioneiros das grandes navegações, responsáveis pelo rompimento dos horizontes geográficos, pela expansão marítima e comercial atlântica, os mais destacados na fase do Mercantilismo [movimento que nasceu na Península Ibérica quando o mercantilismo assume ares do modo de produção capitalista], os países da região – Espanha e Portugal - não puderam acompanhar o processo iniciado, pois os bens por eles apropriados foram sistematicamente conduzidos para outros países da Europa, como a Inglaterra, por exemplo, onde o sistema capitalista de produção realmente vicejou. E há uma resposta para essa realidade histórica.

Ainda que não seja a única, a Época Moderna se caracterizou pela lenta formação da burguesia mercantil, que estava por trás de praticamente todos os grandes empreendimentos, e pelo “aparecimento de uma forma acanhada da burguesia manufatureira” (AQUINO, 1988, p. 9). No entanto, em Portugal e na Espanha o capitalismo passou a ser um fenômeno tardio porque nesses países a

---

<sup>27</sup> A Declaração é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária (HOBBSAWM, 1982, p. 77).

<sup>28</sup> O Liberalismo, então, assumiu formas distintas: o Liberalismo Político condenava o Absolutismo; o Liberalismo Econômico, que se caracterizou no fundamento doutrinário do capitalismo, exaltava a propriedade individual e a riqueza, opondo-se à intervenção do Estado na economia, onde haveria total liberdade de produção, circulação e venda (AQUINO, 1988, p. 215).

burguesia não surgiu como classe. E onde não há burguesia não há, também, modo de produção capitalista.

### 2.3 DESCOBRIMENTO E POVOAMENTO DO BRASIL

Portugal, pioneiro na expansão ultramarinha, vivia um paradoxo: ao tempo em que promovia a expansão dos negócios satisfazendo as carências e necessidades da sociedade portuguesa do século XV, não acompanhou, contudo, o desenvolvimento capitalista que iniciava sua marcha na Europa. O entendimento da realidade lusitana não guarda maiores complexidades. Parte da explicação é dada por Saviani (2010, p. 30), o qual afirma que “embora a expansão tenha enriquecido a burguesia mercantil, seu controle sempre esteve nas mãos da Coroa, que a financiou e a explorou através de monopólios, o que reforçou o parasitismo da nobreza”, reduzindo o mercantilismo português à mera exploração colonialista, num ambiente fortemente marcado e seguidamente reforçado pela ordem feudal. Ao contrário de outros países como Inglaterra, Holanda e França, cujo colonialismo contribuiu para a acumulação capitalista, em Portugal, de modo contrário, o processo de acumulação foi impedido justamente pelo colonialismo, submetendo-o a uma condição de intermediador no comércio internacional, estimulando a produção em outros países, especialmente na Inglaterra como mais detalhadamente se verá adiante.

Achadas as terras que mais tarde se chamariam Brasil, de súbito Portugal se viu detentor de um território continental que teria que ser aproveitado de todas as formas possíveis em benefício da metrópole. A necessidade de afirmação de seu monopólio e as ameaças infringidas por países europeus como França e Holanda à hegemonia portuguesa, levaram Portugal a decidir pela fundação, em 1530, do primeiro centro de exploração colonial naquelas terras até então desconhecidas. Em 20 de novembro de 1530, D. João III, rei de Portugal, confere a jurisdição sobre os tripulantes da armada e sobre todos os habitantes da Colônia a Martim Afonso de Sousa.<sup>29</sup> Concomitantemente, instituíram-se as sesmarias, tentativa de reprodução

---

<sup>29</sup> “Dom João & A quantos esta minha carta virem faço saber para que as terras que Martim Afonso de Sousa do meu conselho descobrir na terra do Brasil onde o envio por meu capitão-mor se possam aproveitar, eu por esta minha carta lhe dou poder para que ele dito Martim Afonso possa dar às pessoas que consigo levar, às que na dita terra quiserem viver e povoar, aquela parte das terras que assim achar e descobrir que lhe bem parecer e segundo o merecerem as ditas pessoas por seus serviços e qualidades para as aproveitarem; e as terras que assim der será somente nas vidas daqueles a que as der e mais não e as terras que lhe parecer bem poderá para si tomar porém tanto até me fazer saber e aproveitar e granjear no melhor modo que ele puder e vir que é necessário para

do êxito obtido em Portugal com a Lei das Sesmarias, do ano de 1375. As sesmarias brasileiras, contudo, estavam longe de ter a preocupação de distribuir equitativamente a terra a todos que quisessem aproveitá-la. Tinham como elemento básico a política de colonização e a especial finalidade econômica de produção agrícola em benefício da Coroa portuguesa.<sup>30</sup>

Dentre os poderes conferidos aos donatários de Capitânicas Hereditárias pelas Cartas de Doação e Cartas de Foral,<sup>31</sup> um que se destacou foi a possibilidade de concessão de terras em sesmarias a quem desejasse, desde que estivesse a gleba em seus domínios.<sup>32</sup> Nos primeiros tempos do instituto, a concessão de glebas se deu precipuamente para impor o interesse da metrópole de incrementar o cultivo de terras e manter o controle sobre o território. As falhas do sistema e as mazelas cometidas sob a égide do regime sesmarial, somente tiveram fim com a instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa em 1823, ocasião em que foram proibidas as concessões indiscriminadas de terras no Brasil, inaugurando um período que a partir daí se denominou Regime de Posses.<sup>33</sup>

---

bem das ditas terras; e das que assim der às ditas pessoas lhes passará suas cartas declarando nelas como ilhas dá em suas vidas somente e que de dentro em seis anos do dia da dita data cada um aproveitar a sua e se no dito tempo assim o não fizer as poderá tornar a dar com as mesmas condições a outras pessoas que as aproveitem e nas ditas cartas que lhes assim der irá trasladada esta minha carta de poder para se saber a todo tempo como o fez por meu mandado e lhe ser inteiramente guardada a quem a tiver; e o dito Martim Afonso me fará saber as terras que achou para poderem ser aproveitadas e a quem as deu e quanta quantidade a cada um e as tomou para si e a disposição delas para o eu ver e mandar nisso o que me bem parecer e porque assim me apraz lhe mandei dar esta minha carta por mim assinada e selada com o selo pendente, dada em a Vila de Castro Verde a XX (20) dia do mês de novembro. Fernão da Costa a fez, ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo mil bcxxx (1530) anos.”

[Copiada da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 24 (1º trimestre), 1861, pp. 74-79, apud Darcy Ribeiro & Carlos de Araújo Moreira Neto (orgs.) «A fundação do Brasil: Testemunhos, 1500-1700». Petrópolis: Vozes, 1992, pp.136-8.

In:[http://pt.wikisource.org/wiki/Carta\\_de\\_D.\\_Jo%C3%A3o\\_III\\_para\\_Martim\\_Afonso\\_de\\_Sousa\\_Carta\\_dar\\_terras\\_de\\_sesmaria](http://pt.wikisource.org/wiki/Carta_de_D._Jo%C3%A3o_III_para_Martim_Afonso_de_Sousa_Carta_dar_terras_de_sesmaria). Acesso em 15 de abril de 2014.

<sup>30</sup> Dos primeiros portugueses, ninguém queria voluntariamente ficar no Brasil. Deixavam em Portugal mulher, filhos e os haveres. Somente vinham em busca de riquezas e aventuras. “Entre os quatro primeiros povoadores brancos da Terra de Santa Cruz, dois eram degredados”. Durante os trinta primeiros anos esta terra somente atraiu “fidalgos e fidalgotes arruinados, ou então aventureiros, desertores e judeus fugidos do Tribunal do Santo Ofício” (MOOG, 1966, p. 118).

<sup>31</sup> As Cartas de Doação eram documentos pelos quais a Coroa concedia Capitânicas Hereditárias aos donatários. As Cartas de Foral eram os documentos dados em complementos às Cartas de Doação, que fixavam os direitos e deveres dos respectivos donatários.

<sup>32</sup> Tais doações, isentas de qualquer tributação, à exceção do dízimo que deveria ser pago à Ordem de Cristo, somente poderiam ser conferidas a pessoas já dotadas de posses suficientes para prover de gente para trabalhar a terra, e que professassem a fé católica.

<sup>33</sup> O regime de posses, na verdade, teve início pouco mais de um ano antes, por meio da Resolução de 17 de julho de 1822, a qual determinou a suspensão de todas as sesmarias futuras, até a convocação da Assembleia Constituinte. Segundo Guimarães (1989, p. 59), foram os posseiros ou intrusos, como foram chamados, que passaram a ocupar em escala cada vez maior as terras devolutas ou não cultivadas, que apressaram a decadência do instituto das sesmarias, obrigando as

A promulgação da Lei Imperial nº. 601/1850 [Lei de Terras] não remiu o governo dos inúmeros e contumazes problemas da terra. Sua promulgação serviu, aliás, para a manutenção do poder pelos grandes latifundiários e pelos fazendeiros escravistas. Seu objetivo não foi democratizar a terra, mas sim o de impedir o acesso de todos que não faziam parte da elite. A Lei de Terras sepultava o Regime de Posses como meio para reconhecimento da propriedade e somente seriam reconhecidos legítimos os proprietários detentores de documento de posse subscrito por juiz, e não aquele que estivesse de fato ocupando e trabalhando a terra. O imbróglio legislativo contrariava toda a tradição colonial brasileira, pois em decorrência da lei nem mesmo os índios tinham direito às terras que ocupavam desde tempos ancestrais já que despidos de título assinado por um juiz. Os maiores beneficiários foram os grandes fazendeiros, que detinham justamente o poder de nomear os magistrados locais. Graças à lei, tiveram um expressivo incremento em suas riquezas, obtendo do juiz documentos de posse de milhares de alqueires tradicionalmente ocupados por indígenas ou por posseiros sem título (CALDEIRA, 2000, p. 196).

Outra finalidade precisa da nova Lei foi a de impedir que os imigrantes europeus se tornassem proprietários de terras. Por essa injunção, proibiu a aquisição de glebas de terra a preços facilitados ou a prazo, estipulou um lote mínimo para compra, o que se revelou inacessível aos colonos mais pobres, e estabeleceu que os imigrantes somente poderiam adquirir terras após três anos do desembarque no solo brasileiro, o que gerou “um clima de espoliação permanente nas zonas de expansão agrícola e um grande atraso no projeto de trazer imigrantes, tudo em benefício dos grandes proprietários rurais” (CALDEIRA, 2000, p. 196). A questão, no entanto, era mais complexa. O problema, como expõe Saviani (2010, p. 161/162), era encontrado “em todas as situações de grande lavoura, as chamadas *plantations*, como ocorria nas Antilhas inglesas e francesas, em Cuba e no sul dos Estados Unidos”. A abundância de terras impelia o trabalhador a preferir a ocupação de um pedaço de terra e cultivá-la para si em vez de sujeitar-se trabalhar para o empresário capitalista, “daí a necessidade do trabalho forçado”. A exemplo do que ocorrera na colonização da Austrália e na Nova Zelândia a partir de 1837, capitaneada por Wakefield, a fim de encorajar a imigração e viabilizar o trabalho assalariado nessas colônias, prossegue Saviani,, propôs Wakefield que “o governo

---

autoridades do Brasil Colonial tomarem outro caminho para acautelar e defender os privilégios da propriedade latifundiária.

fixaria para as terras virgens um preço artificial, independentemente da lei da oferta e da procura. O imigrante teria de trabalhar longo tempo como assalariado até obter dinheiro suficiente para comprar terra e transformar-se num lavrador independente”.

A repercussão no Brasil da independência norte-americana alimentou os anseios de emancipação nacional e a ideia de república. Em 1786, José Joaquim da Maia, um estudante brasileiro, manteve contatos, inicialmente por cartas, com Thomas Jefferson, então ministro dos Estados Unidos na França, expondo-lhe a situação do Brasil, terrivelmente oprimido por Portugal.<sup>34</sup> Nem mesmo um plano meticuloso exposto por Maia foi suficiente para conquistar a adesão de Jefferson que, embora dissesse que os Estados Unidos veriam de bom agrado a revolução, não pretendiam romper com Portugal com quem mantinham boas relações comerciais e feito “um tratado vantajoso” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 40). A decepção de Maia foi natural e inevitável, pois esperava outro posicionamento do ministro, lembrando que a independência dos Estados Unidos somente foi possível graças à ajuda da França de Luis XVI aos revolucionários, com tropas, armas, munição, roupas, entre outros. Ignorava ele que “para a burguesia, realista, pragmática e fechada no seu egoísmo nacional, o interesse pela liberdade dos povos está na razão direta do interesse do capital” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 41).

Embora os Estados Unidos não vissem com bons olhos a presença dos impérios monárquicos europeus na América, a rigor pouco lhe importava o sistema sob o qual vivia o país, já que de sua parte via o Brasil apenas em termos de comércio, do que representava ao interesse do capital mercantil, embora todo o comércio entre ambos se desse via Lisboa em virtude da proibição de Portugal de comércio direto.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> Nas três cartas que escreveu a Jefferson, disse: “Eu sou brasileiro e vós sabeis que minha pátria geme sob terrível escravidão, que se torna cada dia mais insuportável depois da época de vossa gloriosa independência, pois os bárbaros portugueses nada poupam para nos fazer infelizes, temendo que vos sigamos. É vossa nação que julgamos mais apropriada para dar-nos socorro, não somente porque ela nos deu o exemplo como também porque a natureza nos fez habitantes do mesmo Continente e, por consequência, compatriotas” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 39).

<sup>35</sup> Prado (1893, p. 23) assim se refere a esse episódio: “Em 1786, um jovem brasileiro, Maia, estudante de Montpellier, disfarçando-se com o pseudônimo de Wandek e rodeando-se de mil mistérios, tentou aproximar-se de Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos em Versalhes. Aproveitando-se de uma viagem de Jefferson pelo sul da França, encontrou-se com ele em Nimes, e aí falou-lhe da independência do Brasil, com que sonhava, e pediu-lhe o auxílio dos Estados Unidos. Jefferson desanimou-o, como se evidencia das cartas que o embaixador escreveu a Jay, Secretário de Estado, dando-lhe conta da entrevista que tivera com o jovem brasileiro. Por ocasião da independência do Brasil, não recebemos prova alguma de boa vontade por parte dos americanos, e só depois de outros países reconhecerem a emancipação do Brasil é que os Estados Unidos reconheceram a nossa autonomia”.

Hipólito da Costa Pereira, brasileiro enviado aos Estados Unidos em 1798 como representante de Portugal para estudar a agricultura norte-americana, atendendo a reclamação de John Quincy Adams, então ministro americano junto à Corte de Lisboa, escreveu em seu diário: “Os Estados Unidos [...] têm desprezado a agricultura e entregando-se de tal modo ao comércio, que é a paixão dominante. A especulação é o espírito público, o dinheiro é a única virtude que ambicionam” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 48).

A elevação do Brasil à categoria de reino em 1815 não contou com o apoio ou inspiração da Inglaterra. Ao contrário, esta, contraditoriamente, desejava a restauração do regime colonial temendo o “surgimento e a existência de uma potência marítima na América do Sul” que pudesse rivalizar com seus interesses (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 56). Thomas Sumter Jr., ministro dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, por seu turno, apressou-se em felicitar D. João VI pelo novo *status* do Brasil, reconhecendo a elevação a reino como de genuína independência. Esse era o clima político de então entre a Inglaterra e sua ex-colônia no Novo Mundo, que se encontravam novamente em plena guerra.

Pretendendo dominar a Inglaterra por outros meios que não militar Napoleão Bonaparte decretou em 1806 [decreto de Berlim]<sup>36</sup> o Bloqueio Continental, com o objetivo de sufocá-la economicamente, impedindo o comércio com o resto da Europa, proibindo o acesso dos navios ingleses aos portos continentais. Portugal, que tinha importante e histórica relação com o mercado inglês não poderia naturalmente aderir ao bloqueio francês e caracterizava-se então a única brecha importante no bloqueio. A tentativa portuguesa de manter-se neutro, não aderindo ao bloqueio, levou o exército francês a decidir pela invasão daquele país. Sem

---

<sup>36</sup> Campo Imperial de Berlim, 21 de novembro de 1806

Napoleão, Imperador dos Franceses, Rei da Itália etc. (...) Considerando, (...) Por conseguinte, temos decretado e decretamos o que segue:

Artigo 1º. As Ilhas Britânicas são declaradas em estado de bloqueio.

Artigo 2º. Qualquer comércio e qualquer correspondência com as Ilhas Britânicas ficam interditados.

Artigo 3º. Qualquer indivíduo, súdito da Inglaterra, qualquer que seja sua condição, que for encontrado nos países ocupados por nossas tropas ou pelas tropas de nossos aliados, será constituído prisioneiro de guerra.

Artigo 4º. Qualquer loja, qualquer mercadoria, qualquer propriedade pertencente a um súdito da Inglaterra será declarada boa presa.

Artigo 5º. O comércio de mercadorias inglesas é proibido, e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra, ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada boa presa.

(...)

Artigo 7º. Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas, ou lá tendo estado, desde a publicação do presente decreto, será recebida em porto algum.

Artigo 8º. Qualquer embarcação que, por meio de uma declaração, transgredir a disposição acima, será apresada e navio e sua carga serão confiscados como se fossem propriedade inglesa. *In*: Aquino (1988, p. 139).

capacidade de defender-se contra a invasão, D. João e a Corte portuguesa fugiram para o Brasil, apoiados pela Inglaterra. Essa fuga, contudo, não estava nos planos de Napoleão que, em 1808, invadiu a Espanha com o objetivo de fechar também seus portos ao comércio inglês.

O apoio da Inglaterra a Portugal para que este país não aderisse ao bloqueio não transcorreu de uma decisão natural entre parceiros comerciais. Quando Portugal começou a sofrer as primeiras pressões, os britânicos enviaram a Lisboa o embaixador Lord Strangford com uma mensagem suficientemente clara: Dom João permaneceria ao lado da Inglaterra e garantiria a sua Coroa, ou então o Brasil seria invadido. O comércio com o Brasil via Portugal era de importância vital para a Inglaterra e perdê-lo não estava nos planos dos britânicos<sup>37</sup>. Com a aproximação do exército francês e vendo que Portugal já estava perdido, e temendo que o mesmo poderia acontecer com a rica colônia que até então sustentava o Reino, Dom João, premido por uma decisão<sup>38</sup>, raspou fundo os cofres do Real Erário e decidiu abandonar Lisboa em 29 de novembro de 1807, acompanhado de 15 mil cortesãos, funcionários, músicos, artistas, arquivos e bibliotecas, protegido por quatro navios de guerra ingleses (CALDEIRA, 2000, p. 119).

A Abertura dos Portos em 1808 ao comércio internacional,<sup>39</sup> significou uma mudança de todo o sistema de comércio existente até então. A eliminação das restrições comerciais beneficiou exponencialmente a Inglaterra, única potência que poderia efetivamente aproveitar-se da medida, pois passaria a ter diretamente o mercado brasileiro aos seus produtos. Para Portugal definitivamente não foi um bom negócio. A presença de comerciantes estrangeiros nos portos brasileiros atulhou o Brasil com produtos mais baratos e as exportações passaram a se dirigir diretamente aos países compradores, desviando de Portugal que até então detinha o monopólio de navegação.

---

<sup>37</sup> Em 22 de outubro de 1807 firmou-se uma convenção secreta entre Inglaterra e Portugal pela qual o governo de Lisboa trasladaria para o Rio de Janeiro, atendendo ao desejo do primeiro, o qual protegeria a fuga da Corte, e em troca receberia a concessão de um porto no Brasil, em Santa Catarina, pela sua conexão com a Baía do Prata. O tratado não foi ratificado neste ponto. A abertura dos portos logo depois foi aceita pela Inglaterra com algumas reservas, pois o que esta pretendia mesmo era a concessão exclusiva de um porto para que exercesse monopólio (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 54).

<sup>38</sup> A decisão que Dom João tomou não ocorreu sem algum planejamento, mas certamente o foi sob forte pressão. Tinha de um lado os exércitos franceses comandados por Junot, muito próximos de Lisboa, e de outro, a armada inglesa, comandada por Sidney Smith, que bloqueou o Tejo para apressar o hesitante príncipe regente.

<sup>39</sup> A abertura dos portos às “nações amigas” na verdade se resumia à Inglaterra.

Persistindo na Europa o bloqueio imposto por Napoleão, e vendo suas mercadorias se acumularem nos armazéns, o desejo ardoroso por lucro levou os comerciantes ingleses a se lançarem com toda a sua ambição para o novo mercado além-mar, que lhes pareceu o escoadouro ideal para seus produtos. Não conhecendo o território tão bem quanto os portugueses para distribuir seus produtos, parte desses comerciantes não teve o êxito esperado para negociar suas mercadorias, que enalharam trazendo-lhes grandes prejuízos. Para criar uma estrutura de distribuição e conquistar clientela pelo extenso e desconhecido território, os atacadistas ingleses se associaram aos traficantes de escravos, já donos de uma rede capaz de entregar escravos em quase todo o país (CALDEIRA, 2000, p.125). Com essa aliança, os ingleses se firmaram no mercado e os traficantes consolidaram suas posições, a expensas dos interesses de Portugal.

#### 2.4 O TRATADO DE 1810 E A ABERTURA DOS PORTOS

A confirmação da abertura dos portos às “nações amigas” se deu através da assinatura do *Treaty of Cooperation and Friendship* (Tratado de Cooperação e Amizade) entabulado em 1810 entre Portugal e Inglaterra. Sua assinatura simbolizou a vitória da doutrina econômica liberal sobre as antigas diretrizes do mercantilismo. O principal negociador pelo lado inglês foi o exímio Lord Strangford, que arrancou de Portugal inúmeras concessões, muito mais, provavelmente, do que supunha conseguir.<sup>40</sup> No Tratado ficaram estabelecidos tarifa de 15% *ad valorem* para as mercadorias inglesas<sup>41</sup>, o que praticamente eliminou no Brasil qualquer tentativa de concorrência com os produtos ingleses; os ingleses teriam ampla liberdade de culto no Brasil<sup>42</sup>; privilégios de extraterritorialidade em que os ingleses adquiriam o direito de ser julgados no Brasil pelas leis inglesas e juízes ingleses, não havendo reciprocidade em caso contrário.

---

<sup>40</sup> O Brasil cumprira as instruções de Canning ao embaixador Strangford de “fazer do Brasil um empório para as manufaturas britânicas destinadas ao consumo de toda a América do Sul” (GALEANO, 2011, p. 257). Como dito acima, possivelmente a principal pretensão da Inglaterra era a concessão exclusiva de um porto (em Santa Catarina, dada a proximidade com a Baía do Prata) para que exercesse monopólio na região, mas se contentou posteriormente com a abertura dos portos, embora com algumas reservas.

<sup>41</sup> Para avaliar a importância dessa disposição, basta lembrar que a taxa de importação de produtos portugueses era de 16% e a de produtos de outras nações de 24% (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 55).

<sup>42</sup> Para satisfazer os ingleses toda a legislação tradicional teve de ser mudada para adaptar o casamento civil - que os brasileiros até então não conheciam e os cemitérios seculares que tiveram de ser criados.

O *Treaty of Cooperation and Friendship* também deu liberdade de culto para os ingleses no Brasil, desde que as manifestações religiosas fossem realizadas em “casas sem aparência de templo”, e não exerceu influência sobre a legislação do ensino, lembrando que a primeira tentativa de se regulamentar o ensino no Brasil foi a Lei Januário da Cunha Barbosa, de 1827, também conhecida como Lei Geral. Outras disposições do tratado estabeleciam o direito aos ingleses de construir cemitérios e templos protestantes e garantiam que a inquisição não seria instalada no Brasil, além do compromisso de Portugal de eliminar gradualmente a escravidão.

A presença inglesa no Brasil resultou em radicais modificações de sua posição no mercado internacional. O país saiu da esfera do colonialismo mercantilista português para mergulhar na dependência do capitalismo industrial inglês.<sup>43</sup>

Embora a chegada da Corte tenha representado um rebaixamento dos brasileiros, que passaram a ser tratados como inferiores pelos nobres, a presença

---

<sup>43</sup> O Tratado de 1810 configurou-se em apenas mais um desdobramento de legislações em favor da Inglaterra. Antes dele, em 5 de Janeiro de 1785, D. Maria I promulgou o seguinte alvará sobre indústrias no Brasil: “Eu a rainha faço saber aos que este alvará virem: que sendo-me presente o grande número de fábricas e manufaturas que de alguns anos por esta parte se têm difundido em diferentes capitâneas do Brasil, com grave prejuízo da cultura, e da lavoura, e da exploração de terras minerais daquele vasto continente; porque havendo nele uma grande, e conhecida, falta de população, é evidente que, quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; e menos braços haverá que se possam empregar no descobrimento, e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios que ainda se acha inculta, e desconhecida. Nem as sesmarias, que formam outra considerável parte desses mesmos domínios, poderão prosperar, nem florescer, por falta do benefício da cultura, não obstante ser esta a essencialíssima condição com que foram dadas aos proprietários delas. E até nas terras minerais ficará cessando de todo, como já tem consideravelmente diminuído, a extração de ouro, e diamantes, tudo procedido da falta de braços, que devendo-se empregar nestes úteis e vantajosos trabalhos, ao contrário os deixam, e abandonam, ocupando-se de outros totalmente diferentes, como são as referidas fábricas e manufaturas. E consistindo a verdadeira e sólida riqueza nos frutos e produções da terra, os quais somente se conseguem por meio de colonos e cultivadores, e não de artistas e fabricantes. E sendo além disso as produções do Brasil as que fazem todo fundo e base, não só das permutações mercantis, mas da navegação e comércio entre meus leais vassallos habitantes destes reinos, e daqueles domínios, que devo animar, sustentar em benefício comum de uns e outros, removendo na sua origem os obstáculos que lhes são prejudiciais e nocivos. Em consideração de todo o referido, hei por bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares de galões, de tecidos, de bordados de ouro e prata, de veludos, brilhantes, cetins, tafetás, ou qualquer outra espécie de seda; de belbuts, chitas, bombazinas, fustões, ou de qualquer outra fazenda de linho, branca ou de cores; e de panos, droguetes, baetas, ou de qualquer outra espécie de tecido de lã; ou que os ditos tecidos sejam fabricados de um só dos referidos gêneros ou misturados, e tecidos uns com os outros; excetuando-se tão somente aqueles ditos teares ou manufaturas em que se tecem, ou manufaturam, fazendas grossas de algodão, que servem para o uso e vestuário de negros, para enfardar, para empacotar, e para outros ministérios semelhantes; todas as mais sejam extintas e abolidas por qualquer parte em que se acharem em meus domínios do Brasil, debaixo de pena de perdimento, em tresdobro, do valor de cada uma das ditas manufaturas, ou teares, e das fazendas que nelas houver e que se acharem existentes dois meses depois da publicação deste; repartindo-se a dita condenação metade a favor do denunciante, se houver, e outra metade pelos oficiais que fizerem a diligência; e não havendo denunciante, tudo pertencerá aos mesmos oficiais.” *In* [http://www.iuslusitaniae.fcs.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=109&id\\_obra=73&pagina=565](http://www.iuslusitaniae.fcs.unl.pt/verlivro.php?id_parte=109&id_obra=73&pagina=565). Acesso em 20 de janeiro de 2013.

da Corte teve aspectos *positivos*: ensinou-lhes boas maneiras e deu novas cobiças e altas honrarias a comerciantes e até mesmo a traficantes de escravos (CALDEIRA, 2000, p.123). A elevação em 1815 à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves tirou do Brasil o *status* de colônia e deu-lhe autonomia administrativa. A proclamação da independência em 7 de setembro de 1822 não alterou o *status* até então vigente. O desejo da aristocracia de liberdade de comércio foi satisfeito<sup>44</sup>.

Se de um lado a massa da população ficou em idêntica situação e, no mesmo plano a escravidão, a monocultura e o latifúndio, de outro, ao contrário, a ruptura com a metrópole favoreceu os grandes proprietários de terras e grandes comerciantes. As elites não só conservaram como ampliaram os seus privilégios políticos, econômicos e sociais. Para esses grupos de interesse, a separação do Brasil de Portugal tinha como alvo a preservação da liberdade de comércio e a autonomia administrativa do país. A independência foi apenas a consolidação de um processo de ruptura política que começara anos atrás com a abertura dos portos. Mas teve fundamentos muito distintos dos que conduziram à independência dos Estados Unidos. Neste caso, a libertação à Inglaterra se deu precipuamente em virtude da luta de classes da pequena burguesia em ascensão e dos trabalhadores europeus que se viam oprimidos pelos resíduos feudais que entravavam a expansão do capitalismo.

A independência do Brasil em relação a Portugal foi proclamada para atender aos interesses comerciais da Inglaterra (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 34), que por séculos já tinha Portugal [e conseqüentemente suas colônias] na palma da mão, mantendo-o dependente econômica e militarmente<sup>45</sup>. Portugal vivia em relação à

---

<sup>44</sup> Segundo Moniz Bandeira (2007, p. 80) “A oligarquia proclamara a independência a fim de impedir a revolução, controlando o movimento popular para que não atingisse as relações de classe na sociedade brasileira”.

<sup>45</sup> Portugal se via impedido de se entregar às manufaturas desde 1703, quando assinou com a Inglaterra o Tratado de Methuen (também chamado ‘Tratado de vinhos e panos’), o que implicou na renúncia daquele país de qualquer atividade industrial e, por consequência de suas colônias, entre elas o Brasil. O Tratado tinha apenas três artigos:

*ART. I. Sua Sagrada Magestade ElRey de Portugal promette tanto cm Seu próprio Nome, como no de Seus Successores, de admitir para sempre d'aqui em diante no lleyno de Portugal, os Panos de lãa, e mais fabricas de lanificio de Inglaterra, como era costume até o tempo que forão prohibidos pelas Leys, não obstante qualquer condição era contrario.*

*ART. II. He estipulado, que Sua Sagrada e Real Magestade Britannica, em Seu próprio Nome, e no de Seus Successores será obrigada para sempre, d'aqui em diante, de admitir na Gram Bretanha os Vinhos do producto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja Paz ou Guerra entre os Reynos de Inglaterra e de França) não se poderá exigir de Direitos de Alfandega nestes Vinhos, ou debaixo de qualquer outro Titulo, directa ou indirectamente, ou sejam transportados para Inglaterra em Pipas, Toneis, ou qualquer outra vasilha que seja; mais que o que se costuma pedir para igual quantidade, ou de medida de Vinho de França, diminuindo ou abatendo huma terça parte do Direito do costume. Porem, se em qualquer tempo esta deducção, ou abatimento de Direitos, que será feito, como acima*

Inglaterra uma situação similar ao Brasil em relação àquele. Enquanto o primeiro colonizava e explorava o Brasil era concomitantemente *colonizado* e explorado pela Inglaterra. Ambos, Inglaterra e Portugal, faziam uso simultâneo da mesma estratégia de dominação impedindo o desenvolvimento de manufaturas nas suas regiões de influência de modo a perpetuar sua supremacia. Galeano (2011, p.83) relata que para não ferir os compromissos assumidos com a Inglaterra, “o Reino proibiu o funcionamento de refinarias de açúcar em 1715; em 1729, criminalizou a abertura de novas vias de comunicação na região mineira; em 1785, ordenou que fossem incendiados os teares e as fiações do Brasil”.

A luta pela independência do Brasil foi, antes de tudo, um problema de competição entre a Inglaterra e os Estados Unidos. À Inglaterra interessava a nossa independência, porque esta condição enfraqueceria Portugal e tornava mais fácil dominar o Brasil.<sup>46</sup> Aos Estados Unidos convinha que o Brasil permanecesse colônia, porque sendo Portugal forte no contexto da Europa criaria problemas à Coroa britânica, abrandando as lutas para a emancipação norte-americana (PEREIRA, 1963, p. 21). Dada a notória preponderância da Inglaterra no Brasil nesse período, especialmente da chegada da Família Real em diante, como poderiam os brasileiros reagir no sentido de evitar esse controle e eventualmente a substituição de um colonizador por outro? Pereira (1963, p. 24) esclarece essa dificuldade pois, segundo ele, era a Inglaterra que comprava nossas colheitas e vendia-nos praticamente tudo que era essencial à própria sobrevivência da burguesia, desde as roupas, os remédios, as madeiras para a construção das casas, telhas, queijos, manteiga, sal de cozinha, doces de conserva, perfumes, louças, carvão para o gás de iluminação, enxadas, martelos, pregos etc.

---

*he declarado, for por algum modo infringido e prejudicado. Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderá, justa e legitimamente, prohibir os Panos de lãa, e todas as mais fabricas de lanificio de Inglaterra.*

*ART. III. Os Ex.<sup>mos</sup> Senhores Plenipotenciários promettem, e tomão sobre si, que Seus Amos acima mencionados ratificarão este Tratado, e que dentro do termo de dous Mezes se passarão as Ratificações.*

*In [https://archive.org/stream/collecodostr02portuoft/collecodostr02portuoft\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/collecodostr02portuoft/collecodostr02portuoft_djvu.txt). Acesso em 10 de abril de 2014.*

Essa ascendência da Inglaterra sobre Portugal alongou-se naturalmente ao Brasil. Em virtude do Tratado houve no Brasil destruição até de alambiques, de oficinas tipográficas, de tudo que representasse indústria competitiva com o que se produzia na metrópole.

<sup>46</sup> Finalmente o Brasil libertado de Portugal, a Inglaterra para nos enfraquecer, estimulava-nos a lutar contra nossos vizinhos (Província Cisplatina e Guerra do Paraguai), o que ainda lhe dava a vantagem de vender seus armamentos obsoletos e eliminar veleidades de industrialização (PEREIRA, 1963, p. 21).

O preço da independência foi amargo e inaugurou o endividamento externo do Brasil, inicialmente perante a Grã-Bretanha, cujo empréstimo foi tomado junto ao Banco Rothschild, casa bancária privada judia, uma das mais importantes da Europa à época.<sup>47</sup> Com o dinheiro obtido, o país pagou a Portugal indenização de 2 milhões de libras esterlinas, num acordo que ficou conhecido como Tratado de Amizade e Aliança firmado entre Brasil e Portugal.<sup>48</sup> Como salientado acima, a independência do Brasil foi o resultado da vitória e consolidação dos interesses comerciais ingleses na região, muito diferente da independência dos Estados Unidos que partiu do “impulso das lutas de classes na Inglaterra, da ascensão da burguesia, da revolução industrial, num processo de luta armada que lhes deu consciência de sua identidade nacional” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 34).

A partir de 1822, dependente economicamente da Grã-Bretanha, o Brasil sofre por parte dos ingleses uma forte pressão antiescravista. Por razões eminentemente econômicas, a forte pressão decorreu da intensa industrialização que se seguia no país insular do outro lado do Atlântico e provavelmente pelo menor custo do empregado assalariado em relação ao escravo, malgrado eles próprios tenham por pelo menos dois séculos explorado a mão de obra escrava nas suas inúmeras colônias. Mas os tempos eram outros e a busca pelo lucro, permeada pela dominação, exigiam renovadas estratégias. O país, por sua vez, não reunia condições de resistir com algum vigor às influências que recebia, nem aos achaques

---

<sup>47</sup> Mas não teria sido a primeira vez que o Brasil recorria à Inglaterra com o pires na mão. O Protesto a seguir bem o demonstra: PROTESTO DE J. G. LEDO NA SESSÃO DE 23 DE JUNHO DE 1822. Senhor! Pede a Honra e o Decreto de V. A.R., pede a Dignidade do Brasil que eu represente a V.A.R. que me parece extremamente indecente que um particular em nome do Governo do Rio de Janeiro ou por ele autorizado, visite, inste, solicite do Corpo de Comércio britânico residente nesta Corte subsídios pecuniários a favor do Tesouro Público Nacional. Que infeliz, que vergonhoso contraste! Uma Potência (assim considero o Brasil) mendigando pelas portas dos negociantes ingleses, e proclamando a sua independência! Um quadro de caricatura e vergonha! Os empréstimos públicos solenes são admissíveis e usados; e quadram bem às nossas circunstâncias, porque são dirigidos a manter a nossa honra e a nossa liberdade. Nossos imensos recursos, uma vez que esta seja consolidada, afiançam nosso desempenho; mas pedir esmolas a estrangeiros... pedir-lhes gratuitamente... de porta em porta... e sofrendo uma bem sardônica oscilação... Senhor! perdoe V.A.R. minha franqueza, é indigno, é indecoroso. (Transcrito do Documento nº 928 do Arquivo do Museu Paulista, fls. 8-8v.) In: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS1-Conselho\\_dos\\_Procuradores\\_Gerais\\_das\\_Provincias\\_do\\_Brasil\\_1822-1823.pdf](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS1-Conselho_dos_Procuradores_Gerais_das_Provincias_do_Brasil_1822-1823.pdf). Acesso em 05 de junho de 2014.

<sup>48</sup> Em 1818, o viajante inglês Henry Koster, depois de nos ter visitado e observado, escrevia que o Brasil mudara de metrópole, cessando de “depender de Portugal para se tornar colônia da Grã Bretanha”. “Brasil, colônia de banqueiros – a história dos empréstimos de 1824 a 1934”, de Gustavo Barroso, in [http://www.google.com.br/?gfe\\_rd=cr&ei=76hGU8-AGMai8we3mICwCg#q=Brasil+-+Col%C3%B4nia+de+Banqueiros+\(1934\)](http://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=76hGU8-AGMai8we3mICwCg#q=Brasil+-+Col%C3%B4nia+de+Banqueiros+(1934)). Acesso em 10 de abril de 2014.

e extorsões que se multiplicaram ao longo de sua história, ainda que eventualmente o direito ao seu lado estivesse.<sup>49</sup>

Premido pela Inglaterra, não obstante a subscrição dos documentos pelo Brasil, os tratados antiescravistas não foram efetivamente cumpridos. Contudo, o primeiro tinha que dar uma resposta que não a desagradasse, vez que o país europeu era o principal comprador da produção do café, numa época em que se buscava a expansão da venda desse produto, e também o principal fornecedor de produtos manufaturados aos brasileiros. Outro fator que impelia os brasileiros a uma aparente acessão às pressões inglesas no intento abolicionista era o fato de que os principais banqueiros eram os ingleses, de onde partiam empréstimos e financiamentos especialmente aos produtores de café e aos que iniciavam a industrialização do país. Mas era tudo só “para inglês ver”. As sucessivas “chicanas” para protelar uma solução em favor do abolicionismo foram recrudescendo as relações político-econômicas tanto no âmbito interno quanto externo. A manutenção da escravidão interessava obviamente aos escravistas que viam nessa manutenção o exercício de soberania nacional, revelando, ao mesmo tempo, a forte dependência da mão de obra escrava nas fazendas.

A preponderância Inglesa no Brasil perdurou por muito tempo ainda depois do fim da monarquia, mas um *fenômeno* irrefreável, de grandes proporções, já vinha deitando sua sombra sobre o Brasil e o acompanhando desde a vinda da Família Real: o colosso anglo-saxão do Norte do hemisfério.

Os tratados de 1810 com a Grã-Bretanha, na aparência inexplicavelmente leoninos, ganham novo sentido ao pensar-se na agressividade do comércio norte-americano, após a abertura dos portos (WRIGHT, 1978, p. 63).<sup>50</sup>

<sup>49</sup> Na Ata do conselho de estado - Segundo Conselho de Estado, 1823 – 1834 - Sessão 25ª, relativamente a *nota diplomática de Lord Ponsonby, exigindo restituição completa indenização de todos os navios ingleses apresados durante o bloqueio do Prata, fez sérias ameaças de represália, em caso de não atendimento, foi proposto que o Ministro responda energicamente mas pague a indenização reclamada. Em seguida, reunidos os Conselheiros de Estado e o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, unanimemente os Conselheiros de Estado, malgrado a reconhecida ilegitimidade da pretensão exigida pela Grã-Bretanha, foram todavia de parecer que se pagassem os prejuízos alegados por aquela maneira que o Governo julgasse adotar por mais conveniente, pois “antes se fizesse um sacrifício pecuniário, de que sofreremos a represália, de que éramos ameaçados, donde resultariam graves danos à Nação, obrigando-nos talvez a um rompimento que nos seria sumamente ruinoso”.*

In: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS2-Segundo\\_Conselho\\_de\\_Estado\\_1822-1834.pdf](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS2-Segundo_Conselho_de_Estado_1822-1834.pdf). Acesso em 5 de junho de 2014.

<sup>50</sup> Os tratados se constituíram numa espécie de caução contra a agressividade do comércio norte-americano e, por outro lado, ao mesmo tempo, renovados temores dos Estados Unidos quanto aos objetivos recolonizadores da Grã-Bretanha (WRIGHT, 1978, p. 63).

A proclamação da República logo após a abolição da escravatura foi consequência fatal das contradições existentes, de um lado entre o pré-capitalismo e a burguesia ascendente em luta contra a escravidão, e de outro, as instituições anacrônicas do sistema monárquico, que insistia em preservar aquele modo de produção, justamente para tentar salvar o trono. Mas a queda da monarquia foi inevitável e veio no compasso das revoltas que se sucediam no campo e nas cidades com a fuga dos escravos, assassinatos dos senhores pelos negros, incêndios nas fazendas, auxiliados por estudantes, intelectuais e outros elementos da classe média que empunhavam a bandeira do fim da escravatura (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 196). O problema medrava e se alastrava rapidamente, a polícia não tinha forças para reprimir e o exército cruzara os braços. Sem apoio, a monarquia sucumbiu subitamente sem ver êxito em nenhuma das medidas econômicas que adotara adrede para evitar o colapso.<sup>51</sup> O Brasil, agora como república, não era mais a exceção em todo o hemisfério americano. E deixando de ser monarquia, o Brasil acabou por frustrar as expectativas europeias de que se mantivesse ou se revelasse um importante contraponto na América às pretensões econômicas e comerciais norte-americanas na região. A última esperança das monarquias do Velho Mundo sucumbia sem resistência ao *destino manifesto* da raça escolhida por Deus encarregada de levar a civilização anglo-saxônica às raças inferiores. Como o futuro houve de demonstrar, ao transformar-se em república, o vasto país do Sul acabou de vez enredado no gradil da Doutrina Monroe. Era o princípio da americanização do Brasil.<sup>52</sup>

## 2.5 RELIGIÃO E ENSINO - DO BRASIL COLONIAL À INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA

O avanço do protestantismo levou a Igreja Católica a mover-se no sentido de uma reorganização concomitantemente a uma reação à Reforma, promovendo um movimento com características conservadoras. A principal manifestação da Contrarreforma foi o Concílio de Trento, cujas reuniões se deram de 1545 a 1563, resultando na reafirmação da doutrina católica e das questões disciplinares.

---

<sup>51</sup> Dentre as medidas que o governo imperial adotou para evitar a queda estavam a liberação do crédito e a fixação de novas tarifas para proteger a indústria, em bases de 50 e 60% (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 197).

<sup>52</sup> O Visconde de Outro Preto, presidente do último gabinete de D. Pedro II, teria denunciado, em 1891, “o dedo de Blaine na queda do Império”.

Espanha e Portugal se destacaram como sustentáculos da Contrarreforma, recorrendo ao Tribunal do Santo Ofício e aplicando eficazmente seus cânones, especialmente frente aos hereges e aos que aderiram ao cisma.

Nesse contexto de reorganização e reafirmação muitas ordens religiosas foram reestruturadas ou fundadas. Dentre elas a que mais se destacou foi a Companhia de Jesus, uma ordem eminentemente educadora fundada por Inácio de Loyola em 1534 e recebeu do Papa Paulo III, seis anos depois, o título de ordem religiosa. A ação dos jesuítas extrapolou os limites territoriais da Europa, onde cuidava especialmente de reconquistar o catolicismo em regiões protestantes, e avançou para a América, África e Ásia, onde, sem ministério específico, a ordem incumbiu-se de múltiplas atividades, entre elas missões de apostolado, ação política e de ensino, ministério este incluído em 1547 e reputado indispensável às ações contrarreformistas da Igreja. Apesar dessa multiplicidade de atividades, desde a fundação da Companhia por Loyola, os soldados de Cristo estavam sendo preparados para atuarem basicamente na educação, seja na educação formal, seja no ensino informal, pela catequese, caracterizando-se numa ordem nitidamente pedagógica. A rígida disciplina dos jesuítas era consentânea com os primados católicos reafirmados no conjunto de circunstâncias que favorecia o avanço da Reforma, e que precisava ser detido, pois rompera com a unidade cristã, dividindo a cristandade em católicos, luteranos, anglicanos, calvinistas e inúmeras outras seitas.

Um consistente processo era conduzido para seleção dos membros da Companhia que, em regra, mostravam sólida preparação religiosa e cultural. Um voto especial de obediência para ingresso dos professos na Companhia de Jesus era assim proferido:

os membros consagrarão suas vidas ao constante serviço de Cristo e do Papa, lutarão sob a bandeira da cruz e servirão ao Senhor e ao Pontífice romano como o vigário de Deus na Terra, de tal forma que executarão imediatamente e sem vacilação ou escusa tudo o que o Pontífice reinante ou seus sucessores puderem ordenar-lhes para o proveito das almas ou para a propagação da fé, e assim agirão em toda a província aonde forem enviados, entre turcos ou quaisquer outros infiéis, na Índia distante, assim como em região de hereges, cismáticos, ou indivíduos de qualquer tipo (AQUINO, 1988, p.87).

A grande influência exercida pela Companhia de Jesus em Portugal ramificou se manifestando na religião, na política e no ensino, possuindo representantes da ordem na direção de colégios e universidades, confessores na corte e outros investidos em cargos na administração. A ascensão dos jesuítas em Portugal foi

constante até a irrupção das desavenças com o marques de Pombal, o que culminou com a expulsão da Ordem em 1759.

Entre os seis jesuítas da Companhia de Jesus que desembarcaram nas terras achadas por Cabral estava o padre Manoel da Nóbrega. A Companhia tinha por missão, em território europeu, combater a heresia, caracterizada especialmente pela expansão do movimento protestante e, além-mares, propagar a fé e difundir o evangelho a todos os povos, pela ação pedagógica. Quatro anos depois da chegada do grupo foi fundada a província brasileira dos jesuítas. Tinham como tríplice tarefa catequizar os índios, conservar e nutrir a fé dos filhos dos colonizadores, pela ação educativa (MESQUIDA, 1994, p. 49). Os padres, ao mesmo tempo em que detiveram o monopólio da educação escolar por mais de duzentos anos, estavam envolvidos em todos os setores da vida colonial, servindo de intermediários entre os proprietários rurais e as autoridades portuguesas (MESQUIDA, 1994, p. 50). Os jesuítas estavam convictos desde o início que a educação era essencial para todo o esforço missionário. O fator primordial para esse fim seria a comunicação que teriam de desenvolver com os nativos, o que foi facilitado graças à sua preparação em linguística e oratória.

A metodologia educativa estava sistematizada no *Ratio Studiorum*, cuja atuação era consentânea com a política colonial oficial que preferia a erradicação das culturas nativas e uma “europeização” dos povos conquistados. A eficiência da pedagogia jesuítica é verificável pelos poucos anos que eram necessários para uma redução estar em pleno funcionamento. A educação das crianças merecia especial atenção, já que elas aprendiam mais fácil e rapidamente, podendo, ato contínuo, transmitir o conhecimento aos adultos e mais tarde ensinar as outras gerações.<sup>53</sup>

A atividade dos jesuítas na Colônia encontrou espaço propício para a promoção do domínio espiritual e penetração da cultura europeia. Foram eles, no entanto, que lançaram as bases da educação popular, como demonstra Azevedo (1996), nos pátios dos colégios ou nas aldeias da catequese, ensinando na mesma comunidade escolar, filhos de nativos e de reinóis, brancos, índios e mestiços.

Com a imposição dos ideais dos jesuítas, os nativos foram paulatinamente assimilando não apenas uma nova língua, o português, mas uma nova cultura e uma diferente concepção de mundo, cujo encontro culminou com o choque de duas

---

<sup>53</sup> As diretrizes pedagógicas baseavam-se na *Ratio Studiorum*, documento contendo trinta capítulos, cada um deles com prescrições ortodoxas destinadas às pessoas envolvidas no processo, como os membros de um colégio, professores, alunos, reitor etc. (BERGER, 1984, p. 165).

culturas e destruição da autóctone. Esse *encontro* foi essencial para o colonizador, pois por meio da atividade jesuítica foi possível resguardar a unidade de sua cultura e de sua civilização. Do mesmo modo, a expansão da cultura europeia implicava de algum modo na garantia da dominação e na proteção da integridade do território.

Desenvolvendo um processo educativo muito mais voltado à defesa da Igreja, à difusão de uma cultura de submissão aos ditames da Coroa portuguesa e à luta contra o protestantismo, os jesuítas encontravam-se numa situação muito distinta dos protestantes no que diz respeito a questões como liberdade, uso da razão, livre exame das ideias. Enquanto estes já se aventuravam por novos caminhos, aqueles encontravam-se presos aos dogmas, ao metafísico, voltados a uma educação limitada quase exclusivamente às letras.

O colonizador confiou à Companhia de Jesus a sua atuação na colônia por ser já famosa a superioridade de suas escolas e pelo seu zelo apostólico, já que ao governo a educação não interessava senão como um meio de submissão e de domínio político, que mais facilmente se podiam alcançar pela propagação da fé, com a autoridade da Igreja e os freios da religião (AZEVEDO, 1996, p. 516).

O plano da educação jesuítica envolvia o ensino elementar, que servia de instrumento de catequese, curso de humanidades e de artes. Trabalhava sete artes liberais: aritmética, astronomia, geometria, música, gramática, retórica e lógica. As quatro primeiras compoem o *quadrivium*, e as três últimas o *trivium*, como se pode apreender do *Ratio Studiorum*. Tratava-se, em verdade, de uma educação clássica, eis que aos Jesuítas, portadores de uma disciplina extremamente rígida e restauradores do dogma e da autoridade, o ensino representava a formação de uma cultura básica, e não interessavam assuntos emergentes em parte da Europa como liberdade, inovação, o que manteve o Brasil à margem das atividades criadoras. Destaca Mesquida (1994, p. 51) que os jovens da classe dominante recebiam uma educação “literária e retórica, sem nenhuma preocupação utilitária e se preparavam para seguir seus estudos na Europa”. Assim, formava-se a mentalidade da elite e do clero brasileiros, cuja preocupação se voltava para o culto às aparências e o fascínio pelos títulos acadêmicos.

O dualismo pedagógico dos jesuítas atuava na direção da conservação do *status quo* dominante, inclusive formando uma classe dirigente, nos colégios, e uma camada de semiletrados, nas escolas. Enquanto as escolas de *primeiras letras* atendiam aos índios e aos filhos dos portugueses, as escolas *superiores*, ou colégios, visavam à formação dos “quadros eclesiásticos e civis” visando a formação

de uma “elite intelectual e burocrático-religiosa, capaz de defender e sustentar os interesses do colonizador” (MESQUIDA, 1994, p. 49).

O denominado Século das Luzes refere-se na verdade a um período mais extenso que o lapso de cem anos, mas que se convencionou assim chamar pelo realce do fenômeno histórico ocorrido no Século XVIII, que se caracterizou por um período em que se deu ênfase à razão em lugar da fé. Um grande expoente desse movimento foi Kant, que em 1784 escreve “O que é esclarecimento?” declarando que “a natureza libertou (...) a inclinação e a vocação [do homem] para *pensar livremente*, (...) graças à qual este se torna cada vez mais capaz de ter a *liberdade de agir* (...), que doravante é *mais do que uma máquina*, na medida de sua dignidade”.

O iluminismo chega a Portugal e Sebastião de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, visando promover uma reforma econômica, administrativa e intelectual, reconhece que é dever do Estado assumir a responsabilidade pela educação, para cujo custeio deverá ser instituído um imposto específico, o *subsídio literário*, em lugar do dízimo - recurso que até então mantinha os Jesuítas (BERGER, 1984, p. 166). Para implementar essa reforma, pombal determinou a expulsão dos Jesuítas, em 1759, substituindo a educação jesuítica pela instituição de *aulas régias*, para as elites, e *escolas régias* de ler e escrever, para os pobres, notadamente os filhos dos colonos. Contudo, as motivações para a expulsão se restringiram ao campo econômico,<sup>54</sup> de modo que com a medida o dízimo e as fazendas dos jesuítas ficariam doravante para o Estado. No entanto, malgrado os esforços de Pombal, sua reforma não funcionou no Brasil. A principal razão decorreu da ausência, na colônia, de uma elite burguesa para instaurar o modo de produção capitalista.

A partir da expulsão em 1759 até a chegada da Família Real no Brasil em 1808, praticamente nada foi feito em termos de educação. Os padres foram expulsos, os colégios fechados e os bens dos jesuítas confiscados e nada foi aberto no lugar no interregno de aproximadamente 50 anos. Um hiato que aparentemente poderia representar apenas um vácuo em uma *área de pouca importância* para a Coroa, cuja ação poderia ser retomada a qualquer tempo sem qualquer prejuízo maior ou perda tanto para o colonizador quanto para o colonizado. Contudo, os

---

<sup>54</sup> Os ataques empreendidos pelas Coroas portuguesa e espanhola às missões jesuíticas na América do Sul, no fim da década de 1750 foi camuflada e se definiu por um texto de propaganda financiada e apoiada pelo Estado, a *Relação abreviada*. Este texto foi de grande importância na batalha que se travava em toda a Europa, e que levou à supressão dos jesuítas pelo papa Clemente XIV (MAXWEL, 1986, p. 20).

cinquenta anos de vazio educacional, ainda que não de uma educação ideal, representou um abismo impossível de ser obturado (BERGER, 1984, p. 166).

Por outro lado, as demandas das elites e a conveniência da Coroa de centralizar os estudos superiores na metrópole fizeram afluir, especialmente à Universidade de Coimbra, grande número de estudantes que formariam a elite cultural da Colônia e representariam praticamente todos os homens graduados do Brasil. As medidas tomadas pelo colonizador no sentido de tentar introduzir a Metrópole portuguesa e suas colônias no modo de produção capitalista, antes de lançar-se na direção da modernidade, aderindo à procela levantada pela Revolução Industrial nos países vizinhos, especialmente a Inglaterra e em seguida França e Alemanha, conduziu a Colônia brasileira à plena obliteração de seu sistema educacional (BERGER, 1984, p. 166).

Com o Iluminismo e o ideário burguês que animou a Revolução Francesa, surgiram, sob os auspícios da Revolução Industrial, propostas para uma educação mais ampla, idealizando uma escola universal, pública, laica, obrigatória e gratuita. No Brasil, contudo, nem a chegada da família real promoveu uma mudança no quadro, especialmente quanto à educação básica. O bloqueio imposto pela marinha francesa impedia o deslocamento dos filhos dos nobres e da aristocracia para seus estudos superiores em Coimbra. Com isso, e apenas para atender as demandas das elites, o soberano D. João VI cria os cursos de engenharia da Academia Real da Marinha e da Academia Real Militar, o curso de cirurgia da Bahia, de Medicina do Rio de Janeiro, e outros.

As grandes mazelas nessa área ainda estavam por acontecer, gênese de uma herança cultural que caracterizou o Brasil de então e que jamais abandonou o terreno legislativo até os dias atuais: o que se convencionou chamar, desde princípios do Século XIX, “para inglês ver”, leis frequentemente editadas, por exigência da Inglaterra, que exercia forte pressão para que fosse abolida a escravidão, apenas para satisfazê-la, sem, contudo, qualquer efetividade quanto à sua destinação. Nesses tempos já estava presente essa prática, por parte da Inglaterra, de fazer leis para serem cumpridas por outros povos ou países, de interferir no processo legislativo alheio, política que posteriormente passou a ser exercida pelos Estados Unidos da América.

Deste modo, no aspecto legislativo, o Brasil recém-independente caracterizou-se pelas extensas discussões políticas e pela profusão de leis que em regra não passaram de letra morta. A discussão do conceito de educação pública

vinha sendo travada há tempos e não logrou uma definição ou consenso. Extensos debates eram promovidos sobre importantes assuntos, mas que em regra descambavam para questões acessórias e nada se resolvia. Para melhor entender a questão, convém elencar as principais normas que passaram a vigor ou que foram objeto de discussão apenas.

As tentativas do Império de promover uma sistematização das questões referentes às escolas de primeiras letras demonstravam a atenção então dedicada ao assunto, no que diz respeito à edição de leis, cuja efetividade, porém, não alcançava a realidade. A bandeira da Educação era frequentemente içada por aqueles que tinham alguma preocupação com o futuro da nação, tendo como espelho modelos da Europa e dos Estados Unidos, se destacando especialmente pelo franco desenvolvimento econômico, e pretendiam seguir os passos acertados desses países no delicado campo da educação. Mas a ausência de ideias próprias, consubstanciadas em um plano ou projeto, bem como de verbas específicas para financiamento dessas iniciativas, levavam, de um lado, à exaltação dos modelos alienígenas como a solução ideal para nossa realidade, e de outro, a paralisia desses projetos que deixavam de ser implantados em razão da falta de recursos, da inexistência de professores qualificados e, sobretudo, pelo desinteresse do governo no assunto.

Em 1821, pelo Decreto de 30 de junho, permitiu-se a qualquer cidadão o ensino e a abertura de escola de primeiras letras, independente de exame ou licença.<sup>55</sup> Em 1825 procurou-se organizar o ensino nas províncias, em cujo Aviso de 26 de fevereiro o governo pedia às províncias informações sobre a instrução pública, visando melhorar em todo o Império os meios de instrução. Dois anos depois uma nova lei imperial, de 15 de outubro de 1827<sup>56</sup>, disciplina vários assuntos, entre eles o

---

<sup>55</sup> Na realidade, a “liberdade de ensino” começa a ser discutida na segunda metade do século XIX, com o movimento republicano, em especial, a partir da reforma Couto Ferraz, de 1854, e no projeto de reforma Leôncio de Carvalho, de 1878.

<sup>56</sup> LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827 – Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte: Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias. Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não estiverem em exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembléia Geral para final resolução. Art. 3º Os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente a Assembléia Geral para a aprovação. Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas

uso do Ensino Mútuo (ou Método Lancaster), os castigos que deveriam ser aplicados [artigo 15], a nomeação e salários de professores, entre outros. Como já referido, esta lei chamou-se Lei Geral ou Lei Januario da Cunha Barbosa. Para Laski (1973), a elaboração da lei Geral por Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo tinha o espírito da burguesia europeia, que acreditava que a universalização do ensino primário era fator de progresso e refletia a modernidade, um pensamento claramente liberal.

A preocupação com a educação presente nas normas citadas era, então, fruto dos ideais revolucionários franceses, dos quais estavam imbuídos os políticos liberais presentes na Constituinte de 1823 (MIGUEL, 1999, p. 89). Tais preocupações geraram dispositivos importantes, como na Constituição imperial de 1824 estabelecendo em seu artigo 179 a garantia de instrução primária gratuita a todos os cidadãos e, na lei de 15 de outubro de 1827, a determinação de criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos.

Muitas iniciativas foram levadas a efeito na tentativa de resolver o problema da instrução pública no Império. No período, se pensou muito sobre muitas coisas, exceto na instrução pública. Conforme observa Chizzotti (2005), por iniciativa do imperador, foram criados o Colégio das Educandas e a Escola de Ensino Mútuo. Contudo, a centralização das decisões e a necessidade de recursos para manter as escolas, recaíam exclusivamente à Corte, deixando o erário à míngua. Planos de descentralização começaram a se esboçar já na Constituinte, propondo maior autonomia às províncias e delegando a elas a promoção da “educação da mocidade”. O projeto, contudo, não vingou. Anos mais tarde, novas tentativas de descentralização encontraram novos óbices: o primeiro, um novo projeto sugerido pela Comissão de Instrução Pública e, em seguida, o projeto de criação de universidades, sendo que o primeiro tramitou por dois meses e se perdeu, *atropelado* pelo segundo (CHIZZOTTI, 2005, p 37).

Uma nova e ambiciosa tentativa foi levada a efeito pelo Conde de Barca, o qual dividiu a instrução pública em quatro graus, reproduzindo o ideário de Condorcet. Contudo, mais este projeto foi sumariamente abortado em vista dos mesmos e indisfarçados obstáculos: a falta de recursos para implementar um projeto

---

capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm). Acesso em 21 de maio de 2014.

tão amplo, e o risco de se formar uma “massa letrada” que absolutamente não interessava à Coroa (BERGER, 1984, p. 166).

Abandonado o projeto anterior, no âmbito da Constituinte de 1823 a Comissão de Instrução Pública propôs a realização de um concurso entre intelectuais para elaboração de um tratado para a educação da mocidade, cuja iniciativa materializou-se num decreto oferecendo uma premiação ao vencedor. Alguns planos e projetos foram apresentados, como o de Martim Francisco Andradas, intitulado “Memória sobre a reforma dos estudos menores da província de São Paulo”. Este e outros, porém, não tiveram seguimento em razão de postergações e deliberações políticas que se atinham a questões menores e debates acessórios como a discussão sobre a premiação a ser dada ao vencedor. Em suma, se discutia sobre muitas coisas, exceto educação (CHIZZOTTI, 2005).

Os projetos que chegaram a tramitar, como o de Andradas, voltavam cheios de emendas e remendos até o momento que *iam e não voltavam mais*, o que demonstrou que os constituintes não tinham de fato um projeto de instrução pública, cujo projeto da Constituinte de um tratado de educação foi relegado a um segundo plano. Em meio ao imbróglio legislativo, uma norma<sup>57</sup> possibilitou a instrução primária por meio da educação privada, possibilitando a abertura de escolas particulares, especialmente no Rio de Janeiro, o que se mostrou num primeiro momento bastante auspicioso pela perspectiva de irradiação a todo o Império da instrução primária às massas.

A instituição de universidades não teve melhor sorte. O projeto apresentado à Constituinte, em 19 de agosto de 1823, propondo a criação de duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda, descambou em discussões e em uma profusão de emendas, algumas fundadas em disputas políticas, outras em vaidades pessoais, que não mudaram, contudo o projeto original, o qual foi sancionado em 4 de novembro. Oito dias depois, a Assembleia foi dissolvida. Segundo Sucupira (2005, p. 57), infelizmente, “a Constituinte de 1823, com todos os discursos patrióticos e exultantes, em seis meses de trabalho produziu mais discursos patrióticos e oradores esfuziantes sobre a instrução que diretrizes fundamentais para a educação nacional”.

---

<sup>57</sup> Para conhecer na íntegra o texto original do Decreto nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854, acessar: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>.

Por estar baseada num modo de produção escravocrata, a economia do Império dependia fundamentalmente dos recursos oriundos das atividades extrativistas e agropecuárias, de cujo trabalho se dedicavam os escravos, portanto não cidadãos. Essa divisão de classes se revelou um importante entrave aos propósitos de educação gratuita a todos, justamente pela reduzida população de cidadãos. Para Miguel (1999, p. 92), o significado de “educação pública” no período imperial brasileiro não tinha a conotação de educação popular, enquanto instrumento necessário de disseminação de conhecimentos fundamentais para a formação da cidadania e construção da nacionalidade. O descaso ou descompromisso do governo para com a educação se refletia na classe política e nas classes dirigentes. Não havia uma preocupação com a afirmação do imperativo democrático de universalização da educação básica. Para as elites, fundamentalmente as grandes oligarquias do patriciado rural, o mais importante era uma escola destinada a preparar as elites políticas e quadros de nível superior, de modo a garantir a estabilidade das instituições e do regime monárquicos (CHIZZOTTI, 2005 p. 67). Este autor aponta que em 1874, enquanto as províncias aplicavam 20% de suas receitas em instrução pública, o governo central não gastava mais que 1% da renda total do Império.

O advento de um novo modo de produção determinou a mudança da concepção de mundo, do modo de ver o mundo até então fundada numa economia majoritariamente extrativista e agrícola e fundada na mão de obra servil e/ou escrava. O movimento Iluminista e a chegada da máquina determinaram a emergência da burguesia ao poder político e a industrialização reclamou uma nova relação entre o dono do meio de produção e aqueles que produzem. Em decorrência dessa marcha, as demandas do processo de industrialização chegaram à educação vista como um *direito* e uma *necessidade social*, mais propriamente uma exigência da burguesia de ensinar os trabalhadores e seus filhos a *fazer*. O novo modo de produção passa então a exigir habilidades e conhecimentos dos trabalhadores de modo que possam operar e produzir não mais como camponeses numa sociedade feudal, mas sim numa sociedade urbana e moderna em franca expansão industrial (MÉSZÁROS, 2008, p. 15).

Essa mudança se expande e toca *corações e mentes*. Os progressistas e defensores do processo de industrialização querem usufruir das benesses do capitalismo e entrar de vez na modernidade. Em busca de melhores condições de vida e na luta por segurança e estabilidade, o campesinato se muda para as cidades

num processo migratório que perdura até os dias atuais, guardadas proporções adequadas, inchando as periferias e gerando problemas sociais de várias ordens.

Para a eficiência desse processo em franco desenvolvimento, a educação é vista como mecanismo importante, senão essencial. Portugal tentou promover reformas nessa área em seu território e nas colônias.<sup>58</sup> Fracassou! Desconstruiu no Brasil dois séculos erigidos pela educação jesuítica sem nada pôr em seu lugar, promovendo um *limbo* educacional que se estendeu pelo tempo de uma geração e determinou um atraso fenomenal (BERGER, 1984, p. 165-166). Por todo o Século XIX, especialmente no curso do Império, falou-se muito e realizou-se pouco, como acabamos de ver. As poucas realizações se restringiram aos institutos superiores que tinham por finalidade propiciar educação à aristocracia, impedida de seguir para a metrópole.

No plano político, a preocupação com a educação jamais conseguiu se dissipar. Se de um lado o modo de produção vigente, ainda embrionário, fazia exigências educacionais por meio da boca dos republicanos empenhados no movimento de proclamação da república, fazendo eclodir demandas e exigências educacionais com objetivo certo e determinado de qualificação do indivíduo para que atue segundo as regras e planos do sistema com competência e profissionalismo, por outro, parece colidir com iniciativas de uma educação emancipadora ou libertadora que ponha em risco, em alguma medida, o poder dominante instituído. Trata-se, na verdade, de um paradoxo! O mesmo sistema que promove seguidas reformas na área da educação, prometendo cada vez a construção de um novo *edifício*, mais sólido, é o mesmo que implodiria as antigas edificações, historicamente construídas, gerando apenas montes de escombros difíceis de ser removidos.

## 2.6 PRESENÇA PROTESTANTE NO BRASIL E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO. O CASO DOS METODISTAS

A Igreja Metodista, religião de fé cristã protestante, organizada pelo reverendo inglês John Wesley, enfatizou o estudo metódico da Bíblia, e a busca da relação pessoal entre o indivíduo e Deus. Em meados do século XIX, os

---

<sup>58</sup> O Marquês de Pombal tentou organizar a escola para servir aos interesses do Estado, implantando um novo modelo de educação que conduzisse à modernização da sociedade e desenvolvimento da economia portuguesa.

metodistas representavam a igreja mais robusta dos Estados Unidos e a mais poderosa igreja na área educacional, contando com 38 universidades, um expressivo número de *colleges* e instituições de educação básica (MESQUIDA, 1994). Em 1835, o Reverendo Fountain E. Pitts, portando uma carta de recomendação do presidente Andrew Jackson, foi enviado pela Igreja Metodista Episcopal dos Estados Unidos ao Brasil. Sua incumbência era avaliar as possibilidades de estabelecimento de uma missão metodista neste país.

O Rev. *Ronan Boechat de Amorim* oferece uma descrição cronológica de “A Chegada do Metodismo ao Brasil e o Trabalho dos Missionários - Uma síntese do Metodismo no Brasil de 1832 até 1885”: Em 1832, relata, a Conferência Geral da Igreja Metodista dos EUA decide estudar a possibilidade de abrir trabalho missionário na América do Sul. Em 19 de agosto de 1835 desembarcava no Rio de Janeiro o Rev. Fountain E. Pitts, com a tarefa de reconhecimento e avaliação da abertura de frentes missionárias no Brasil, Uruguai e Argentina. Logo no início de 1836 o Rev. Pitts retorna aos EUA recomendando que se estabelecessem missões no Rio de Janeiro e Buenos Aires. Ele disse: “aquela gente tem o coração aberto para o Evangelho”. Em 29 de abril desse 1836 chega ao Rio de Janeiro, o Rev. Justin Spaulding para organizar o trabalho missionário. Em junho de 1836 ele organiza a primeira Escola Dominical da Igreja Metodista no Brasil e a primeira Escola Dominical no Brasil. Tinha 30 alunos, entre os quais alguns brasileiros e o ensino era ministrado em português. Em 12 de novembro de 1937 chegaram novos missionários. O trabalho era intenso. O povo brasileiro apreciava a pregação dos metodistas, mas havia muita oposição e hostilidade por parte dos padres. Estes diziam que o “protestantismo era o reino do Diabo”.

Em agosto de 1871 o Rev. Junius E. Newman, um imigrante que era pregador metodista, depois de autorizado pela Igreja Episcopal do Sul, organizou em Saltinho, perto de Santa Bárbara, SP, a primeira Igreja Metodista no Brasil, integrada por imigrantes norte-americanos. Em 2 de fevereiro de 1876 chegava ao Brasil o Rev. John James Ransom, oficialmente o primeiro missionário metodista no Brasil enviado pela Igreja Metodista Episcopal do Sul dos EUA, que depois de algum tempo preparando-se, acabou por residir e desenvolver um trabalho missionário na cidade do Rio de Janeiro. Em 16 de maio de 1881 chegam três novos missionários que vão trabalhar na cidade de Piracicaba, São Paulo. Em de setembro de 1882, os metodistas do Rio de Janeiro [liderados pelos Rev. Ransom e Rev. Kennedy] constroem o 1º templo metodista no Brasil, a capela do Catete.

O relatório estatístico da Missão no ano de 1883 registrava o seguinte: 5 missionários homens, 4 missionárias casadas, 1 missionária solteira, 2 colportores (viajantes vendedores de Bíblias e livros), 130 membros e 21 candidatos a membro da Igreja Metodista do Brasil. Em janeiro de 1885, o Rev. Koger, Superintendente Geral da Missão no Brasil, promove em Piracicaba uma reunião de todos os missionários metodistas no Brasil. A reunião ganhou o nome de Conferência Anual Missionária e realizou-se de 14 a 20 de janeiro. Entre outras coisas - descreve o Rev. Kennedy no seu livro ***Cincoenta Anos de Methodismo no Brasil*** - foram feitas as seguintes: Renderam-se graças a Deus pela conservação da vida e saúde de todos os novos obreiros desde a chegada dos novos reforços em maio de 1881; ouviram-se relatórios pormenorizados sobre todos os campos do trabalho, fez-se um estudo minucioso dos métodos dos obreiros; tratou-se dos trabalhos escolares e literários, da tradução de certas obras importantes para o português, da obra de colportagem; de finanças e da distribuição de fundos; extensão do trabalho em novos campos; deu-se muita atenção à questão do reconhecimento pelo governo imperial, da nossa Igreja, como entidade jurídica, nomeando-se uma comissão permanente para tratar disso; da divisão do território entre as diversas igrejas evangélicas, desejosas de cooperar do melhor modo possível, com as denominações cristãs.<sup>59</sup>

A disputa por mercados já tinha os olhos dos Estados Unidos voltados ao Brasil, então dominado pela Inglaterra. Concebeu-se assim uma ação coordenada com vistas à penetração pela via da expansão religiosa [lembrando em alguns aspectos a ação jesuítica nos primeiros tempos do Brasil Colônia], tendo de um lado um plano de trabalho de catequese ao lado da educação como estratégia missionária e, de outro, os interesses político-econômicos que os acompanhariam. Essa estratégia de penetração coube à Igreja Metodista. O *plano de trabalho* lembrava muito a chegada dos portugueses nas terras inicialmente pisadas por Cabral.

Proclamavam os europeus aqui chegarem para expandir nestas plagas o cristianismo, mas, na realidade, movia-os o propósito de exploração e fortuna. (...) A vida do recém-descoberto Continente foi, assim, desde o começo, marcada por essa duplicidade fundamental: jesuítas e bandeirantes; “fé e império”; religião e ouro. (...) Nascemos, assim, divididos entre propósitos reais e propósitos proclamados (TEIXEIRA, 1962, p. 59).

<sup>59</sup> In: <http://www.homensmetodistasdobrasil.com.br/index.php/mensagens/conteudo/estudos/246-os-missionarios>. Acesso em 21 de maio de 2014.

A primeira tentativa de estabelecimento de uma missão metodista protestante de origem norte-americana no Brasil ocorreu em 1835, mas somente em 1871 foi organizada em Santa Barbara do Oeste, Província de São Paulo, a primeira Igreja Metodista do Brasil e, em 1881, refundada em Piracicaba com o nome de Colégio Piracicabano. O colégio, em Piracicaba, representou o marco inicial das atividades educacionais da Igreja Metodista no Brasil. A ausência praticamente absoluta de ações governamentais no campo da educação abriu caminho à iniciativa privada. A iniciativa dos metodistas no campo educacional teve efeito imediato, recebeu amplo apoio de todos que viam no novo modelo uma possibilidade de realização do projeto educacional brasileiro. O novo modelo, de inspiração liberal, contava com o importante apoio das elites.

Este movimento educativo protestante, que foi impelido pela situação da instrução na província, estimulado pela presença dos emigrantes do Sul dos Estados Unidos na região que veio a ser a mais produtiva, recebeu o apoio e o respaldo das elites “progressistas” de São Paulo, embevecidas pelo papel sociopolítico e cultural atribuído à educação nos EUA (MESQUIDA, 1994, p. 66).

Os metodistas encontraram um espaço aberto e propício para a instalação de outras unidades educacionais, iniciando um processo de privatização da educação pela ausência quase completa do Estado nesse setor. Como destaca Mesquida (1994, p. 57) “o período de 1860 a 1900 foi especialmente favorável ao desenvolvimento do ensino privado e, portanto, protestante”. Esse esforço, contudo, não era algo novo. O costume norte-americano de criar escolas ligadas diretamente a alguma denominação religiosa remonta ao início da colonização.

Desde 1607, ano em que a Igreja da Inglaterra (Episcopal) instalou-se de forma permanente em Jamestown, na Virgínia, tem sido costume nos Estados Unidos a criação de escola ligada à igreja. Em 1776, essa tradição foi pactuada, inclusive, pelas autoridades da época, como o pastor presbiteriano John Whitherspoon, único clérigo a assinar a declaração de independência (LIMA, 1991, p. 32/33).

Já no início da segunda metade do século XIX, os Estados Unidos aumentaram o esforço de penetração no Brasil, por meio de missões religiosas, com a chegada, inicialmente, dos episcopais e presbiterianos. Fundaram inúmeras escolas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, num processo de expansão religiosa e educacional correspondente à expansão econômica daquele país.

Em geral, as organizações sociais defendem, ainda que apenas retoricamente, a importância da educação na vida individual e social, que a educação é um direito social atuante como promotor de cidadania, qualificadora para o trabalho, e como promotora do desenvolvimento nacional. Isto é, a educação, por ser o instrumento de maior eficácia na condução do indivíduo à qualidade de cidadão, é vista como um dos mais importantes direitos sociais do homem. A explicação quanto ao escopo da educação metodista neste momento histórico, a que ou a quem serve, e a que tipo de necessidades visaria ela atender é dada por Mesquida (1994, 121), para quem “a Igreja Metodista privilegiou a educação sem omitir a evangelização direta, perseguindo como objetivo último a conversão da sociedade global e difusão do sistema de valores norte-americanos.”<sup>60</sup>

### 2.6.1 As entidades transconfessionais

Nem todas as entidades religiosas, contudo, tinham em vista um plano catequético que, ao lado da educação, possibilitasse a penetração dos interesses mais caros ao governo norte-americano. Ante o quadro de fracasso das igrejas protestantes históricas em Honduras, por exemplo, as grandes multinacionais que se dedicavam à exploração da indústria de frutas no país, como a *United Fruit* e a *Standard Fruit Companies*, passam a financiar os grupos missionários já existentes, e a promover o ingresso na região de missionários pentecostais e fundamentalistas dos Estados Unidos. Essas duas companhias empenharam-se diretamente no estabelecimento das seitas nas vastas áreas que então ocupavam, inclusive construindo-lhes templos e proporcionando-lhes facilidades que nunca tiveram as igrejas protestantes históricas (LIMA, 1991, p. 56). Era a garantia *ideológica* de que precisavam.

No curso da guerra civil que flagelava o povo salvadorenho, e impelidos pelo incentivo do governo dos Estados Unidos na região, a penetração neste pobre país também se deu pela exportação da religião.

---

<sup>60</sup> O protestantismo nos Estados Unidos entrou com o pé direito no século XX. Cada vez mais agressivo, passou a ter também o rádio e a televisão como seus principais veículos de proselitismo. “O rádio e a televisão nas transmissões patrocinadas por instituições fundamentalistas insistem sempre em juntar o sentimento religioso conservador à ação política de características conservadoras, união, segundo os pregadores, responsável pela manutenção da hegemonia dos Estados Unidos em um mundo perturbado pela falta de fé e pela ausência de amor a Deus” (LIMA, 1991, p. 32).

A guerra civil de anos não impediu o florescimento do pentecostalismo em El Salvador. A *Campus Crusade for Christ*, organização fundamentalista americana, com sede na Califórnia, tem estimulado no povo salvadorenho os sentimentos de horror às matanças e o medo da dominação comunista. Preocupado com a Igreja Católica, que reputa religião de esquerda, James Watt, afirmou em 1983 aos salvadorenhos que “devemos defender corajosamente (contra a esquerda religiosa) os princípios que constituem a América”. Para levar a efeito essa advertência, a *Campus Crusade for Christ* amealhou milhões de dólares da Pepsi Cola, Coca Cola, Hotéis Holliday Inn, Mobil e Adolph Coors, para desencadear uma vigorosa campanha pela mídia destinada a mobilizar o povo contra o conflito e a favor da política do governo. As igrejas pentecostais transbordaram de fiéis e a guerrilha foi contida. Era uma espetacular vitória de Bill Bright (fundador da *Campus Crusade*) na luta contra a transformação dos valores culturais latino-americanos (LIMA, 1991, p. 56/57).

As *faith missions* (missões de fé), entidades transconfessionais sem nenhum compromisso denominacional, sem vinculação ou compromisso com alguma igreja, comumente atuam na área da evangelização, operando ou apoiando missões bíblicas ou executando projetos considerados úteis à fé cristã. Essas entidades:

são mantidas por fundações e por recursos oriundos de grandes corporações empresariais, na maioria multinacionais, e, a seu turno, financiam projetos de outros organismos religiosos ou leigos. As transconfessionais, via de regra (...) empenham-se na aculturação das populações com as quais se relacionam, procurando inculcar-lhes o modo de vida americano, o padrão ocidental cristão e capitalista (LIMA, 1991, p. 53/54).

A imposição de barreiras à participação política dos crentes é um dos esforços empreendidos pelas congregações religiosas e pelas *faith missions*. Nos períodos mais críticos do avanço do comunismo pelo mundo e os movimentos de esquerda por quase toda a América Latina impuseram um direcionamento ideológico aos membros das seitas pentecostais, apregoando a luta contra o comunismo. Com o rápido crescimento experimentado pelo pentecostalismo nos países pobres, aponta Lima (1991, p. 94), os especialistas do Departamento de Estado norte-americano acreditam, deste modo, retardar o avanço do comunismo na América Latina. Para o autor, “esta a razão pela qual muitos encaram o pentecostalismo, se não um instrumento de sustentação, pelo menos um poderoso aliado das formas selvagens de capitalismo praticadas no Terceiro Mundo”.

A massiva presença de missões religiosas estrangeiras no Brasil e o expressivo número de seitas pentecostais, a grande maioria pentecostal e de origem norte-americana, levou o governo anglo-americano a criar, em 1964, o “*Missionary Information Bureau*” (MIB) para prestar assistência permanente aos missionários. O MIB, destaca Lima (1991, p. 138) “é financiado por entidades religiosas dos Estados

Unidos. Já as transconfessionais (*faith missions*), que agem com maior liberdade no Brasil, são sustentadas por farto dinheiro procedente de corporações empresarias e multinacionais dos Estados Unidos, alegadamente empenhadas em conter o esquerdismo na América Latina”.<sup>61</sup>

## 2.7 COLONIZAÇÃO DA NOVA INGLATERRA – A ANGLO-AMÉRICA

Ao contrário do Brasil que desde o achamento teve a presença do colonizador, o litoral atlântico da América do Norte não foi povoado ao longo do Século XVI. Apenas esporádicas expedições de exploração foram empreendidas, mas sem grande interesse colonial. Somente no início do Século XVII, a reunião de fatores como o crescimento da massa pobre decorrente do êxodo rural causado pelos *enclosures*,<sup>62</sup> a expansão do comércio inglês, favorecido pelas dificuldades espanholas de manter e administrar seus territórios havidos pelo Tratado das Tordesilhas, as perseguições políticas movidas pelo governo e as perseguições religiosas perpetradas pela Igreja Anglicana contra as seitas dissidentes [puritanos e *quakers*], favoreceram o rápido impulso da colonização pela emigração não só de ingleses, mas também de outras nacionalidades, como irlandeses, escoceses, holandeses, franceses, suecos e alemães, que deixaram seus países por razões semelhantes aos fatores registrados na Inglaterra. No prazo de trezentos anos, milhões de pessoas aportaram no Norte da América, em alguns períodos numa média de um milhão por ano (HUBERMAN, 1966, p. 2).

A colonização inglesa da costa Leste da América setentrional, as 13 colônias, foi essencialmente de povoamento. O empreendimento colonizador se deu por meio de concessão real a duas empresas privadas: a Companhia de Londres e a

---

<sup>61</sup> Como relata Lima (1991), na América Central a *United Fruit* estava há muito presente também em Honduras. E essa grande corporação norte-americana cuidou de cercar-se de garantias, digamos, ideológicas, financiando e promovendo o ingresso na região de missionários pentecostais e fundamentalistas dos Estados Unidos. Todas as transconfessionais americanas estabelecidas no Brasil adotam a mesma estratégia: pontificam uma linha de proselitismo em que o modelo de sociedade perseguido surge inevitavelmente da conjugação de princípios conservadores com os ideais espirituais buscados pela evangelização. Os Estados Unidos, então, são mostrados como figurino daquela harmonização de fatores num mundo socialmente equilibrado à luz da doutrina cristã. Para conhecer os grupos transconfessionais no Brasil vide rol apresentado por Lima às páginas 139-140.

<sup>62</sup> *Enclosures* [cercamentos] era o nome que designava “o ato de fechar (cercar) certa área de terras de uso comunal, convertendo-a assim em propriedade privada, o que impedia o acesso dos camponeses para fins de pastoreio, extração da madeira, caça etc. Iniciadas em meados do século XVI e extintas quase no final do século XIX, as *enclosures* expulsaram milhões de camponeses de suas terras. A fase mais ativa do processo situou-se entre 1760 e 1850, quando foram emitidos cerca de 4 mil decretos de formação de *enclosures*” (Hobson, 1996, p. 38, nota 24).

Companhia Plymouth, recebendo a primeira o monopólio da colonização das terras mais ao Norte e a segunda o monopólio das terras mais ao Sul. A parte meridional foi a primeira a ser ocupada pelos ingleses com a fundação de Jamestown, em 1607, seguida de outras colônias importantes como Maryland, Carolina do Norte, Carolina do Sul e, mais tarde, Geórgia.

Na costa setentrional, após o fracasso da primeira tentativa de colonização, o desembarque na região de Massachusetts dos *peregrinos do Mayflower*,<sup>63</sup> um grupo de refugiados puritanos fugidos das perseguições religiosas na Inglaterra, fundou a colônia de New Plymouth, em 1620, que teve um crescimento rápido para as condições da época. Logo após o desembarque, os peregrinos firmaram o *Pacto do Mayflower*, inaugurando uma ditadura teocrática puritana, o governo dos santos, como relata Mesquida (1994, p. 99). Nessa região denominada de Nova Inglaterra, outras colônias foram em seguida fundadas, algumas decorrentes da intolerância religiosa dos puritanos, como Rhode Island e New Hampshire.

Enquanto nas colônias do sul a base econômica se sustentava no trabalho escravo, e a monocultura dos extensos latifúndios se voltava para a exportação da produção à metrópole, o Norte, onde o trabalho era assalariado ou de servidão temporária (*servos por contrato*), prosperava em razão da intensa atividade manufatureira e comercial, e sua produção tinha por base a pequena propriedade policultora e os interesses voltados para a satisfação do mercado interno. Por volta de 1760 já havia manufatura em grande escala; as 13 colônias já estavam fazendo mais negócios com o estrangeiro que alguns países da Europa (HUBERMAN, 1966, p. 29).

A costa central atlântica foi a última a ser ocupada, fundando-se a colônia de Nova York. Pouco mais tarde, foi fundada a colônia de Pensilvânia, na área doada pela Coroa a Willian Penn, chefe dos *quakers*, para servir de refúgio aos membros de sua seita. A ocupação de toda a região se deu especialmente pela emigração, mais uma vez, das vítimas de perseguições religiosas na Inglaterra. Não tardou para surgirem novas e importantes colônias como Nova Jersey e Delaware. Essas colônias, habitadas por ingleses, escoceses, irlandeses, holandeses e suecos, graças às condições territoriais, promoveram uma cultura extensiva e dedicaram-se ao comércio e à construção de navios, com os quais transportavam o excedente de

---

<sup>63</sup> Mayflower era o nome do navio que partiu de Southampton, em 16 de setembro de 1620, com 102 emigrantes, dentre os quais 42 puritanos ingleses, denominados peregrinos, que fundaram Plymouth, na Nova Inglaterra.

produção, especialmente cereais, concorrendo diretamente com os produtos e interesses da metrópole.

Desde o princípio, as colônias centrais e setentrionais deram início a atividades manufatureiras e prosperaram, à revelia da metrópole<sup>64</sup> que, malgrado as pesadas leis que impunha às colônias, como as Leis do Comércio, a Lei do Melaço e as proibições às manufaturas coloniais, as colônias gozavam de expressiva autonomia pois, além do comércio intercolonial, a disponibilidade de navios permitia o transporte e comércio externo em qualquer região ou destino sem serem molestadas pelo colonizador, vez que este passara ao longo do Século XVII preocupado e envolvido em guerras civis e em uma profusão de guerras europeias.

Outro fator que favoreceu essa autonomia relativa foi o desconhecimento da existência de metais preciosos e latifúndios monocultores, não atraindo a burguesia inglesa. Contudo, não era uma sociedade planejada. Huberman (1966, p. 32/33) relata que no ápice da escala social estavam governadores reais e seus oficiais, enviados pelo rei da Inglaterra para supervisionar os negócios na colônia; também os comerciantes e fazendeiros ricos, que assinavam “Cavalheiro” ou “Senhor” pertenciam à classe superior. Esta classe era dos que ocupavam os altos cargos no governo e faziam as leis. Logo em seguida à classe superior vinham os “yeomen”, por assim dizer, burgueses da Velha Inglaterra, que se identificavam como pequenos fazendeiros, donos de embarcações pesqueiras e, por serem proprietários, tinham direito de voto, e frequentemente usavam desse poder para lutar contra a classe superior. Os “yeomen” eram trabalhadores muito ambiciosos e ansiosos para se alçar à classe superior. Na parte baixa, mas não a última, estavam os criados que viviam em situação de servidão. No fim da escala estavam os negros escravizados. Em suma, o povo que vivia nessas colônias moldou o seu sistema ao Europeu, em que um pequeno grupo de pessoas ricas toma conta do governo e faz as leis, enquanto os demais simplesmente trabalham.

Internamente, as colônias eram plenamente independentes entre si. Como a colonização da costa se deu pela iniciativa privada, os núcleos experimentaram um alto grau de liberdade ou autonomia político-administrativa, embora relativa, firmando desde modo, desde o início, a ideia de autogoverno. Essa autonomia pode

---

<sup>64</sup> A Inglaterra tentou subordinar o desenvolvimento de suas colônias na América às necessidades de seu comércio, punindo as tentativas de estabelecimentos de fábricas e manufaturas que redundasse na emancipação dos mercados locais, na tentativa de conservar a América do Norte como fornecedora de matérias-primas para o consumo de suas manufaturas. Entre as leis inglesas para coibir as manufaturas podem ser citadas a Lei da Lã (1699), a Lei do Chapéu (1732) e a Lei do Ferro (1750) (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 31).

ser verificada a partir da prática do *comércio triangular*, envolvendo o comércio com as Antilhas e o tráfico de escravos africanos. O *monopólio dos ganhos malditos*, na expressão de Henry Wise, que proporcionava uma alta lucratividade e mesmo expansão da atividade, só foi possível porque os norte-americanos detinham possivelmente a segunda maior marinha mercante do mundo, navios mais velozes e a posição de negar à Inglaterra o direito de revistar seus navios (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 124). Na prática, não eram os americanos do Norte que faziam diretamente a maioria do tráfico, mas estrangeiros que adquiriam embarcações americanas para fornecê-las aos importadores de escravos.

O controle do comércio e das manufaturas era rigoroso por parte da metrópole, de quem os norte-americanos aprenderam as técnicas que vieram a aplicar no futuro. Na Inglaterra do século XVII e XVIII o Parlamento inglês era basicamente constituído por ricos proprietários de terras, manufatureiros e comerciantes destacados. A intenção do governo era, a partir do controle do comércio e das manufaturas nas colônias, que os dividendos fossem direcionados à pátria-mãe. Com isso, um conjunto de leis determinou que praticamente todos os gêneros que fossem mandados da Europa ou de qualquer outro continente para a América, tinham antes que passar pela Inglaterra e ser reembarcada para o destino, de modo a evitar o comércio direto entre as colônias e os países estrangeiros. Dos produtos que não estavam sujeitos a esse procedimento triangular, a Inglaterra estabeleceu pesados impostos para que fossem fornecidos diretamente às colônias, inviabilizando, desse modo, o comércio direto com o estrangeiro.<sup>65</sup> Similarmente ao que ocorria no Brasil Colônia, impedida de constituir manufaturas pelo Tratado de Methuen, os colonizadores da Nova Inglaterra eram proibidos de fabricar chapéus, artigos de lã ou de ferro, ainda que toda a matéria-prima estivesse ali no próprio território, ao alcance da mão. A matéria-prima tinha que ser enviada à Inglaterra onde era manufaturada para depois ser adquirida sob a forma de objetos. Com essa estratégia os industriais ingleses evitavam não só a competição por parte de suas próprias colônias, como de resto impediam o seu desenvolvimento, mantendo-a indefinidamente como fornecedora de matéria-prima e mercado para consumo de seus produtos.

---

<sup>65</sup> A Lei do Melado, instituída em 1733 pelo Parlamento inglês, determinou pesados impostos sobre todo açúcar e melado importado do estrangeiro com destino às colônias. O problema era facilmente contornado através do contrabando. Curiosamente, 74 membros do Parlamento na ocasião eram donos de plantações na Índias Ocidentais britânicas (HUBERMAN, 1966, p. 43).

Outra medida protecionista aos interesses metropolitanos foi a Lei de Navegação, de 1651, pela qual todos os artigos que entravam ou saíam das colônias inglesas tinham obrigatoriamente que ser transportados por navios ingleses ou das colônias, sob o comando de marinheiros ingleses ou de marinheiros súditos coloniais. Huberman (1966, p. 44) cita o esquema idealizado por Sir Francis Bernard, governador real de Massachusetts, quanto aos objetivos da Grã-Bretanha relativamente ao comércio americano:

1) obrigar os cidadãos americanos a receber somente da Grã-Bretanha os produtos manufaturados e artigos europeus que ela lhes puder fornecer; 2) regulamentar o comércio estrangeiro com os americanos de modo que *no final os lucros obtidos revertam para a Grã-Bretanha*, ou sejam aplicados para o progresso do Império.

Os colonizadores não eram, contudo, altruístas a ponto de admitir que a colônia existia para o bem da metrópole e direcionar seu árduo trabalho para esse objetivo. Pelo contrário, estavam convictos que a colônia existia para o bem dos colonizadores e era com vistas a seus interesses que voltavam seus sacrifícios. As rígidas leis inglesas não eram necessariamente obedecidas, razão porque provavelmente não tenham ocorrido grandes embates entre os colonizadores e a Inglaterra até 1763. A desobediência não era completa, pois eram obedecidas as leis, ou parte delas, que favoreciam ou protegiam os colonizadores, como a que lhes permitia construir e transportar mercadorias em navios próprios.

As 13 Colônias não coexistiam pacificamente. Travavam entre si disputas envolvendo limites territoriais e, comumente, desavenças por competição nos negócios. Em comum tinham a resistência e aversão à metrópole, que lhes impunha severo controle e as impedia de se expandir. Muitos dos que emigraram para a América o fizeram justamente para fugir às perseguições e aos pesados impostos europeus. Na Terra Prometida, a três mil milhas da Inglaterra, os coloniais entendiam que deveriam estar libertos dos grilhões que limitavam suas ações e os impediam de ganhar uma vida decente. Aprenderam a viver pelos seus próprios meios e com isso adquiriram certa independência, já que nunca desejaram pertencer ao Império. Queriam romper com as amarras que os impedia de expandir e enriquecer. No plano político, a inexistência de representação dos coloniais no Parlamento inglês levou-os a desobrigar-se às taxações impostas. Com o recrudescimento das imposições tributárias e o descontentamento decorrente, as

colônias se uniram no propósito de libertar-se da metrópole (TOCQUEVILLE, 2001).<sup>66</sup>

A mesma vocação imperialista inglesa não tardou para contaminar os anglosaxões da América. Durante sete anos a Inglaterra lutou contra a França em disputas coloniais. Vitoriosa, ao final da guerra a Inglaterra viu seu império expandir grandemente. Somou ao seu já vasto império todo o território que ia dos Apalaches ao Mississipi [com exceção de Nova Orleans], todo o Canadá e várias ilhas nas Índias Ocidentais, todos tomadas à França. Com a guerra dos sete anos, descobriram os colonizadores americanos que se o comércio em tempo de paz é lucrativo, o é muito mais em tempo de guerra.<sup>67</sup> Apesar da proibição da metrópole, os comerciantes, fazendeiros e plantadores fizeram os negócios prosperarem muito nesse período, fornecendo para ambos os lados da disputa. Com isso a produção crescia, os lucros eram cada vez maiores, os estoques aumentavam e os navios mercantes negociavam em alta escala, produzindo fortunas individuais da noite para o dia (HUBERMAN, 1966, p. 50). Com o fim da guerra em 1763, pela primeira vez o povo, que experimentara um período de prosperidade e de conforto jamais visto, inaugurando um novo estilo de vida, se viu repentinamente com excesso de mercadorias, desemprego, e os preços caindo abruptamente. Não podiam mais ficar parados, tinham que avançar. Deveriam romper fronteiras desafiando abertamente a Proclamação inglesa de 1763, e avançar para o Oeste. Eram então os primeiros esforços imperialistas desenvolvidos pelos americanos do Norte.

A guerra de independência foi promovida por contingentes revolucionários compostos pela pequena burguesia. Era a continuação da luta empreendida por estes e outros trabalhadores europeus que visava sepultar os resíduos feudais que ainda imperavam. A imposição pela Inglaterra de uma série de taxas e impostos contribuiu para a instauração do movimento pela libertação, provocando o rompimento das relações entre as colônias e a metrópole.

May observa que Tom Paine, um dos defensores do movimento pela libertação, brandiu argumentos que pretendiam indicar a posição irreconciliável entre

---

<sup>66</sup> A respeito, ver a Declaração dos Representantes das Colônias Unidas da América do Norte, de 6 de julho de 1775, que apresenta as causas e a necessidade do levante armado. Moniz Bandeira também alude a esse período e os conflitos que determinaram o levante (2007, p. 32/3).

<sup>67</sup> Ao ressaltar a constatação de Engels de que a guerra se transformou em um setor da grande indústria, Moniz Bandeira (2005, p. 41) aduz que “o militarismo passou a constituir um meio de primordial importância para a realização do excedente econômico, possibilitando o advento do imperialismo”. Ficará evidenciado na história futura do país que os Estados Unidos a partir de então jamais abandonariam a guerra como importante estratégia de negócios.

a América e a Inglaterra. A primeira, erigida a um santuário criado pelo Todo-Poderoso para acomodar os perseguidos pela outra. Para Paine, repugnaria à razão, à ordem natural e a todos os exemplos da história passada, “supor que este continente possa permanecer sujeito durante muito tempo a uma potência estrangeira”, e acresce que “o Todo-Poderoso implantou em nós estes sentimentos inextinguíveis com propósitos sóbrios e bons” (MAY, 1964, p. 13), ao contrário dos sentimentos colonialista e opressor da metrópole.

Em 4 de julho de 1776, um Congresso continental proclamou a independência dos Estados Unidos, em cuja Declaração de Independência<sup>68</sup> constou que “quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos Guardiães para sua futura segurança”, colocou em marcha um exército popular comandado por George Washington, integrado por civis, soldados não profissionais, que acabou derrotando as tropas reais.

A guerra de libertação das 13 colônias da Inglaterra, embora liderassem os grandes comerciantes e proprietários de plantações, abriu caminho para a ascensão das classes médias e a dominação da burguesia, a classe historicamente revolucionária naquele tempo (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 33).

A aliança com a França em 1778 foi imprescindível para os esforços da guerra pela independência, e possivelmente a América não teria obtido êxito em seu intento separatista sem o importante apoio recebido do país europeu. O exército revolucionário estava enfraquecido quando o apelo a Luis XVI pelos emissários americanos em Paris resultou no envio secreto de munições, roupas, dinheiro e na assinatura de dois tratados pelos quais ambos os países se comprometeram a lutar lado a lado até que a independência dos Estados Unidos fosse reconhecida pela Inglaterra. Pelas cláusulas desses tratados, a França renunciou a suas pretensões ao Canadá e os EUA garantiram as possessões francesas nas Índias Ocidentais

---

<sup>68</sup> Nas disposições finais da Declaração constou: Nós, por conseguinte, representantes dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, reunidos em CONGRESSO GERAL, apelando para o Juiz Supremo do mundo pela retidão das nossas intenções, em nome e por autoridade do bom povo destas colônias, publicamos e declaramos solenemente: que estas colônias unidas são e de direito têm de ser ESTADOS LIVRES E INDEPENDENTES; que estão desobrigados de qualquer vassalagem para com a Coroa Britânica, e que todo vínculo político entre elas e a Grã-Bretanha está e deve ficar totalmente dissolvido; e que, como ESTADOS LIVRES E INDEPENDENTES, têm inteiro poder para declarar a guerra, concluir a paz, contrair alianças, estabelecer comércio e praticar todos os atos e ações a que têm direito os estados independentes. E em apoio desta declaração, plenos de firme confiança na proteção da Divina Providência, empenhamos mutuamente nossas vidas, nossas fortunas e nossa sagrada honra.

(Caribe) “desde agora e para sempre” (LENS, 2006, p. 47). No entanto, em 1793, as notícias de uma guerra da França com a Inglaterra levaram os Estados Unidos a uma declaração de neutralidade<sup>69</sup>, desprezando os tratados de 1778 e deteriorando as relações com a França, pois não podia levar adiante a aliança com os gauleses sob o risco de perda do importante mercado inglês e os prejuízos que isso resultaria aos comerciantes norte-americanos. A animosidade entre os dois países cresceu a partir de então levando ao apossamento de embarcações americanas pelos franceses, o que resultou logo em seguida na guerra naval não declarada entre ambos que durou dois anos.

## 2.8 EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NORTE-AMERICANAS

Diferentemente da Europa, que por séculos lutou contra as trevas e a barbárie em busca de luz e civilização, os anglo-americanos já chegaram ao Novo Mundo civilizados. Como observa Tocqueville (2001, p. 356/7), não precisaram aprender, bastou-lhes não esquecer. “É indubitável que nos Estados Unidos”, afirma ele, “a instrução do povo serve poderosamente para a manutenção da república democrática”. Provavelmente, nunca algum país foi tão rico em graduados [formados em curso superior] como a Nova Inglaterra, na primeira geração de sua existência (WEBER, 2013, p. 110).

Segundo a tradição protestante, para ler e interpretar a bíblia os colonos tinham que ser educados e alfabetizados. Os primeiros povoadores das colônias inglesas da América, como protestantes, eram quase que por definição alfabetizados, “alfabetizados somente para o fim prático, pragmático, de ler a bíblia, mas alfabetizados” (MOOG, 1966, p. 101). Citando Mandrillon, Wright (1978, p. 35) destaca que nos Estados Unidos à época de sua independência, os colonos “não são rústicos nem grosseiros como os da Europa, sabem ler e interessam-se pelos negócios públicos”. No que diz respeito à alfabetização, em princípios do século XIX a diferença é acentuada entre os Estados Unidos e outras partes do mundo. Enquanto na América Latina a alfabetização não passava de 8% e a França não

---

<sup>69</sup> Na carta de Alexander Hamilton ao presidente Washington constou uma importante indagação: “Estão os Estados Unidos, pelos princípios das leis das nações, obrigados a considerar os tratados até aqui assinados com a França como ainda válidos e em vigor (...)? Ou deveremos considerar aqueles acordos suspensos, reservando-nos também o direito de julgar no fim se ocorreram modificações de tal ordem nos negócios políticos da França que possam justificar a renúncia àqueles tratados?” A carta de Thomas Jefferson ao mesmo presidente continha uma posição similar optando pela neutralidade.

superava 50%, os Estados Unidos tinham 85% de sua população alfabetizada (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 32).

Para os colonos, a América era a terra prometida por Deus e, portanto, eles tinham uma "missão civilizadora" de ocupar a região e levar a sua cultura anglo-saxônica, dita "superiora", aos povos "inferiores". E a religião tinha um papel preponderante nesse intento. A educação de tradição inglesa era a adotada pela maior parte das colônias. Diferentemente delas, a colônia da Nova Inglaterra estava dominada pela tradição calvinista. Havia nos puritanos uma atitude interna que os fazia crer ser o povo escolhido por Deus e a melhor igreja. Essa perfeição da graça de Deus penetrou fundo no modo de vida da burguesia puritana (WEBER, 2013, p. 108).

Os puritanos implantaram o plano de educação obrigatória, pretendendo a formação de bons calvinistas e impedir qualquer dissidência, revelando o espírito de absolutismo calvinista do governo. Em 14 de junho de 1642, seis anos após a fundação do Colégio de Harvard, a Colônia da Baía de Massachusetts promulgou a primeira lei que tratava de educação nas colônias americanas. Tratava-se de uma lei de alfabetização obrigatória para todas as crianças, a primeira lei de educação compulsória no mundo de fala inglesa. Em 1647, Massachusetts promulgou uma segunda lei de educação, que estabelecia que as cidades da colônia fundassem escolas públicas (SYRETT, 1980, p. 28). No período colonial, a educação e a doutrinação religiosa tinham algumas motivações econômicas, de modo que os adultos e até os servos eram obrigados à instrução. Em meados do século XIX difundiu-se para além da Nova Inglaterra o estabelecimento de escolas públicas gratuitas a todos, e em 1850 cada Estado tinha sua rede de escolas públicas gratuitas. A expansão prosseguiu e na virada para o século XX a frequência obrigatória era imposta em quase todos os Estados da federação.

No plano das instituições educacionais, a partir de 1890, houve um aumento na ordem de 19,2% no número de estudantes matriculadas nas escolas públicas e particulares e nas instituições de ensino superior (LINK, 1965, p. 64). Havia, contudo, uma disparidade muito grande nesses números confrontando-se o Norte progressivo e o Sul, derrotado algumas décadas atrás e que ainda tentava encontrar o seu destino. Nessa época, enquanto os nortistas gastavam em média 20 dólares por aluno, que dispunham de cerca de seis anos de instrução, o Sul gastava menos de dez, para dispor de metade desse tempo de instrução (LINK, 1965, p. 65). O quadro geral da educação melhorou significativamente após o fim da Primeira

Guerra Mundial. Mas se verificou que uma notável revolução educacional ocorrera no sul, nas duas primeiras décadas do século XX. A pressão exercida por publicistas, como Walter H. Page e agências filantrópicas como a Junta Sulista de Educação, fez com que políticos lançassem verdadeiras “cruzadas” pela educação, resultando num “despertar em massa” de 1902 até aproximadamente 1920, “comparável ao renascimento educacional que varreu o Norte e o Centro-Oeste antes da Guerra Civil”, aumentando exponencialmente o investimento na área e reduzindo expressivamente os índices de analfabetismo tanto de brancos quanto de negros (LINK, 1965, p. 65).<sup>70</sup>

No início do século XX ocorrera também uma revolução na teoria e prática da educação. As novas teorias chamadas de progressistas obtiveram maior aceitação com o empenho de John Dewey em realizar o sonho de “um sistema de escolas públicas que constituísse o principal campo de preparo para a democracia”. Dewey defendia um currículo que tivesse sentido para a sua época e para a vida em uma sociedade democrática (LINK, 1965, p. 67). Na educação superior, a partir de 1900 teve início uma campanha vitoriosa de valorização e elevação dos padrões acadêmicos em todo o país. Para tanto, foram constituídas a Associação das Universidades Americanas e associações regionais que, em conjunto, produziram grandes melhoramentos e um enorme progresso de suas faculdades e universidades, permitindo ao país regozijar-se de que “os Estados Unidos já não eram uma dependência cultural da Europa, no campo da instrução superior” (LINK, 1965, p. 67). Essa era uma época em que os Estados Unidos estavam alcançando mais uma importante liderança, desta feita na importantíssima área da educação. E não há dúvida que o alcance desta liderança foi a chave para a conquista de muitas outras que finalmente conduziram os Estados Unidos ao domínio do mundo nos mais diversos setores.

---

<sup>70</sup> Da parte dos brasileiros quanto a educação anglo-americana no final do século XIX não eram só elogios. Prado (1893, p. 216-217) assim se referiu aos brasileiros que iam estudar naquele país: “E o que diremos dos estudos que têm feito brasileiros nos Estados Unidos? Salvas algumas exceções, pode-se dizer que os — formados nos Estados Unidos — são, na concorrência brasileira, os que menos sabem e os que menos preparo têm. São engenheiros incapazes, médicos que, às vezes, nem ousam afrontar o exame de suficiência e muitos outros doutores em artigos de fantasia como agricultura, arquitetura, etc, etc, e a quem faltam os rudimentos de toda e qualquer instrução geral. Nos Estados Unidos, há universidades para todas as inteligências como há hotéis para todas as bolsas. Há também gradações nos diplomas. Há para todas as capacidades e para todos os preços. E esta mocidade julga as cousas americanas, compara os Estados Unidos com o Brasil, não vê as nossas qualidades, não conhece os antecedentes da nossa história, os feitos dos nossos maiores, e por isso quer lançar tudo ao desprezo, rompendo com o passado, e, se eles pudessem, transformariam a sociedade brasileira n’um arremedo simiesco dos Estados Unidos que eles julgam o primeiro país do mundo, porque há por lá muita eletricidade e bons *water closets*”.

Campanhas carregadas de êxito, contudo, não evitaram no futuro o advento de crises na área da educação, como a posição contrária de alguns que propunham um currículo integrado, destinado a proporcionar uma educação geral aos universitários norte-americanos. O líder da revolta contra o “caos intelectual” foi Robert M. Hutchins, presidente da Universidade de Chicago que, em 1930, propôs um reexame da educação superior naquele país que provocou profundas mudanças, como anota Link (1965, p. 1081): a partir desse reexame, as mudanças que se operaram estabelecia, por exemplo, o “reconhecimento generalizado da importância do judaísmo e do cristianismo no desenvolvimento da civilização ocidental”; criação de “departamentos de religião em numerosas instituições que anteriormente haviam abandonado o estudo da religião”.

A partir de 1941, o reconhecimento das novas responsabilidades dos Estados Unidos no exterior estimulou o florescimento de estudos internacionais, especialmente de institutos para promover o estudo da Europa asiática, do Extremo Oriente e do Oriente Médio. A revolução ocorrida no país nas últimas décadas nas áreas social, tecnológica e científica criava exigências sem precedentes ao sistema educacional, mediante a constatação da necessidade da nação de indivíduos com capacidade profissional avançada que somente a educação universitária seria capaz de proporcionar.

No contexto europeu, a Reforma foi resultado de um período conturbado por que passava o velho continente nos planos social, político, econômico e religioso, que exigia mudanças ideológicas. O início das relações de produção capitalistas e o desenvolvimento da burguesia representaram o surgimento de forças novas que se opunham vigorosamente à sociedade feudal de então, que tinha como principal sustentáculo ideológico a Igreja Católica. Uma ruptura com as estruturas tradicionais de então era o principal anseio dessas novas forças. O desenvolvimento do comércio e do artesanato nas cidades modificou a vida econômica na Europa, e esse aumento nas atividades comerciais tinha à frente a barreira do sistema feudal que entravava o progresso do capital.<sup>71</sup> Os interesses envolvidos culminaram com o movimento reformista protestante iniciado no Sul da Alemanha, em 1517, por Martinho Lutero, e que eclodiu em decorrência de fatores como a venda de indulgências pela Igreja Católica, que a institucionalizou como uma forma de manter seu patrimônio, e as transformações sociais, políticas e econômicas da época, que pressionavam por mudanças no sistema de ideias que legitimavam o poder

---

<sup>71</sup> O fito de lucro nas atividades comerciais era visto como cobiça e, portanto, condenado pela Igreja.

dominante. Havia ainda uma reação ao poder pontifical e sua afirmação nos Estados nacionais, bem como o interesse da nobreza feudal de abocanhar pelo confisco as vastas extensões de terra da Igreja de modo a aumentar ainda mais seu poder autárquico.

O conjunto de interesses reunidos sob o movimento reformista conduziu a inúmeras guerras religiosas. A reforma se espalhou tão rapidamente quanto os movimentos contrários para deter sua marcha.<sup>72</sup> Luteranismo, no Norte da Europa e escandinávia, Calvinismo, nas cidades suíças, Anglicanismo, Protestantismo e Puritanismo, na Inglaterra. Pela “Confissão de Augsburg” no reinado de Carlos V, em 1530, restou estabelecida pelo credo luterano a abolição do celibato sacerdotal, do culto dos santos e da virgem, a negação da autoridade do papa, e a sustentação de que somente a fé em Cristo pode conduzir à salvação.

Lutero não foi o primeiro a se insurgir aos abusos da Igreja. Antes dele, Wycliffe, na Inglaterra, e Hus, na Boêmia, protestaram contra Roma e inspiraram um movimento camponês de caráter comunista. Foram esmagados pela nobreza e pela Igreja, por atentarem contra privilégios.

Lutero, Calvino e Knox, no entanto, não se afastaram da religião. Não comprometeram o apoio da classe dominante pregando doutrinas perigosas de igualdade. Lutero não colocou-se ao lado dos oprimidos. Ao contrário, ajudou a sufocar revoltas de camponeses. Apelaram mais ao espírito nacionalista, coincidente com os interesses do nascente estado nacional, o que foi decisivo para o êxito do movimento (HUBERMAN, 1985, p. 90).

As confusões amorosas de Henrique VIII,<sup>73</sup> que pretendida a anulação de seu casamento com Catarina de Aragão, que lhe dera apenas filhas, para casar-se com a amante Ana Bolena, foram a base do estabelecimento da Igreja Anglicana na Inglaterra pela proclamação, em 1534, do Ato de Supremacia que, em uma de suas disposições, colocou o rei como “o chefe supremo da Igreja da Inglaterra”, e não mais o Papa. O cisma permitiu que se desenvolvessem lado a lado o Luteranismo, o Calvinismo e o Catolicismo até a imposição, por Eduardo VI, do “Livro das Preces”,

<sup>72</sup> O Concílio de Trento (1545-1563), que foi a principal manifestação da Contrarreforma, reafirmou a doutrina católica, manteve o celibato do clero, manteve o culto dos santos e da virgem e os sete sacramentos, recorreu à Inquisição, para reprimir as heresias, e à Congregação do Índice, encarregada da censura de obras impressas e da Lista de Livros Proibidos.

<sup>73</sup> A recusa do Papa Clemente VII em dar o divórcio ao monarca tinha razões de ordem política e religiosa. Além do dogma da indissolubilidade do matrimônio, a rainha repudiada era tia de Carlos V, imperador do Sacro Império.

de tendências calvinistas.<sup>74</sup> Com a sua elevação ao trono, Maria Tudor tentou restabelecer o catolicismo, iniciando um período de violentas perseguições aos reformadores. Mesmo assim a Reforma Protestante se impôs e significou uma afirmação da burguesia contra a ideologia dominante que contrariava seus interesses e atividades. A Inglaterra e os Países Baixos tinham uma burguesia mais forte, e foi nessas regiões que o Calvinismo mais se impôs.

O Luteranismo se difundiu por grande parte da Europa e tornou-se religião oficial na Dinamarca, Noruega e Suécia, cuja doutrina, no entanto, não permaneceu estática, pois fora reformulada e ampliada, especialmente pelo francês João Calvino, que imprimiu-lhe novos princípios e deu-lhe um caráter mais *radical*. Em virtude de perseguições que passou a sofrer na França, Calvino encontrou abrigo na Suíça, onde a Reforma já havia sido adotada em alguns cantões graças à pregação de Ulrich Zwinglio, cujas ideias favoreceram a difusão do Calvinismo por esse país, graças ao apoio da burguesia, tendo em Genebra o principal ponto de difusão de sua doutrina. As atividades econômicas até então eram condenadas pela Igreja Católica, que viam nessas atividades a presença do pecado da cobiça e portanto da condenação do pecador que as viesse a praticar.

Em grande medida, os postulados de Calvino eram muito semelhantes aos de Lutero, mas um ponto tornou-se capital para distingui-lo da doutrina luterana, dando ao Calvinismo a consistência e a lógica que aparentemente não havia na outra. No setor sócio-econômico concebeu que todo trabalho,<sup>75</sup> desde que honesto, era agradável a Deus, e somente os predestinados<sup>76</sup> conseguiam vencer na vida.

Para a Igreja [católica], cada um é livre de escolher entre o bem e o mal, para ser julgado afinal, segundo as suas obras. Para Calvino, Deus escolhe os seus preferidos, completamente à revelia de suas obras e dos méritos

<sup>74</sup> O conceito “puritanismo” tem o sentido usado no século XVII que indicava os movimentos ascéticos da Holanda e Inglaterra, o qual incluía inúmeras organizações eclesiais como os congregacionistas, os batistas, os menonitas e os quakers (WEBER, 2013, p. 161).

<sup>75</sup> O mesmo não se dava no âmbito do catolicismo no que se refere à noção de trabalho impressa por Calvino. De acordo com Moog (1966, p. 125) de uma coisa não era capaz o mazombo: alegrar-se com o trabalho. Trabalho duro foi feito para negro. Não lhe atraía nada que implicasse em trabalho regular e orgânico. Na impossibilidade de uma mina de ouro, de um chefe ou de um protetor providencial, de uma concessão do governo para arrendar a terceiros, de um emprego ou cargo rendoso que exigisse pouco trabalho, se entregava à aventura, ao jogo. Eram dois os prazeres: jogar e ganhar; jogar e perder, mas jogar continuamente.

<sup>76</sup> A predestinação calvinista de que “alguns são predestinados à salvação, outros à condenação eterna” foi proclamada por Calvino, que no entanto não procurou explicá-la, sob o argumento de *quem poderia pedir conta a Deus, senhor de seus atos?* É o que ficou conhecido como Doutrina da Predestinação. Por esta doutrina, alguns homens, os eleitos, estão previamente destinados à bem-aventurança, enquanto outros, os réprobos, estão destinados ao castigo eterno (HOUAISS, 2009, p. 1539).

humanos. Alguns, os eleitos, vêm predestinados à salvação. Os demais, consignados à danação eterna, “por um justo e irrepreensível, embora incompreensível julgamento”. Para o protestante calvinista a fraternidade é irrealizável, porque o mundo está desde sempre dividido entre *eleitos* e *condenados*, entre *puros* e *pecadores*, cabendo aos eleitos e puros descobrir os sinais da condenação e segregar ou eliminar os condenados. Daí à justificação e aceitação, como fatos naturais, da desigualdade econômica, da doutrina da desigualdade das raças e, mais tarde, à aceitação de forças ocultas mais poderosas do que a vontade e a razão (freudismo), e à concepção da luta de classes, em que triunfa o mais forte (Hobbes, Darwin, Nietzsche, Marx) (MOOG, 1966, p. 69).

O Calvinismo foi a fé em torno da qual giraram os países capitalistas desenvolvidos [Países Baixos, Inglaterra e França] as grandes lutas políticas e culturais dos séculos XVI e XVII, sendo a doutrina da predestinação, naquela época, o dogma mais característico (WEBER, 2013, p. 65). O ideal de conduta cristã para os calvinistas é de que “o caminho da riqueza, para quem o deseja, é tão fácil como o caminho do mercado. (...) Aquele que ganha tudo o que pode, honestamente, e poupa tudo o que pode, certamente se tornará rico”, como anotou Benjamin Franklin em seu *Poor Richard's Almanack*. Para Franklin, a chave puritana para uma vida justa poderia ser compreendida em frases simples como: “Não houve homem glorioso que não fosse trabalhador”; e “Esperança de ganho minora a dor” (HUBERMAN, 1985, p. 181).

Para Weber (2013, p. 32-33), o espírito do capitalismo norte-americano tem um *ethos* particular. Benjamin Franklin, na descrição que faz da “confissão de fé yankee”, prega as sentenças que expressam o espírito capitalista, das quais explicitamos algumas: lembra de que *tempo* é dinheiro; lembra-te de que o *crédito* é dinheiro; lembra-te de que o dinheiro é de natureza prolífica, procriativa; o bom pagador é dono da bolsa alheia; as mais insignificantes ações que afetem o crédito de um homem devem ser consideradas; poupar e não gastar inutilmente.

O desejo de lucro se transformou em natureza humana, enriquecer passou a ser um dever da sociedade capitalista, para a glória de Deus. O rico podia entrar no reino dos céus apenas se economizasse. Os adeptos desse ideário eram “educados na crença de que o Reino dos Céus era deles, se economizassem e reinvestissem suas economias” (HUBERMAN, 1985, p. 181). No calvinismo “a ação prática é que é abençoada; não a contemplação”. No caso da pobreza, “os motivos morais da disponibilidade não lhe interessam. O que interessa é aquilo que conduz à acumulação de riqueza e a resultados práticos” (MOOG, 1966, p. 68).

A ascese puritana tem para o *self-made man* (homem que venceu na vida pelo seu próprio esforço) a demonstração da mais ampla aprovação ética, uma

observação àqueles homens “bons” que aproveitaram com êxito as oportunidades divinas (WEBER, 2013, p. 107). Para Moog (1966, p. 110), “o acento tônico da vida norte-americana em matéria econômica seria dado, não pelo quacre, nem pelo católico, nem pelo luterano, mas pelo calvinista. Pelo calvinista e, de certa forma, pelo judeu.”<sup>77</sup>

Nas questões religiosas Calvino prosseguiu combatendo a doutrina católica e as contradições ou incoerências do Luteranismo, condenou tudo o que não estivesse exatamente de acordo com as Sagradas Escrituras e pregou a predestinação dos eleitos e dos condenados. Como aludido anteriormente, tais concepções, fundadas no espírito leigo e individualista de Calvino, caíram nas graças da burguesia, razão do sucesso do Calvinismo na França, Suíça, Escócia e, em seguida, na Inglaterra, pelo movimento puritano. A justificação de que Deus se agrada com aquele que trabalha e prospera permitiu que comerciantes, banqueiros, industriais, passassem a acumular bens e enriquecer sem culpa, já que enriquecendo estariam, também, trabalhando pela glória de Deus. Assim, sempre que Deus aponta a um de seus eleitos uma oportunidade de lucro, este não deve recusar, deve atender a este chamado aproveitando a oportunidade que se lhe apresenta. Se Deus aponta um meio pelo qual pode legalmente obter mais do que por outro, e se recusar e escolher um caminho menos lucrativo, então estará recusando a ser servo de Deus (WEBER, 2013, p. 106).

Huberman (1985, p. 179/180) faz uma síntese similar a de Weber. Para aquele, enquanto os legisladores católicos advertiam que o caminho da riqueza podia ser a estrada do inferno, o puritano Baxter dizia a seus seguidores que se não aproveitassem as oportunidades de fazer fortuna, não estariam servindo a Deus. Baxter advertia os seus seguidores que “se Deus vos mostra o caminho pelo qual podeis ganhar mais e se recusais, escolhendo o caminho menos lucrativo, estareis faltando a uma de vossas missões, e rejeitando a orientação divina”.

O embate entre a Igreja Católica e a Igreja Protestante sobre riqueza era inevitável. Nos primórdios do capitalismo os católicos insistiam em denunciar como aproveitadores os que visassem o lucro, ainda apegada aos tempos cujo modo de produção determinava o trabalho apenas como meio de suprir a necessidade do sustento da pessoa e de sua família. Agora, o mundo que vinha aos poucos sendo dominado por comerciantes, banqueiros, fabricantes, não combinava mais com

---

<sup>77</sup> Para conhecer as semelhanças entre os puritanos e os judeus, apontadas por este autor, ver à p. 110.

aquele outrora dominado por sacerdotes e guerreiros.<sup>78</sup> Eram muitas as diferenças entre as concepções católicas e calvinistas:

enquanto a Igreja condenava o lucro, a Reforma reabilitaria o comércio e o *turpe lucrum*, colocando-o no mesmo nível de respeitabilidade do salário do trabalhador e da renda do proprietário territorial. Calvino aplaude o estímulo do juro e vê nas virtudes econômicas as verdadeiras virtudes. O seu ideal é o homem que procura a riqueza com sóbria gravidade de quem está disciplinando o caráter e prestando um serviço agradável a Deus (MOOG, 1966, p. 67).

Segundo Weber (2013, p. 115), John Wesley, fundador do movimento metodista na Inglaterra, escreveu que:

A religião deve necessariamente produzir tanto a operosidade (*industry*) como o senso de economia (*frugality*), e essas só podem produzir riqueza. Os metodistas se tornaram laboriosos e econômicos em toda parte; conseqüentemente aumenta a sua riqueza. Não devemos deixar de recomendar às pessoas que sejam laboriosas e econômicas. *Devemos exortar todos os cristãos a ganhar tudo o que for possível, e a economizar o máximo possível; isto é, em outras palavras, a se enriquecerem.*<sup>79</sup>

Tais ensinamentos estavam absolutamente dentro do espírito da empresa capitalista. Para os calvinistas era melhor cristão o homem dedicado às atividades voltadas à aquisição da fortuna, representação objetiva do espírito capitalista. Em decorrência disso, aproximavam-se e reuniam-se de maneira indelével os dois espíritos recíproca e proporcionalmente considerados: a riqueza lado a lado com a virtude cristã. A riqueza, contudo, somente é condenável quando constituir uma tentação para a vadiagem e para o aproveitamento pecaminoso. Sua aquisição é má somente quando é feita com o propósito de uma vida posterior mais feliz e sem preocupações (WEBER, 2013, p. 106).

---

<sup>78</sup> Antes que aparecesse Calvino, os teóricos da Idade Média equiparavam a usura ao adultério e à fornicção. Eram os emprestadores de dinheiro a juros monstros de iniquidade (MOOG, 1966, p. 61). De fato, catolicismo e capitalismo se repelem. No entanto, entre protestantismo e capitalismo a afinidade é perfeita, como é perfeita a afinidade entre protestantismo e nacionalismo (MOOG, 1966, p. 65).

<sup>79</sup> São atribuídas a John Wesley as três regras a seguir sobre o uso do dinheiro, que diferem em alguns termos da citação de Max Weber: “1. Ganhe o máximo que puder – sem prejudicar a si mesmo (nem a saúde ou a alma) ou o próximo. Ganhe o quanto puder com honestidade, atividade e bom senso; 2. Economize e guarde o máximo que puder – não gaste em desejos da carne, dos olhos ou do orgulho. Tampouco gaste para essas finalidades com seus filhos, nem deixe fortuna alguma para eles gastarem; (Se parar nessas primeiras duas regras, parece mais uma receita para ganância do que um caminho para combatê-la; por isso, devemos prosseguir para a terceira). 3. Dê o máximo que puder. Providencie o necessário a você mesmo, com prudência e critério, como diante de Deus, a todos os que dependem de você, familiares e empregados e tudo que sobrar a Deus. Lembre-se que não é a décima parte, ou a quinta, ou a terça ou a metade, mas tudo é de Deus.”

Partindo no Mayflower em busca de uma terra de liberdade e tolerância, os colonos puritanos perseguidos pela dinastia dos Tudor criaram no Norte da América uma sociedade extremamente religiosa que propagava que o trabalho dignificava o homem.<sup>80</sup> O Puritanismo<sup>81</sup> foi talvez a orientação espiritual que mais fortemente se fundou na supremacia da autoridade das Escrituras e na doutrina da predestinação, esta última mais importante para o que pretendemos com este trabalho. Ao considerar a riqueza como símbolo de eleição, a religião contribuiu decisivamente para a formação da burguesia capitalista na Inglaterra e nos Estados Unidos. Desde que o ascetismo começou a remodelar o mundo e a nele se desenvolver, destaca Weber (2013, p. 119), os bens materiais foram assumindo uma crescente e inexorável força sobre os homens. Para ele, o capitalismo vencedor apoiado numa base mecânica não carece mais de abrigo nem de justificativa. No setor de seu mais alto desenvolvimento, os Estados Unidos, tende cada vez mais a associar-se com paixões puramente mundanas, que frequentemente lhe dão o caráter de esporte.

A chegada dos metodistas na América em 1760 aproveitou o espaço aberto pelo Grande Despertamento para fundar suas sociedades, capelas e escolas e, como religião de “fronteira”, poderia acompanhar ou mesmo preceder a expansão imperialista americana. O Metodismo surgiu no seio da Igreja Oficial da Inglaterra em meados do século XVIII e pretendia, inicialmente, apenas reavivar o espírito ascético dentro da antiga igreja. Com o desenvolvimento ulterior, especialmente na América, se separou definitivamente da Igreja Anglicana (WEBER, 2013, p. 63). O Metodismo veio a se transformar na ideologia religiosa hegemônica na América (MESQUIDA, 1994, p. 100/1). Com o passar do tempo, a influência religiosa na política se acentuou a ponto de J. William Fulbright (1969), senador pelos Estados Unidos, comentar sobre aspectos da política externa norte-americana, buscando examinar alguns problemas básicos enfrentados pelo país que se apresentava paradoxalmente como “duas Américas”, uma de Abraham Lincoln e de Adlai Stevenson, e a outra, de Theodore Roosevelt.

---

<sup>80</sup> Os puritanos chegados à Nova Inglaterra no século XVII não estabeleceram sua fé, na América, como uma grande religião, mas o modo puritano de pensar - rude, ascético, intolerante, prometendo salvação para poucos e danação para muitos. Forjaram na história e no caráter do povo americano uma ideologia de cruzada que perpassou os séculos vindouros (FULBRIGHT, 1969, p. 258).

<sup>81</sup> Surgido aproximadamente em 1564, na Inglaterra, com influências predominantes do pensamento de Calvino, o Puritanismo exerceu forte influência durante o reinado de Elizabeth I. Duas décadas depois, a Alta Comissão Eclesiástica iniciou uma feroz perseguição aos puritanos, culminando com emigrações em massa para a Holanda e em seguida para os Estados Unidos.

### **3 A GÊNESE DE UM IMPÉRIO MUNDIAL – IDEOLOGIAS E VALORES UNIVERSAIS**

#### **3.1 DESTINO MANIFESTO E A FEBRE EXPANSIONISTA**

Na seção anterior buscamos apresentar um traço historiográfico das origens remotas da formação do Estado e da propriedade privada, da mudança do modo de produção que culminou na ruptura com a organização feudal e o franco desenvolvimento capitalista que se deu a partir de então, apoiado na “dupla revolução”<sup>82</sup> que eclodiu na Inglaterra e França. Em seguida, apresentamos um quadro de como se deu o povoamento do Brasil, desde o seu descobrimento por Portugal, e o dos Estados Unidos, a partir da chegada dos primeiros peregrinos em fuga da Inglaterra no século XVII, abordando os aspectos religiosos e educacionais que se deram em ambos.

Nesta seção, vamos constatar que os Estados Unidos assumiram explicitamente uma posição de isolamento, especialmente a partir do governo Washington, por não concordarem com as práticas intervencionistas praticadas na Europa. Essa e outras medidas levaram à proclamação de uma série de “doutrinas” e a adoção de uma diplomacia que tendia a conduzir os Estados Unidos a assumir um papel de relevância no hemisfério ocidental. Decorre daí o desejo de expansão que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XVIII, e a expansão desenfreada que teve início na primeira metade do século XIX, a proclamação da Doutrina Monroe, a Diplomacia do Dólar, o Corolário Roosevelt, o Poder Internacional de Polícia, entre outros.

Não dá para afirmar com alguma segurança se num determinado tempo ou momento os Estados Unidos decidiram ser [ou teriam reconhecido que já eram] o melhor do mundo, e se lançaram numa campanha expansionista. Mas alguns eventos decisivos para a construção desse movimento para além de suas fronteiras originais podem ser apontados. No tempo dos acontecimentos, parte desses questionamentos pode já ser respondida a partir da independência americana. Samuel Adams, em 1778, desafiou seus compatriotas a adquirirem o Canadá, a Nova Escócia e a Flórida, sob o argumento de que não estariam seguros “até que a

---

<sup>82</sup> As revoluções Francesa e Industrial. Sob qualquer aspecto, afirma Hobsbawm (1982, p. 45) este [a Revolução Industrial] foi provavelmente o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades. E foi iniciado pela Grã-Bretanha.

Inglaterra nos ceda o que a natureza designou que tivéssemos, ou até que arranquemos dela”; George Washington, em 1783, referiu-se aos Estados Unidos como “um império em ascensão”; Thomas Jefferson, em 1786, propugnou que “nossa confederação tem de ser vista como o ninho a partir do qual toda a América, Norte e Sul, deve ser povoada” (LENS, 2006, p. 22). Como os Estados Unidos de então ainda não reuniam os meios necessários para fazer valer esse intento, já prognosticava o declínio dos impérios colonialistas, e a conseqüente expansão de seu povo por toda a região, como um *direito natural*.

Desde essa época, até os tempos atuais, uma ambivalência marcante tem impregnado o discurso norte-americano. Acreditando-se uma raça escolhida, a natureza os teria ungido com o direito à expansão, para levar o progresso e a liberdade aos povos “inferiores”. Após a compra da Louisiana, e ante a insatisfação dos habitantes de Nova Orleans de se juntarem aos Estados Unidos, Jefferson, sob o argumento de solidariedade e justiça e de cuidados à felicidade do povo, envia tropas para manter a ordem, anunciando a essas pessoas que “a natureza designou os habitantes do Mississipi e de Nova Orleans para serem um único povo” (LENS, 2006, p. 23).

O mesmo discurso ambivalente marcou o extermínio dos peles-vermelhas, tendo de um lado a preocupação com o bem-estar dos índios, e de outro a especial missão de desbravar o continente a qualquer custo. No princípio, a linha de fronteira que separava as colônias e as terras indígenas era relativamente pacífica. Havia os caçadores que transpunham essa linha para comerciar peles e fazer negócios com os índios, com quem os nativos raramente brigavam, já que a atividade de caça, em si, não punha em risco seu “lar”. Contudo, a linha passou a ser empurrada para o Oeste pelos fazendeiros que abriam clareiras nas florestas para plantar. Quando os índios finalmente perceberam que a caça e a plantação não se davam muito bem no mesmo lugar, os embates passaram a ser inevitáveis, e o choque entre o homem branco e o índio passou a ser uma constante desde então, atingindo seu ápice na segunda metade do século XIX. Analogicamente, Caim mais uma vez estava matando Abel, na referência que faz Daniel Quinn (1998) aos caucasianos, povo agricultor do Norte, ao transpor fronteiras e se expandir para a Península Arábica, usurpando as terras dos semitas, voltado à atividade pastoril.

A cada aquisição de território, exsurgia o sentimento de sucesso e realização do futuro a que estavam destinados. O desejo incontido de obter mais territórios levou os norte-americanos muitas vezes ao confronto armado, como a guerra com a

França em 1790, à guerra de 1812 na luta pelo Canadá e pela Flórida, e a guerra com o México em 1846.<sup>83</sup> Impelidos pelo Destino Manifesto, e convictos de um porvir predestinado, era de se pressupor que muitas outras guerras se seguiriam no futuro.<sup>84</sup>

A Revolução Francesa, que derrubou reis e aristocracias estabelecendo uma nova era, promoveu impactos decisivos sobre os Estados Unidos, como a experiência de liberdade e republicanismo, agora comum a ambos, reacendendo, ou mesmo fortalecendo, a chama política que ardia na América, dando nova esperança de êxito para a democracia nos Estados Unidos. Aquela revolução foi decisiva também para acentuar a divisão de classes e reacender “o sonho do império, acalentado pela facção da classe alta” (LENS, 2006, p. 44).

No início do século XIX, setenta por cento do atual território continental dos Estados Unidos pertencia ao império espanhol (LENS, 2006, p 145). Originalmente, as possessões deste império no Novo Mundo (Nova Granada, Prata, Peru e Nova Espanha) se estendiam de Buenos Aires a Vancouver, e, além de maiores, eram muito mais ricas que as 13 colônias da Inglaterra. E foi graças ao declínio do império ibérico que permitiu a mais importante expansão americana naquele início de século.

A Espanha, combalida pela derrota para Napoleão, mesmo aliando-se casuísticamente à Inglaterra e fazendo algumas incursões de resistência, não conseguiu retomar o controle do país da península ibérica. A deposição de Fernando VII e a confusão que se instalou na região foram a oportunidade que o Novo Mundo esperava para soltar o grito de independência. Com a derrota de Napoleão, as tentativas da Espanha de combater os revolucionários foram fortalecidas. Mas a agitação interna, a oposição nas colônias e a capacidade de resistência dos

---

<sup>83</sup> “Naturalmente nenhum beligerante concordará nisto, pois, é mais conveniente dar aparências aos fatos. Pois cada povo não luta pela liberdade? Conforme declaram os seus intelectuais. — Desde a Rússia, a clássica terra do Absolutismo; a Alemanha, o país dos burgueses afidalgados e do caporalismo; a Grã-Bretanha, que nunca deixou de se esforçar pela conservação da sua superioridade industrial no mundo; a França que nestes últimos anos aumentou consideravelmente o seu império colonial... A verdade é que cada uma destas potencias luta pela supremacia econômica. Veja-se porém o que acontece: Cada nação se julga campeã de uma civilização superior e serve-se dos mesmos argumentos... Quanto às atrocidades digo que: O homem é um animal feroz, capaz de tudo, uma vez que estiver armado e livre: só pensa em destruir, incendiar e matar. Ah! e, como os civilizados suportam a guerra? ... Sim, depois de cada carnificina humana, nos consolamos em exclamar: *Esta foi a última*. É' o que se dizia depois da de 1870: — Será a última guerra da Europa; puro engano! Nenhuma guerra é a última: a guerra é eterna como a maldade dos homens é perpétua” (PRADO, 1893, p. XIV - Prefácio à 4ª edição, de março de 1917, por Leopoldo de Freitas).

<sup>84</sup> Em 23 de junho de 1969, o senador Everett Dirksen registrou uma lista de mais de 160 iniciativas militares dos Estados Unidos, desde a “guerra naval não declarada com a França, em 1798-1800, até o Vietnã”. O historiador militar William Addleman Ganoe contabilizou 110 conflitos militares e 8.600 batalhas, apenas nos primeiros 148 anos de existência do país (LENS, 2006, p. 29).

revolucionários fez com que em 1825 o país ibérico desistisse praticamente de todas as suas possessões na América. A grande exceção foi Cuba.<sup>85</sup>

A cupidez norte-americana não foi uma característica desenvolvida ou inventada pelos americanos do Norte quando já presentes no Novo Mundo. Trata-se de um atavismo trazido na bagagem do Mayflower e encapsulado nas artérias de cada peregrino puritano, antes mesmo da partida do país insular no século XVII. Foi esse traço herdado que fez cravar os ávidos olhos anglo-saxões sobre o despojo espanhol. Tal pátria-mãe, tal pátria-filha. Contudo, o ardoroso desejo da águia-americana de ter as ricas colônias espanholas era compartilhada pela Inglaterra. George Canning, embaixador britânico em Paris, escreve em 1824 carta ao seu amigo Lord Granville: “A América espanhola [que nessa época incluía o México e a América Central] está livre e, se soubermos administrar nossos negócios, ela será inglesa”. Um ano mais tarde escreve novamente: “Veja bem! O Novo Mundo estabeleceu e, se não o jogarmos fora, será nosso!” (BETHELL, 2009, p. 585).

Em nome da liberdade, do antiimperialismo e da autodeterminação, valores tão caros para os anglo-americanos, poderia presumir-se que os Estados Unidos teriam todo o empenho para auxiliar os hispano-americanos. Mas o governo de Washington nenhuma ajuda substancial deu aos insurgentes nem se opuseram às tentativas da Espanha de combatê-los. Preferiu solução diversa, como declarou o senador Henry Clay: “A missão dos Estados Unidos não era governar um império limitado por extensões territoriais mas sim permanecer à parte, como modelo, exercendo sua influência como um exemplo para o mundo” (MAY, 1964, p. 44). Resistiu inclusive a reconhecer as ex-colônias ao sul de suas fronteiras temendo ofender a Espanha e prejudicar os negócios mútuos. As negociações envolvendo a aquisição da Flórida Oriental era um dos interesses que não poderia ser prejudicado. Na declaração, o senador afirmou que “nossos cidadãos empenhados atualmente no comércio exterior estão desencorajados com suas condições; precisam tomar novos rumos e não há nenhum com tantas vantagens como a América do Sul” (MAY, 1964, p. 46).

Todo argumento tinha por base uma fundamento *sério* para justificar a ambição expansionsista, até mesmo a estratégia de perseguição aos índios como

---

<sup>85</sup> Antes da Guerra Civil os sulistas já estavam de olho na ilha. Queriam juntá-la aos Estados Unidos como mais um estado escravagista. Em 6 de dezembro de 1858, Stephen A. Douglas disse a um grupo de sulistas de Nova Orleans: “é nosso destino obter Cuba, e é bobagem debater esse assunto. Pertence naturalmente ao continente americano”. Já havia, então, uma forte pressão capitalista pela obtenção da ilha, que precipitou mais tarde a guerra hispano-americana (HUBERMAN, 1966, p. 225).

justificativa para penetração no território da Flórida foi bem sucedida. Os Estados Unidos passaram a exigir que os espanhóis adotassem forças policiais para restringir os movimentos dos índios, ou então, “cedesse aos Estados Unidos uma província na qual os espanhóis não retinham nada além da posse nominal” (LENS, 2006, p. 154).

A aquisição da Louisiana em 1803, comprada à França, dobrou o território americano, mas isso não satisfaz o apetite por novas terras. No início do século XIX as incursões dos colonos americanos para o sul, em terras mexicanas, inicialmente em busca de terras baratas, ou mesmo de graça, promoveram uma forte migração para essas áreas, constituindo-se expressivos bolsões anglo-americanos em terras estrangeiras, já se revelando um problema para ambos os países. Da parte do México, avultou a questão da soberania e o receio de ter esses territórios perdidos pela ocupação; da parte dos Estados Unidos, a dúvida de como absorver aquele território, se pela aquisição ou pela conquista militar. Como ressalta Lens (2006, p. 165), a doutrina imperialista seguiu uma lógica simples: “onde quer que houvesse uma pioneiro americano, ou pudesse haver, era o “destino manifesto” dos Estados Unidos incorporarem esse território ao seu”.

Foi John L. O’Sullivan, dos jornais *Democratic Review* e do *Morning News*, de Nova York, que tornou famosa a expressão ao escrever sobre “nosso destino manifesto de nos espalharmos sobre todo o continente designado pela Providência ao livre desenvolvimento de nossos milhões anualmente multiplicados”. No *Morning News* escreveu ainda: “Sim, mais, mais, mais! [...] até que nosso destino nacional esteja realizado e [...] todo o continente, sem fronteiras, seja nosso”. E empunhando a bandeira nacionalista e seguindo a onda expansionista, e agora apoiados pelo governo, os colonos americanos difundiram-se cada vez mais pelo sul, tomando o lugar dos povos de língua espanhola de modo similar ao que o fizeram [e continuavam a fazer] com os índios.<sup>86</sup> A pressão que se impunha na expansão para o sul se concentrava no movimento dos escravocratas por mais terras e pela necessidade dos nortistas de mais fontes de matérias-primas e conquista de novos mercados. Eduardo Prado (1893, p. 48), aludindo a um texto do historiador americano H. H. Bancroft, evidencia o mote expansionista:

---

<sup>86</sup> Relata Alexis de Tocqueville (2001, p. 379) que, por volta de 1830, todas as tribos indígenas que outrora habitavam o território da Nova Inglaterra, os narragansetts, os moicanos, os pecots, ora vivem apenas nas lembranças dos homens. “Encontrei os últimos iroqueses: pediam esmola”. À medida que os indígenas se afastam [para o Oeste] e morrem, toma seu lugar e cresce sem cessar um povo imenso. Nunca se vira antes entre as nações desenvolvimento tão prodigioso, nem destruição tão rápida.

A guerra dos Estados Unidos contra o México foi um negocio premeditado e determinado de antemão. Foi o resultado de um plano de salteio, que o mais forte organizou deliberadamente contra o mais fraco. As altas posições políticas de Washington eram ocupadas por homens sem princípios, tais como os senadores, os membros do congresso, sem falar do presidente e do seu gabinete, e havia a grande horda de demagogos e dos politikeiros, que se comprazia em satisfazer os instintos dos seus partidários. Estes eram os senhores de escravos, os contrabandistas, os assassinos de índios, que, com as suas ímpias bocas maculadas de tabaco, juravam pelos sagrados princípios de 4 de julho, que haviam de estender o predomínio americano do Atlântico até ao Pacífico. E esta gente, despida, das noções do justo, e do injusto, estava disposta cinicamente a reter tudo quanto pudesse saquear, e invocando para isso o principio único da força. O México, pobre, fraco, lutando para obter um lugar entre as nações, vai agora ser humilhado, espezinhado, algemado e vergastado pela brutalidade do seu vizinho do norte. E este é um povo que tem o maior orgulho da sua liberdade cristã, dos seus antecedentes puritanos! Veremos como os Estados Unidos começaram, então, a empregar toda a sua energia em descobrir plausíveis pretextos para roubar a um vizinho mais fraco uma vasta extensão de terra. E para que? Para aí estabelecer a escravidão.

Por volta de 1844, o crescimento vigoroso da indústria norte-americana já ameaçava o monopólio industrial inglês. E esse enriquecimento alimentou ainda mais o sentimento nacionalista e os Estados Unidos viviam em pleno delírio expansionista.<sup>87</sup> Moniz Bandeira (2007, p. 137) acentua que “a tendência para o messianismo nacional, a ideia do povo eleito por Deus, que o judaísmo legou aos puritanos, atualizou-se, americanizou-se e assumiu o nome de destino manifesto”, o que é reafirmado por Bethell:

Um elemento ideológico fez os norte-americanos crerem que o país tinha um destino [manifesto] de salvar o mundo pela disseminação da civilização anglo-americana, do governo republicano e do cristianismo protestante. Muitos incluíam no item civilização a promoção do desenvolvimento econômico, da educação e da saúde pública (BETHELL, 2009, p. 621).

Como relata Lens (2006, p. 166), na edição de 24 de julho de 1845, o jornal *Times* de Hartford argumentou que os Estados Unidos tinham direito à posse da Califórnia porque os mexicanos eram demasiadamente ineptos e preguiçosos para fazê-la progredir, enquanto os americanos a transformariam num paraíso. Como fazer frente a argumentos como esse, se o povo escolhido fora *ungido pela Providência* com o direito de expandir-se pelo território de outras nações e espalhar

---

<sup>87</sup> Um movimento surgido dentro do Partido democrático, chamado Jovem América, pretendia levar também à Europa a democracia e a república. Nesse contexto, todas as doutrinas serviam para justificar a expansão econômica e política: predestinação geográfica, tarefa de regeneração, alargamento da área de liberdade etc. (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 138).

a felicidade e a liberdade por todos os lugares?<sup>88</sup> E foram marcados por esses impulsos e convicções que os norte-americanos se haviam voltado para o Texas.

Por essa época [1830], o governo dos Estados Unidos tinha já organizado o seu plano de guerra contra o México, outra prova da solidariedade e da fraternidade americana. A má fé do governo de Washington começou com a questão do Texas. Favoreceu quanto pode a revolta d'aquela território, animou-o a separar-se do México para mais depressa absorvê-lo e depois declarou a guerra ao México, verdadeira guerra de conquista, humilhou aquela república até ao extremo, e arrebatou-lhe metade do seu território. Oh! Fraternidade! E a doutrina de Monroe o que era feito dela? (PRADO, 1893, p. 32).

Em troca do reconhecimento dos Estados Unidos do direito da Espanha ao Texas, em 1819 o ministro espanhol Luis de Onís finalmente concordou com a demanda que faziam os americanos. Depois de alguns anos na América, contudo, o ministro Luis de Onís já não avaliava os norte-americanos do mesmo modo como quando chegou.

Os americanos [...] acreditam que seu domínio está destinado a estender-se agora ao istmo do Panamá e, a partir de agora, sobre todas as regiões do Novo Mundo. [...] Consideram-se superiores ao resto da humanidade e encaram sua república como a única criação na Terra apoiada sobre uma grandiosa e sólida base. Coberta de sabedoria e destinada, um dia, a tornar-se o mais sublime colosso do poder humano e a maravilha do universo (LENS, 2006, p. 155).

O presidente americano James Polk escreveu sua *Annual Message* em 8 de dezembro de 1846 justificando a guerra com o México que resultou na anexação do Texas pelos Estados Unidos. Disse ele na sua mensagem que “a atual guerra com o México não foi nem desejada nem provocada pelos Estados Unidos”, que teriam, ao contrário, lançado todos os esforços possíveis para evitá-la. Contudo, depois de “anos de tolerância de nossa parte” o México iniciou unilateralmente as hostilidades “forçando a guerra contra a nossa pátria”. Na mensagem, faz o presidente uma revisão dos fatos corrigindo aqueles que sustentavam que os Estados Unidos faziam uma guerra injusta e desproporcional contra um inimigo fraco e combatido: “as ofensas que temos sofrido por parte do México quase desde o momento em que ele se tornou uma nação independente e a paciente resignação com que as temos sustentado não têm paralelo na história moderna dos países civilizados”. Tais ultrajes por parte do México, no entanto, não poderiam passar impunes, segundo Polk, na medida em que o país ao Sul de sua fronteira promoveu “apreensões

---

<sup>88</sup> Em sua origem, o México Independente compreendia, além dos limites atuais, a Califórnia, Nevada, Utah, Novo México, Arizona, Texas e partes de Wioming e Colorado.

ilegais da propriedade americana e a violação da liberdade pessoal de nossos cidadãos”. Para o presidente, já havia antes mesmo dessas violações amplas causa para a guerra, mas os Estados Unidos se contiveram “até que o próprio México tornou-se um agressor pela invasão do nosso solo de maneira hostil”.<sup>89</sup> Polk, diante do Congresso americano, marcou a ferro o dualismo do discurso do governo quanto ao conflito com o México:

Depois de reiteradas ameaças, o México ultrapassou as fronteiras dos Estados Unidos, invadiu nosso território e derramou sangue americano em solo americano [...] Como a guerra se dá por um ato do próprio México, somos todos chamados, por todas as considerações de dever e patriotismo, a vingar resolutamente a honra, os direitos e interesses de nossa nação (LENS, 2006, p. 199).

Mas havia aqueles que não aceitaram a conveniente versão da história apresentada por James Polk. Em seu primeiro discurso na Câmara dos Representantes, em 12 de janeiro de 1848, Abraham Lincoln contestou com certa veemência as afirmações oficiais depois de admitir que votou a favor da guerra “por mero capricho partidário”. Disse Lincoln: “Tenho profundas suspeitas... de que ele [o presidente Polk] está profundamente cômico de que está errado – de que ele sente que o sangue desta guerra, como o sangue de Abel, grita aos céus contra ele”. Após analisar cuidadosamente a mensagem presidencial a respeito de seus argumentos e provas que justificariam a guerra, Lincoln declara que “sua justificação deixa muito a desejar e que o presidente teria ido mais longe com suas provas se não fosse um pequeno detalhe: a *verdade* não o permitiria.” Para o congressista, era sua *obrigação* apresentar os fatos de modo a concluir que “a terra onde foi derramado o primeiro sangue era nossa...”<sup>90</sup>

Os americanos do Norte continuaram alargando seu território por todos os meios possíveis e suficientes a fim de aplacar seu insaciável apetite: pela via política, pela guerra ou pela compra pura e simples. Em 1846, por conveniência política a fim de evitar uma aliança da Inglaterra com o México, partilharam com aquela o território contestado do Oregon; em 1853, foi comprado o disputado território de Gadsden, localizado ao Sul da Califórnia; quatorze anos depois adquirem o Alaska, da Rússia.

<sup>89</sup> Mensagem de guerra de Polk sobre os méritos da guerra com o México, de 11 de maio de 1846, *in* May (1964, p. 57-69). O Congresso declarou guerra ao México dois dias depois.

<sup>90</sup> Primeiro discurso de Lincoln na Câmara dos Representantes, 12 de janeiro de 1848, *in* May (1964, p. 69-78).

Para Moniz Bandeira (2007, p. 121), a expansão marítima norte-americana precedeu a expansão territorial, e ambas se realizaram com o mesmo ímpeto revolucionário do capitalismo em ascensão, cumprindo desse modo o seu *destino manifesto*. Na década de 1820, os Estados Unidos já mantinham uma esquadra estacionada na costa do Brasil para proteger as atividades dos navios mercantes norte-americanos, sustentando com a força os seus interesses e reivindicações.<sup>91</sup> Em pronunciamento a um grupo de líderes de Boston, o senador Albert Beveridge, de Indiana, com o propósito de jactar-se de sua marinha, disse em 1898 que

as fábricas americanas estão produzindo mais do que o povo americano pode usar; o solo americano está produzindo mais do que o povo americano pode consumir. O destino escolheu para nós a política a adotar; o comércio do mundo deve ser, e será, nosso. E conseguiremos, pois nossa mãe [Inglaterra] nos disse como. Vamos cobrir o oceano com nossa marinha mercante (HUBERMAN, 1985, p. 260).

O caso do México, especificamente, é o mais revelador. Foi sobre esse infeliz vizinho<sup>92</sup> que as *canhoneiras* norte-americanas abriram *fogo* com especial vigor. A febre expansionista não baixava e a bandeira do Destino Manifesto trapejava nos mastros das casas de cada americano nacionalista e especialmente nos círculos políticos do país. Em discurso a parlamentares, repleto de troças e zombrarias, mas dominado pela arrogância, dizia Mr. Evars, ex-Secretário de Estado:

A doutrina de Monroe é por certo uma boa causa, mas, como todas as coisas boas antiquadas, precisa de ser reformada. Essa doutrina resume-se nesta frase: A América para os americanos. Ora, eu proporia com prazer um aditamento: Para os americanos, sim senhor, mas, entendamo-nos, para os americanos do norte (*aplausos*). Comecemos pelo nosso caro vizinho, o México, de quem já comemos um bocado em 1848. Tomemo-lo (*hilaridade*). A América Central virá depois, abrindo nosso apetite para quando chegar a vez da América do Sul. Olhando para o mapa vemos que aquele continente tem a forma de um presunto. Uncle Sam é bom garfo; há de devorar o presunto (*aplausos e hilaridade prolongada*). Isto é fatal, isto é apenas questão de tempo. A bandeira estrelada é bastante grande para estender a sua sombra gloriosa de um oceano a outro. Um dia ela flutuará única e ovante do polo norte ao polo austral. (PRADO, 1893, pp. 65-66)

Esse era o sentimento geral do povo americano. Antes do discurso de Mr. Evars, o senador Preston já exclamara, em 1836, perante o congresso americano: “A bandeira estrelada não tardará em flutuar sobre as torres do México, e dali

---

<sup>91</sup> Condry Raguet sugeriu em 1826 o emprego do poderio naval para arrancar do Brasil um tratado de comércio.

<sup>92</sup> Até hoje reverbera por toda a América Latina a lúgubre frase do ex-presidente do México, Lázaro Cárdenas, que governou o México de 1934 à 1940: “Pobre México, tão longe de Deus e tão próximo dos Estados Unidos”.

seguirá até ao cabo Horn, cujas ondas agitadas são o único limite que o *yankee* reconhece para a sua ambição”. O anglo-saxão, escreveu o ministro protestante Josiah Strong, em 1885, é o representante de duas grandes ideias, “liberdade civil” e “puro cristianismo espiritual”. Segue-se daí que “o anglo-saxão [...] está divinamente encarregado de ser o guardião de seu irmão”, cuja missão divina era um mandato para se espalharem para *baixo*, para *fora* e para *longe* (LENS, 2006, p. 256). Para *baixo*, explica Lens, significava sobre o México, a América Central e do Sul; Para *fora*, sobre as ilhas dos mares; para *longe*, sobre a África e além.

Com apologistas igual a Strong, a febre só tinha que subir e o sentimento alimentado com carga altamente calórica do Destino Manifesto se acentuava a cada discurso proferido. A temperatura não baixava e o ímpeto parecia não aplacar a crença de Strong de superioridade inspirada no darwinismo social.<sup>93</sup> Para o pastor, os anglo-saxões estavam encarregados diretamente pela divindade de ser os guardiões da espécie humana e que Deus os havia preparado para a guerra final entre as raças (BRUIT, 1994, p. 12). No entanto, ao referirmos mais uma vez à ambivalência dos americanos do Norte, para estes “o resto da humanidade era considerado apenas uma matéria-prima passiva, barro a ser moldado pelas mãos do oleiro.” Essa arrogância, evidente pressuposição de superioridade, “pode ser considerada um legado da condição insular da Grã-Bretanha, ampliado pelo tamanho e pela riqueza dos Estados Unidos” (KIERNAN, 2009, p.16).

Com fundamento nessa crença e a pretexto de expandir-se por “toda a terra” é que os norte-americanos produziram muitas “guerras santas”. Losurdo destaca que em razão dos fluxos migratórios de diferentes povos para a América e o inevitável encontro entre culturas diferentes, os conflitos fatalmente se irrompem. No caso dos Estados Unidos, afirma, um duplo conflito das civilizações preside a sua fundação: os norte-americanos, persuadidos de serem o novo Israel e o povo eleito

---

<sup>93</sup> “Darwinismo social” – filosofia desenvolvida pelo filósofo inglês Herbert Spencer, segundo a qual a teoria da evolução de Darwin podia ser aplicada perfeitamente à evolução da sociedade. Assim como tinha uma seleção natural entre as espécies, ela também existia na sociedade (BRUIT, 1994, p. 9). Predominante entre os defensores americanos da ordem estabelecida no último terço do século XIX, a filosofia econômica e social de Spencer procurou construir seu sistema sobre os princípios da sobrevivência do mais capacitado e a evolução dos organismos do simples para o complexo (LINK, 1965, p. 40). Luta, destruição e sobrevivência do mais apto eram também essenciais ao progresso da sociedade humana, afirmava Spencer, traçando um paralelo entre o homem e os animais em sua feroz luta pela sobrevivência, como observara Darwin em relação a estes últimos. Os fracos, de acordo com Spencer, estorvavam a estrada do progresso e tinham que perecer. Os fortes sobreviviam por serem superiores. Como a filosofia representava uma lei elementar de desenvolvimento social, era inútil e perigoso para o governo tentar ajudar os mais fracos a sobreviver. Link (1965, p. 40) observa que correntes contrárias à filosofia de Spencer, que o darwinismo social foi feito sob medida para racionalizar o domínio da oligarquia comercial; que justificava satisfatoriamente a guerra econômica, a pobreza, a exploração e o sofrimento em nome do progresso.

por Deus, “os puritanos fogem de uma Europa percebida e rotulada por eles como o lugar do pecado e da corrupção, para desembarcar no Novo Mundo, onde a hostilidade dos peles-vermelhas selvagens e pagãos os espera”. Esse duplo conflito, assinala, é continuamente renovado, por um lado, pela progressiva expansão dos colonos e das guerras contra os índios, e por outro, pelas sucessivas ondas de imigrantes [inclusive escravos negros deportados da África] que provêm de todos os cantos do mundo e que trazem consigo uma cultura diferente. “A identidade cristã do povo eleito, em nítida oposição ao mundo profano ou pagão que o circunda”, é realçada pelos movimentos periódicos de despertar religiosos, que “lembram ao povo eleito o pacto único que o liga a Deus e a missão sagrada que lhe compete edificar uma ‘cidade na colina’, chamada a ser exemplo para toda a humanidade” (LOSURDO, 2010, p. 82).

Contudo, ainda que os anglo-americanos sinceramente creiam nisso, basta um olhar neutro, ou de algum espoliado, para perceber que as guerras por eles empreendidas de *santa* nada têm, e sim que o objetivo do imperialismo da América nos séculos XVIII e XIX era a aquisição de terras – um imperialismo territorial, portanto. O objetivo do novo imperialismo após 1870 era de natureza comercial: acesso a matérias-primas e mercados (LENS, 2006, p. 411).<sup>94</sup> “God bless America!”.<sup>95</sup>

A propósito dos valores guerreados, tanto o Norte [industrial/capitalista] quanto o Sul [agrário/escravagista] dos Estados Unidos brandiam seus valores mais caros e defendiam um Estado bem ao gosto de seus interesses imediatos. Mas os ianques empunhavam a sua bandeira com mais vigor.

O Norte achava que o governo deveria ser exercido pelos ricos e que as leis, para serem boas, deveriam proteger francamente a riqueza e a classe dos comerciantes. Deveria garantir a liberdade de comércio, a que mais interessava ao nortista. Quanto aos interesses sociais e humanitários, o Estado nada tinha a ver com isso; tais funções ficavam fora da órbita de suas atribuições. Para o Norte, a lei econômica (liberdade de comércio) era capaz de regular a vida dos homens em sociedade e que, se a plena

<sup>94</sup> Em meados do século XIX, em pleno furor expansionista, o pragmatismo americano não desejava se livrar de sua aprovação mais elevada, o comando celestial, pois este e os acontecimentos terrestres coincidiam. Era a América e o todo-poderoso caminhando de braços dados num espírito de confiança mútua (KIERNAN, 2009, p.34).

<sup>95</sup> [Deus abençoe a América!] A expressão tem sido repetidamente proclamada pelos presidentes dos Estados Unidos. E que seus inimigos tremam, porque na luta entre o bem e o mal, como sabemos, Deus não pode ser “neutro”, não pode senão ficar do lado da nação que ele escolheu para liderar o mundo e derrotar o mal. Só no caso dos Estados Unidos o fundamentalismo garante a assistência divina à pretensão de edificar um império mundial (LOSURDO, 2010, p. 93).

liberdade de comércio fosse atingida, todas as demais pequenas liberdades viriam em consequência (MOOG, 1966, p. 163).

Confrontados de um lado pelo discurso do peso nos ombros dos desígnios religiosos e de outro pelas justificativas que em tese poderiam exprimir valores universais, foi a partir do final do século XIX que os Estados Unidos aprenderam gradualmente a “mascarar o caráter explícito das conquistas e ocupações territoriais sob a capa de uma universalização de seus próprios valores, enterrada numa retórica que acabaria por culminar no que veio a ser conhecido como ‘globalização’” (HARVEY, 2009, p. 47).<sup>96</sup>

### 3.1.1 O *Big Brother*<sup>97</sup> de olho na Amazônia

Em regra as ambições [colonialistas] internacionais apresentam-se disfarçadas por princípios idealistas. Nícia Vilela Luz (1968, p. 23) destaca que não só os Estados Unidos, mas também a França e a Inglaterra ambicionaram, ou ainda ambicionam, a região Amazônica. Segundo ela, o interesse dos Estados Unidos, no entanto, foi o mais aberto e incisivo. Em 1829, Willian Tudor, representante americano, sugeriu a José Silvestre Rebelo, encarregado de negócios do Brasil em Washington, o estabelecimento de uma linha de vapores no Amazonas e a sua abertura à exploração científica. A questão, posta ao lado de pedido de indenização reivindicado por uma companhia americana que teve seu barco a vapor impedido de ingressar no Amazonas, não evoluiu até 1845, quando voltou a carga. Agitações na imprensa, que se uniu em torno desse projeto, encabeçadas pelo tenente Mathew Fontaine Maury, davam conta do interesse dos Estados Unidos em colonizar o norte do Amazonas, para onde pretendiam transplantar parte de sua população negra.

Os esforços do tenente norte-americano Matthew Fontaine Maury,<sup>98</sup> em meados do século XIX, para que o governo imperial abrisse às nações

<sup>96</sup> O inter-relacionamento de questões envolvendo as ideologias do Destino Manifesto e da civilização cristã norte-americana, conectadas com o fenômeno do expansionismo e a educação de origem missionária norte-americana foram levantadas pela primeira vez no trabalho de Mesquida (1994).

<sup>97</sup> A expressão *Big Brother* (Grande Irmão) é emprestada da obra de George Orwell, 1984, a qual alude ao sistema de vigilância diuturno, à teletela, e à figura ostensiva de um rosto em cartazes por toda parte com a legenda “O GRANDE IRMÃO ZELA POR TI”. A expressão ironiza a política dos Estados Unidos para com os demais países americanos, a constância vigilância e retórica de proteção aos *irmãos* do hemisfério, considerando-se para tanto a autoproclamada Doutrina Monroe e um conjunto de outras ideologias cujo valor, antes de universal, lhe é muito particular.

<sup>98</sup> M. F. Maury endossa e incorpora a ideologia do novo colonialismo, será o porta-voz dos interesses do sul dos Estados Unidos que, em meados do século XIX, entrava em grave crise que conduziria ao aniquilamento da sua sociedade monocultora e escravista (LUZ, 1968, p. 49).

estrangeiras a navegação do Amazonas estavam fundados em estudo que indicava ser “necessário livrar os Estados Unidos de sua população negra, enquanto fosse tempo, para evitar os conflitos que, necessariamente surgiriam no futuro, tendo em vista a fecundidade daquela raça. E não encontrou melhor local para dispor daqueles que considerava indesejáveis que o luxuriante vale do Amazonas” (LUZ, 1968, p. 21).

Para os americanos da parte de cima do hemisfério, inebriados com a ideia de expansão, o Amazonas era um alvo à altura da cobiça dos defensores do espírito presente no Destino Manifesto.<sup>99</sup> Era um importante capítulo na saga expansionista e teve muita repercussão entre escravistas, comerciantes, armadores e flibusteiros. Mas primeiro tinham que romper com a proibição do Império de abertura do Amazonas.<sup>100</sup> “As pressões aumentavam, tanto mais o Império resistia” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 139). A respeito do interesse dos sulistas norte-americanos pelo Brasil, aduz Mesquida (1994, p. 37) que

em meados do Século XIX já estava em curso uma campanha pela abertura do Amazonas à navegação internacional. Um dos intentos seria a ocupação da região com o propósito de criação de novos estados escravagistas, longe da influência do governo ianque e perto das oportunidades de acesso e garantia da riqueza que as leis brasileiras asseguravam.<sup>101</sup>

A resistência brasileira à abertura do Amazonas procedia e perdurara mais de três décadas depois da proposição de William Tudor. Pretendiam os Estados Unidos, na verdade, não apenas a exploração científica da região e a transferência de parte de sua incômoda população negra. Todos os pretextos e argumentos serviam como medidas preliminares visando a futura anexação do território. Além

---

<sup>99</sup> A última vez que foi ministro de negócios estrangeiros do Brasil o visconde de Abaeté, este estadista teve notícia de que se tramava em New-York uma expedição de flibusteiros contra o Pará e o Amazonas e, se a legação brasileira em Washington não contrariasse ativamente a conspiração, talvez chegasse a se reproduzir no vale do Amazonas um novo atentado, igual ao da expedição do pirata Walker contra a América Central. Estas pretensões americanas sobre o Amazonas tornaram-se então ameaçadoras. Em seguida à exploração feita no grande rio pelo tenente Herndon, da marinha americana (que aconselhara aos brasileiros o uso da força para os índios, em vez da catequese) começou a agitação americana a propósito do Amazonas. O célebre geógrafo e meteorologista americano Maury escreveu um violento panfleto contra o Brasil que foi vitoriosamente respondido por De Angelis. Falava Maury, não na conveniência que o Brasil teria com a abertura do Amazonas à navegação, mas no *direito* dos Estados Unidos de nos forçarem a isso (PRADO, 1893, p. 148).

<sup>100</sup> D. Pedro anotou em seu diário em 1862 a respeito das pressões que recebia para abertura do Amazonas para navios de outras nações: “sempre tive receio dos Estados Unidos cujas relações suplantariam as de outras potências”. Anotou ainda que o ministro americano [General Watson J. Webb] apresentara três propostas com o fim de transvasar para o vale do Amazonas principalmente, os negros que se libertassem nos Estados Unidos (LUZ, 1968, p. 10).

<sup>101</sup> O movimento expansionista norte-americano estava prestes a não poupar nem o Brasil. Pela estratégia de emigração, como ocorrera no território mexicano com as questões da Califórnia e Texas, principalmente, não tardaria para a região amazônica conter um número expressivo de cidadãos americanos, cujos interesses poderiam ser defendidos pelo uso das armas (MESQUIDA, 1994, p. 38).

das provocações e intrigas procurando envolver países vizinhos, como Peru e Bolívia,<sup>102</sup> a intenção real ficou cabalmente demonstrado na carta que Maury mandou ao tenente William Lewis Herndon, na qual falava em “revolucionar e republicanizar e anglo-saxonizar aquele vale”, constituindo a *República Amazonica*. (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 140-144). Outra carta de Maury enviada à Convenção de Mênphis e publicada pelo *Correio Mercantil* não deixava qualquer dúvida: “Experimentemos a *suasão* diplomática porque talvez se possa obter a abertura por meios pacíficos. Pacificamente se pudermos, pela força se preciso”. Como muitos denunciaram à época, a estratégia dos Estados Unidos era a mesma empregada, por exemplo, no Texas, Califórnia e Novo México, pela infiltração de pessoas e empresas. E, em certa medida, no Havaí.<sup>103</sup> Ou seja, depois que seus elementos estão estabelecidos na região, todos os argumentos justificam o apoio do governo central para proteger a *liberdade*, a *propriedade* e os interesses *democráticos* de seu país. Como ocorreu especialmente no Texas e na Califórnia, inicialmente os americanos imigraram com seus escravos e estimularam as tendências separatistas, como primeiro passo para a anexação. E foram bem sucedidos, como sabemos.

Os acontecimentos decorrentes da Guerra da Secessão, contudo, determinaria a necessidade de mudança de estratégia por parte dos Estados Unidos, pois a Proclamação de Emancipação que Lincoln lerá perante seu ministério em 22 de setembro de 1862, declarando “desde já e para sempre livres todos os escravos existentes nos Estados rebeldes” tornaria inviável o projeto de Webb, uma vez que restaria a possibilidade de introdução na Amazônia apenas de negros americanos livres. O ponto que inviabilizaria essa empresa era justamente o fato de que se criaria uma companhia, segundo a proposta, envolvendo ambos os governos, em que os negros escravos, uma vez adentrando o território brasileiro, teriam que trabalhar cinco anos e um mês em favor de dita companhia para somente depois da

---

<sup>102</sup> Foram despachados agentes diplomáticos para o Peru e para a Bolívia, com o fim de levantarem os governos daqueles países contra o Brasil e de os aconselharem a pedir o *auxílio* dos Estados Unidos (PRADO, 1893, p 149).

<sup>103</sup> No Havaí a usurpação americana foi simples e rápida. A raça indígena [local] havia perto de um século que ia sendo educada por missionários de várias nações, e tinha chegado já a um grau de civilização que lhe permitiu constituir um governo regular. Havia no arquipélago uns quinhentos americanos e uns seis ou oito mil portugueses. Pois bem, os americanos, auxiliados por um vaso de guerra do seu país, expeliram do governo os indígenas e, fazendo desembarcar tropa, tomaram conta de todo o país, excluindo inteiramente os havaianos de toda a administração de sua terra. Os governantes americanos empossados pelas baionetas decretaram a federação com os Estados Unidos tal qual queriam talvez os insensatos brasileiros que em 1834 apresentaram um projeto análogo na Câmara dos Deputados. O Congresso de Washington não quis a anexação do Havaí, mas ficou aquele país sempre governado pelos americanos. Esta grande e clamorosa iniquidade, este abuso da força, não encontra justificativa (PRADO, 1893, p.153).

fase do “aprendizado” serem declarados livres e se tornarem cidadãos do Império (LUZ, 1968, p. 12).

A carência dos Estados Unidos de algumas matérias-primas, especialmente café, açúcar e borracha, era também um fator relevante para esse intento, não apenas em relação à Amazônia, mas também México e Havaí. “O café”, julgava o general Grant, “viria com o México; a borracha, para tê-la, é preciso ter o Amazonas” (PRADO, 1893, p. 153). E se preciso fosse, os teria à força, como revelou o general Grant em pronunciamento em 1883, por ocasião da recepção ao general mexicano Porfírio Dias.<sup>104</sup>

Os eventos envolvendo o Amazonas desencadearam o primeiro movimento antiamericano do Brasil. Internamente, a questão do Amazonas se transformou num cabo de guerra em cujas pontas havia, de um lado os que defendiam a abertura, que se constituíam basicamente por quem nutria admiração pelos Estados Unidos, e de outro, aqueles que trabalhavam pela resistência, que tinham alguma desconfiança a respeito das reais intenções do país do Norte. Para o general José Inácio Abreu e Lima nenhum outro povo, exceto o inglês, podia suportar “a brutalidade imperiosa dos americanos do Norte, nem sua grosseria habitual, nem sua independência selvagem, nem sua liberdade aristocrática. Não existe sobre a terra nenhum povo mais egoísta nem mais interesseiro” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 151).

Em 7 de dezembro de 1866, D. Pedro finalmente assinou o decreto que franqueava a navegação pelo Amazonas e as primeiras autorizações para ingresso na região foram concedidas. Embora o país da águia não tenha conseguido seu intento do modo como durante décadas articulou, o seu interesse pela Amazônia jamais se desvaneceu. A propósito desse desejo impassível do *Grande Irmão* pela maior floresta do mundo, anota Galeano (2011, p. 186-187) que em 1968 o Congresso brasileiro realizou uma investigação sobre a venda de terras brasileiras na região amazônica a pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. O informe da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, divulgado em 3 de junho de 1968, enumerou casos de venda ou usurpação de terras de 20 milhões de hectares, estendidas de maneira que “formam um cordão para isolar a Amazônia do resto do Brasil”,

---

<sup>104</sup> [Disse Grant que] os Estados Unidos necessitavam de três coisas somente, porque o resto tudo tinha no seu país. As três coisas eram: café, açúcar e borracha. E o general disse: *Seja como for* havemos de ter café, açúcar e borracha. O general acentuou bem a frase *Seja como for (by any means)*, e no México esta frase foi tomada quase como uma ameaça. «O problema do açúcar estava até certo ponto resolvido pela absorção das ilhas Havaí, que, embora não admitidas na União americana, estão, para todos os fins práticos, como que anexadas aos Estados Unidos (PRADO, 1893, p. 152).

“exploração clandestina de minerais muito valiosos”, constituindo este último, segundo o informe, como o principal interesse da ambição norte-americana de abrir uma *nova fronteira* dentro do Brasil. Na mesma época, o jornal Correio da Manhã, de 30 de junho de 1968, noticiou que “mais de vinte missões religiosas estrangeiras, sobretudo as da igreja protestante dos Estados Unidos, estão ocupando a Amazônia nos pontos mais ricos em minerais radioativos, ouro e diamantes”. Para controlar a natalidade dos aborígenes “difundem em grande escala contraceptivos, como dispositivos intrauterinos, e ensinam inglês aos índios catequizados”. Estabeleceram um rígido controle de acesso à região, de modo que “suas áreas são cercadas por elementos armados e nelas ninguém pode entrar”.<sup>105</sup>

### 3.2 O LIBERALISMO CONQUISTA A ANGLO-AMÉRICA

O liberalismo desenvolveu-se essencialmente no século XVIII, em contraposição ao absolutismo monárquico, preconizando que a ordem econômica tende a se estabelecer espontaneamente na economia, e o Estado não deve impedir o livre jogo da concorrência. Adam Smith foi um de seus principais representantes. A doutrina liberal, de acordo com Houaiss (2009), é a “baseada na defesa da liberdade individual, nos campos econômico, político, religioso e intelectual, contra as ingerências e atitudes coercitivas do poder estatal”. Ou, como disse Truman<sup>106</sup> ao afirmar sua doutrina, “necessidade de garantir o desenvolvimento pacífico das nações, livre de coerções”, pois a “liberdade é mais importante que a paz”; e a liberdade não era possível a não ser que houvesse a “livre-iniciativa” (LENS, 2006, p. 520/1). É a antítese do Estado intervencionista, ao mesmo tempo defensor do Estado Mínimo, de economia desregulamentada, que somente deve se ocupar das políticas públicas como segurança, saúde, habitação, entre outras. O neoliberalismo, adaptado da doutrina liberal, “tem a intenção totalitária de criar um pretense *novo*

---

<sup>105</sup> A maior floresta do mundo, gigantesco espaço aberto à lenda e à aventura, converteu-se, simultaneamente, no cenário de um novo *sonho americano*. Em ritmo de conquista, homens e empresas dos Estados Unidos avançaram sobre a Amazônia como se fosse um novo *Far West* (GALEANO, 2011, p. 75).

<sup>106</sup> Para Truman, o sistema americano só poderia sobreviver na América caso se tornasse um sistema mundial. Essa era a essência da Doutrina Truman e das políticas de Washington – fazer do sistema americano de livre-iniciativa e de livre-comércio internacional o sistema mundial (LENS, 2006, p. 522).

*mundo* subordinado às empresas multinacionais, onde os antigos *Estados nacionais* sejam seus melhores fiadores” (CHOMSKY, 1999, p. 13).<sup>107</sup>

Foi nos Estados Unidos que os princípios do liberalismo atingiram o seu ponto culminante, onde se exacerbou a liberdade individual elevando-a quase que a uma fé religiosa. E assim, no país do Norte “a exaltação da liberdade individual e da livre iniciativa na atividade econômica, iriam forjar um tipo de homem público, misto de negociante e político aventureiro, sem paralelo na história da humanidade desde a queda do Império Romano” (MONTEIRO, 1963, p. 42). E foi com essa pregação da liberdade como um direito central que “o capitalismo de livre mercado triunfou, mas a democracia perdeu viço” (REICH, 2008, p. 1). Vianna Moog (1966, p. 55) Na referência que faz ao progresso do Brasil e dos Estados Unidos, faz algumas “interrogações impertinentes”. Pergunta ele: foi determinante o Brasil ser povoado por portugueses [latinos] e os Estados Unidos por anglo-saxões? Foi determinante a colonização dos Estados Unidos ter sido feita por protestantes calvinistas e a do Brasil por católicos renascentistas? Admite o autor que não há resposta conclusiva para uma ou outra das interrogações acima, pois inúmeros fatores concorreram e concorrem para essas diferenças. Para os marxistas, destaca,

as diferenças entre a civilização americana e a brasileira não decorrem nem da raça, nem somente da geografia, mas dos fatores econômicos. São os fatores econômicos os verdadeiros determinantes do progresso dos Estados Unidos em progressão geométrica e o do Brasil, em progressão aritmética (MOOG, 1966, p. 54).

Ao referir-se à pujança mercantil norte-americana ainda no primeiro quarto do século XIX, quando seus comerciantes se lançavam aos mares para praticar o comércio e a transportar mercadorias alheias mais rápido e mais barato que os transportadores europeus, Tocqueville (2001, p. 464), exalta “uma espécie de heroísmo em seu modo de fazer comércio”.

As nações, como os homens, indicam quase sempre, desde sua mais tenra idade, os principais traços de seu destino. Quando vejo com que espírito os anglo-americanos comerciam, as facilidades que encontram para fazê-lo, os sucessos que encontram nisso, não posso me impedir de crer que se tornarão um dia a primeira potência marítima do globo (TOCQUEVILLE, 2001, p. 468).

---

<sup>107</sup> Para Chomsky (2002, p. 38), o liberalismo compulsório do Terceiro Mundo no século 19 é um importante fator explicativo do atraso de sua industrialização.

A história demonstra que o Brasil seguiu outros rumos, ao contrário mesmo das suas vizinhas colônias. Enquanto as colônias espanholas buscaram sua autonomia política inspirada na Revolução Francesa, tendo como escopo o rompimento com o feudalismo, o Brasil foi objeto da oligarquia rural que pretendeu manter o *status* e tornar-se um prolongamento da monarquia portuguesa, atendendo aos interesses da Santa Aliança [Tratado de Metternich].

A democracia<sup>108</sup> como um valor tem sido implacavelmente defendida pelos países de vocação capitalista, especialmente do Ocidente. Neste tipo de governo se presumem o exercício do poder pelo povo e garantia das liberdades civis e prevalência dos direitos humanos. Contudo, os direitos humanos não combinam com os negócios, eis que, para os Estados Unidos, tais direitos tendem a ser um empecilho à busca satisfatória de seus interesses econômicos, razão porque são sistematicamente omitidos, uma vez que “a força do conjunto imperialista reside na necessária desigualdade das partes que o formam” (GALEANO, 2011, p. 19).

Os interesses econômicos dos Estados Unidos no Terceiro Mundo têm exigido uma política de conter revoluções, manter portas abertas para os investimentos norte-americanos e assegurar condições favoráveis para esses investimentos. Esforços reformistas para melhorar a situação dos pobres e oprimidos não produzem um clima favorável para os investidores (ASSMANN, 1979, p. 193),

O sindicalismo é parte dessa objurgação severa contra as lutas sociais. Infelizmente, para o capitalista, o trabalhador é um mal necessário, uma relação de amor e ódio. Amor pelo que ele faz/produz e ódio pelo que ele é. A propósito dessa ambivalência capitalista, Chomsky (2002, p. 45) destaca o que escreveu Wilhelm Von Humboldt ao condenar o trabalho assalariado: “Quando o trabalhador atua sob controle externo talvez admiremos o que ele faz, mas desprezamos o que ele é”.

A liberdade das pessoas, a propriedade privada e a democracia como valores permanentes e inalienáveis têm sido historicamente as grandes bandeiras perenemente agitadas pelos norte-americanos para justificar seus planos e ações. O país deve resistir a tudo que ameace os seus “valores fundamentais”, o que, traduzido, significa “estabilidade da estrutura de mercado” (ASSMANN, 1979, p. 14).

---

<sup>108</sup> A democracia tem sido o mote dos capitalistas ofensivos para garantir a penetração e absorção dos mercados. A crítica de Chomsky (1999, p. 14) é de que o neoliberalismo é uma mentira monumental não só no campo econômico, mas também no político, pois preconiza a mais ampla democracia, mas na sua versão latino-americana só conduziu ao desmantelamento dos antigos Estados de bem-estar e a um crescimento desmedido do poder transnacional.

Jefferson Davis, em seu discurso como presidente do Governo Confederado Provisório, em fevereiro de 1861 (MAY, 1964, p. 81/83), reclama o direito do povo de alterar o governo ou suprimi-lo à sua vontade quando se tornarem prejudiciais aos fins a que foram criados. Referia-se à pressão do Norte que reclamava a abolição da escravatura existente no Sul, mais ou menos nos moldes, e por razões similares, da pressão inglesa para acabar com a escravidão no Brasil. Para Jefferson Davis, a União afastou-se dos propósitos idealizados na Declaração de Independência de 1776, o que justifica a ruptura do acordo desfazendo a antiga união resultando na decisão dos Estados soberanos do Sul de formar uma Confederação, uma “nova aliança” cujo governo de cada Estado permaneceu com seu governo até então existente, “de modo que os direitos da pessoa e da propriedade não foram prejudicados”. Para o presidente provisório, o principal interesse do povo agrícola do Sul “é a exportação de mercadorias necessárias a todo o país manufatureiro, nossa verdadeira política é a paz e o comércio mais livre que nossas necessidades permitirem”.

O temor de que o dissenso interno pudesse trazer o apoio de potências europeias aos sediciosos, especialmente da Inglaterra, Abraham Lincoln, na sua *Annual Message*, em 3 de dezembro de 1861, destaca que “A principal alavanca em que os insurretos depositam sua esperança para incitar as nações estrangeiras a nos hostilizarem, como já anunciado, é o embaraço ao comércio (MAY, 1964, p. 92).

A vitória do Norte na Guerra Civil deu início a um surto desenvolvimentista em todos os Estados Unidos a partir de então. O vigoroso crescimento evidenciou sua vocação para grande potência no globo. Com isso, vem à tona novamente a questão havida entre John Quincy Adams e Henry Clay, em 1820, a respeito da missão dos Estados Unidos no hemisfério: “deveria a nação procurar ativamente impor sua vontade, seus ideais e seu sistema político aos povos de toda parte do mundo ou lutar para estabelecer um exemplo esperando com isso que por fim todas as nações se converteriam àquelas ideias?” (MAY, 1964, p. 105). Seja pela imposição da vontade ou servir de exemplo para o mundo, o fato é que nas veias anglo-americanas corria desde o nascimento o sangue da arrogância e da concupiscência, além da crença de serem os prediletos de Deus. Para ilustrar, relata Kiernan (2009, p. 17) que um inglês admirou-se, meio hesitante, com os norte-americanos que encontrou, em 1910, nas profundezas da Amazônia. Eles “se entediavam com a tranquilizadora certeza de serem os herdeiros preferidos de Adão”.

Disse Willian Henry Seaward, Secretário de Estado americano, a uma plateia em Boston, em 1867: “Deem-me mais cinquenta, quarenta ou trinta anos de vida, e empenhar-me-ei em lhes dar a posse do continente americano e o controle do mundo” (LENS, 2006, p. 241). Não havia como esconder a faina de vir a exercer influência em todo o mundo, pois a ideia de que o país *deve* se transformar em uma *potência mundial* não só está ligada à própria natureza do capitalismo como sistema mundial, mas também vincula-se ao pensamento político de governantes, grupos de intelectuais e políticos nacionalistas em geral (BRUIT, 1994, p. 8).

Denota-se que o instinto expansionista estava presente desde muito cedo. Se no princípio esse instinto foi reprimido de algum modo, considerando as guerras em que os Estados Unidos estavam envolvidos, se deu apenas em virtude do custo que representaria a um país que apenas engatinhava. Mas no plano interno não houve qualquer freio que impedisse os confrontos com os índios para usurpar-lhe o território, malgrado os tratados assinados com as tribos.<sup>109</sup> Por eles, os Estados Unidos se comprometeram em respeitar permanentemente os territórios remanescentes e os direitos indígenas de ocupação, do que foram infiéis logo em seguida quando os impulsos de expansão entraram em choque com aqueles acordos *anacrônicos*. A arrogância sem limites do povo *civilizado* não permitiria a preservação de direitos ou culturas primitivas, já que “o expansionismo branco procura derrubar toda resistência privando as populações subjugadas de sua identidade, obrigando-as a renunciar às danças e às festas indígenas e a adotar um modo “civil” norte-americano de vestir-se (LOSURDO, 2010, p. 67).

Nada impedia, portanto, que fossem descumpridos tratados com povos selvagens que obstaculizavam o avanço do homem branco, os caminhos da civilização. Verifica-se desde esses primeiros tempos, de um lado a pressão de várias ordens para levar países e nações a subcreverem tratados, geralmente amplamente favoráveis aos americanos do Norte, e de outro, o irresistível impulso de descumpri-los quando estes se mostravam desinteressantes ou inadequados às suas pretensões.<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup> 363 tratados entre os Estados Unidos e duzentas tribos premidas por guerras, suborno e pressão militar, foram assinados, pelos quais os índios cederam enormes extensões de seus territórios. No curso de 1784 à 1808, apenas, as tribos foram obrigadas a entregar a maior parte das terras que compõem os atuais estados de Ohio, Indiana, Michigan, Illinois e áreas no Arkansas e Missouri (LENS, 2006, p. 80).

<sup>110</sup> Além desses com os índios, os tratados com a França [de 1778], já referidos, são exemplos disso.

### 3.3 UMA AUTOPROCLAMAÇÃO: A DOCTRINA MONROE

O estabelecimento da Doutrina Monroe se deu especialmente para que as nações libertadas do jugo imperial espanhol não caíssem nas mãos de outro poder, notadamente europeu, retornando ao *status* de colônia. Ao excluir essa possibilidade, os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que livram e restante do continente de ser alcançado e recuperado pela Santa Aliança, lançam o vaticínio sobre o destino da América Latina como sua exclusiva esfera de influência. As bases da doutrina formulada por John Quincy Adams foi proclamada unilateralmente pelo presidente Monroe, embora não pudessem os Estados Unidos naquele momento fazer frente à tentativa de restauração do poder europeu na área, sendo a frota inglesa, na ocasião, a única força que poderia lhe servir como barricada (LENS, 2006, p. 159).

Pela Doutrina, os europeus poderiam manter as colônias ainda existentes na América, mas não poderiam retomar as perdas ou apossar-se de outras, sob pena de desafiar os norte-americanos.<sup>111</sup> Longe de tratar-se de uma lei interna ou mesmo de um tratado internacional que, em tese, por sua força poderia vincular os demais países, a Doutrina Monroe era tão somente uma autoproclamada declaração, sem força coercitiva e visava apenas a atender interesses privados dos Estados Unidos. Ou seja, carecia de fundamento jurídico e tribunal algum poderia fazer cumprir suas disposições. O próprio James Monroe era um nobre representante da burguesia capitalista e industrial dos Estados Unidos e nessa concepção tinha todo interesse de que as colônias libertadas não retornassem ao controle imperial europeu, isto é, ao sistema monopolista comercial típico de potências coloniais como a Espanha, hipótese que, se concretizasse, restringiria a possibilidade de expansão do comércio norte-americano nas Américas. “América para os americanos” é a frase que resume a doutrina afirmada nos termos abaixo, estampada na Mensagem do Presidente James Monroe ao Congresso dos Estados Unidos, em 2 de dezembro de 1823:

Julgamos propícia esta ocasião para afirmar, como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e

---

<sup>111</sup> Dispõe a Doutrina: “devemos declarar que consideraremos qualquer tentativa de sua parte [potências colonialistas europeias] para estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como ato perigoso para nossa paz e segurança”.

conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia.<sup>112</sup>

A mensagem, que aparentemente se dirigia à Santa Aliança, reiterava a neutralidade dos Estados Unidos na guerra entre a Espanha e suas colônias declarando que não se intrometeriam nas colônias ou dependências europeias, mas não assistiriam passivamente se alguma nação da Europa tentasse estender seu sistema de força a qualquer parte da América (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 88). O presidente Woodrow Wilson, famoso por seu idealismo e seus elevados princípios morais, admitiu secretamente quase cem anos depois que, “ao defender a Doutrina Monroe, os Estados Unidos levam em conta os seus próprios interesses. Pode parecer que nos baseamos em puro egoísmo, a doutrina não tem motivos mais elevados ou generosos” (CHOMSKY, 2002, p. 25). A memorável expressão que marcou essa doutrina “A América para os americanos” reafirmava a independência dos países americanos “não devendo mais no futuro serem suscetíveis de se tornarem colônias de uma potência europeia” como referira Monroe. A declaração representava mais um passo vitorioso do Norte capitalista e industrial, abria caminho para a expansão territorial de um país que se colocava como uma grande potência econômica já na primeira metade do século XIX, e foi justamente o último quartel desse século que marcou a entrada dos Estados Unidos no cenário das grandes potências internacionais.

Se a declaração Monroe tinha por objeto imediato impedir intervenções europeias na América Latina, particularmente na região do Caribe, que de fato podia dizer respeito à paz e segurança de que aludia, mediatamente deu aos Estados Unidos o direito *legal* de ele próprio intervir no restante da América e de agir em todo o hemisfério, ou então de permitir, segundo seus interesses e conveniências, intervenções pontuais por potências europeias, como a ocorrida nas Malvinas.<sup>113</sup>

---

<sup>112</sup> Declaração de James Monroe em sua Mensagem Anual ao Congresso, em 2 de dezembro de 1823, *in* Syrett (1980, p. 141-142).

<sup>113</sup> Eduardo Prado (1893, pp. 34-35) revela a usurpação daquelas ilhas pela Inglaterra, com a conivência explícita dos anglo-americanos. Relata que em 1831 os argentinos tinham uma colônia nas ilhas Malvinas. Alguns navios de pesca americanos não quiseram obedecer às ordens do então governador da colônia, surgindo daí um conflito administrativo e diplomático entre o cônsul americano em Buenos Aires e o governo argentino. Logo em seguida, a corveta americana *Lexington* saiu de Buenos Aires comandada pelo capitão Silas Duncan e se dirigiu às ilhas Malvinas onde desembarcou tropa, matou muitos colonos, incendiou todas as casas, e arrasou as plantações, levando os sobreviventes presos para os Estados Unidos e outros abandonados em locais distantes. Destruído por completo o estabelecimento argentino, a Inglaterra oportunamente se apossou das ilhas. A satisfação reclamada em 1839 pelo governo argentino teve como resposta do Secretário de Estado Daniel Webster que o governo americano aguardava a decisão final do conflito existente entre a Inglaterra e a República Argentina a respeito da soberania das ilhas Malvinas, o que nunca ocorreu

Uma tentativa da Argentina de recuperar as ilhas, cento e cinquenta anos depois do atentado americano no arquipélago, levou à Guerra das Malvinas com a Inglaterra. Os Estados Unidos não hesitaram em apoiar a Inglaterra no conflito. Woodrow Wilson deu sua demonstração de imperialismo explícito quando escreveu em 1907 que: “Já que o comércio ignora fronteiras, e o industrial insiste em ter o mundo como um mercado, a bandeira de seu país deve segui-lo, e as portas das nações que para ele se fecharem devem ser derrubadas. [...] E, se isso significa “afrontar” a soberania dessas nações, que assim seja” (LENS, 2006, p. 299).

Partiu de Simon Bolívar a primeira manifestação fracassada de um Pan-americanismo genuíno com o intento de formar uma Confederação de Estados Americanos, para reunir forças e resistir aos impérios europeus. Dentre as causas de seu fracasso encontravam-se a oposição do Brasil monárquico, a oposição dos Estados Unidos, que não escondiam seu desejo de expansão pelas Antilhas, e a resistência da Inglaterra, que temia uma América forte e coesa, que pudesse criar obstáculos à sua expansão econômica.<sup>114</sup>

### 3.4 O COMÉRCIO COMO INTERESSE VITAL

O temor dos Estados Unidos de que a Santa Aliança recuperasse toda a América Latina para a Espanha tinha duplo fundamento: além da possibilidade de se verem cercados por poderes militares europeus, dificultando sua expansão para o Texas, poderia prejudicar o crescente comércio com algumas repúblicas latinas, como a colombiana, iniciado com a guerra pela libertação, e cuja atividade mercantil auspiciava uma expansão para toda a América do Sul. E todos os métodos para atingir esse fim eram plenamente justificados, como cita Moniz Bandeira (2007, p. 214) episódio ocorrido no Brasil em fins do século XIX:

O contra-almirante Benham chegou a bordo do *San Francisco*, em 12 de janeiro de 1894, e assegurou aos navios americanos proteção para descarregar nos trapiches. “Meu dever é proteger os americanos e o

---

formalmente. Embora os Estados Unidos tivessem já expressamente reconhecido o direito argentino sobre o arquipélago na mensagem presidencial de 17 de novembro de 1818 a respeito da independência das antigas Províncias Unidas do Rio da Prata às quais era atribuída a soberania dentro dos limites do antigo vice-reinado de Buenos Aires, que compreendia as Malvinas.

<sup>114</sup> O preço da independência da América Espanhola custou caro. Graças às irresistíveis forças antagônicas, especialmente Inglaterra e Estados Unidos, restou fragmentada: A Grã-Colômbia fracionou-se em três (Venezuela, Colômbia e Equador); as Províncias Unidas de Centro-América, em cinco pequenas repúblicas (Guatemala, Honduras, Salvador, Nicarágua e Costa Rica); o antigo Vice-Reino do Prata, fragmentou-se em três (Argentina, Uruguai e Paraguai), o Peru em dois (Peru e Bolívia). Em 1903, pela ação direta dos Estados Unidos, o Panamá foi desmembrado da Colômbia.

comércio americano, e isto eu tenciono fazer da maneira mais ampla”, disse. E cumpriu. Colocou a esquadra americana em posição de combate e ameaçou bombardear os navios do almirante Saldanha da Gama, quando estes se opuseram à passagem de três cargueiros dos Estados Unidos.

Os norte-americanos souberam melhor que qualquer outro país como empregar o militarismo não para efeito de manter a “segurança nacional” em si, mas como argumento político-econômico para “proteção de vidas e das propriedades dos EUA”, embora tenham regularmente empregado os dois discursos para justificar a atividade militar. E em ambos os casos o fim são os negócios. “O crescimento de nossos mercados interno e externo, desde a fundação da República, tem sido associado ao emprego (ameaçado ou efetivo) da força militar, na paz ou na guerra”, expôs o professor Fox. “Nossa Marinha e nossos fuzileiros navais estiveram sempre ocupados, cuidando da segurança dos norte-americanos que viviam e investiam em lugares remotos” (MAGDOFF, 1978, p. 206).

Quando dizem “segurança nacional” os americanos do Norte estão aludindo precipuamente aos negócios. Esta “segurança” sempre foi a base da política externa dos Estados Unidos, e é a menos democrática de toda a democracia amplamente propalada pelos norte-americanos. Por que menos democrática? Segundo Tocqueville (2001, p. 263), é a constituição federal que põe “a direção permanente dos interesses externos da nação nas mãos do presidente e do senado”, e não nas mãos do povo, “o que deixa até certo ponto a política geral da União fora da influência direta e cotidiana do povo”. Com isso, “não se pode dizer de maneira absoluta que, na América, é a democracia que conduz os negócios externos do Estado”.

Como a política externa dos Estados Unidos “não requer o uso de quase nenhuma das qualidades que são próprias da democracia”, ao contrário, “ordena o desenvolvimento de quase todas as que lhe faltam (TOCQUEVILLE, 2001, p. 266), mais adiante veremos como a governo estadunidense se transforma num grande escritório para gerenciar interesses privados das grandes corporações e os homens públicos se misturam com os homens de negócio, reciprocamente. E é com base nessa dinâmica pouco ou nada “democrática” que o interesse vital pelo comércio e pelas esferas de influência tem produzido importantes conflitos pelo mundo.

No Sul do continente americano, o mais importante conflito foi a Guerra do Paraguai. Esta guerra, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, foi o maior conflito bélico internacional ocorrido na América do Sul. eclodiu em dezembro de 1864 e perdurou até março de 1870. Tinha de um lado o Paraguai, e de outro a

trinca Brasil, Argentina e Uruguai. Embora as versões que apontam as razões da guerra não sejam consentâneas, uma diz que até antes da guerra o Paraguai se distinguia de seus vizinhos por ser uma potência econômica em desenvolvimento na América do Sul. O seu desenvolvimento diferenciado lhe dava independência das nações europeias, o que desgostava a Inglaterra que temia uma concorrência de peso aos seus interesses econômicos na região. Na realidade, o Império inglês temia a ascensão de uma nação latino-americana poderosa militar e economicamente. Fundado nesse temor, para a Inglaterra o Paraguai definitivamente era um exemplo a não ser seguido pelos demais países latino-americanos, totalmente dependentes dos britânicos. Uma sucessão de intrigas foi então engendrada pelos ingleses, insuflando o início do conflito.

A Inglaterra não participou diretamente da guerra, mas foram seus mercadores, seus banqueiros e industriais que se beneficiaram com o “crime do Paraguai”, como se referiu Galeano (2011, p. 251). A invasão foi financiada, do princípio ao fim, pelo Banco de Londres, pela casa Barings Brothers e pela banca Rothschild, através de juros leoninos que hipotecaram o destino dos países vencedores. Com o fim do conflito, o destino do Paraguai foi brutalmente alterado. A ruína completa de sua economia tornou-o um dos países mais atrasados da América do Sul. O país perdeu 40% de seu território para a Argentina e para o Brasil, e foi ocupado militarmente por este último por quase uma década, além da morte de aproximadamente 70% de sua população.

Já nessa época os Estados Unidos desafiavam a hegemonia inglesa no hemisfério latino, talvez por essa razão o Paraguai tenha contado com a simpatia ianque no período da guerra, justamente porque contrariava os interesses britânicos na região. Com a derrota, o Paraguai caiu inexoravelmente na órbita do Império Britânico e [como país dependente igual ao resto de seus vizinhos latinos], posteriormente passou à égide do Império do Norte. Foi mais um triste exemplo de tentativa de desenvolvimento independente na América do Sul sufocado de morte ainda no berço por longínquos impérios capitalistas.

### 3.5 MANDATO DIVINO. DEUS DÁ UMA PROCURAÇÃO AOS ANGLO-AMERICANOS

A superioridade bélica e a concupiscência econômica que levou parte da Europa a expandir-se sobre o mundo e submetê-lo como uma grande possessão

também foi feita sustentada na crença de ser uma raça superior. Do continente europeu, a Inglaterra em especial consagrou a crença de ser a primeira raça do mundo, como veremos melhor adiante.

Por ocasião da partilha e espoliação da África, o britânico Cecil Rhodes, um dos maiores construtores de impérios, a exemplo de outros exploradores capitalistas, “julgavam sinceramente que, roubando o país de seus habitantes, estavam realizando uma missão divina, para o bem dos nativos”. Rhodes sintetizou a arrogância e prepotência anglo-saxônica ao exprimir-se nestes termos: “Sustento que somos a primeira raça do mundo, e quanto mais do mundo habitarmos, tanto melhor será para a raça humana... Se houver um Deus, creio que Ele gostaria que eu pintasse o mapa da África com as cores britânicas” (HUBERMAN, 1985, p. 264). Rhodes, em si mesmo a expressão máxima da insolência, num tom que beira a desapontamento por não poder ter tudo o que deseja, malgrado a fortuna acumulada, declarou certa vez a um amigo:

O mundo está quase todo parcelado, e o que dele resta está sendo dividido, conquistado, colonizado. Pense nas estrelas que vemos à noite, esses vastos mundos que jamais poderemos atingir. Eu anexaria os planetas, se pudesse; penso sempre nisso. Entristece-me vê-los tão claramente, e ao mesmo tempo tão distantes (HUBERMAN, 1985, p. 270).

Os ideais imperialistas passaram a ser o alvo supremo da ambição e da ganância não somente dos operadores econômicos, mas também da parte nacionalista da população. Bernstein (2001, p. 48), citando J. Kenneth Galbraith, aponta a tendência que alguns homens têm de acreditar em si mesmo como alguém especialmente ungido: “Os homens endinheirados, como os que antigamente foram favorecidos por um berço nobre e um título, invariavelmente imaginam que o espanto e a admiração inspirados pelo dinheiro devem-se na verdade a sua própria sabedoria ou personalidade”. Ferguson (2010, p. 19) lembra a afirmação de John Stuart Mill de que o domínio britânico na Índia foi “não somente com a mais pura das intenções, mas o mais benéfico ato jamais visto pela humanidade”. Para o autor, foi uma época em que não era incomum alguém se jactar de tanto poder e sentimento de superioridade: “o Império Britânico é, abaixo da Providência, o maior instrumento para o bem que o mundo já viu”, disse Lord Curzon; [o Império Britânico foi] “o sistema mais amplo de liberdade humana organizada que jamais existiu na história humana”, dissera o general Samus.

Os argumentos para demonstrar e justificar o predomínio de uma raça sobre outras têm se repetido ao longo da história. No auge do imperialismo colonialista inglês a declaração do conde Grey evidencia de maneira irretorquível a arrogância e prepotência dos defensores da supremacia inglesa no mundo.<sup>115</sup>

Provavelmente todo mundo estará de acordo que um inglês tem direito a considerar que sua forma de entender o mundo e a vida é melhor que a de uma hotentote ou um maori e ninguém oporá, em princípio, a que a Inglaterra faça o possível para impor a estes selvagens os critérios e modos de pensar ingleses, posto que são melhores e mais elevados. Há alguma probabilidade, por remota que seja, de que num futuro previsível possa desaparecer o abismo que agora separa os brancos dos negros? Pode haver alguma dúvida de que o homem branco deve impor e imporá sua civilização superior sobre as raças de cor? (BRUIT, 1994, p. 11).

Era uma fase em que a colonização do mundo estava se realizando para o *bem da humanidade*. A pregação do reverendo padre Müller, transcritas por J. Folliet, em defesa do imperialismo francês que competia com a Inglaterra o parcelamento e domínio do mundo, dá a tom do sentimento coletivo também na Europa para justificar o processo colonizatório:

a humanidade não deve, nem pode aceitar mais que a incapacidade, a negligência, a preguiça dos povos selvagens deixem indefinidamente sem emprego as riquezas que Deus lhes confiou. Se forem encontrados territórios mal administrados por seus proprietários, é direito das sociedades – prejudicadas por esta administração defeituosa – tomar o lugar destes administradores incapazes e explorar, em benefício de todos, os bens dos quais não sabem tirar partido (BRUIT, 1994, p. 12).

Em relação ao assalto concertado pelas grandes potências da época à China, inclusive os Estados Unidos, Monteiro (1963, p. 22) cita artigo do Daily Telegraph, de 1859, reproduzido por Eugenio Varga, que tristemente retrata o espírito dos imperialistas ingleses [de quem os anglo-americanos herdaram o espírito arrogante e prepotente] para com o povo chinês:

---

<sup>115</sup> Métodos ingleses na colonização da Índia. No século XVII a Holanda era o principal país capitalista da Europa, seguido de perto da Inglaterra. Huberman (1985, p. 170), pergunta: “de onde os ingleses conseguiram o capital necessário para isso? Pelo trabalho árduo, vida comedida e longa poupança?” Nada disso! Huberman cita as palavras de um colaborador do *Oriental Herald*, incluídas em uma obra publicada em Londres, em 1838: “nosso império não é um império de opinião, não é nem mesmo um império de leis; foi conquistado e ainda é governado pela influência direta da força. Nenhum pedaço do país foi voluntariamente cedido (...) permitiram-nos a princípio desembarcar no litoral para vender nossos produtos pela fraude (...) derrubamos os antigos soberanos da terra, tomamos aos nobres todo o seu poder, e, por um saque contínuo na indústria e nos recursos do povo, tomamos toda a riqueza excedente e disponível”. Na Índia em 1770 milhares de nativos morriam de fome não pela falta de arroz, mas porque os ingleses haviam comprado toda a produção do cereal e não se dispunham a vendê-lo senão por preços fabulosos, que os miseráveis indianos não podiam pagar. O preço do arroz para os nativos era o preço da morte e este e outros métodos trouxeram vasta riqueza à metrópole.

A Grã-Bretanha deve apoderar-se de todo o litoral marítimo da China, ocupar a Capital, expulsar o imperador de seu trono e obter garantias materiais contra possíveis ataques futuros... devemos açoitá-los a todos os dignitários com a ordem do Dragão, a qualquer um que ofenda os nossos símbolos nacionais... A todos eles (generais chineses) é necessário enforcá-los, como piratas e assassinos, nas vergas de um barco de guerra britânico. O espetáculo de uma dúzia desses miseráveis, cobertos de botões e caras de antropófagos e vestimentas de palhaços, balançando à vista de toda a população, produzirá um efeito saudável. Consideramos que, afinal de contas, é necessário recorrer ao terror. Basta de complacência! Os chineses devem aprender a dar valor aos ingleses, que lhes são superiores e devem ser seus amos...

Conforme transcreve May (1964, p. 126/7), em 6 de setembro de 1899 o Secretário de Estado John Hay escreveu ao embaixador norte-americano na Alemanha e em seguida a todas as embaixadas dos Estados Unidos instruindo-os sobre a política de Portas Abertas em relação à China, que se encontrava então em situação interna crítica. Lembrou o secretário da necessidade de se manter a política iniciada em 1857 “por todos os meios garantidos pelos nossos direitos adquiridos pelos tratados extraterritoriais e pela lei das nações”. Para Hay, “se for causado prejuízo a nossos cidadãos, nós estamos dispostos a levar ao máximo a responsabilidade de seus autores”.<sup>116</sup> As condições de anarquia existentes em Pequim reclamam o uso de poder “para proteger a vida e a propriedade dos estrangeiros”.<sup>117</sup> O objetivo aberto do presidente dos Estados Unidos é agir em concordância com as outras potências, de forma a assegurar as “vidas e a propriedade americana”, exercer uma política objetiva que traga segurança e paz permanente à China e proteção dos “direitos garantidos às potências amigas por tratados e pelas leis internacionais e constituir uma salvaguarda para o mundo do princípio do comércio justo e imparcial com todas as partes do Império Chinês”.<sup>118</sup>

<sup>116</sup> Na área asiática existe o patrulhamento constante de uma força de lanchas canhoneiras, no rio Yang Tse. Essas lanchas canhoneiras podem patrulhar da foz do rio até 2 mil milhas, dentro do coração da China. Os homens de negócios americanos declararam que, retirando os Estados Unidos esta patrulha, teriam que sair ao mesmo tempo. Nossa Marinha não só protege nossos cidadãos e sua propriedade como está constantemente protegendo a humanidade em geral, e frequentemente entra em luta com os grupos de bandidos que infestam a região. (Boletim preparado pelo Office of Naval Intelligence, sobre a *Marinha Industrial*, em 1922) (MAGDOFF, 1978, p. 194).

<sup>117</sup> A Guerra do ópio e o Tratado de Nanquin expuseram a vulnerabilidade da China e abriram caminho a uma ampla exploração pelas potências estrangeiras. Na década de 1850, o primeiro-ministro inglês Lord Palmerston julgou “estar se aproximando o tempo em que seremos obrigados a vibrar outro golpe na China”. Nas palavras de Palmerston, “os governos semicivilizados, como os da China, Portugal, América Espanhola... precisam de uma surra a cada oito ou dez anos para que sejam mantidos em ordem” (FULBRIGHT, 1969, p. 154).

<sup>118</sup> Na guerra da China, em 1859, uma esquadra americana, neutra, pois a expedição contra a China era anglo-francesa, estava ancorada no Peiho, quando a 25 de junho daquele ano, houve combate entre os beligerantes. Inesperadamente, sem motivo nem aviso, os navios neutros americanos, ao mando do commodore Tattal, romperam fogo contra os chineses. Esta deslealdade não teve outro

A ação na China foi um mascaramento dos interesses comerciais e econômicos norte-americanos. Antes disso, na Guerra do Ópio,<sup>119</sup> a agressão comercial foi apresentada ao público dos Estados Unidos pela American Board of Commissioners for Foreign Missions desta forma:

Não tanto um negócio de ópio ou de ingleses, mas o resultado de um grandioso desígnio da Providência para fazer com que a maldade dos homens subvertesse seus propósitos de caridade para com a China, rompendo suas muralhas de exclusão e trazendo o império para um contato mais imediato com as nações ocidentais cristãs (MAGDOFF, 1978, p. 192).

Com esta Cruzada e outras que se seguiram, a China se tornou uma colônia de muitos senhores,<sup>120</sup> sem que qualquer deles se sentisse responsável pelo bem-estar de seu povo. Uma organização secreta chamada Boxers, composta em grande parte por camponeses reduzidos à pobreza, caiu de forma impiedosa sobre os estrangeiros e missionários e seus convertidos. Uma “força de socorro internacional”, constituída de japoneses, russos, ingleses, alemães, franceses e norte-americanos foi enviada para libertar as legações (FULBRIGHT, 1969, p. 156). Os aliados demonstraram ser tão ou mais ferozes que os Boxers. Com a derrota destes, os chineses foram obrigados a assinar novos tratados e a pagar vultosas indenizações.

Logo depois os Estados Unidos anunciaram o estabelecimento de sua política de “Portas Abertas” para com a China, propugnando a garantia de integridade territorial do país e salvaguardando a todas as nações igual acesso ao comércio chinês. Essa política de Portas Abertas permaneceu até 1949, quando os comunistas chegaram ao poder e fecharam as portas da China. Durante esse longo

---

motivo se não o desejo de figurar, foi um *sport*. É verdade que, com os chineses, não fazem os americanos grandes cerimônias. Os pobres *chins*, são linchados nos Estados Unidos sem nenhuma forma de processo, sendo até às vezes queimados vivos. Nem com eles há respeito pela fé internacional. Os Estados Unidos obtiveram da China um tratado de amizade, comércio e navegação, em virtude do qual era livre a entrada e saída dos chineses e dos americanos, reciprocamente nos dois países. Pois, não obstante a solenidade desse compromisso nacional, o congresso americano votou uma *lei* proibindo a entrada dos chineses nos Estados Unidos. Não teria mais audácia na quebra da palavra da nação, a mais maquiavélica chancelaria carunchosa da Europa decrepita (PRADO, 1893, p. 164).

<sup>119</sup> Em 22 de janeiro de 1842, John Quincy Adams proferiu uma conferência sobre a Guerra do Ópio e então explicou que a política comercial chinesa era contrária à lei da natureza e aos princípios cristãos. Disse na ocasião: “A obrigação moral de intercâmbio comercial entre as nações é fundada inteira e exclusivamente no preceito cristão de amar ao próximo como a si mesmo... Mas, não sendo a China um país cristão, seus habitantes não se consideram obrigados [a esse preceito]. É tempo de fazer cessar esse enorme ultraje contra os direitos da natureza humana e contra os princípios básicos do direito das nações” (MAGDOFF, 1978, p. 193).

<sup>120</sup> Sobre os efeitos do “impacto fatal” entre a China e o Ocidente no século XIX, que abriu caminho a uma ampla exploração daquela pelas potências estrangeiras, ver Fulbright, 1969, p. 150-159.

período de dominação o povo chinês não ganhou nada, exceto miséria, desprezo e discriminação. Declarou em 1913 um jovem chinês, estudante de Shangai, ao escrever para o seu irmão sobre a sua incapacidade de compreender os norte-americanos e europeus:

Impiedosos na perseguição de seus interesses, sem nenhuma preocupação pela imensa miséria que trazem, simultaneamente seus jornais estão cheios de palavrório acerca de sua nobreza, de sua honradez e do bem que fazem. (...) Eles nunca sabem o que querem, exceto que sempre querem mais. Incrivelmente rapaces, entretanto derramam lágrimas quando dão dinheiro a mendigos... (FULBRIGHT, 1969, p. 157/8).

Os argumentos de superioridade e a legitimidade decorrente para devassar territórios alheios foram sem dúvida uma das razões apresentadas pelos norte-americanos na questão da Califórnia e era o pensamento corrente dos sulistas que se defendiam dos ataques dos nortistas à escravidão. Ao agirem deste modo, não estavam, assim, inovando, mas seguindo uma prática herdada que já estava presente desde tempos ancestrais no ávido sangue anglo-saxão, aguardavam apenas o tempo histórico para aquisição da necessária musculatura para remoção pelos próprios meios dos obstáculos que certamente enfrentariam, especialmente diante da concorrência com a Europa imperialista e o desafio aberto às potências coloniais europeias.

Os Estados Unidos tinham um mandato outorgado por eles mesmos, que permaneceria válido indefinidamente e lhes dava legitimidade para agir até que uma provável força superior pudesse lhes impedir. Estavam convencidos de seu papel civilizador no mundo, cuja ordem em regra seria estabelecida por meio de guerra. Woodrow Wilson acreditava firmemente na missão nacional de introduzir a paz, a ordem e a estabilidade do mundo. Enfatizou o papel das instituições políticas anglo-americanas no estabelecimento dessas condições (BETHELL, 2009, p. 635).

A propósito de Woodrow Wilson, em 1930 Freud descreveu o presidente como representante do “fundamentalismo”. Conforme teria dito Wilson em suas declarações, “Deus dispôs que eu me tornasse o novo presidente dos Estados Unidos” e ele está “convencido de ter uma relação especial e pessoal com a divindade” e, conclui Freud, em sua pretensão de “libertar o mundo do mal” constitui “uma enésima prova do perigo que os fanáticos representam para a comunidade” (LOSURDO, 2010, p.54). Essa proximidade de Wilson com Deus e sua relação direta com a divindade não é estranha a outros presidentes. Sob o governo de McKinley, os EUA entram em guerra contra Espanha em 1898, justificando o

presidente que fazia a guerra “por motivos humanitários e honrando o cumprimento humano de altos deveres sociais e morais”, acrescentando ao final de suas palavras: “a América para os americanos” (MONTEIRO, 1963, p. 23).

A guerra de independência de Cuba, última das colônias espanholas nas Américas, atizou o fogo expansionista norte-americano. Calcados na Doutrina Monroe e cheios de *simpatia* pelos rebeldes cubanos, os norte-americanos, no prazo de três meses que dura o conflito com o decadente império espanhol, foi o tempo necessário para transformar os Estados Unidos no senhor de quase todas as colônias espanholas de ultramar – entre elas Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas. Não houve, no entanto, a transformação destes territórios em colônias. O que ocorreu foi tão somente uma mudança de mão de colônias já existentes, passando ao domínio dos anglo-americanos.<sup>121</sup> Nos últimos anos do século XIX, por ocasião da tomada do despojo do império espanhol, McKinley anunciava: “A nós nos foram outorgados pela guerra, incluindo Cuba, e com a ajuda de Deus e em nome do progresso da humanidade e da civilização, é nosso dever responder a essa grande confiança” (GALEANO, 2011, p. 103).

Albert Beveridge, logo depois de eleito para o Senado dos Estados Unidos, demonstra o espírito de sua época (1898):

Precisamos obedecer ao nosso sangue e ocupar novos mercados e, se necessário, novas terras, por que de acordo com o infinito plano do Todo-Poderoso... as civilizações aviltadas e as raças decaídas precisam desaparecer diante da civilização superior de tipos humanos mais nobres e viris (FULBRIGHT, 1969, p. 21).

Como uma espada na mão do algoz, a arrogante postura do poder se materializa numa atitude que se põe acima de qualquer outra, uma tendência das grandes nações a equipararem poder com virtude e responsabilidades principais com uma missão universal (FULBRIGHT, 1969, p. 23). No alvorecer do século XX,

---

<sup>121</sup> Exceto Cuba, que foi reduzida a um protetorado norte-americano, cuja Emenda Platt, imposta pelos Estados Unidos ao país, perdurou até 1934. Calcados na Doutrina Monroe e em seu apetite expansionista, determinaram:

“Art. III – O governo de Cuba consente que os Estados Unidos possam exercer o direito de intervir para a preservação da independência de Cuba, a manutenção de um governo adequado para a proteção das vidas, propriedades e liberdades individuais e para absolver os Estados Unidos das obrigações que o Tratado de Paris lhes impôs com relação a Cuba, as quais agora são assumidas pelo Governo de Cuba;

Art. VII – Para permitir aos Estados Unidos a manutenção da independência de Cuba e para proteger o povo, assim como para sua própria defesa, o Governo de Cuba venderá ou alugará aos Estados Unidos a terra necessária para o estabelecimento de bases navais, em lugares específicos, segundo a conveniência dos Estados Unidos.”

Com a “autoridade” conferida pela Emenda Platt, as tropas dos Estados Unidos invadiram a ilha em 1902 para sufocar um movimento revolucionário. Outras invasões ocorreram em 1912 e 1917.

anotou Galeano (2011, p. 102) lia-se no *Louisiana Planter*: “Pouco a pouco, toda a ilha de Cuba vai passando para as mãos de cidadãos norte-americanos, e esse é o meio mais simples e seguro de conseguir sua anexação aos Estados Unidos”.

Theodore Roosevelt, voluntário na guerra hispano-americana que veio a tornar-se presidente em 1901 em razão do assassinato do presidente William McKinley, foi um dos grandes entusiastas desse imperialismo emergente, tomou para si essa causa e enunciou em 1899, em seus escritos “a vida esforçada”, citados por May (1964, p. 107-114) um importante vaticínio, a missão dos Estados Unidos no mundo: “se quisermos ser realmente um grande povo, devemos lutar com sinceridade para desempenhar um grande papel no mundo... Diante de nós está o século XX cheio de decisões quanto ao destino de muitas nações”. O que Roosevelt dissera naquela ocasião reverbera hoje e se revela como uma predição realizada. Os fatos confirmam a concretização dessa busca de posição muito tempo antes de acontecer de forma irrefutável, pois para ele, embora a primeira obrigação de uma nação seja dentro de suas próprias fronteiras, “não é por isso que ela se absolve de enfrentar seus deveres no mundo em geral”, pois a nação que se recusar a isto “perderá seu direito de lutar por um lugar entre os povos que moldam os destinos da humanidade.”<sup>122</sup>

Poucos são os países capazes de moldar o mundo segundo “sua imagem e semelhança”. A crença na inferioridade dos povos dominados ou em vias de sê-lo é pressuposto da superioridade do dominador e de seu *direito natural* de agir sobre esses povos para incutir seus valores e exercer sua hegemonia. Lembra Fulbright (1969, p. 19) que Aldous Huxley escrevera que discussões acerca da melhor maneira de plantar trigo em um clima frio nunca conduzem a um massacre organizado. São, na verdade, abstrações e sutilezas políticas exauridas que levam às guerras.

O massacre organizado resulta de discussões em torno de questões como as seguintes: Qual é a melhor nação? A melhor religião? A melhor teoria política? A melhor forma de governo? Por que são outros povos tão estúpidos e perversos? Por que não podem eles ver como *nós* somos bons

---

<sup>122</sup> Para Roosevelt cada ilha conquistada exigia uma postura diferente por parte dos Estados Unidos. Porto Rico não tem tamanho suficiente para se aguentar sozinho; Cuba poderia decidir por si mesmo se deseja ser um país independente ou uma porção integral da mais poderosa das repúblicas; as Filipinas não estão preparadas para a autodeterminação. Todas as três têm aspectos comuns: necessitam ser governadas pelos Estados Unidos com sabedoria visando os interesses do próprio povo, devendo os anglo-americanos permanecer nelas enquanto necessário para restabelecerem a ordem, a liberdade e a estabilidade, agindo com tato, juízo, moderação e coragem. As Filipinas em especial exigem um governo sábio, ao mesmo tempo firme e benevolente (*in*: MAY, 1964, P. 112).

e inteligentes? Por que resistem a nossos caridosos esforços para colocá-los sob o nosso controle e torná-los semelhantes a nós mesmos?

William Jennings Bryan,<sup>123</sup> uma voz dissonante naqueles tempos de expansão, em seu discurso de aceitação como candidato à Presidência dos Estados Unidos pelo Partido Democrata, em 8 de agosto de 1900 advertiu dos efeitos externos e internos do imperialismo nos filipinos e demais povos das ilhas tomadas da Espanha dois anos antes. Para ele, o Partido Republicano adotou o modelo europeu que não confia na capacidade do povo de se autodeterminar e impede a opinião do povo colonizado na gerência de seus próprios negócios. Em outras palavras, por conta desses povos serem incapazes de gerir sua própria vida e seus interesses, devem os Estados Unidos, imbuídos de um “dever maior”, como dissera Theodore Roosevelt, tomar em suas mãos a gestão dos negócios alheios, mantendo-os em “semicidadania” ou “vassalagem perpétua”.

Para Bryan, os principais argumentos apresentados por aqueles que se lançam à defesa do imperialismo são de quatro ordens: Primeiro, que “devemos aproveitar essa oportunidade de nos tornarmos uma potência mundial e de entrar no cenário político internacional” – este argumento tem como alvo o orgulho nacional; segundo, que “nossos interesses comerciais nas Filipinas e no Oriente exigem necessariamente que nos apossamos das ilhas permanentemente” – este argumento tem como alvo a carteira do americano; terceiro, que “a propagação da religião cristã será facilitada com a adoção de uma política colonialista” – argumento endereçado à Igreja; e quarto, “não há mais uma saída honrosa da posição que a Nação assumiu” – tem como alvo os políticos e os partidos. O argumento financeiro em sua plenitude, contudo, como relata Bryan, foi apresentado pelo presidente da Convenção Nacional Republicana:

Não fingimos hipocritamente estar interessados nas Filipinas somente por causa de outros. Embora encaremos o bem-estar daqueles povos como um dever sagrado, na sua frente colocamos o bem-estar do povo americano. Vemos o nosso dever para conosco da mesma maneira que vemos o nosso dever para outros. Acreditamos na expansão do comércio. Usando todos os meios legítimos dentro dos limites do governo e da Constituição vamos realmente estimular a expansão do nosso comércio e abrir novos mercados (*in* MAY, 1964, p. 118).

Esse argumento citado pelo candidato democrata se baseia na teoria de que os fins justificam os meios quando se tem em vista uma vantagem econômica, e que

---

<sup>123</sup> Discurso de William Jennings Bryan aceitando sua indicação como candidato à presidência, *in* May (1964, p. 114-124).

é lucrativo trocar comércio por força e violência. Para proteção do comércio e garantir a perpetuação dos negócios, a ocupação, além de violência, envolve arranjos bem cosidos para determinar a manutenção do estado de precariedade e dependência ao invasor. Mas Fulbright observa que o presidente McKinley tratou de dizer com outras palavras o “pesado fardo” que a Providência depositava sobre os ombros dos anglo-americanos: O Senhor disse que é o dever da América “educar os filipinos, soerguê-los, civilizá-los e cristianizá-los, e, pela graça de Deus, fazer o melhor ao nosso alcance por eles, como nossos irmãos pelos quais Cristo também morreu” (FULBRIGHT, 1969, p. 20). Em outro momento, McKinley voltou a tratar dessa importante missão *divina e humanitária*, ao justificar a colonização do país asiático: “Não nos restava mais nada a fazer senão tomá-las, e educar os filipinos, fazendo-os melhores, civilizando-os e cristianizando-os” (HUBERMAN, 1966, p. 226).

Theodore Roosevelt não destoou quando anunciou seu *corolário* da Doutrina Monroe, em 1905, declarando solenemente que encarava as futuras intervenções, dessa maneira santificadas, como sendo uma *carga*, uma *responsabilidade* e uma obrigação para com a *equidade internacional* (FULBRIGHT, 1969, p. 27-36). Para este autor, os Estados Unidos se envolveram profundamente nos negócios de nações em vias de desenvolvimento na Ásia e na América Latina, “com a melhor das intenções” praticando o que tem sido chamado de “imperialismo do bem-estar”, para cuja realização, contudo, julga necessário destruir antigos e improdutivos modos de vida.

A colonização das Filipinas pelos Estados Unidos foi similar à do Brasil por Portugal: a de desenvolvimento controlado, no entender de Monteiro (1963, p. 24), considerando que nenhuma indústria de relevância foi implantada no país asiático em 40 anos de dominação. “Até a segunda guerra mundial, não houve possibilidade de produzir sequer um alfinete ou prego”.<sup>124</sup> O discurso ambivalente mais uma vez entoava aos povos asiáticos oprimidos um doloroso cântico em apologia ao suposto *mundo livre*, como proferido pelo ex-presidente Dwight Eisenhower, em sua pregação na Convocação do Colégio Gettysburg, em 4 abril de 1959:

---

<sup>124</sup> “A pior forma de imperialismo econômico está nas decisões dos países industrialmente desenvolvidos de, eles mesmos, produzirem tudo sem deixar a possibilidade de fabricar artigos manufaturados aos países que iniciam seu desenvolvimento econômico” (*Ayub-jan, presidente do Paquistão na Conferência Econômica do Cairo, em 1962, manifestando a apreensão das nações não-alinhadas aos blocos econômicos entre as potências capitalistas*) (BAILBY, 1963, p. 140).

Fortalecendo [a região asiática] e ajudando a estabelecer a segurança no Pacífico Sul e no Sudeste da Ásia, gradualmente desenvolveremos o potencial comercial desta região e de seus países, beneficiando a ambos. Deste modo será grandemente fortalecida a liberdade no Pacífico Oeste (MAGDOFF, 1978, p. 58).

A Primeira Guerra Mundial foi o primeiro grande teste de como os Estados Unidos se comportariam em relação à Europa – o Novo Mundo em confronto com o Velho Mundo.<sup>125</sup> O presidente norte-americano era então Woodrow Wilson, democrata e herdeiro das tradições de Bryan, de quem comungava que o exemplo americano deveria ser realçado em todas as partes do mundo, mas por outro lado nutria alguns pontos em comum com Roosevelt, como o de que deveria usar do “poderio de sua pátria para conseguir a *americanização* de outros países” (MAY, 1964, p. 129). Na conferência de paz em 1919, Wilson tentou impor um tratado para a Europa que reunia os princípios norte-americanos, entre eles autodeterminação dos povos coloniais, democracia e submissão de todas as questões internacionais ao arbitramento.<sup>126</sup>

### 3.5.1 Diplomacia do Dólar, Big Stick e Poder de Polícia Internacional

A moeda de alguns países vem ao longo do tempo representando um papel dominante no comércio e economia mundiais, além do ouro. Magdoff (1978, p. 90) relata que no período em que o comércio fenício e o grego dominavam o Mediterrâneo, “o talento grego e o fenício desempenharam um grande papel”. Em outro momento histórico, “o florim reinou, na época em que a capital comercial italiana dominou o Mediterrâneo”. Algum tempo depois, “o papel mercantil da Espanha trouxe a piastra à vanguarda das relações intermonetárias”. Mais recentemente, “quando o centro de gravidade da economia e no comércio mundial passou ao “soberano das ondas”, a libra britânica passou para o dianteiro”.

---

<sup>125</sup> Diferentemente dos países europeus, os Estados Unidos são um Estado burguês desde a origem. “Sua forma de governo, não afetada pelo ônus de resíduos feudais ou aristocráticos do tipo encontrado na Europa, refletia em larga medida os interesses de classe corporativos e industriais, tendo sido desde a independência burguês até a medula, como está formalizado em sua Constituição (HARVEY, 2009, p. 46).

<sup>126</sup> No Comunicado “Paz Sem Vitória” ao Congresso em 22 de janeiro de 1917, Wilson já havia proposto que as nações devem de comum acordo adotar a Doutrina Monroe como a doutrina universal. Por ela, nenhuma nação deve procurar estender seu domínio contra qualquer outra nação ou povo; evitar alianças que levariam a conflitos de poder; o governo pelo consentimento dos governados. “São estes os princípios americanos”, disse ele, “São estes os princípios da humanidade”.

Finalmente, nos tempos atuais, “a predominância econômica da América no mundo conduziu à predominância do dólar”.<sup>127</sup>

O dólar funciona como veículo de câmbio de umas 110 moedas diferentes e é conceituado pelos negociantes e banqueiros internacionais como “tão bom quanto o ouro”. Magdoff (1978, p. 94) evidencia esse atrelamento monetário em caso de crise e a dependência resultante: “o equacionamento do dólar com o ouro estabelece um relacionamento de dependência de todas as nações capitalistas com os Estados Unidos”, cujo grau varia de acordo com a força relativa de cada uma delas. Quando à beira de uma crise, aqueles que detêm valores norte-americanos “só os podem empregar na compra de mercadorias dos Estados Unidos”, ao preço imposto por estes. Com isso, “o papel mundial do dólar tornou-se um dos instrumentos mais importantes do controle que os Estados Unidos tentam exercer sobre o mundo capitalista”.

Theodore Roosevelt e Root, seu Secretário de Estado, criaram a nova política denominada “diplomacia do dólar” inicialmente para fortalecer o poderio americano na questão do canal, que envolvia o uso de recursos bancários privados para afastar concessionárias e credores europeus nesse importante projeto, e fortalecer a influência norte-americana na área das Antilhas (LINK, 1965, p. 254). A doutrina consistia também nos esforços norte-americanos para ampliar sua influência na América Latina e se caracterizava pela série estratégica de empréstimos aos países latino-americanos com o intuito de sujeitá-los, a partir da dependência econômica, à assinatura de contratos francamente favoráveis aos empresários e corporações da terra do Tio Sam. Em 1912, Willian Howard Taft deixara suficientemente clara esta política ao pronunciar que “embora nossa política externa não deva se afastar um milímetro sequer do reto caminho da justiça, certamente pode ser levada a incluir a intervenção ativa a fim de garantir mercados e oportunidades de investimentos lucrativos para nossos capitalistas” (LENS, 2006, p. 324).

Com base nessa política, passou a haver um esforço do governo americano para convencer banqueiros americanos a assumirem as dívidas de repúblicas latinas. De um modo geral, o poder praticamente ilimitado, político e militar, e a reconhecida hegemonia econômica, que os transformariam em líder do mundo civilizado, *estabelecem* que os Estados Unidos têm poder econômico suficiente para

---

<sup>127</sup> A Inglaterra, em seu apogeu, era centro mundial do comércio e das finanças e a libra esterlina, a moeda-chave. Mas os dois grandes conflitos na Europa trataram de mudar esse quadro. Os Estados Unidos, por sua vez, emergiram da II Guerra Mundial como centro financeiro do mundo e sua moeda, como o mais importante instrumento de câmbio (MAGDOFF, 1978, p. 91).

invadir a indústria e os mercados inclusive de seus principais parceiros de negócios e aliados político-militares. Afinal:

o país tem os recursos para manter no mundo uma posição militar dominante. Podem continuar dando ajuda ao estrangeiro, emprestar, investir nos países subdesenvolvidos, amarrando-os com maior firmeza através da dependência financeira resultante. Tudo isso – e mais a preservação da prosperidade e a prevenção das crises – se torna realizável em consequência da posição dos Estados Unidos como banqueiro do mundo e da posição do dólar como moeda de reserva mundial. E os Estados Unidos podem ser o banqueiro mundial e fornecer a moeda de reserva em razão de sua força econômica e militar, que obriga a cooperação de outras nações industrializadas (MAGDOFF, 1978, p. 117).

As deliberações do governo dos Estados Unidos relativamente aos países da América Latina, especialmente em assuntos econômicos, políticos e militares, revelam “o caráter total da diplomacia norte-americana. Revelam também a “frequente e peculiar combinação das diplomacias do *dollar* e do *big stick*, nas quais mesclam-se o político e o econômico, da mesma forma que as razões de Estado e as das empresas privadas com ramificações internacionais”. (IANNI, 1974, p. 26). Prossegue o autor aduzindo que:

todos os fatos notáveis das relações políticas, econômicas, militares e culturais dos Estados Unidos com os países da América Latina, em conjunto e individualmente, revelam que essas relações sempre estiveram baseadas nas diplomacias do *dollar* e do *big stick*, combinada ou separadamente, segundo as exigências da circunstância.

Essas redefinições segundo a circunstância ocorrem “diante de situações nacionais novas, ou inesperadas, em diferentes partes da América Latina”, ocasião em que os governantes dos Estados Unidos “formulam políticas sucessivas ou combinadas com as seguintes: Boa Vizinhança, Doutrina Truman, Guerra Fria, Aliança para o Progresso, Segurança do Hemisfério, interdependência, multilateralismo, e outras mais” (IANNI, 1974, p. 78).

O Secretário de Estado Richard Olney escreveu ao governo inglês, em 1895, a propósito da arbitragem exercida pelos Estados Unidos em relação aos problemas de limites entre a Venezuela e a Guiana Inglesa. Disse Olney que “Hoje em dia os Estados Unidos são praticamente soberanos neste continente e suas decisões sobre assuntos confiados à sua mediação são lei” (BRUIT, 1994, p. 54). Essa *soberania* dos norte-americanos, com a força da *lei* e da guerra, não impediria que atacassem em qualquer lugar da América Latina ou mesmo do mundo onde houvesse uma *desordem*, um golpe ou revolução que pusesse em perigo os interesses econômicos

de suas empresas e de seus cidadãos. O direito de impor a sua lei ou fazer a guerra se justificaria muito mais *naturalmente* em se tratando de povos fora da órbita onde estaria circunscrita a “civilização ocidental”.<sup>128</sup> Todos os demais seriam *povos bárbaros* contra quem se poderia a qualquer tempo estabelecer uma *cruzada* para erradicar o *mal*, ou restabelecer a *ordem*.

Losurdo (2010, p. 265) anota que as potências coloniais não consideram a guerra um conflito armado contra povos por eles desumanizados. Segundo ele, a subjugação e dizimação dos bárbaros não são guerras. Compara o expansionismo colonial norte-americano e o sentimento efusivo em Theodore Roosevelt, na forma de celebração, do aniquilamento dos peles-vermelhas, “a teorização da política do *big stick* em relação aos povos rebeldes contra o protetorado de Washington e a reafirmação da função catártica da guerra”. Foi por ocasião do Corolário Roosevelt que se inaugurou a política do *Big Stick* [“falar manso, mas com um garrote na mão”, como aconselhava o presidente].

Tudo o que este país deseja é ver que nos países vizinhos reine a estabilidade, a ordem e a prosperidade. Todo Estado cujo povo se conduza bem pode contar com nossa cordial amizade. Se uma nação se mostrar capaz de atuar com eficiência e decência do ponto de vista social e político, se mantém a ordem pública e cumpre com suas obrigações, não deverá temer intervenções dos Estados Unidos. No entanto, uma desordem crônica ou uma impotência resultante do relaxamento geral dos laços da sociedade poderiam exigir na América, como em qualquer outra parte, a intervenção de uma nação civilizada. No hemisfério ocidental, a Doutrina Monroe pode obrigar os Estados Unidos, embora contra a vontade, a exercer, em casos de flagrante desordem ou de impotência, um poder de polícia internacional (BRUIT, 1994, p. 54).

Nas origens dessa luxúria de arrogância e convicção profunda de que o mundo deve persignar-se todas as manhãs diante da imagem do Tio Sam também está presente a *white supremacy*. O presidente Willian Taft afirmava em 1912 que “Não está longe o dia em que três bandeiras de barras e estrelas vão assinalar em três pontos equidistantes a extensão de nosso território: uma no Polo Norte, outra no Canal do Panamá e a terceira no Polo Sul. Todo o hemisfério, de fato, será nosso, como já é nosso moralmente em virtude de nossa superioridade racial” (GALEANO, 2011, p. 148).

---

<sup>128</sup> E nos nossos dias? Façamos uma pergunta: por que, além da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá, fazem parte da “civilização ocidental” a Austrália e a Nova Zelândia, ao passo que são excluídos o México ou o Brasil, que não se localizam na Ásia, mas no hemisfério ocidental? Como explicar tais inclusões e exclusões? Huntington responde com grande clareza: “A civilização latino-americana incorpora culturas indígenas, que na Europa nunca existiram e que na América do Norte [e na Austrália e Nova Zelândia] foram eliminadas”. Para ser exato, além das culturas, foram eliminados também os povos que as encarnavam (LOSURDO, 2010, p. 256).

Seguindo a abundante corrente que conduz à preeminência anglo-saxônica no mundo, o Secretário do Interior de Woodrow Wilson, Franklin K. Lane, expressou de maneira sucinta sua visão e sua crença na superioridade racial: “Há no povo norte-americano muito do policial especial, [...] do ditador do bem-estar. [...] É um dos instintos mais fundamentais que fizeram os homens brancos dar ao mundo a sua história nos últimos mil anos”. Para Lane, o “ônus do homem branco” era a nobre tarefa de construir a nação e manter a paz (BETHELL, 2009, p. 634). Essa arrogância, que para os norte-americanos seria identificada tão somente como *autoridade*, tem explicação na medida em que para eles a teologia se entrelaça com a geopolítica. Creem que lhes foi atribuída diretamente por Deus a missão de manter a *lei* e a *ordem* no mundo nem que para isso tenham que entrar em choque e contrariar as regras de organismos multilaterais criadas com o seu consentimento. Poderia em alguma medida essa pretensa “*lei e ordem*” ser justa àqueles que devem se dobrar à clava da justiça anglo-americana? É crível que não, pois “quando um país se arroga o direito de ser a polícia do mundo, ele na verdade rejeita a possibilidade de que o globo seja governado por leis justas e não pela pura e simples força militar” (SINGER, 2004, XIX).

Losurdo (2010, p. 280) lembra que “sempre que possível Washington se serve do Conselho de Segurança da ONU para legitimar ou promover a condenação ao estrangulamento econômico e à ocupação militar a esse ou àquele país”. Por outro lado, “se recusa a subordinar à aprovação da ONU suas guerras e suas iniciativas bélicas”. Embora esteja lidando com países aliados seus, “os que não seguem as medidas de embargo decretadas de forma unilateral pelo Congresso estadunidense correm o risco de pesadas represálias comerciais”. Este autoproclamado poder de gerir o mundo e estabelecer a *sua* lei demonstra cada vez mais claramente “a pretensão da superpotência solitária exercer uma jurisdição universal”.

Em 1947 foi criado o TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. O tratado previa que um ataque a qualquer dos 21 países da América seria considerado um ataque a todos. Lens (2006, p. 528/529) relata o que escreveu Juan José Arevaldo, ex-presidente da Guatemala, por ocasião da assinatura do pacto: “As sardinhas estavam simplesmente sendo engolidas pelo tubarão”, disse Arevaldo. “Fomos para o Rio de Janeiro e nos instalamos em Petrópolis. Todos os documentos estavam prontos. As sardinhas tiveram apenas que assinar, e depois, celebrar pactos militares bilaterais com Washington”. Os pactos, além das questões

militares, traziam promessas de cooperação com os Estados Unidos da América “em medidas destinadas a controlar o comércio com nações que ameacem a segurança do hemisfério ocidental” e “facilitar a produção e transferência para o governo americano das matérias-primas e semiprocessadas de que os Estados Unidos da América precisem”.

O TIAR foi a fórmula clássica utilizada para criação de outros pactos regionais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN. A OTAN, destaca Lens (2006, p. 533), similar ao TIAR, “era parte de um grande projeto para conter e repelir – pela ajuda e pela força militar – elementos adversos que ameaçavam o *status quo* americano”. Ao lado da CIA e do TIAR, a OTAN foi mais um instrumento idealizado e materializado para manutenção do imperialismo global dos Estados Unidos, que conseguiu a adesão ao tratado, em abril de 1949, inicialmente de 12 países alarmados pelo medo comunista, em especial pela invasão soviética na Tchecoslováquia no mês anterior.

Os novos tempos demonstram que esse esforço de manutenção da hegemonia não se deu casuisticamente ou de forma pontual. Ele veio para ficar indefinidamente. Nos tempos atuais, demonstra Harvey, os Estados Unidos “se esforçam para manter a primazia militar a todo custo e de desestimular e resistir à emergência de toda superpotência rival”. Para alcançar essa primazia, “os Estados Unidos devem estar preparados para usar a força dissuasiva preventiva caso necessária para alcançar essa meta”. Importantes estudos de documentos de defesa estratégica efetuados por Armstrong fizeram Harvey concluir que:

o plano se destina a levar os Estados Unidos a governar o mundo. O tema declarado é o unilateralismo, mas em última análise um roteiro de dominação. Ele conclama o país a manter sua superioridade militar irresistível e a evitar que surjam novos rivais capazes de se opor a ele no cenário mundial. Conclama a dominar tanto amigos como inimigos. Não diz que os Estados Unidos têm de ser mais poderosos ou os mais poderosos, mas que devem ser absolutamente poderosos (HARVEY, 2009, p. 71).

A frequência com que se observa a repetição de um “planejamento estratégico” para alcance [e/ou manutenção] da hegemonia em nível global demonstra inequivocamente que o intento imperialista e policialesco dos Estados Unidos não é mero casuísmo. No início do século XXI, antes mesmo de a guerra contra o Iraque começar, Willian Kristol, diretor editorial do *Weekly Standard*, em apoio aberto à guerra contra aquele país, declarou abertamente o seu apoio à

supremacia norte-americana: “Ora, o que há de errado com a supremacia, se ela serve a princípios sólidos e ideais elevados?” (SINGER, 2004, XVII).<sup>129</sup>

### 3.6 OS OBJETIVOS DOS ESTADOS UNIDOS PARA A AMÉRICA LATINA. A ÁGUIA-AMERICANA CRAVA AS SUAS GARRAS

Na América do Sul os Estados Unidos encontraram repúblicas que, tal como eles, haviam se libertado do jugo colonial por meio de guerras de independência. Viram-se, portanto, forçados a elaborar formas de dominação imperial que, respeitando nominalmente a independência desses países, os dominasse por meio de alguma combinação de relações comerciais privilegiadas, patronato, clientelismo e coerção encoberta (HARVEY, 2009, p. 47). O discurso do presidente Woodrow Wilson em 27 de outubro de 1913 perante o Congresso Comercial do Sul, no Alabama definiu os objetivos dos norte-americanos na América Latina e entoou o cântico da amizade, da honra e da compreensão mútua nas relações entre as nações.<sup>130</sup> Para ele, há uma particularidade na América Latina de *concessões* aos capitalistas estrangeiros que não é absolutamente uma característica de seu país. “Nos não damos concessões; nós os convidamos a fazer investimentos”. Disse ainda Wilson: “Já se ouviu falar de concessões feitas pela América Latina para o capital estrangeiro, mas não de concessões feitas pelos Estados Unidos para o capital de outros países. É que nós não fazemos concessões” (GALEANO, 2011, p. 17).

Nos Estados Unidos é a Constituição Federal que determina a “direção permanente dos interesses externos da nação nas mãos do presidente e do Senado” (TOCQUEVILLE, 2001, p. 263-265) não se podendo dizer, portanto, que na América é a democracia que conduz os negócios externos do Estado. Dois homens,<sup>131</sup> segundo este autor, imprimiram à política dos americanos uma direção

---

<sup>129</sup> O autor assevera que os princípios sólidos e ideais elevados dos Estados Unidos resume a noção de democracia, e “os defensores da democracia não podem concordar que um país de 300 milhões de habitantes deva dominar um planeta no qual moram 6 bilhões de seres humanos sem o consentimento destes. Se os Estados Unidos têm a supremacia, e o congresso e o presidente dos Estados Unidos dominam o mundo”, então por que “só os cidadãos norte-americanos podem votar neles”? (2004, XVIII).

<sup>130</sup> Poucos anos antes, quando o então presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt percorria a Patagônia argentina, disse cheio de mágoa que “será longa e difícil a absorção desses países pelos Estados Unidos, enquanto forem países católicos”, decorrendo a partir daí um incremento à penetração de seitas na América Latina (LIMA, 1991, p. 50).

<sup>131</sup> George Washington e Thomas Jefferson.

que foi seguida no futuro como um dogma. George Washington em carta endereçada ao povo norte-americano disse: devemos “expandir nossas relações com os povos estrangeiros e estabelecer o menor número possível de vínculos políticos entre eles e nós deve ser a regra de nossa política”; nossa verdadeira política é “não contrair aliança permanente com nenhuma nação estrangeira, pelo menos enquanto ainda somos livres de não o fazer”. Thomas Jefferson foi mais longe. Para este, “os americanos nunca deveriam pedir privilégios às nações estrangeiras, a fim de não serem obrigados por sua vez a concedê-los”.

A América Latina, por não estar circunscrita nem reconhecida dentro da área principal da empresa e iniciativa modernas, resulta que seus países são forçados a fazer concessões e, conseqüentemente, “ficam numa situação em que os interesses estrangeiros podem dominar seus negócios internos, condição essa sempre perigosa e tendente a se tornar intolerável” (MAY, 1964, p. 132), ou seja, ao tempo em que necessitam fazer concessões para atrair o investidor, ficam conseqüentemente dominados por esses interesses estrangeiros, cuja política interna será fatalmente determinada nos termos desses interesses. Conforme advertira Woodrow Wilson em 1913, “um país é possuído pelo capital que nele foi investido” (GALEANO, 2011, p. 17-18).

As *funções* da América Latina, segundo Chomsky (2002, p. 25/26), foram estabelecidas em fevereiro de 1945, em cuja conferência Washington propôs a “Carta Econômica das Américas”, que eliminaria o nacionalismo econômico sob todas as suas formas. Documentos do Departamento de Estado advertiram que os latino-americanos preferem “políticas destinadas a promover uma melhor distribuição da riqueza e elevar o nível de vida das massas” e estão “convencidos de que o maior beneficiário do desenvolvimento dos recursos de um país deve ser o povo do próprio país”. Para os ianques tais ideias são inaceitáveis: os “maiores benefícios” dos recursos de um país são os investidores norte-americanos, e a América Latina deve cumprir a sua função de serviço sem preocupações irracionais com o bem-estar geral ou com um “desenvolvimento industrial excessivo” que possa prejudicar os interesses dos Estados Unidos.<sup>132</sup>

---

<sup>132</sup> Gerald Haines, que teria cunhado a expressão “americanização do Brasil”, menciona que o Brasil vem sendo usado desde 1945 pelos Estados Unidos como “área de teste para os modernos métodos científicos de desenvolvimento industrial baseado no capitalismo intensivo”. Não é preciso explicar, com fulcro na assertiva de Chomsky (2002, p. 30) como os investidores estrangeiros se beneficiaram ao tornar o Brasil “a menina dos olhos da comunidade internacional de negócios da América Latina”, enquanto o Banco Mundial relatava que dois terços da população não se alimentava o bastante para suportar uma atividade física normal.

Gerald Haines, especialista em história da diplomacia e antigo historiador da CIA, disse que o Brasil é a melhor experiência de americanização. E essa “americanização” o transformou [na esteira o resto da América Latina] em um dos campeões mundiais das desigualdades sociais, especialmente na educação, saúde e seguridade social. Essa condição de pauperismo social, no caso do Brasil, tem uma explicação: a abertura para a economia internacional acarretou um custo significativo “que se soma à incapacidade de controlar o capital e os ricos, e não apenas o trabalho e os pobres” (CHOMSKY, 2002, p. 38).

A “americanização” de Haines é diferente de “americanismo”. Esta última, explica Losurdo (2010, p. 101), é a palavra de ordem que legitima e consagra o “destino manifesto” e a missão imperial dos Estados Unidos, dos anglo-saxões, da raça branca. Em seu nome são reforçadas, em primeiro lugar, a Doutrina Monroe e a subjugação da América Latina. Em 1916, Simeon Davidson Fess, membro da Câmara dos Representantes declarou: “sim”, a Washington compete a tarefa de “manter o americanismo neste continente”. A diferença entre ambas as expressões retrataria a substancial diferença entre os destinos (*manifesto*) do Norte e (*imutável*) do resto da América. Mas que forças ou divindades teriam decretado destinos tão díspares aos povos das Américas? Penso que foram os onipotentes *deuses anglo-saxões*, com a subserviência genuflexa dos demais povos americanos abaixo do Trópico de Câncer.

Como explicita Galeano (2011, p. 158), a América Latina também elaborou as suas constituições burguesas tingidas com o verniz do liberalismo, mas não teve, em troca, como destaca, “uma burguesia criativa, no estilo europeu ou norte-americano, que assumisse como missão histórica o desenvolvimento de um capitalismo nacional pujante”. Ao contrário daquelas, as burguesias destas terras “nasceram como simples instrumentos do capitalismo internacional, prósperas peças da engrenagem mundial”. Este sentimento de inferioridade atávica de nossos burgueses, mas dotados de uma ambição de *primeiro mundo*, foi suficiente não para mudar a ordem hegemônica que se desenhava no início do século, mas apenas de aceitar a mudança de *senhorio* sobre a América Latina no período seguinte.

Esta mudança contou com a alteração no volume de investimentos no continente latino-americano às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Havia então uma clara posição de inferioridade dos Estados Unidos em confronto com a

Inglaterra<sup>133/134</sup>. Esse quadro, que favorecia francamente a Inglaterra, mudou drasticamente com o tempo, alterando a hegemonia e o volume de investimentos no hemisfério. A partir do primeiro grande conflito houve uma inversão de posição entre ambos e o *direito de posseção* sobre os países latino-americanos mudou para o outro lado do Atlântico.

A política externa dos países latino-americanos de um modo geral está totalmente atrelada aos interesses norte-americanos em razão das relações econômicas, políticas e militares que esses países mantêm com os Estados Unidos. Como área de influência do país do Norte, a América Latina trabalha a sua política externa de acordo e em harmonia com os interesses da política anglo-saxônica. De modo voluntário ou não, “as doutrinas, decisões e ações dos governantes dos países da América Latina continuam a ser profundamente determinadas, mais ou menos decisivamente, pelas doutrinas, decisões e ações dos governantes dos Estados Unidos” (IANNI, 1974, p. 3). Há, evidentemente, uma variação no modo como essa influência é percebida, em níveis distintos, de acordo com a importância geopolítica do país ou da região ou mesmo do continente.

A maneira pela qual se exerce a hegemonia dos Estados Unidos e o modo pelo qual as distintas classes sociais, no interior das sociedades latino-americanas, incorporam e elaboram essas relações de acomodação e conflito são fundamentais para a compreensão dos sentidos e variações nas políticas exteriores dos países da América Latina. Essas são as bases das políticas exteriores mais ou menos alinhadas ou autônomas de submissão ou antagonismo, ensaiadas ou postas em prática, de modo episódico ou persistente, por países da América Latina, em face da preeminência econômica, política e militar dos Estados Unidos (IANNI, 1974, p. 5).

O exercício da hegemonia<sup>135</sup> típica norte-americana em seu *quintal dos fundos* tem como práticas mais usuais a Diplomacia do Dólar e o *Big Stick*, embora

<sup>133</sup> O investimento britânico na América Latina cresceu de menos de 200 milhões de libras em 1880 para cerca de um bilhão em 1913, o Brasil absorveu um quarto desse montante. Montevideu, mais talvez que Buenos Aires, era uma cidade dominada quase que totalmente pelo capital inglês. Já em 1881, o ministro britânico podia declarar que “todos os empreendimentos industriais [...] de alguma importância estão nas mãos dos ingleses. Estradas de ferro, linhas de bonde, bancos, docas, serviços de gás e de água foram criados pelo capital inglês e são dirigidos por ingleses”. Em 1890, o presidente da República comparou sua posição à do “administrador de uma grande fazenda, cujo conselho diretor fica em Londres” (Bethell, 2009, p. 590-601).

<sup>134</sup> Em 1929, podia-se dizer que os Estados Unidos haviam substituído em definitivo a Grã-Bretanha e se tornaram o principal parceiro comercial da América Latina (BETHELL, 2009, p. 604).

<sup>135</sup> Pergunta Harvey (2009, p. 39 e 43) “o que constitui em primeiro lugar a hegemonia?” Discorre ele que seria para Gramsci, por vezes, “o poder político exercido mediante a liderança e o consentimento dos governados, em oposição ao poder político exercido na forma de domínio via coerção”. Alargando as concepções conceituais de hegemonia, adaptada ao caso das relações interestados, seria para Arrighi “a supremacia de um grupo ou, no caso, de uma nação-Estado, que pode (...) manifestar-se de duas maneiras: como dominação e como liderança moral e intelectual”. Para o

jamais tenha sido abandonada a alternativa militar.<sup>136</sup> A América Latina, lembra Chomsky, vive um momento de redefinição porque os governos de quase todos os países, seguindo as linhas do FMI e do banco Mundial, aprofundaram, nas últimas décadas do século XX, as políticas econômicas neoliberais, que levaram a um maior empobrecimento da população. Para ele, as políticas neoliberais impostas e decididas pelos centros do poder financeiro internacional e que foram batizadas como globalização, têm uma característica fundamental: não tornam explícitos seus objetivos. Isto é, “o neoliberalismo se esconde atrás de noções vagas como *modernidade, eficiência econômica ou sociedade tolerante*” (CHOMSKY, 1999, p. 9/10).

Em 1949, Howard K. Smith, escrevendo no *The State of Europe* [O Estado da Europa] afirmava que a América tinha verdadeiramente o poder de controlar o mundo. Segundo ele, para a América tornar-se “imperialista” é “tão fácil quanto fazer rolar um tronco”. Com seu poder preponderante:

não há necessidade de conquistas brutais. Elas podem ser levadas a cabo com gentileza, invisivelmente, pelos meios quase sub-reptícios da riqueza, através de investimentos que permitam o controle silencioso e de verbas de ajuda acompanhadas de sugestões polidas a respeito da política da nação incipiente (LENS, 2006, p. 500).

Contudo, como demonstra Ianni (1974, p. 127) “o processo de conquista da América Latina não se desenrolou sem contratempos, para os Estados Unidos. Exigiu manobras políticas, lutas armadas, compromissos econômicos, refinamentos diplomáticos, sofisticação intelectual etc.” É razoável concluir então que as principais estratégias – efetivas e duradouras – teriam sido as não-violentas, como aquelas engendradas por meio dos organismos multilaterais. Assim, independentemente se o país latino-americano é pequeno e produz relativamente pouco, todos são importantes na elaboração da política dos EUA, porque o essencial para eles é o controle sobre toda a América Latina.

---

autor, o dinheiro, a capacidade produtiva e a força militar são os três pilares em que se apoia a hegemonia no âmbito do capitalismo.

<sup>136</sup> A propósito da vitória eleitoral para a presidência, em 1952, do republicano Dwight David Eisenhower, general e comandante vitorioso na Segunda Guerra Mundial, Oswaldo Aranha, que encontrava-se nos Estados Unidos, escreveu a Danton Coelho: “Este será um governo republicano e militar. Wall Street será o Estado-Maior. O capitalismo no poder não conhece limitações, sobretudo as de ordem internacional. Os Estados Unidos estão entrando ou vão entrar em guerra com todos os povos...” (RIBEIRO, 2001b, p. 126).

Neste contexto, o controle e a influência [sobre todos os países latino-americanos, indistintamente] são necessários não só para prevenir a expropriação do capital dos Estados Unidos e imunizar o país contra a revolução social, mas até porque seu voto nas Nações Unidas ou na OEA é relevante para o esquema geral de dominação norte-americana (MAGDOFF, 1978, p. 9).

A prática imperialista em parte se restringiria à prática colonial e ações políticas e militares para proteção de investimentos externos. É então uma luta para alcance e manutenção do poder econômico resultante dessas ações tanto no espaço interno quanto no externo. Uma vez alcançado esse poder, este se torna uma necessidade para a segurança do capital investido e como fonte básica de aumento de lucros. E como dito alhures, todos os meios para protegê-lo se justificam.<sup>137</sup> Surge então a discussão a respeito da propalada “segurança dos EUA”, a questão da soberania<sup>138</sup> dos países e suas fronteiras nacionais.

Para que se efetivem as relações e processos envolvidos na dependência estrutural,<sup>139</sup> pois, é necessário que o próprio aparelho estatal, no país subordinado, seja transformado em elemento da dependência estrutural. De fato, conforme diz o economista norte-americano Robert L. Heilbroner, as empresas e corporações internacionais dispõem de condições para impor as suas decisões aos governos dos países dependentes (IANNI, 1974, p. 178).

Em tempos de imperialismo explícito e do controle de fato que as grandes corporações exercem sobre governos, com o apoio e/ou conivência do governo norte-americano, nenhuma dúvida é mais fácil de dirimir. De acordo com Moniz Bandeira (2005, p. 196): “onde quer que houvesse uma plataforma da Standard Oil,

---

<sup>137</sup> Os investimentos de capitais nos países agrícolas, economicamente atrasados, constituíram, assim, um fator determinante na promoção do imperialismo. (...) E a fim de proteger e assegurar suas operações, os governos das potências industriais cada vez mais se armaram para competir no mercado mundial. O poder militar representou então seu último triunfo (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 40).

<sup>138</sup> “As burguesias nacionais, que veem na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de benefícios, sentem-se suficientemente donas do poder político para não preocupar-se seriamente com a soberania nacional”. É nesse contexto que devemos compreender as novas estruturas de poder supranacionais (criadas por empresas multinacionais ou institucionalizadas em órgãos intergovernamentais) (IANNI, 1974, p. 152).

<sup>139</sup> Existe dependência estrutural sempre que as estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas nas relações de tipo imperialista. Isto significa que instituições econômicas, políticas, militares, educacionais, religiosas e outras (em graus variáveis) podem ser influenciadas ou mesmo determinadas pelas relações de dependência. É como se o imperialismo provocasse no interior da sociedade subordinada, o aparecimento ou a reformulação de relações, instituições e ideologias, em conformidade com as suas determinações essenciais; isto é, em conformidade com as determinações resultantes dos processos econômicos e políticos que se desenvolvem a partir da nação dominante. Sob várias perspectivas, o conceito de dependência estrutural corresponde, complementar e antiteticamente, ao conceito de imperialismo. Um é desenvolvimento do outro, ao mesmo tempo que um e outro se constituem reciprocamente, como expressões necessárias da reprodução ampliada do capital, em escala mundial (IANNI, 1974, p. 172 e 176).

uma fábrica da Coca Cola, uma fazenda da United Fruit, um frigorífico da Wilson & Sons”, ou seja, “uma instalação de qualquer corporação americana, no Oriente Médio ou na América Latina, na Europa ou na Ásia, ali estavam as fronteiras nacionais dos Estados Unidos.”

No âmbito dos Estados a luta pelo controle não acontece entre pessoas físicas singulares ou pequenos empreendedores ávidos por crescer e obter mais presença no mercado. A luta envolve conflitos assombrosos entre corporações gigantescas, dentro de um país ou entre as principais corporações das nações industriais mais ofensivas. Esses conflitos conduzem ao aumento da pressão por controle de fontes de matérias-primas e de potenciais mercados internacionais. Com isso os principais competidores derrotam seus concorrentes e evitam o surgimento de novos competidores.

A indústria e as finanças norte-americanas alastraram-se lucrativamente pelo mundo, sob a proteção dessa força militar, patrulheira do globo. A expansão exterior, militar, financeira e industrial deu apoio à tomada de liderança pelos Estados Unidos no setor bancário mundial e à dominação do dólar como moeda mundial de reserva. Por sua vez, o papel central do mercado de dinheiro dos Estados Unidos tem-se prestado ao financiamento das operações militares no estrangeiro, à expansão internacional da indústria e do setor bancário e ao emprego do auxílio externo como instrumento de controle e dominação da rede imperialista (MAGDOFF, 1978, p. 190).

A ideia de globalização<sup>140</sup> por ser entendida como a existência de um mercado financeiro mundial unindo os diversos mercados internacionais sem maiores preocupações fronteiriças entre os países. Se no passado o comércio atuava basicamente em seus mercados internos, não é possível estabelecer com precisão quando esse fenômeno ultrapassou fronteiras e tomou o mundo. Bernstein (2009, p. 12) nos dá uma indicação.

A globalização não foi um evento, nem mesmo uma sequência de acontecimentos; mas é um processo que tem evoluído de forma lenta por um tempo muito, muito longo. Os mercados do mundo antigo integraram-se de maneira gradativa desde o início, no alvorecer dos primeiros registros históricos com cargas de grande valor, até a expansão lenta para produtos menos preciosos, maiores e perecíveis. Este processo de integração global acelerou-se com as primeiras viagens europeias ao Novo Mundo. A grande quantidade atual de navios de contêineres, jatos, Internet e uma rede

---

<sup>140</sup> A globalização significa, sobretudo, um surto de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. Trata-se de um desenvolvimento “intensivo e extensivo” do capitalismo devido à recente revolução tecnológica ligada à informatização de processos produtivos e com reviravolta nos meios de comunicação. Como isso, verifica-se o advento de novos bens de consumo, a “recriação” da divisão internacional do trabalho e a “mundialização” dos mercados (ALMEIDA, 2004, p. 112).

globalizada crescente de fornecimento e fabricação são apenas etapas posteriores da evolução de um processo que vem acontecendo nos últimos 5 mil anos.

Esse processo de expansão do capitalismo tem uma lógica essencial, como já referido anteriormente: carência ou esgotamento de matérias-primas no interior dos países capitalistas ofensivos, daí a necessidade de buscá-las no exterior; acumulação de capital e conseqüente necessidade de investimento do capital excedente principalmente em mercados primitivos ou subdesenvolvidos; e busca de novos mercados para colocação e venda dos excedentes de seus produtos em vista do esgotamento de seus mercados internos.

Rosa Luxemburgo já havia escrito seu estudo sobre “acumulação capitalista”, no qual sustentava que esse sistema não pode sobreviver sem as economias “não capitalistas”: ele só é capaz de avançar seguindo os próprios princípios enquanto existirem “terras virgens” abertas à expansão e à exploração – embora, ao conquista-las e explorá-las, ele as prive de sua virgindade pré-capitalista, exaurindo assim as fontes de sua própria alimentação (BAUMAN, 2010, p. 8).<sup>141</sup>

Na transição do século XIX para o século XX o capitalismo de livre concorrência deu lugar ao capitalismo de monopólio, dito moderno, resultando numa prodigiosa concentração de capital que originou, ao lado das grandes corporações monopolistas, o truste dos bancos. A concentração dos bancos terminou por ser uma grande arma estratégica para controle do crédito. A indústria independente [não organizada em monopólio ou cartel], altamente dependente de crédito bancário para sua atividade industrial encontrou nos bancos organizados em trustes a mão que aperta sua garganta, asfixiando as possibilidades de concorrência e expansão.

O que caracterizava o antigo capitalismo era a exportação do elevado grau de produção de mercadorias. No de monopólio o que o caracteriza é a exportação de capitais, influenciando decisivamente no desenvolvimento do capitalismo nos países em que esses capitais são investidos. Os grandes capitalistas ocidentais procuram aproveitar-se da penúria e necessidade que têm os países pobres ou de desenvolvimento incipiente de obter ajuda externa para realizar seus objetivos impondo-lhes novas formas de dependência e conservando-os como objeto de exploração e fontes de altos lucros. Somente dessa maneira é possível explicar o

---

<sup>141</sup> Em relação a isso, sustenta Bauman (2010, p. 8): “sem meias palavras, o capitalismo é um sistema *parasitário*. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência”.

fato de que as potências ocidentais continuam a negar-se, com obstinação, a contribuir de modo eficaz para a industrialização dos países subdesenvolvidos (BAILBY, 1963, p. 94). O que pode ser certo para o povo dos Estados Unidos, com suas vantagens sem paralelo por todo o planeta, pode ser errado em países onde as opções são bem menores. Por outro lado, é razoável supor que o que é certo para os povos da periferia do mundo somente por um acaso remoto há de estar de acordo com os planos dos “grandes arquitetos” das políticas governamentais. “E não há hoje mais razão do que já houve um dia para permitir que eles moldem o futuro de acordo com os seus próprios interesses” (CHOMSKY, 2002, p. 46). Moldar o futuro é organizar o mundo de modo a preservar o *status quo* social, e para isso é necessário conter revoluções. Para tanto, a intervenção nos negócios de outros países, e em suas legislações se necessário, se tornou tão natural quanto o casal cuidar das finanças de sua própria casa, um *direito natural*, como aponta Lens (2006, p. 578).<sup>142</sup>

A concentração da produção nos monopólios é o que constitui uma das características mais marcantes do imperialismo, como deduz Lênin (1987), de acordo com sua concepção marxista.<sup>143</sup> As grandes empresas, com o apoio do “capital-dinheiro” e dos bancos elevam a sua superioridade tornando-a ainda mais esmagadora, dominando empresas e empresários menores e a vida político-econômica de nações inteiras. Estes acabam sendo dominados por um punhado de capitães internacionais das finanças que se articulam para aglutinar o mais possível a concentração desse capital e o controle das atividades estratégicas.

A era monopolista, que ocupou definitivamente o lugar da livre concorrência no início do século XX, passou por fases que Lênin (1987, p. 22) resume deste modo:

- 1) Anos 1860-1880: ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não são mais do que embriões dificilmente perceptíveis;
- 2) Após a crise de 1873: período de grande desenvolvimento dos cartéis; no entanto eles ainda aparecem a título excepcional. Carecem ainda de estabilidade;

---

<sup>142</sup> Nos anos 60 os Estados Unidos haviam estabelecido um *protetorado* sobre “mais de quarenta países, abrangendo cerca de 24 milhões de quilômetros quadrados, com populações de mais de 600 milhões de pessoas”. Inúmeras vezes o Pentágono e a CIA induziram instituições militares-satélites a derrubar governos de esquerda hostis ao sistema americano (LENS, 2006, p. 578).

<sup>143</sup> O nascimento dos monopólios, como consequência da concentração da produção, é uma lei geral e essencial do atual estágio de evolução do capitalismo (LÊNIN, 1987, p. 20).

- 3) Expansão do fim do séc. XIX e crise de 1900-1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transformou em imperialismo.

As características fundamentais do imperialismo, aqui considerado por Lênin (1987, p. 88) como a fase superior do capitalismo, englobam os seguintes caracteres:

- 1) concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica;
- 2) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse “capital financeiro”, de uma oligarquia financeira;
- 3) diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume importância muito particular;
- 4) formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;
- 5) termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

A substância do capitalismo é “o encontro entre o capital e o trabalho. O objetivo desse encontro é uma transação comercial: o capital adquire o trabalho”, escreveu Bauman (2010) fazendo alusão ao trabalho de Habermas. Para Bauman, todo o esforço despendido pelos países ofensivos política e economicamente nos quatro cantos do mundo em verdade sempre se revelou como a luta das nações industrializadas pelo poder, bem como pelo controle colonial e informal dessas regiões economicamente atrasadas. Essa luta é somente uma fase dessa guerra econômica e apenas um atributo do novo imperialismo. A visão dessa luta a partir do investidor mostra que a realidade do imperialismo vai muito além do interesse imediato deste ou daquele investidor: o propósito subjacente é nada menos que manter, na maior extensão possível do mundo, abertura para o comércio e os investimentos das gigantescas corporações multinacionais. Para esse fim, como dito alhures, a assistência militar e ajuda econômica são importantes instrumentos empregados para exercer o controle dos Estados Unidos sobre outras nações.

### **3.6.1 Intervenções diretas perpetradas pelos Estados Unidos**

Em 5 de dezembro de 1921 o exército comandado pelo General José Maria Orellana derrubou o governo unionista da Guatemala. Foi a primeira intervenção yanque no pequeno país da América Central. O governo de Washington realizou a intervenção quando os privilégios concedidos pelo governo deposto, Estrada Cabrera, às corporações norte-americanas foram suprimidos pelo governo unionista

daquela nação (MONTEIRO, 1963, p. 45). A supressão não durou um ano e foram rapidamente restabelecidos os privilégios, para o goáudio da *American Railways* e o truste da energia elétrica no país. Em 1954 ocorreu nova intervenção no pobre país. Os irmãos Dulles, com aprovação de Eisenhower, arquitetaram o novo golpe contra o governo “hostil” aos interesses de suas companhias. O presidente Arbenz, entre outras medidas “hostis”, introduziu uma lei de reforma agrária [num país onde 70% das terras era propriedade de dois por cento da população] que distribuía parcelas de terras para 85 mil famílias camponesas (LENS, 2006, p. 568). Em razão desta lei, foram desapropriados cerca de 95 mil hectares de terras não cultivadas da *United Fruit*. Como o governo não acedeu ao pedido de vultosa indenização exigida pela companhia, a CIA articulou com o coronel Carlos Castillo Armas, que fora treinado numa escola militar em *Fort Leavenworth*, no Kansas, a derrubada de Arbenz com a pretensão de restabelecer o *statu quo ante*. Em 18 de junho o coronel e um exército de mercenários, auxiliados por uma frota de aviões de combate dos Estados Unidos, que fez cair uma chuva de bombas sobre a capital guatemalteca, precipitaram a invasão.

No final da história, as terras da *United Fruit* foram rapidamente devolvidas à companhia, a lei que impunha um imposto sobre juros e dividendos estrangeiros foi revogado, os sindicatos de trabalhadores foram dispersados com a justificativa de que eram “políticos”, o direito de greve foi abolido e os salários congelados [dois terços da força de trabalho do país ganhava menos de 30 dólares por mês], as 85 mil parcelas da terras distribuídas aos camponeses voltaram para os donos das fazendas, a legislação eleitoral foi modificada para impedir o voto dos analfabetos, que constituíam 70% da população (LENS, 2006, p. 568).<sup>144</sup>

Denunciou o senador Fulbright (1969, p. 62) que em 28 de abril de 1965, os líderes do Congresso foram chamados para uma reunião de emergência na Casa Branca. “Disseram-nos que a revolução, irrompida quatro dias antes na República Dominicana se achava completamente fora de controle”, asseveraram a circunstância de que os norte-americanos e outros estrangeiros, no local, se

---

<sup>144</sup> Estes não foram os únicos episódios envolvendo a infeliz república centro-americana. Rios Montt, militar guatemalteco que recebeu treinamento nos Estados Unidos, instalou em 1978 uma seita pentecostal denominada “El Verbo”, financiada pela missão transconfessional “Gospel Outreach”, da Califórnia. Em 1982, um golpe militar o colocou na presidência, em cujo governo inúmeros organismos internacionais se estabeleceram no país, como por exemplo a “Campus Crusade for Christ”, os quais “tomaram a Guatemala de assalto e transformaram-na no principal centro de operações para a América Central e região do caribe. A queda de Rios Montt em agosto de 1983 não fez declinar a grande influência ideológica das seitas e de grupos religiosos minoritários naquele país, cumprindo-se cada vez mais o seu objetivo principal, qual seja o de manter o povo afastado das práticas políticas, quase sempre de esquerda em um país pobre (LIMA, 1991, p. 54/55).

encontravam em grande perigo e que “os fuzileiros dos Estados Unidos desembarcariam em São Domingos naquela noite com o único propósito de proteger as vidas dos norte-americanos e de outros estrangeiros”. Dada a gravidade da situação, “nenhum dos líderes do Congresso expressou desaprovação à ação planejada pelo presidente”. Contudo, “quatro meses mais tarde ficou claro que a principal razão constituiu na determinação, por parte do governo dos Estados Unidos, de derrotar as forças constitucionalistas, cuja vitória era iminente”. Eram os negócios das grandes corporações norte-americanas que estavam em perigo, e não a imperiosidade de resgate das “vidas americanas em perigo”.

Alguns anos antes, 1957, o senador norte-americano Olind Johnston destacava o amplo programa do governo de encorajamento das empresas dos Estados Unidos incentivando-as ao investimento privado na América Latina e simultaneamente advertindo contra movimentos nacionalistas que pusessem em risco os capitais investidos: “Por isso mesmo a composição dos governos latino-americanos é uma questão de importância vital para os Estados Unidos” (MONTEIRO, 1963, p. 75). Essas medidas não foram isoladas, nem houve países que saíram incólumes dessas ações políticas, afinal, todos os meios para penetração do capital se justificam quando o fim é o mercado aberto e o lucro máximo.

Em tempos passados se operava a luta pela hegemonia entre inúmeras nações imperialistas; nos novos tempos, os Estados Unidos lutam para sobreviver como potência mundial de primeira classe, pois nestes tempos “vivemos uma fase da história das nações em que a penetração do capital imperialista é o mais claro e explícito instrumento de dominação política de uma potência estrangeira sobre as nações mais fracas” (MONTEIRO, 1963, p. 68).

Durante a Guerra Fria, Washington colocou em cena sangrentos golpes de Estado e impôs ferozes ditaduras na América Latina, enquanto na Indonésia, em 1965, promoveu o massacre de centenas de milhares de comunistas ou de filocomunistas. Por mais desagradável que possam ser, porém, esses detalhes não estão em condições de ofuscar a santidade da causa encarnada pelo “império do bem” (LOSURDO, 2010, p. 115)

Foram muitas e marcantes as tentativas dos Estados Unidos de desestabilizar o governo cubano. Conforme relata Assmann (1979, p. 187/8), pelo menos oito foram as tentativas de assassinar Fidel Castro. Os atentados contra o país se multiplicaram em muitas frentes: disseminação de uma virose intencionalmente propagada que resultou na matança de 500 mil porcos, tentativa de suborno de um

assessor do governo cubano por um representante da *Defense Intelligence Agency* para contagiar as criações de frango de Cuba, além da disseminação intencional de substâncias portadoras de germes nas zonas agrícolas na intenção de arruinar reses e colheitas. Além destes exemplos, as operações internas para criar as condições propícias a um golpe de Estado são demonstradas por Moniz Bandeira:

As operações de guerra psicológica implicam propaganda e divulgação, ou seja, campanha através da mídia, junto às diversas organizações estudantis, sindicatos, outros grupos profissionais e culturais, bem como junto aos partidos políticos, sem que a procedência das informações possa ser atribuída ao governo americano. Ela é efetivada, muitas vezes, por agentes da CIA, estacionados na Embaixada Americana como diplomatas, ou homens de negócios, estudantes ou aposentados, enquanto as operações paramilitares consistem na infiltração em áreas proibidas, sabotagem, guerra econômica, apoio aéreo e marítimo, financiamentos de candidatos nas eleições, suborno, assassinatos, treinamento e manutenção de pequenos exércitos, etc. Essas operações tipificam a técnica do golpe de Estado, que a CIA desenvolveu e aplicou no Brasil e em diversos países da América Latina, nos anos 60 e 70 do século XX, radicalizando, artificialmente, as lutas sociais, até ao ponto de provocar o desequilíbrio político e desestabilizar governos, que não se submetiam às diretrizes estratégicas dos Estados Unidos (Moniz Bandeira “A CIA e a técnica do golpe de Estado” - Revista Espaço Acadêmico– Nº 58 – março/2006 – Mensal – ISSN 1519.6186, in <http://www.espacoacademico.com.br/058/58bandeira.htm>. Acesso em 14 de maio de 2014).

No Brasil, inúmeros são os casos de intervenção direta ou encobertas por parte do Colosso do Norte, envolvendo o país como um todo ou parte dele. Os descendentes dos *pilgrims* do Mayflower estiveram presentes na Inconfidência Mineira,<sup>145</sup> na Guerra dos Farrapos<sup>146</sup> e na Revolução Pernambucana. Por conta desta última, em 1825, o cônsul Joseph Ray foi banido do Brasil por Decreto Imperial por sua participação nos movimentos de 1817 e de 1824.

As autoridades imperiais estavam certas da participação de outros americanos na revolução de 1824, devido aos relatos de Lord Cochrane, que descreve a proclamação de um governo em Pernambuco em fins de 1823 como *um projeto baseado no modelo americano*, segundo o qual seriam confederadas outras províncias do Norte. Tal projeto foi encorajado, senão originado, pelos norte-americanos residentes em Recife, esclarecia Cochrane (WRIGHT, 1978, p. 173).

<sup>145</sup> Aqui, na forma de inspiração dos inconfidentes no modelo político dos Estados Unidos, símbolo de liberalismo e progresso, e em uma relativa esperança de ajuda concreta dos norte-americanos (WRIGHT, 1978, p. 172).

<sup>146</sup> Em julho de 1836, em relatório a Forsyth, Willian Hunter revela que o cônsul americano Isaac Austin Hayes envolveu-se nos acontecimentos da revolução do Rio Grande de São Pedro do Sul, tendo sido preso por algumas horas, e sua casa comercial confiscada, sob a acusação de que ele e seu parceiro, o suíço Engerer, eram os financiadores de Bento Gonçalves (WRIGHT, 1978, p. 206).

A Revolução Acreana foi um episódio vivo de nossa história em que o imperialismo esteve presente com as armas na mão. A ocupação do território por seringueiros brasileiros no final do século XIX não foi bem recebida pela Bolívia que não tinha qualquer controle sobre a região. Depois de a Bolívia ter um destacamento militar repellido pelos seringueiros brasileiros, estes declararam em 1899 a independência do Acre, declaração esta extinta após intervenção do governo brasileiro. Pretendendo defender aquele território legalmente seu, mas sem possibilidades de exercer o controle direto, a Bolívia arrendou-o à *Bolivian Syndicate*, uma corporação norte-americana, conferindo-lhe amplos poderes de exploração da área. Possuidora de um verdadeiro exército particular, as forças da *Bolivian Syndicate* foram igualmente repelidas pelos seringueiros, que não aceitaram pacificamente a entrega a um grupo estrangeiro das terras já povoadas por brasileiros. Em 17 de novembro de 1903, foi assinado o Tratado de Petrópolis, que reconheceu os direitos do Brasil sobre a região. Nobre (1971, p. 25) relata a existência de um tratado secreto entre a Bolívia e os Estados Unidos em que este último se comprometia a ajudar militarmente a Bolívia em caso de guerra deste país com o Brasil, em troca da exploração do Acre pela *Bolivian Syndicate* por 50 anos.<sup>147</sup>

---

<sup>147</sup> Para uma descrição mais pormenorizada acerca das incursões e/ou invasões engendradas pelos Estados Unidos em outros países, desde 1806 até aproximadamente 1933, ver Arapiraca (1982, p. 95-101).

## 4 A CARTELIZAÇÃO DO MUNDO

### 4.1 O SURGIMENTO DOS TRUSTES NOS ESTADOS UNIDOS

Nesta seção pretendemos mostrar como as grandes corporações se organizaram em forma de trustes e dividiram o mundo em monopólios para exploração exclusiva e esferas geográficas de interesse. O conhecimento desse processo de expansão capitalista e de acumulação de capital é imprescindível para entendermos como essas corporações tomaram as rédeas do poder político e passaram a influir nas decisões de Estado e a ditar as regras, de dentro dos Estados Unidos ou fora dele, inclusive as de interesse público.

Ao organizar-se o capitalismo na forma monopolista surge, por conta disso, a noção do fenômeno imperialista, como expõe Lênin (1978, p. 122), para quem é justamente “o monopólio [que] marca a transição do regime capitalista para uma ordem econômica e social superior”. Nessa esteira, apontamos como o imperialismo moderno [cujo símbolo, a águia, pôs firmemente suas garras no dorso do hemisfério americano] passou a gerenciar seus interesses privados dentro de uma relação “orgânica” com os governos dos países em que seus [homens de] negócios se acham presentes, e as relações “íntimas” desses homens com o governo e vice-versa.

Foi o empenho de exportar os excedentes de capital, bem como controlar importantes áreas de influência, que levou o industrial a se associar com o banqueiro para conquistar e controlar as colônias. E o mundo foi fatiado como uma torta de sobremesa ao final da refeição, para o júbilo dos países mais ofensivos política e economicamente, especialmente europeus. A Repartição do mundo pelas grandes potências imperialistas no final do século XIX criou as “áreas de influência” de cada um desses países, em vários setores, de modo a cada um consolidar suas posições de domínio. Entre os interesses mais destacados foi a divisão do mundo entre os trustes da eletricidade, especialmente norte-americano e alemão; o truste do petróleo – standard Oil; e investimentos maciços de capitais exportados nas estradas de ferro em nações subdesenvolvidas travestidos de ações para o progresso e desenvolvimento, quando na verdade a intenção era tão somente saquear as riquezas (MONTEIRO, 1963). O discurso dos banqueiros demonstrava esse interesse e essa necessidade. Em 1915, William S. Kies, funcionário do

National City Bank de Nova York, já vislumbrava o rico mercado latino-americano a ser literalmente explorado, o que poderia ser obtido por meio da ajuda, pois:

para construir um comércio duradouro e proveitoso nos mercados até hoje intocados de outros países, será necessário que ajudemos o desenvolvimento desses países. Brasil, Colômbia, Argentina, Chile, Peru e outras repúblicas sul-americanas possuem recursos naturais no mais alto valor à espera de desenvolvimento. Se nos próximos anos os Estados Unidos investirem seus excedentes de capital na edificação da América do Sul, sob as mesmas diretrizes que governam os investimentos que, neste setor, fazem nos países europeus, surgirão oportunidades comerciais que nos darão um retorno muitas vezes superior ao investimento original (MAGDOFF, 1978, p. 75).

O roteiro de investimentos sugerido pelo banqueiro foi seguido rigorosamente na América Latina. As filiais estrangeiras dos bancos norte-americanos tornaram-se, efetivamente, importante instrumento para a movimentação desse capital e para a exploração de novos mercados comerciais.

A pressão pela expansão contínua era expressão das transformações por que passava o capitalismo. Os industriais e financistas desejavam conquistar o mundo para transformá-lo em espaços de negócios para suas mercadorias e capitais excedentes. A Inglaterra e a França corriam na frente revelando-se as duas principais potências colonialistas, e que já tinham se servido da melhor parte do *bolo colonial*, o que descontentou fortemente os demais países europeus, especialmente Itália e Alemanha, que chegaram *atrasados* em virtude de sua tardia unificação nacional. Encontraram o mundo parcelado, cada parcela com um dono, e somente lhes restaram alguns bocadinhos do grande bolo, desinteressantes e inversamente proporcionais ao seu forte desenvolvimento econômico.

Nessa época, os Estados Unidos igualmente pressionavam pela expansão de seus mercados e buscavam conquistas coloniais.<sup>148</sup> Já tinham conquistado o Havaí, anexado as Filipinas, Guam e Porto Rico, estabelecido um protetorado sobre Cuba e agora se voltavam com a faca entre os dentes para o Pacífico, indo de encontro a outros impérios – europeus e japoneses. Os choques entre as potências que desejavam uma redistribuição das colônias então existentes e aquelas que já tinham

---

<sup>148</sup> Eduardo Prado (1893, p. 193) escrevia em fins do Séc. XIX, vaticinando de certa forma o movimento para o exterior que já faziam os Estados Unidos: Hoje, diz ele, o industrialismo ainda tem algumas esperanças de se salvar e o povo não tem ainda a consciência nítida da sua força. As dificuldades do presente já são, portanto, bastante graves para o capitalismo e a plutocracia americana procura, a todo o transe, sair das suas dificuldades e para isso volta-se para o estrangeiro. É para o estrangeiro que os políticos norte-americanos querem abrir uma válvula para o excesso da produção. Não é só o fim de lucro monetário imediato que guia esses homens, é uma necessidade absoluta de segurança nacional.

assegurado a melhor parte do conjunto colonial foram inevitáveis. Como o assunto não pode ser resolvido numa mesa de negociação e os descontentamentos não arrefeciam, a Primeira Guerra Mundial foi inevitável. As condições foram amplamente favoráveis aos norte-americanos. Em decorrência disso teve início o declínio da hegemonia europeia sobre o mundo e a pavimentação das condições necessárias para a emergência na América de um colosso imperial ao Norte do hemisfério. Não tardou para as asas da águia deitarem sua sombra sobre a “barbárie” latina.

Foi a partir de 1870, segundo afirma Huberman (1985, p. 252), que iniciou o período de trustes nos Estados Unidos e de cartéis na Alemanha, e rapidamente a concorrência foi substituída pelo monopólio. Elias (1993, p. 133) resume bem esta histórica tendência:

Tanto nos tempos feudais como nos modernos, a livre competição pelas oportunidades ainda não centralmente organizadas ou monopolizadas tende, através de todas suas ramificações, a subjugar e eliminar um número sempre crescente de rivais, que são destruídos como unidades sociais ou reduzidos à dependência; a acumular oportunidades nas mãos de um número sempre menor de rivais; tende à dominação e, finalmente, ao monopólio.

Uma explicação do mecanismo de formação de monopólios é dada por Elias (1993, p. 99): há na área social certo número de pessoas, e certo número de oportunidades que são escassas ou insuficientes em relação às necessidades daquelas. Supomos que cada pessoa luta com outra pelas oportunidades disponíveis, é extremamente pequena a probabilidade de que se mantenha indefinidamente esse estado de equilíbrio e de que nenhum dos parceiros triunfe em qualquer um desses pares, se esta for realmente uma competição livre não influenciada por qualquer poder monopolista – e muito alta a possibilidade de que, cedo ou tarde, alguns participantes vençam seus adversários. Mas se alguns dos participantes saem vitoriosos, suas oportunidades se multiplicam; as dos derrotados diminuem. Maiores oportunidades se acumulam nas mãos de um grupo dos rivais iniciais, sendo os demais eliminados de competição direta com eles. Supondo que, nesse momento, cada um dos vitoriosos lute com os outros, o processo se repete: mais uma vez, um grupo alcança vitória e obtém controle das oportunidades de poder dos vencidos; um grupo ainda menor de pessoas controla um número maior de possibilidades de poder; um número ainda maior de pessoas é eliminado da livre competição; o processo se repete até que, finalmente, no caso extremo, um único

indivíduo controla todas as possibilidades de poder e todos os demais passam a depender dele.

Sobre o mecanismo monopolista, assegura Elias (1993, p. 105) que “o que os burgueses procuram alcançar na luta pelo governo monopolista, e finalmente conseguem, não é a divisão dos monopólios existentes, mas uma nova distribuição de seus ônus e benefícios”. Para o autor, não são sempre indivíduos isolados que praticam esse mecanismo. Entram em cena, frequentemente, grandes associações de pessoas, como por exemplo, territórios ou Estados nacionais.

Apesar dessa relação *carnal* entre o Estado e as empresas privadas, a vinculação entre alguns governantes e as grandes corporações monopolizadoras nem sempre foi indene de ataques ou críticas. Huberman (1966, p.322/3) relata três discursos e mensagens ao Congresso de presidentes norte-americanos a respeito dos trustes: Glover Cleveland, em 3 de dezembro de 1888, Franklin Delano Roosevelt, em 29 de abril de 1938 e Harry Truman, em janeiro de 1947, respectivamente:

Ao observar os empreendimentos do capital agregado, descobrimos a existência de trustes, combinações, monopólios, enquanto que o cidadão está lutando, muito atrás da retaguarda, ou então está sendo pisoteado até morrer, por um tacão de aço. As corporações, que deveriam ser produtos criados pela lei, e muito restritos, servindo ao povo, estão rapidamente se transformando em patrões do povo.

Entre nós, hoje em dia, está se desenvolvendo uma concentração de poder sem igual na história... Muitos americanos perguntam uma coisa difícil de responder: Esse clamor de que nossas liberdades estão ameaçadas, justificam-se pelos fatos? ... A resposta é que existe uma ameaça, ela provém do poder econômico particular concentrado, que está lutando para dominar o nosso governo democrático... Essa mão pesada, representada pelo controle integrado, financeiro e administrativo, se abate sobre grandes áreas estratégicas da indústria americana. A empresa privada está deixando de ser empreendimento livre, e está se tornando um grupo de coletivismos particulares; disfarçada de sistema de livre empresa, calcada no modelo americano, está na verdade se transformando num sistema mascarado de cartel.

A comissão (Econômica Nacional Temporária) em seus estudos mostrou que, a despeito de vigorar há 50 anos a lei antitruste, uma das mais graves ameaças ao nosso bem-estar é a crescente concentração de poder nas mãos de um pequeno número de organizações gigantescas. Durante a guerra, essa tendência (que vem de longa data) para a concentração econômica foi acelerada. Como consequência, agora descobrimos que mais que nunca indústrias inteiras são dominadas por uma, ou por algumas organizações grandes, que conseguem limitar a produção, para conseguir maiores lucros.

Nos Estados Unidos, na década de 1870, as principais indústrias serviam a uma economia eminentemente agrária. As firmas industriais mais importantes, e

geralmente pequenas, processavam produtos agrícolas para prover as fazendas de alimentos e roupas. Quase toda a operação se dava no ambiente interno local, como a compra da matéria-prima e o local onde vendiam seus produtos acabados. Quando o negócio se destinava a algum mercado distante da fábrica, ainda que a algumas milhas do local, a compra e a venda se davam através de agentes comissionados que intermediavam os negócios de diversas outras firmas. Mary Elizabeth Lease, do Kansas, em 1890, disse:

A WALL STREET é dona do país. Isto já não é um governo DO povo, PELO povo, e PARA o povo, mas sim DE Wall Street, POR Wall Street, PARA Wall Street. A grande massa de pessoas comuns, neste país, são escravos; o monopólio é o patrão. O oeste e o sul estão subjugados e prostrados ante o leste manufatureiro. Regulamentos monetários... O povo é roubado para enriquecer os amos... O povo está encurralado (HUBERMAN, 1966, p. 182).

A escassez de produtos básicos e a limitação do mercado local para consumo dos produtos acabados exerciam uma pressão difícil de suportar. A indústria em franca expansão já não se continha nem se satisfazia apenas no ambiente interno. A incapacidade da indústria de prover ao seu próprio sustento com os recursos locais mostrou-se incontornável; a fome por mercados e matérias-primas levou-os a romper fronteiras e devassar o mundo todo. A indústria ia agora pelo mundo à procura dos materiais básicos sem os quais, em suas novas formas, não poderia existir (MAGDOFF, 1978, p. 30), pois o imperialismo é agressivo por natureza e tende à conquista de novos mercados, subjugando novos povos e novos países (BAILBY, 1963, p.42).

Em princípios do século XX, muitas outras companhias já produziam bens destinados mais à indústria que à propriedade agrícola ou ao consumidor direto. A maioria das indústrias mais importantes havia passado ao domínio de algumas grandes empresas. A economia dos negócios tornara-se industrial. As indústrias mais importantes eram dominadas por algumas firmas que se haviam tornado imensas empresas centralizadas e verticalmente integradas (MAGDOFF, 1978, p.28).<sup>149</sup>

---

<sup>149</sup> *Integração vertical* ocorre quando uma empresa se expande para novas operações incorporando todo o processo desde a produção da matéria-prima à distribuição de seus produtos – este método de produção diminui custos e aumenta o potencial de lucro, além de dificultar o acesso da concorrência a certo produto, matéria-prima ou mesmo a determinado mercado; *Integração horizontal* ocorre quando uma vasta rede de bens e serviços produz a partir de uma base comum, pela integração de outras infraestruturas do mesmo setor no mesmo nível da cadeia produtiva – esta integração pode ser dos próprios concorrentes diretos, eliminando deste modo a concorrência e impedindo a competitividade.

A pressão que levou no passado os países colonialistas da Europa a dominar povos estrangeiros e mantê-los sob jugo para estabelecimento de colônias, é a mesma que moveu depois os países que adotaram a indústria como principal atividade econômica, produzindo produtos em escala, de forma padronizada. Para efeito de manutenção dos monopólios, “os pontos decisivos não são as necessidades sociais ou do consumidor, mas os controles que as firmas de negócios desejam, visando a gerenciar a produção e os preços mundiais, a fim de obter maiores lucros” (MAGDOFF, 1978, p. 50).

As sociedades de pessoas, cujos sócios ficavam responsáveis por todas as dívidas, muito comuns antes da guerra civil americana, deu lugar a um ente menos arriscado, a corporação, que tinha características mais atraentes ao investidor, já que o risco de malogro alcançava somente o montante com que entrava no negócio. Por essa adequação da corporação aos novos tempos que então se avizinhavam, foi chamada de “a mãe da empresa em larga escala” (HUBERMAN, 1966, p. 194/5). Oferecia ainda a corporação, comparativamente, outras vantagens: a rapidez com que a propriedade de uma companhia podia ser transferida para outra pessoa; a possibilidade do investidor ingressar como participante não apenas de uma, mas de inúmeras companhias; a eternidade da companhia, considerando a efemeridade da vida humana do investidor. Estas e outras vantagens fizeram da corporação<sup>150</sup> o grande meio de levantar capital após a Guerra Civil.

O que acontecia com o aço cru da corporação Carnegie acontecia ou passou a acontecer também com petróleo,<sup>151</sup> açúcar, carvão, chumbo, borracha, automóveis, lâmpadas, vidro plano, calçados e muitos outros, muito mais

---

<sup>150</sup> Como cresciam essas corporações? Huberman (1966, p. 195/196) exemplifica o método normalmente utilizado relatando a trajetória da corporação Carnegie. Até 1880, um homem de negócios esperto competia com o outro. Depois disso, eles combinavam e agiam em conjunto. Compreenderam que o caminho mais curto para os grandes lucros estava no controle de cada produto necessário aos seus negócios. Andrew Carnegie se lançou no negócio de fabricar aço cru. O Sr. Carnegie percebeu que pagava lucros em proveito daquele de quem comprava o ferro, a outro de quem comprava o carvão, a quem transportava, etc. Decidiu que, em vez de pagar lucros a cada um daqueles de quem comprava matéria-prima para a confecção do seu produto, deveria ser dono de suas próprias minas de carvão, coque, salinas, estradas de ferro para transporte, linha de vapores, etc, e depois disso não pagou mais lucros a ninguém. Detinha o controle total de toda as etapas do negócio. Alguns desses fornecedores simplesmente venderam suas propriedades ao Sr. Carnegie, outros entraram para a sua companhia. Os concorrentes, que ainda pagavam lucros aos inúmeros fornecedores, e que não conseguiam competir em termos de preço do produto final, aos poucos cederam espaço transformando a corporação Carnegie na detentora da maioria dos negócios de aço cru dos Estados Unidos.

<sup>151</sup> O controle pleno do petróleo mundial, isto é, o controle de todo o mercado “[...] não diminui nem diminuirá a rivalidade entre as firmas do petróleo para se apoderarem de toda gota de petróleo que puderem, em terra ou no mar. Os pontos decisivos não são as necessidades sociais ou do consumidor, mas os controles que as firmas de negócios desejam, visando a gerenciar a produção e os preços mundiais, a fim de obterem maiores lucros” (MAGDOFF, 1978, p. 50).

intensamente nos países periféricos. A empresa capitalista de origem estrangeira, segundo Monteiro (1963, p. 84), age em uma economia subdesenvolvida movida por duas únicas e essenciais finalidades: a) a vantagem máxima, através dos lucros, juros, royalties, direitos de patentes e segredos técnicos; b) impedir de qualquer forma que a economia local se desenvolva e se torne competitiva com a região economicamente adiantada.

## 4.2 A LEI ANTITRUSTE DE SHERMAN

Em 1890 o Congresso dos Estados Unidos promulgou uma lei antitruste,<sup>152</sup> atendendo às intensas pressões exercidas por pequenos homens de negócios e pequenos lavradores, premidos pelo crescimento das sociedades comerciais, cujas operações mercantis se estendiam por vários Estados, expandindo continuamente suas áreas de controle e influência e sufocando de morte os pequenos empreendedores. Contudo, a Lei Antitruste de Sherman continha vícios que se mostraram insanáveis, como a ambiguidade de suas disposições e a ampla liberdade de interpretação que deixava aos tribunais. Com isso, seus objetivos não foram alcançados e mostrou-se letra morta para controle do crescimento do monopólio nos Estados Unidos. Isso evidentemente deixou um magnífico campo aberto para os grandes empreendedores, mesmo porque outras pressões e iniciativas no sentido de conter o avanço dos agentes monopolizadores não foram levadas a efeito.

Em 1911, Woodrow Wilson, então governador de New Jersey, revelou sua preocupação com o “truste do dinheiro”. Disse ele que “o grande monopólio neste país é o monopólio do dinheiro. Uma grande nação industrial é controlada por seu sistema de crédito. Nosso sistema de crédito é concentrado. O crescimento da nação, portanto, e todas as nossas atividades, estão nas mãos de uns poucos homens” (HUBERMAN, 1985, p. 257). Depois, na condição de presidente da república, relata Huberman (1985, p. 143), Wilson volta à carga denunciando os “donos dos EUA”: “um número relativamente pequeno de homens controla a

---

<sup>152</sup> A Lei Antitruste de Sherman, promulgada em 2 de julho de 1890 contendo oito artigos (seções), iniciava seus três primeiros dispositivos de forma semelhante: “Todo contrato, conluio em forma de truste ou de outro modo, ou trama, destinado a reprimir o tráfico ou comércio entre os vários Estados, ou com nações estrangeiras, são por esta lei declarados ilegais...” Toda pessoa que monopolizar, ou tentar monopolizar, ou se mancomunar ou conluir com outra pessoa ou pessoas para monopolizar...”; Todo contrato em forma de truste ou de outro modo, ou trama, destinada a reprimir o tráfico ou comércio entre qualquer Território dos Estados Unidos ou do Distrito de Columbia, ou a reprimir o tráfico ou comercio...”

matéria-prima deste país”; outro, “controla a força hidráulica”; outro, “controla grande parte das ferrovias”; esses pequenos grupos de homens “por acordo entre si controlam os preços e os maiores créditos do país. Os donos do governo dos Estados Unidos são os capitalistas e industriais dos Estados Unidos”.

Havia, evidentemente, uma ambiguidade nos discursos de Wilson que, contudo, não deixava de evidenciar uma preocupação que mais tarde se consolidou não somente no âmbito político interno dos Estados Unidos, mas de praticamente todos os países que giram na órbita capitalista: as grandes corporações com as rédeas do Estado e influenciando decisivamente nas políticas de Estado.

#### 4.3 O MUNDO DIVIDIDO EM MONOPÓLIOS <sup>153</sup>

No início da segunda metade do século XIX nos Estados Unidos muitas fortunas estavam sendo erigidas com base na fraude e na corrupção, mas foi com o

---

<sup>153</sup> Uma análise das relações entre cerca de 43.000 empresas multinacionais feita pelo Instituto Federal de Tecnologia da Suíça concluiu que **174 empresas** (na maioria bancos) têm um poder desproporcional em relação ao resto do mundo. **Esses 174 empreendimentos são considerados “superentidades” que controlam 40% da economia mundial.** Isso não quer dizer necessariamente concentração de dinheiro e sim de poder (empresas que têm ações de outras empresas ou que as administram). Elas estão tão conectadas entre si, de forma tão intrínseca, que, se uma se desestabiliza, afeta todas as outras em cadeia. 1% de poderosos controlam 99% de “outras pessoas”. Conheça as 10 maiores donas do mundo e saiba quem controla de verdade a nossa economia.

**10. Merrill Lynch & Co Inc – EUA** - É um banco de Investimentos estadunidense que hoje faz parte do Bank Of America. É a maior corretora de ações do mundo.

**9. UBS AG – Suíça** - Empresa suíça de serviços financeiros. Atua como banco privado e banco de investimentos e é o segundo maior gestor de riquezas particulares do mundo (cuida da grana dos bilionários do planeta).

**8. Vanguard Group Inc – EUA** - Uma das maiores companhias de fundos de investimentos do mundo. Ela oferece recursos financeiros imediatos para investidores particulares ou para empresas e administra aproximadamente 1,6 trilhões de dólares.

**7. Legal & General Group PLC – Reino Unido** - Companhia de seguros, pensões e investimentos, com operações no Reino Unido, Holanda, França, Alemanha, EUA, Egito, Índia e Emirados Árabes.

**6. JP Morgan Chase & Co – EUA** - Uma das maiores instituições bancárias dos EUA, é uma holding que administra conglomerados empresariais. É considerada pela revista Forbes a maior empresa do mundo.

**5. State Street Corporation – EUA** - Também é uma holding. Administra duas instituições financeiras: o banco State Street Bank and Trust Company e a consultoria de investimento State Street Global Advisors.

**4. AXA – França** - Empresa que atua tanto como seguradora quanto como administradora de investimentos. É a nona maior multinacional do mundo, segundo a Fortune Global 500.

**3. FMR Corporation – EUA** - A Fidelity Investments é uma instituição financeira que atua como administradora de fundos familiares (gente rica!) e fundos mútuos (empresas que reúnem dinheiro de vários investidores para investir).

**2. Capital Group Companies Inc – EUA** - Agrupamento de várias empresas de administração de investimentos. Alguns dos membros do grupo: Bayer, Volkswagen, Telekom Austria Group e BYD.

**1. Barclays PLC – Reino Unido** - Instituição de serviços financeiros com operações em mais de 50 países espalhados por todo o mundo e mais de 48 milhões de clientes.  
/n: **“As 10 empresas que controlam o mundo”** (Livia Aguiar, 26 de outubro de 2011).

<http://super.abril.com.br/blogs/superlistas/as-10-empresas-que-controlam-o-mundo/>. Acesso em 15 de abril de 2014.

fim da guerra civil americana, segundo Moniz Bandeira (2007, p. 188), que o decoro desaparecera. “Deputados, senadores, secretários de Estado usufruíam as novas leis que criavam. Eram eles os próprios traficantes e especuladores”, numa sucessão de escândalos na administração do presidente Ulysses Grant.

A vitória dos *yankee* (soldados federalistas ou nortistas) na Guerra da Secessão americana e a abolição da escravatura por Abraham Lincoln, em 1863, levaram os capitalistas do Norte, vencedores da guerra, a transferir capitais e indústrias para os Estados sulinos, o que fomentou significativamente o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, agora como um todo, estimulando e expandindo a industrialização por todo o país, o que gerou uma prosperidade econômica sem precedentes, e foi nesse período que ocorreu a formação dos primeiros trustes<sup>154</sup>, ligados inicialmente aos Rockefeller, Morgan e Carnegie. Inúmeros outros fatores, no entanto, contribuíram para esse franco desenvolvimento, que resultou na formação de *impérios econômicos*, na forma de trustes ou *pools*, entre eles o protecionismo alfandegário, o baixo preço das terras cultiváveis no Oeste e o grande fluxo imigratório europeu [que resultou numa extraordinária expansão da agricultura], a abundância de matérias-primas para a indústria, o aperfeiçoamento dos meios de transporte e de comunicação, e a criação de um sistema bancário nacional.

Era uma época de consolidação da concentração e do poder econômico nas mãos da burguesia. E para mantê-los em escala crescente, era indispensável a expansão contínua do capitalismo.<sup>155</sup> A busca de mercados externos, já que o mercado interno não podia absorver toda a produção industrial, e a consequente constituição de desconfortável excedente estagnado, encontrou obstáculos nas

---

<sup>154</sup> “Encontramos a origem do imperialismo na formação dos monopólios. A economia capitalista, impelida pelos princípios da livre competição, vai, pouco a pouco, levando as empresas industriais à concentração, de diferentes formas (que definiam o capitalismo europeu até a 1ª Guerra): CARTEL – acordo entre várias firmas do mesmo ramo, que procuram atingir um objetivo comum, geralmente a supressão da concorrência (concentração horizontal); POOL – consiste na união de empresas competitivas ou corporações com o fito de controlar os preços de títulos da bolsa, cereais e outras mercadorias; SINDICATO – forma de cartel mais desenvolvida, onde as firmas associadas criam um órgão comum para os entendimentos com a clientela; KONZERN – (holding?) Este é o tipo de concentração mais avançado da economia capitalista na fase do imperialismo; TRUSTE – resultado de fusão de empresas ou da absorção de várias delas por uma única, que lhes retira a independência jurídica, administrativa, financeira, comercial e industrial. Visa precipuamente o monopólio (domínio absoluto do mercado). Depois das transformações operadas nos grandes grupos econômicos e a transferência dos interesses financeiros da Europa para os EUA, prevaleceu a denominação de CARTÉIS e TRUSTES para os tipos de concentração monopolística” (MONTEIRO, 1963, pp. 9-10).

<sup>155</sup> Foi na década de 1860 que ocorreram os primeiros investimentos norte-americanos no Brasil, com a instalação de duas companhias daquele país no setor de transporte por bondes no Rio de Janeiro, inicialmente a *Botanical Rail Road* e, alguns anos depois, a *Rio de Janeiro Street Railway Company*.

elevadas taxas alfandegárias, dificultando, assim, um processo concorrencial fundado no controle do mercado pelo próprio mercado e na livre-concorrência. No processo concorrencial, o capital mais forte se sobrepõe ao menor, derrotando-o. O mais forte reduz os seus preços barateando as mercadorias até elidir por completo a capacidade de concorrência do mais fraco, que capitula deixando o mercado e seus capitais nas mãos do vencedor. Uma das formas de se derrotar a concorrência é o *dumping*, conforme explana Huberman (1985, p. 253), para o qual:

a batalha da concorrência é disputada com o barateamento das mercadorias. (...) O capital maior derrota o capital menor. A concorrência termina sempre com a ruína de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais parcialmente passam às mãos de seus vencedores, e em parte desaparecem.

Sob o ponto de vista daquele que consome a concorrência é positiva, pois propicia uma competição mercantil entre empresas e o resultado geralmente é o barateamento do produto, o que é benéfico ao bolso do comprador. Contudo, da parte do empresário, a concorrência é um embaraço ao poder de fixar o preço e, conseqüentemente, o lucro, pois lhe retira a capacidade de controlar a oferta e sua decorrência lógica, os preços. A fim de suprimir essas dificuldades, é preferível o domínio isolado do mercado num determinado setor de interesse. É esse raciocínio que levou à ideia de monopólio. Eliminada a concorrência, o capitalista adquire o controle pleno do mercado, desde as fontes de matérias-primas até a distribuição das mercadorias produzidas. Assim, do sistema de livre concorrência para o capitalismo monopolista foi um passo. As grandes organizações empresariais, já detentoras da maior parte de um mercado, se ajustam ou se fundem para assegurar o controle da produção e distribuição do produto, ordenando o controle da oferta de mercadorias para manter ou modificar os preços segundo seus interesses. A esse ajuste ou fusão, denominado truste, o principal empenho de quem se organiza deste modo é acabar com a concorrência, de modo a possibilitar a maximização do lucro.

A falta de mercados internos para viabilizar essa expansão levou os comerciantes e industriais a se voltarem ao exterior. Mas o protecionismo fiscal nesses mercados potenciais aos negócios se revelara uma barreira difícil de transpor. Premidos por inúmeras dificuldades de acesso, buscaram então a ocupação desses mercados, transformando-os em colônias.<sup>156</sup> O colonialismo

---

<sup>156</sup> O colonialismo se caracteriza pela orientação política ou sistema ideológico de que uma nação lança mão para manter sob seu domínio, total ou parcial, os destinos de uma outra, procurando submetê-la nos setores econômico, político e cultural (HOUAISS, 2009). Esse sistema, contudo,

*capitalista* do século XIX em diante tinha algumas particularidades que o diferenciava do modelo antigo: a necessidade dos industriais de venderem o excedente de produção no mercado externo, com lucro; o controle, nessas colônias, dos mercados fornecedores de matérias-primas, necessárias à produção em larga escala; a possibilidade de aumento dos lucros com a exportação do capital excedente para os países controlados e dependentes desse capital.

O imperialismo, contudo, não é algo novo. Ao longo da história conhecemos vários exemplos deste gênero, cada qual com características próprias de sua época: impérios Romano, Russo, Mongol, Otomano, Austro-Húngaro, Britânico entre outros, da Europa, Ásia, África e Américas. Uns maiores e mais duradouros que outros, mas todos impérios no sentido de poder, autoridade [*imperium*] que um país ou nação exerce sobre outros, imprimindo forte influência política, econômica e cultural, e influenciando decisivamente, a despeito de suas eventuais soberanias. O território do invasor não necessariamente é contíguo ao do dominado e a diversidade étnica e cultural geralmente está presente entre os povos que compõem dito império.

Os diferentes modos de produção pelos quais passou a humanidade não ficaram imunes da *hobbessiana* exploração do homem pelo homem, embora não se apresentem simultâneos em todas as regiões ou continentes. A forma imperialista do passado, nos moldes do colonialismo europeu, caracterizava-se pela tomada, geralmente pela força militar, de territórios alheios contra a vontade de seus habitantes. Com o estabelecimento de colônias para colonização ou exploração, o colonizador passava a moldar no território ocupado a sua hegemonia. A simples preservação da existência social, observa Elias (1993, p. 134), exige, na livre competição, uma expansão constante, pois “quem não sobe, cai. A vitória, por conseguinte, significa, em primeiro lugar – seja ou não essa a intenção -, domínio sobre os rivais mais próximos e a sua redução ao estado de dependência”.

O colonialismo clássico perdurou por séculos até o advento do que se denominou neocolonialismo. Enquanto alguns impérios simplesmente se esfacelaram, outros apenas mudaram a *roupagem*, como o britânico e o norte-americano. Em consequência dessa transformação, compreende-se hoje como império todo Estado que influi sobre a soberania de outros Estados, seja pela via da exploração, seja pelo transplante cultural. No caso do britânico, o império começou com “um redemoinho de violência e ladroagem marítimas. Ele não foi concebido por

imperialistas conscientes, desejosos de estabelecer o domínio britânico em terras estrangeiras, ou colonos esperançosos por construir uma nova vida além-mar” (FERGUSON, 2010, p. 26). Na sequência, esta mudança ficará mais bem explicitada.

A passagem do capitalismo liberal para o capitalismo de monopólio, que pode ser também entendido como a passagem para o imperialismo, foi o acontecimento de destaque em fins do século XIX e princípio de século XX. Como dito, o monopólio ocorre quando uma única empresa detém o poder de mercado para os seus produtos ou serviços e com isso influenciar o preço. Por isso, os monopólios exercem papel decisivo na vida econômica dos Estados. Em virtude de o capital monopolista almejar o alcance de seus interesses, no caso a maximização dos lucros, e deter importante papel no âmbito do Estado, acaba por influenciar e não raras vezes controlar a máquina administrativa estatal. Isso ocorreu inicialmente no interior dos próprios Estados Unidos, despertando a ira de alguns de seus presidentes, ainda que de maneira casuísta. Theodore Roosevelt executou as grandes corporações qualificando-as de “malfeitores da grande riqueza”; Woodrow Wilson, em 1912, confidenciou que “os senhores do governo dos Estados Unidos são o conjunto de capitalistas e fabricantes norte-americanos”, acrescentando que “o governo dos Estados Unidos, hoje, é enteado de interesses especiais” (REICH, 2008, p. 20).

A concentração de capital, o aumento da produção e o aumento da concentração dessa produção em um conjunto de empresas foi o princípio instaurador do imperialismo. À medida que foram gerados importantes monopólios em setores estratégicos, este fato guindou-os a uma condição de influir na vida política de um país, tornando o monopólio “um Estado dentro do Estado” (BAILBY, 1963, p.18). Com o tempo, observa Galeano (2011, p. 349) vão se aperfeiçoando os “métodos de exportação das crises”. É quando o capital monopolista alcança seu mais alto grau de concentração que “torna possível o sistemático deslocamento das contradições: os subúrbios pagam o preço da prosperidade dos centros”.

As principais, mas não as únicas, formas de agrupamentos monopolistas são o cartel, o truste, o consórcio e as *holdings*. Interessam-nos, sobretudo, os dois primeiros. O cartel é um acordo de várias empresas independentes para repartir, controlar ou dominar o mercado de determinado produto ou serviço. Trata-se de um acordo entre empresas concorrentes - autônomas e independentes entre si - de um

mesmo setor de atividade especialmente para fixação de mercados de atuação, de preços [e repartição dos lucros entre si], volume de produção e estratégias conjuntas para eliminação da concorrência, geralmente ilícitas.<sup>157</sup>

Ocorre o truste quando um grupo de empresas se une abrindo mão em certa medida de suas respectivas autonomias para compor uma única corporação. Com essa operação o grupo se fortalece e passa a dominar determinado(s) mercado(s), controlando a oferta de produtos ou serviços e os respectivos preços.<sup>158</sup>

O *truste* é qualquer forma de organização industrial, na produção e distribuição de qualquer mercadoria, que dispõe de controle bastante da oferta dessa mercadoria para modificar o preço em seu favor. *Cartel* designa uma associação baseada num acordo contratual entre industriais do mesmo ramo que, embora conservando sua independência legal, se associam com o objetivo de exercer uma influência monopolizadora no mercado (HUBERMAN, 1985, p. 254/5).

Os trustes foram gerados no ventre da livre concorrência e a criatura voltou-se contra o criador para garantir a sua sobrevivência, de forma geralmente desleal. John D. Rockefeller, Jr., proferiu em conferência perante os estudantes de uma universidade dos Estados Unidos que o resultado [do canibalismo de mercado] valeu a pena: “a rosa *American Beauty* só pode ser produzida, com todo o seu esplendor e fragrância, sacrificando-se os primeiros botões que nascem à sua volta” (HUBERMAN, 1985, p. 254). A forma predominante e característica dos monopólios

<sup>157</sup> A LEI Nº 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994 dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica: **Art. 20.** Constituem infração da ordem econômica: I - limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; II - dominar mercado relevante de bens ou serviços; III - aumentar arbitrariamente os lucros; IV - exercer de forma abusiva posição dominante. **Art. 21.** As seguintes condutas caracterizam infração da ordem econômica: I - fixar ou praticar, em acordo com concorrente, sob qualquer forma, preços e condições de venda de bens ou de prestação de serviços; III - dividir os mercados de serviços ou produtos, acabados ou semiacabados, ou as fontes de abastecimento de matérias-primas ou produtos intermediários; IV - limitar ou impedir o acesso de novas empresas ao mercado; VI - impedir o acesso de concorrente às fontes de insumo, matérias-primas, equipamentos ou tecnologia, bem como aos canais de distribuição; IX - utilizar meios enganosos para provocar a oscilação de preços de terceiros; X - regular mercados de bens ou serviços, estabelecendo acordos para limitar ou controlar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, a produção de bens ou prestação de serviços, ou para dificultar investimentos destinados à produção de bens ou serviços ou à sua distribuição; XVIII - vender injustificadamente mercadoria abaixo do preço de custo; XX - interromper ou reduzir em grande escala a produção, sem justa causa comprovada; XXI - cessar parcial ou totalmente as atividades da empresa sem justa causa comprovada; XXIII - subordinar a venda de um bem à aquisição de outro ou à utilização de um serviço, ou subordinar a prestação de um serviço à utilização de outro ou à aquisição de um bem; XXIV - impor preços excessivos, ou aumentar sem justa causa o preço de bem ou serviço.

<sup>158</sup> Exemplo de acordo entre trustes da eletricidade é dado por Lênin (1987, p. 68): em 1907, os trustes americanos (General Electric) e alemão (Sociedade Geral de Eletricidade) celebram um acordo para partilha do mundo. A concorrência cessa entre eles. A General Electric “recebe” os Estados Unidos e o Canadá; a SGE “obtem” a Alemanha, a Áustria, a Rússia, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a Turquia e os Balcãs.

nos Estados Unidos são os trustes<sup>159</sup>. Anota Galeano (2011, p. 270) que a palavra *truste* teria sido pronunciada pela primeira vez em 1882. Desde então “o petróleo, o aço, os alimentos, as ferrovias e o tabaco nas mãos de monopólios avançam com botas de sete léguas”.

O papel dos grupos monopolistas foi – e tem sido - de suma importância para o país tornar-se o que é hoje, pois uma das características essenciais do imperialismo é o predomínio do capital financeiro sobre os demais ramos da economia, papel desempenhado precipuamente pelos trustes. O domínio do capital financeiro explica como reduzido número de potências imperialistas passa a exercer domínio sobre todo o mundo capitalista (BAILBY, 1963, p. 22) e, uma vez donos da economia, os monopólios estendem o domínio ao campo da política, colocando a seu serviço o próprio aparelho estatal. Os prejuízos para o conjunto da nação e sucessivos empecilhos para a implementação de políticas públicas são evidentes.

Se ao longo da história conhecemos inúmeros impérios que se destacaram e se sucederam quase que de forma *natural*, no contexto do capitalismo que temos hoje em escala mundial o imperialismo transforma-se em fenômeno necessário. Magdoff (1978, p. 22), esclarece: “O imperialismo em questão não é questão de escolha para uma sociedade capitalista: é seu modo de vida”. Em decorrência dessa realidade, nem mesmo antes do advento do capitalismo ou da instauração do sistema feudal poderíamos admitir a tese de que o capitalismo é produto moderno/contemporâneo e que as antigas nações não capitalistas ou pré-capitalistas desconheciam essa forma de poder. As incursões imperialistas são conhecidas desde tempos remotos, antes mesmo de Cristo, a exemplo do Império da Mesopotâmia, do Antigo Egito, Hebreu, Persa, Fenício e Romano, sendo mesmo possível deduzir que durante toda a história, ou pelo menos na maior parte dela, houve alguma forma de imperialismo no mundo.

Essa tentativa de dar ao imperialismo uma data específica de referência histórica tem sido objeto de controvérsia e a objeção principal é o fato de muitos traços considerados característicos do imperialismo serem encontrados desde os primórdios do processo e ao longo de toda a história

---

<sup>159</sup> Os primeiros cartéis internacionais da história datam do século XIV e XV, segundo relata Bailby (1963, p. 19): em 1461, foram descobertas nos Estados Pontificais ricas jazidas de alume cuja exploração foi confiada pelo Santo Padre a uma sociedade privada, a *Sociedade Alumínio*. Após acordo com a família burguesa dos Medici, a sociedade obteve o monopólio da venda. Naquela época, eram os turcos que detinham o mercado europeu do alume. Para tomar esse mercado, Pio II não hesitou: declarou *ex cathedra* que os turcos eram heréticos, proibiu aos católicos que fizessem comércio com eles e autorizou os navios de sua companhia marítima a atacar os navios turcos para apoderar-se da carga. O papa então assinou diversos acordos com outros países europeus, elevou os preços do alume e controlou o mercado.

do capitalismo: a urgência de desenvolver o mercado mundial, a luta pelo controle de matéria-prima, a caça competitiva às colônias e a tendência de concentração do capital (MAGDOFF, 1978, p. 23).

Praticamente o mundo todo foi transformado e adaptado às necessidades das novas indústrias, de modo que nenhum canto da terra com alguma importância econômica ficou a salvo. O que restava do mundo foi igualmente transformado em *feudos*, cujos maiores quinhões deveriam *naturalmente* ser do país que tivesse maior resistência econômica, maior influência política e, obviamente, maior *apetite* para abocanhar o *bolo*. Os Estados Unidos no curso do primeiro grande conflito do século XX já exibiam o grande poder político que detinham e a enorme circunferência de seu abdômen faminto.<sup>160</sup>

As expectativas de homens de negócios de uma nova conformação do mundo eram explícitas, como a expressada por Thomas W. Lamont, um dos membros da firma J. P. Morgan, avaliando a transferência de poder da Europa para os Estados Unidos, em julho de 1915: “Minha opinião é que depois da guerra este país venha necessariamente mais importante do que jamais fora. Para nos tornar o centro financeiro do mundo, temos antes que nos tornar o centro comercial”. E até agora, prossegue, “nossas exportações para outras regiões além da Grã-Bretanha e Europa têm sido comparativamente limitadas, em quantidade. Precisamos cultivar e construir novos mercados para nossos comerciantes e manufatureiros e tudo isso é questão de tempo” (MAGDOFF, 1978, p. 88/89).

No início da Primeira Guerra Mundial, boa parte da indústria americana já se consolidara em empresas gigantes, cujos nomes se tornaram quase sinônimo de América – Ford Motor, U.S. Steel, American Telephone & Telegraph, United States Rubber, National Biscuit, American Can, The aluminum Company of America, General Electric, General Motors e Standard Oil, de Rockefeller. O tamanho desses empreendimentos converteu-se em barreiras quase intransponíveis para empresas menores que pretendessem entrar no mercado. Esses mamutes dominaram a economia americana, e boa parte da mundial, durante quase todo o século XX (REICH, 2008, p. 17).

A derrota da Alemanha em 1918, e os tratados que com ela foram assinados, entre eles o de Versalhes, ensejou a redistribuição das esferas de influência, definindo uma nova estrutura do mundo capitalista.<sup>161</sup> Lembra Sampson (1981, p.

<sup>160</sup> Após uma nova etapa triunfal na Primeira Grande Guerra, Wilson escreve carta ao Coronel House, em que se exprime a propósito de seus “aliados”: “Quando a guerra tiver acabado, poderemos submetê-los ao nosso modo de pensar pelo fato de estarem, entre outras coisas, financeiramente em nossas mãos” (LOSURDO, 2010, p.110).

<sup>161</sup> Uma Nova Ordem após 1914. A Primeira Guerra Mundial pôs fim à ordem política e econômica internacional do século XIX, provocou uma mudança importante nas relações externas da América

49) que a guerra que eclodiu em 1914 e a Revolução Russa, em 1917, puseram fim às esperanças de “um mundo unido pelo capital”. A Europa, em particular, “se viu esmagada por dívidas para pagar os custos da guerra”. A par dessas desastrosas consequências, “com extraordinária imprevisibilidade, quando menos esperavam, bancos americanos estavam emprestando dinheiro à Europa e a outras partes do mundo; ao fim da guerra, os Estados Unidos não eram mais uma nação devedora, mas credora, a quem deviam 14 bilhões de dólares.”

A Primeira Guerra Mundial<sup>162</sup> foi determinante para novos arranjos entre as potências imperialistas. Uma conferência internacional convocada pelos Estados Unidos em 1921 envolvendo nove países<sup>163</sup> terminou no acordo pelo qual as nove potências reconheciam formalmente a independência e a inviolabilidade da China, e ao mesmo tempo proclamava o princípio de igualdade de posição entre todos os nove para o comércio e a indústria em todo o território chinês. Tal reconhecimento foi uma ficção pois, pelo acordo, na prática os Estados Unidos queriam apenas legitimar a sua penetração no continente asiático e reduzir a influência europeia na região, culminando na divisão ainda maior do país, ainda que não territorial.

As guerras têm sido apenas um dos meios historicamente utilizados para romper barreiras ou derrubar fronteiras. Outros meios políticos como ameaças, imposição de tratados, suborno, condicionalidades, ocupação colonial, servem de auxílio valioso para abrir caminho ao exercício da influência política de um país em outro, a fim de obter privilégios comerciais e concessões de minas ou a fim de remover obstáculos ao comércio e ao investimento estrangeiro, abrir portas a bancos de outras nacionalidades e outras instituições financeiras que facilitem a penetração e a ocupação econômica (MAGDOFF, 1978, p. 39). Para o autor, “o padrão da maioria dos negócios manufatureiros melhor sucedidos inclui a conquista dos mercados estrangeiros”.

Os primeiros anos do século XX consolidaram os Estados Unidos como o país de vanguarda do capitalismo mundial, ocorrendo a transferência do poder financeiro de Londres para Nova York. Com essa transferência, o Grupo Morgan's

---

Latina, acelerou o declínio relativo da Inglaterra e fortaleceu consideravelmente a presença dos Estados Unidos na América Latina (BETHELL, 2009, p. 601).

<sup>162</sup> Só os monopólios norte-americanos tiveram um lucro líquido superior a 25 bilhões de dólares com a 1ª Guerra Mundial (BAILBY, 1963, p.43).

<sup>163</sup> Na conferência participaram os Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Japão, Itália, China, Bélgica, Portugal e os Países Baixos. O acordo (Tratados da Conferência de Washington) incluía o compromisso entre eles de respeitar os direitos existentes no Pacífico e manter o comércio livre na China.

rapidamente ampliou suas operações no exterior. Recorda Sampson (1981, P. 59) que em 1916 o Morgan's já liderava o grupo de bancos que financiaria a modernização da China para enfrentar a ameaça do Japão. Após a guerra, o Morgan's era um grande poder, negociando diretamente com bancos centrais, enquanto Washington se mantinha distante. "Os governos do mundo", disse em 1919 o Secretário do Tesouro Carter Glass, "devem retirar-se das atividades bancárias e do comércio". A sugestão de Glass deixava subentendida a advertência oculta de futura dominação sistemática dos países periféricos que estavam na órbita ou que viriam a cair na rede do capitalismo mundial e seriam guiados pelas corporações internacionais.

No curso da Primeira Guerra Mundial, observa Losurdo (2010, p. 282), países como a França, a Inglaterra, a Itália e os Estados Unidos "foram ao encontro do massacre agitando a bandeira do "intervencionismo democrático", a guerra era necessária para fazer avançar no plano mundial a causa da democracia e liquidar o autoritarismo". No início do século XX, levar a democracia a todos os povos, queiram eles ou não, calcou-se numa ideologia bastante difusa que "tornou-se um monopólio substancial dos Estados Unidos" e recebeu um relevo jamais visto. A mais antiga democracia do mundo, a nação escolhida de Deus, "deve continuar a guiar o mundo" no caminho da liberdade, no âmbito de uma "missão" que é "sem tempo". Essa visão na qual há "um único povo ao qual cabe o privilégio eterno de guiar, ao passo que todos os outros povos devem resignar-se a serem sempre guiados, é a própria negação da ideia de igualdade e democracia nas relações internacionais". A religião e o país são, ou deveriam ser, uma só carne, pois "a Constituição dos Estados Unidos está baseada na Bíblia Sagrada e na religião cristã, e um ataque a uma é também um ataque à outra", daí a necessidade da América recuperar "sua identidade autêntica de nação e de civilização cristã" (LOSURDO, 2010, p. 84).

Os anos que sucederam ao término do primeiro grande conflito mal tinham conseguido esfriar as cinzas da guerra quando estourou a grande crise de 1929, que o mundo conheceu como "Crash da Bolsa de Valores de Nova York". O colapso teria sido uma crise de superprodução. O envolvimento da Europa na Primeira Guerra Mundial implicou no seu afastamento da condição de produtora e fornecedora de produtos agrícolas e industriais e passou à condição de compradora de máquinas e manufaturados. Com isso, as indústrias norte-americanas cresceram exponencialmente, em tamanho e número, produzindo em ritmo acelerado os

produtos de que a Europa, e outros mercados mundiais, careciam. Essa expansão sem precedentes estimulou a especulação na bolsa de valores.

Comprar ações era um negócio rentável para grande parte dos americanos, que, muitas vezes, tomavam dinheiro emprestado nos bancos para comprá-las. A especulação na bolsa, por meio da compra e venda de ações, era talvez a parte mais atrativa desse surto de crescimento, pois prometia rendimentos fáceis a curto prazo (D'ARAUJO, 1997, p. 47).

Com o fim do conflito, no entanto, a economia da Europa se reorganizou e reiniciou seu processo produtivo. Os Estados Unidos em plena euforia viram abruptamente aumentar seus excedentes econômicos, agrícolas e industriais. A produção agrícola ficou estocada sem perspectiva de escoamento bem como reduziram-se fortemente as exportações de produtos industriais. Era o início do *débâcle*. Com isso, empresários e fazendeiros se endividaram e entraram em pânico. A corrida para venda das ações foi o passo seguinte, já que de modo geral o preço das ações vinha caindo na proporção da queda das vendas dos produtos. A inexistência de interessados na compra de ditas ações resultou em uma das mais graves crises da história. “Para se ter uma ideia da dimensão da crise, 4 mil bancos faliram, os salários baixaram em 20% e 14 milhões de norte-americanos ficaram desempregados” (D'ARAUJO, 1997, p. 47).

A especulação desenfreada foi a grande responsável pelo colapso. A quebra da bolsa e a Grande Depressão que se seguiu provocaram um desastre generalizado e houve profundas repercussões no resto do mundo. O sistema de comércio mundial como um todo se desorganizou em razão da queda de produção e dos investimentos oriundos dos Estados Unidos. Países latino-americanos que haviam tomado empréstimos junto aos grandes bancos de Nova York descobriram que não tinham condições de pagar os juros e muitos deles se tornaram inadimplentes, pois não podiam elevar as exportações numa ocasião em que os Estados Unidos elevavam suas barreiras alfandegárias (SAMPSON, 1981, p. 70).

Os efeitos dessa crise também se fizeram sentir na porção Sul do continente. O Brasil era então um país agrícola e o café era responsável por quase toda a riqueza nacional. A crise norte-americana repercutiu em todo o mundo industrializado e aspergiu o caldo do distúrbio econômico no Sul do continente ocasionando no Brasil a queima de 78 milhões de sacas de café, no período entre 1930 e 1944. A do café foi também uma crise de superprodução, já que com o recrudescimento do mercado mundial em razão da quebra da bolsa de Nova York,

ocorreu um forte declínio das exportações dado que o mercado mundial não conseguia mais absorver toda a produção brasileira.

Em virtude da grande crise decorrente da Primeira Guerra e da Quebra da Bolsa de 1929, a situação do mundo na década de 1930 exigia uma nova repartição do mundo. Os monopólios germânicos sofriam a limitação de seu mercado e pressionavam por colônias. Os Estados Unidos alimentavam planos em relação não só às colônias britânicas, mas também de outras potências imperialistas, e a França temia pela integridade não só de seu território metropolitano como também de suas colônias na África e Ásia. A intensificação das contradições de natureza imperialista e as questões pendentes do primeiro conflito lançaram as bases para o início do conflito mundial em 1939.

Antes de ser uma guerra nova, a Segunda Guerra Mundial teria sido a continuação da primeira.<sup>164</sup> Bailby (1963, p.58) demonstra o quanto tais conflitos são convenientes e rentáveis para os monopólios: no curso da guerra, destacados dirigentes de importantes companhias ocuparam cargos de confiança nos governos, a exemplo de W. Knudsen, presidente da General Motors, que assumiu a chefia da Seção de Produção Industrial da Comissão de Defesa Nacional dos Estados Unidos. Durante o conflito, Knudsen firmou contratos de produção militar num montante global de 175 bilhões de dólares. Com o aumento considerável dos lucros, em grande medida decorrente das guerras, os monopólios consolidaram seu domínio e submeteram o aparelho estatal a seus propósitos gananciosos.

Um dado revelador é fornecido por Magdoff (1978, p. 46/7): antes da Segunda Guerra Mundial as corporações norte-americanas controlavam menos de 10% das reservas petrolíferas do Oriente Médio e 72% pertenciam à Grã-Bretanha. Em fins da década de 1970 os Estados Unidos já controlavam 59% enquanto a Grã-Bretanha apenas 29%. Essa expressiva inversão não decorreu da competência empresarial norte-americana ou da engenhosidade de seus empresários, e sim de sua política para o Oriente Médio, uso do *United States Land Lease*, programas de

---

<sup>164</sup> Em 21 de agosto de 1941, Winston Churchill, em discurso feito no Parlamento, afirmou: "Esta guerra, de fato, é uma confirmação da anterior". A afirmativa confirma a continuidade latente de problemas não solucionados na Primeira Guerra Mundial, que contribuíram para alimentar os antagonismos e levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial. Entre esses problemas identificamos o crescente nacionalismo econômico e o aumento da disputa por mercados consumidores e por áreas de investimentos (BAILBY, 1963, p. 57).

ajuda externa de pós-guerra e na hábil ação do Departamento de Estado e de outras agências governamentais.<sup>165</sup>

Os Estados Unidos emergiram mais fortes e poderosos do que nunca da Segunda Guerra Mundial, depois de muito hesitarem em entrar no conflito. Havia muitos interessados nas vantagens econômicas que poderiam ser obtidas com a guerra, como ocorrera no primeiro grande conflito mundial. Após a ratificação do tratado de 1919, voltaram a uma posição de isolacionismo que perdurou até pelo menos 1937, período em que retomaram a política de que deveriam dar um [ou servir de] exemplo ao mundo e tomar “um pequeno papel ativo nos negócios mundiais” (MAY, 1964, p. 157). O ex-presidente Herbert Hoover escreveu em 5 de julho de 1940 (*The Nine Torsemen and America*) sobre a conveniência de não envolver o país no conflito:

Se resolvermos participar dessa guerra, a última grande força remanescente se terá extinguido e a esperança de recuperação do mundo terá sido adiada enquanto a Revolução marchará sem obstáculo por sobre a terra... Mas se permaneceremos fora do conflito, nós poderemos, se para tal tivermos vontade, usar nossos recursos, nossa coragem e nossa força moral, ainda intactos, para prestar à humanidade um serviço infinitamente valioso (*in*: MAY, 1964, p. 159).

Franklin Delano Roosevelt, presidente do país desde 1933, dissentiu dessa posição. Em discurso aos membros do Congresso, em 1941, definiu claramente sua posição quanto à guerra que se desenvolvia na Europa e Ásia. Não era ainda uma decisão de entrar diretamente no conflito, mas sim de convencer os congressistas a apoiar seu projeto de incremento bélico na ordem de bilhões de dólares para produção de armas e fornecê-las aos aliados, não como doação, evidentemente, mas como “um empréstimo que deva ser pago em dólares”. Disse ele na ocasião:

O futuro e a segurança de nosso país e de nossa democracia estão profundamente entrelaçados com os acontecimentos que se processam além de nossas fronteiras... Digamos às democracias: “Nós, americanos, estamos inteiramente dedicados à defesa de vossa liberdade e nossos poderes de organização para dar-vos a força necessária para recuperar e manter o mundo livre” (MAY, 1964, p. 167).

---

<sup>165</sup> O papel da política norte-americana é claramente demonstrado neste caso concreto relatado por Magdoff: a CIA dirigiu o golpe de Estado que derrubou o Primeiro-ministro Mossadegh do Irã, em 19 de agosto de 1953. Antes da nacionalização por Mossadegh da Anglo Iranian Company, de propriedade britânica, as firmas dos Estados Unidos não podiam penetrar nessa cobiçada reserva britânica de petróleo. Depois do golpe, cinco firmas norte-americanas (Standard, de New Jersey, Socony, Standard, da Califórnia, Texaco e a Gulf) se apropriaram da parte que antes pertencia a Anglo Iranian.

A entrada na guerra para Roosevelt era importante para estabelecer uma nova ordem mundial, sob sua hegemonia, como explica Moniz Bandeira (2005, p. 132-135). O que o Presidente norte-americano pretendia era arrancar dos aliados as colônias então existentes. Isto ficou muito claro antes de terminar a guerra: “os Estados Unidos, em entendimento com a Grã-Bretanha, já cuidavam de implantar a ordem econômica e política mundial, planejada para o pós-guerra, sob sua hegemonia”.<sup>166</sup>

Era o início de um ativismo que foi elevado a uma escala sem precedentes por Harry Truman mais tarde, com a adoção de medidas como Doutrina Truman, Plano Marshall, Tratado do Atlântico Norte, intervenção na Coréia, ações que deram o tom objetivo da política de condicionamentos impostos pelos norte-americanos. Contudo, os presidentes dos Estados Unidos não têm tomado sozinhos muitas de importantes decisões. Ao lado deles haveria um *ente* supremo aconselhando e guindo-os pela mão.<sup>167</sup> A propósito da bomba atômica atirada em Hiroshima, o presidente Truman argumenta: “Agradecemos a Deus por tê-la colocado à nossa disposição, e não dos nossos inimigos, e pedimos que ele nos guie para usá-la segundo as suas disposições e os seus desígnios” (LOSURDO, 2010, p. 112).

Pela Doutrina Truman, os norte-americanos ofereciam ajuda financeira para a reconstrução da Europa, por meio do plano Marshall, de modo a evitar a expansão do socialismo na Europa Ocidental. Deste modo, os Estados Unidos passam a intervir na política interna dos países beneficiários dos empréstimos como o fizeram, por exemplo, para Grécia e Turquia, desde que estes países implantassem políticas a favor das nações ocidentais, a saber, a favor do capitalismo. “Ao ajudar as nações livres e independentes a manter sua liberdade”, disse Truman em sua Mensagem ao

---

<sup>166</sup> Sobre a importância da guerra na vida de algumas nações e/ou pessoas beligerantes, declarou Mussolini: “não acredito na possibilidade ou na utilidade da paz perpétua (...) só a guerra leva a energia humana à sua tensão máxima, e põe o selo da nobreza sobre os povos que têm coragem de enfrentá-la”. Hitler deu semelhante declaração: “Na guerra eterna a humanidade se torna grande – na paz eterna, a humanidade se arruinaria” (HUBERMAN, 1985, p. 317).

<sup>167</sup> Losurdo (2010) relaciona passagens e declarações de presidentes norte-americanos em que Deus age como fonte de inspiração ou supremo conselheiro: Em 1983, é Ronald Reagan quem guia esse povo que se distingue de todos os outros por sua moral e sua proximidade com Deus, quando chama a combater (a Guerra Fria) e liquidar o “pecado e o mal” em todo canto do mundo, em nome da “Escritura” e de “Jesus Nosso Senhor” (p. 111); E agora escutamos Bush Jr.: “Foi Deus que pediu para eu me candidatar”. E ainda: “Deus não é neutro diante do bem e do mal. Deus está com a América” (p. 54); George W. Bush conduziu sua campanha eleitoral proclamando um verdadeiro dogma: “Nossa nação é eleita por Deus e tem o mandato da história para ser um modelo para o mundo”. Como se vê, na história dos Estados Unidos, a religião é chamada a desempenhar em nível internacional uma função política de primeiro plano (p. 111); Só os Estados Unidos se atribuem a missão eterna e divina de impor por toda parte, também pela força das armas, “democracia”, e “mercado livre” (p. 282).

Congresso em 12 de março de 1947, “os Estados Unidos estarão aplicando os princípios reunidos na Carta das Nações Unidas”.<sup>168</sup>

Depois da Segunda Guerra, os Estados Unidos se tornam, ou se autoproclamam, o grande “defensor” da democracia, apoiando, como vimos anteriormente, golpes de Estado e governos ditatoriais para exercer sua hegemonia. Em grande medida isto se tornou possível em virtude desse país ter emergido da guerra com uma economia ainda mais forte, diferente dos países da Europa que estavam destruídos. Isso dá aos norte-americanos as condições necessárias para estenderem sua política econômica para o resto do mundo.

#### 4.4 DESCOLONIZAR PARA COLONIZAR

A derrocada do sistema colonial teve início na Ásia. Os movimentos por libertação nacional na China, Indochina, Índia, Argélia, entre outros, travaram-se não só contra o sistema colonial, mas também contra o sistema capitalista mundial. A desintegração do sistema colonial foi uma das mais intensas consequências da Segunda Guerra. O campo aberto para a expansão do socialismo soviético, facilitado graças à terrível opressão exercida pelos colonizadores contra os povos submetidos à colonização, associado às intensas lutas pela libertação, resultou na descolonização do mundo. Evidentemente, as potências colonialistas não entregaram seus espólios facilmente e resistiram tanto quanto suas forças permitiram. Paralelamente a essa insatisfação, para o júbilo dos colonizadores, havia a convicção firme de que o grande passo havia sido dado: mesmo antes da independência política das colônias, as metas do colonialismo haviam sido alcançadas, uma vez que:

as colônias haviam sido entrelaçadas aos mercados capitalistas mundiais: seus recursos, economia e sociedade se haviam adaptado às necessidades dos centros metropolitanos. A tarefa do imperialismo tornara-se conservar (...) a dependência econômica e financeira desses países em relação ao centro metropolitano (MAGDOFF, 1978, p. 42).

A situação de dependência e subordinação da economia brasileira em relação aos países de capitalismo ofensivo tem raízes na formação mesma do país. Sua

---

<sup>168</sup> A Carta das Nações Unidas assinada em 26 de junho de 1945 estabeleceu em seu preâmbulo a decisão dos países signatários de promover o progresso social, praticar a tolerância, unir forças para conservação da paz, fazer uso dos mecanismos internacionais para promover a economia e o progresso social de todos os povos. Destaco esta última determinação. O inteiro teor de referida Carta pode ser consultado em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm).

histórica condição de submissão e redução à posição de mero fornecedor de matérias-primas e de economia marcadamente agrícola determinou a sua dependência ao comércio externo.

Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominamos de economia “nacional”. Esta é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento (PRADO JR., 2006, p. 270).

Ao tempo em que a descolonização determinou a formação de Estados e autogovernos em todos os cantos da Terra, determinou, simultaneamente, “a necessidade de novas estratégias de dominação”. Para isso, afastaram-se ligeiramente as armas de guerra [mas conservando-as ao alcance das mãos] e “instaurou-se um arcabouço internacional de comércio e desenvolvimento no interior e entre esses Estados independentes formando uma bateria de instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)” (HARVEY, 2009, p. 52).

#### 4.5 O IMPERIALISMO MODERNO

Embora a construção do império tenha sido iniciada pelo modo antigo, os Estados Unidos são atualmente muito diferentes dos grandes impérios do passado. Bruit (1994, p. 5-6) relaciona o conjunto de processos ocorrido de 1870 a 1914, o qual denominou “imperialismo comercial”.<sup>169</sup> Neste período, o desenvolvimento industrial ampliou a demanda de matérias-primas e o aumento na produção ampliou a necessidade de mercados exteriores que consumissem seus excedentes, entre outros fatores, que estimulou os países industrializados a penetrar, controlar e dominar vastas regiões do mundo. Havia, contudo, outra forma mais *sutil* de penetração: o “imperialismo financeiro”. Neste, a conquista militar e política de milhões de seres humanos de outras raças e culturas era induzida pela exportação de capitais que não rendiam juros suficientes na Europa, cuja penetração era

---

<sup>169</sup> Inúmeras expressões pretendem identificar as formas imperialistas. Harvey (2009, p. 31) denomina “Imperialismo capitalista” aquele em que ocorre uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” – o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares.

comandada por poderosos monopólios de banqueiros, investidores e industriais.<sup>170</sup> Assim, os Estados Unidos passaram do imperialismo territorial do século XIX ao imperialismo global de hoje.

Ao lado da autoproclamação de anti-imperialista, anticolonialista e antimilitarista, expressão de seu discurso ambivalente, o império reconhece que o processo para a dominação não mais se resume em ações como as empreendidas pelas antigas potências coloniais europeias, a exemplo da Inglaterra na ocupação da Índia, ou da Argélia pela França. Franklin Roosevelt, lembra Lens (2006, p. 482), em jantar com Churchill em 1941, por ocasião da Conferência Atlântica, deixou claro ao primeiro-ministro britânico que ele “simplesmente não era altruísta” ao ajudar os aliados. Para o presidente, “o imperialismo brutal das potências coloniais mais antigas podia ser substituído por uma penetração americana liberal e benevolente, vantajosa tanto para os nativos quanto para o comércio americano”. Um imperialismo *mais brando* em que os Estados Unidos passariam a predominar estava nas entrelinhas das palavras de Roosevelt e era a sua visão de futuro da América [do Norte, evidentemente]. E era a América que se desenhava como consequência da Segunda Grande Guerra. Mas a *brandura* subentendida por Roosevelt não se apresentou possível, já que:

O imperialismo moderno tem de recorrer, obrigatoriamente, a uma variedade de técnicas. É um complexo processo que combina meios eletrônicos, políticos e militares. A ajuda – doações e empréstimos – é dada a governos estrangeiros com a condição de que mantenham o chamado sistema de livre-iniciativa e removam as barreiras ao comércio e aos investimentos americanos. A ajuda é dada com condições explícitas e implícitas que cedo transformam o governo cliente numa dependência dos Estados Unidos (LENS, 2006, p. 26).

As formas de dominação estão, por assim dizer, adaptadas aos novos tempos. Manter tropas em território ocupado não é mais, isoladamente, garantia de êxito, além do expressivo desforço econômico que deve ser ajustado às condições específicas da região. Por isso, o *complexo processo* aludido por Lens torna mais efetivo o controle nos vários setores de interesse sem ter de recorrer necessariamente à invasão armada e à ocupação a *manu militari*. Para esse fim, além da ajuda financeira, há também a ajuda militar. O Pentágono treina inúmeros exércitos estrangeiros para que dentro de seus países defendam o “sistema

---

<sup>170</sup> Se o imperialismo clássico entrou em crise, devemos também observá-lo sob o ângulo do novo em que se apresenta através da ocupação oculta, manipulada pelas empresas estrangeiras através de filiais “nacionais” ou formalmente “nacionalizadas” (NOBRE, 1971, p. 4).

americano”, combatendo sua própria gente quando tenta fazer revoluções genuínas.<sup>171</sup> Para Lens (2006, p. 27), a CIA é o maior instrumento de subversão internacional já criado e suplementa as ações militares norte-americanas, interferindo “nos assuntos internos de inúmeros países quase diariamente, buscando ajustá-los à ‘maneira americana’, pagando e organizando uma contrarrevolução atrás da outra”. Guatemala, Cuba e Brasil, para citar apenas três, são exemplos disso.

A CIA é apenas um dos instrumentos às mãos do imperialismo ianque. Parece inegável que se tenha operado uma crescente independência econômica da corporação transnacional, não só frente à força de trabalho nacional, mas também frente ao Estado nacional. Isso determina a necessidade de uma instância superior de concentração do poder das classes dominantes nacionais se repetindo em nível internacional. Para Chomsky (1999, p. 93):

O Conselho de Segurança, o grupo G-7, a OTAN, o GATT, o FMI o Banco Mundial etc. são todos eles elementos constitutivos do proto-Estado mundial capitalista, que começou a cumprir funções normativas e de imposição repressiva dos interesses transnacionais, em nível planetário, enquanto não se institucionaliza a sociedade política definitiva da burguesia mundial.

O Estado moderno, considerado amplamente o conjunto das instituições que o compõe, atua como instrumento para garantir a expansão constante, manutenção e controle do comércio. O Estado moderno, enquanto aparato jurídico-repressivo e enquanto aparato ideológico, torna-se o instrumento precípua da manutenção das relações sociais de produção, isto é, da “ordem econômica constituída” (ROSSI, 1978, p. 39). Muitas das guerras empreendidas pelos Estados Unidos tiveram precipuamente essa finalidade político-econômica e foram de regra marcadas pela ambivalência norte-americana, marcando-as como “causa justa” tendo por justificativa ora o combate a ditadores, a proteção da propriedade, a libertação do povo ou a defesa da democracia, quando o real objetivo é a expansão, manutenção e controle do comércio.

Esses ardis são expressões da complexidade do sistema capitalista que impõe como imperioso lançar-se a artifícios como esses para justificar o esforço permanente de transformar tudo e qualquer coisa em mercadoria vez que o conjunto dessas relações não pode encontrar limites à sua permanente expansão sob risco

---

<sup>171</sup> No caso do Brasil, ver última seção referente ao Golpe Militar de 1964.

de colapso de todo o sistema. Bauman (2010, p. 48) transcreve a citação de Dany-Robert Dufour, no *The Guardian* de 4 de agosto de 2007:

o capitalismo não sonha apenas em ampliar... o território em que cada objeto é uma mercadoria (direitos sobre a água, sobre o genoma, sobre as espécies vivas, sobre os recém-nascidos, sobre os órgãos humanos etc.) até os limites do planeta, mas também em expandi-lo em profundidade para abarcar questões que antes eram privadas e estavam sob a responsabilidade dos indivíduos (subjetividade, sexualidade etc.) mas que agora foram incluídas entre as mercadorias.

As grandes corporações não estão sós neste processo. Contam com um importante, ou essencial, aliado: o Governo dos Estados Unidos. O desenvolvimento de tecnologias de ponta, como as da energia atômica e dos computadores, é uma importante etapa para viabilizar a expansão do imperialismo e seu controle pelo mundo. O fabuloso volume de investimentos em pesquisa exigido por essas indústrias é o que as diferencia das demais empresas menos agressivas. Com isso, as grandes corporações são grandes o bastante para adquirir escala multinacional. E estas se transformam na grande arma imperialista, pois, como relata Magdoff (1978, p. 48), os Estados Unidos possuem firmas grandes o suficiente para ter, ou obter, capital suficiente para desenvolver a necessária tecnologia, com a qual aproveitam-se para encampar o setor nos outros países; b) tais firmas norte-americanas são apoiadas pelo Governo através de enormes concessões de recursos para pesquisa e desenvolvimento, a fim de atingir e/ou manter a liderança técnica; c) essas mesmas firmas adquirem experiência em operações internacionais, que pode ocorrer por conta própria ou em cooperação com o Governo dos Estados Unidos, neste caso, por extensão das atividades militares do país ou de ajuda externa pelo mundo; d) junto como o generoso auxílio do governo vem um aparelhamento integrado de pesquisa científica e desenvolvimento técnico na grande empresa, dando à corporação internacional uma vantagem global sobre rivais menores ou menos poderosos; e) os avanços tecnológicos, como os materializados no avião a jato, tornaram mais realizável a direção coordenada da corporação internacional.

A empresa e o Governo têm notórias e estáveis relações, mas não formalizadas pelo *sacramento do matrimônio*. Esta íntima relação entre os Estados Unidos e suas megaestruturas econômicas ditam a política exterior do país. Algo como a ideia metodista de que religião e civilização estariam unidas por uma “América cristã” (MESQUIDA, 1994, p. 103). Assmann (1979, p. 46) anota que na

década de 70 os debates sobre a política exterior norte-americana focalizaram dois pontos principais: o “equilíbrio do poder” e o “internacionalismo liberal”. Enquanto o primeiro se apoia sobre a ideia de soberania nacional e a força militar, o segundo vislumbra o desaparecimento do Estado-Nação e o agrupamento das diferentes regiões do mundo por forças transnacionais formando algo como uma federação política e econômica.

A imensa prosperidade norte-americana no decorrer dos anos posteriores à II Guerra Mundial está enraizada nesse papel dominante. A manutenção do “establishment” militar e de suas atividades tem sido uma fonte importante, direta ou não, de negócios e lucros. A indústria e as finanças alastraram-se lucrativamente pelo mundo, sob a proteção dessa força militar, patrulheira do globo. A expansão exterior, militar, financeira e industrial deu apoio à tomada de liderança pelos Estados Unidos no setor bancário mundial e à dominação do dólar como moeda mundial de reserva. Por sua vez, o papel central do mercado de dinheiro dos Estados Unidos tem-se prestado ao financiamento de operações militares no estrangeiro, à expansão internacional da indústria e do setor bancário e ao emprego do auxílio externo como instrumento de controle e dominação da rede imperialista (MAGDOFF, 1978, p. 190).

Observa Singer (2004, p. XVI) que três anos antes de George W. Bush ser eleito presidente do país, um grupo de intelectuais conservadores comandados por Willian Kristol, fundaram o *Project for a New American Century* (“Projeto para um novo século norte-americano”). O grupo não fez segredo de seus objetivos: “Queremos defender a ideia da supremacia global norte-americana e obter apoio para essa causa”. O grupo conclamava os Estados Unidos a fazer uso da sua qualidade de primeira potência mundial “para conformar um novo século favorável aos princípios e interesses norte-americanos”.<sup>172</sup>

#### 4.6 AS GRANDES CORPORAÇÕES NO BRASIL

Como vimos anteriormente, o Brasil por séculos se viu impedido de dedicar-se à manufatura, especialmente por causa das proibições impostas por Portugal, em razão dos tratados assinados pelos lusitanos com a Inglaterra. Com a independência e por fim a república, muitos acreditaram que o Brasil poderia romper com o passado de submissão colonial e seguir os vitoriosos passos dos Estados Unidos, que era

<sup>172</sup> Aduz Singer (2004, p. XVII) que a declaração publicada pelo grupo liderado por Willian Kristol pedia o aumento dos gastos com armamentos, a contestação declarada dos regimes hostis aos interesses norte-americanos e a aceitação do “papel único e singular dos Estados Unidos com a preservação e a ampliação de uma ordem internacional favorável à nossa segurança, nossa prosperidade e nossos princípios”. Entre os signatários dessa declaração estavam Jeb Bush (irmão de George W. Bush), o futuro vice-presidente Dick Cheney e cinco outros membros importantes da administração Bush.

então tomado como um grande exemplo ou modelo a ser seguido. Mas entre as inúmeras diferenças que havia entre os dois povos, e que redundaram nas diferenças brutais em termos de desenvolvimento de ambos, havia também um problema de sentimento, por assim dizer, de inferioridade, como deixou transparecer Joaquim Murinho, em 1897, no seu famoso relatório do Ministério da Indústria, com o qual acautelava o governo contra qualquer excesso de otimismo em relação às possibilidades industriais do Brasil: “Não podemos, como muitos aspiram, tomar os Estados Unidos da América do Norte como tipo para nosso desenvolvimento industrial, porque não temos as aptidões superiores de sua raça, força que representa o papel principal no progresso industrial desse grande povo.” Moog (1966, p. 6) conclui de modo similar, talvez com ironia: como poderia o jabuti acompanhar o voo da águia?

A década de 1930 e a crise que se instaurou neste período marcou a interrupção no desenvolvimento econômico brasileiro. O declínio do modelo agroexportador fez emergir a preocupação da necessidade de tangenciar-se a economia pela via industrial, incrementar ou priorizar o modelo que vinha se desenvolvendo, de forma tímida, comparativamente aos outros países industrializados, desde o fim do século XIX.

O Brasil teve oportunidades, desde a Primeira Guerra Mundial,<sup>173</sup> de desenvolver seu potencial industrial, em especial a indústria de base. O imperativo de iniciar o desenvolvimento de manufaturas decorria de um problema circunstancial - o conflito deflagrado na Europa em 1914 impedia os países envolvidos, concentrados no esforço de guerra, de produzir os manufaturados e fornecê-los ao redor do mundo. Impedido de importar, além de outros fatores políticos e econômicos, o Brasil se viu compelido a produzir aquilo de que necessitava para atender a demanda interna, um processo industrial que foi denominado de *substituição de importações*, atividade voltada para atendimento do consumo interno. A ideia principal era produzir internamente tudo aquilo de que necessitasse, rompendo deste modo com a dependência do produto importado. O processo de substituição seria ainda uma grande oportunidade de desenvolvimento tecnológico e consequentemente social, resultando em melhorias em várias áreas, a exemplo de saúde e educação.

---

<sup>173</sup> O país já dava os primeiros passos na indústria, visando à substituição de importações, desde a segunda metade do século XIX. Na década de 1880, a quantidade de estabelecimentos passou de 200 para 600.

A vigência do modelo de “substituição de importações” e seu relativo êxito deveu-se a conjugação de uma série de fatores favoráveis. Assim, a crise do café, combinada com a crise geral da economia capitalista, permitiu que as diferentes forças se unissem em torno da bandeira da industrialização. Os empresários nacionais (burguesia nacional), com exceção das oligarquias rurais mais aferradas ao tradicionalismo, mas que haviam perdido a hegemonia com a Revolução de 1930, evidentemente estavam interessados na industrialização, já que seriam os seus beneficiários diretos e imediatos, dado que lhes caberia a condução do processo (SAVIANI, 1988, p. 82).

No entanto, o modelo exigia recursos para transferência da atividade agrária para a industrial e exigia a ruptura da identidade oligárquica da República Velha para possibilitar a ascensão de novas classes econômicas e o estabelecimento de um projeto nacional de desenvolvimento. Estes obstáculos não impediram, contudo, a entrada de grandes corporações que passaram a investir no Brasil seus excedentes de capital, principalmente em infraestrutura, atuando em setores estratégicas como transporte, comunicações, energia, educação etc. Disponham aqui em abundância de mão de obra barata e sem qualificação, o que lhes manteve nas mãos as rédeas do controle salarial, políticas de isenção tributária e liberdade de ação empresarial. E não havia como impedir a tomada de assalto do cobiçado mercado brasileiro pelas transnacionais. Sendo o país dependente de ajuda externa, o governo do principal país *benfeitor* costurou do modo hábil o tecido da sujeição dando nos tratados o decisivo nó que prendeu *ad nutum* as mãos do país.

Exemplo de ingerência no mercado nacional foi o caso do café solúvel produzido com grãos quebrados.<sup>174</sup> A partir da severa pressão que o governo passou a sofrer por parte das concorrentes norte-americanas, o governo brasileiro ajoelhou-se no altar ianque e impôs altos impostos às suas exportações de café solúvel, mais barato e de melhor qualidade que o produzido pela indústria dos Estados Unidos, para proteger interesses dos fabricantes norte-americanos do mesmo artigo, numa medida protecionista “ao contrário” como se referiu Galeano

---

<sup>174</sup> O Brasil começou a fabricação de café solúvel a partir de grãos quebrados, baratos, que não entravam em oferta no mercado mundial. No curso de três anos, quando o Brasil passou a ter quase 14% do mercado de café solúvel nos Estados Unidos, a questão tronou-se um ponto de discórdia pelo qual as corporações anglo-americanas protestaram contra o que consideraram uma “competição desleal”. No final dos embates, o Brasil foi obrigado a aceitar um acordo pelo qual, nas palavras de “The Economist”, os fabricantes brasileiros de café solúvel “deveriam produzir em condições comparáveis às dos grandes fabricantes dos Estados Unidos, que compram café para processá-lo. O governo brasileiro decidiu então impor uma taxa de exportação ao café solúvel, a qual tornaria os grãos quebrados vendidos pelo governo tão caros quanto o café de alta qualidade, para os processadores dos EUA. O Brasil foi obrigado a aceitar o ajuste em parte pela forte pressão feita pelos norte-americanos, que ameaçaram de cortar a cota de ajuda ao país, e também pela fraqueza da posição brasileira dentro do Acordo Internacional do Café (MAGDOFF, 1978, p. 185).

(2011, p. 140), pois, arremata o autor, “no regime da livre concorrência, uns são mais livres do que outros”.

Ao tomarem as manufaturas brasileiras a iniciativa de desenvolver uma indústria de processamento de produtos agrícolas do país, competindo assim com as firmas norte-americanas, são aniquiladas com todo o peso da influência e do controle norte-americanos (MAGDOFF, 1978, p. 185).

A Segunda Grande Guerra marcou a ferro a consolidação econômica e a supremacia política do capital monopolista nos centros industriais e financeiros, como relata Dreifuss (1986, p. 49). Para o autor, o capitalismo brasileiro, tardio e dependente, viria a ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista. A penetração na economia brasileira de um bloco multinacional liderado por interesses de americanos do Norte deu lugar a novas relações econômicas e políticas como a) uma crescente concentração econômica e centralização de capital com a predominância de grandes unidades industriais e financeiras integradas; e b) um processo de controle oligopolista do mercado.

A Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL revelou-se mais uma das estratégias de penetração em territórios alheios. Criada em 1948, no âmbito da ONU, com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os países membros, propunha que os países periféricos ampliassem as relações entre si num processo de integração regional, se desenvolvessem economicamente e ingressassem no estágio de produção manufatureira, superando a simples exportação de matérias-primas, como forma de inserção no mercado mundial. Questões históricas, contudo, revelaram os grandes entraves ao alcance dessas proposições. O nível de desenvolvimento dos países latinos não era homogêneo. Dissensos políticos também impediam essa integração. As relações econômicas históricas eram muito mais acentuadas entre o país exportador, em sua maioria de *commodities*, e os países industrializados do exterior, que “devolviam” a matéria-prima na forma de manufaturados. Uma versão mais atualizada do “Pacto Colonial”.

Ao passo que os países na tentativa de se desenvolverem mais se endividavam, e quanto mais endividados mais dependentes, abriu-se mais ainda o espaço para a entrada de investidores estrangeiros e empresas transnacionais, processo aparentemente contrário às proposições originais da CEPAL, mas que apenas revelou a face por trás da máscara. Eram os reflexos da histórica política de “desenvolvimento controlado” praticado pelos países centrais para matar no ovo concorrências incômodas. Nessa ordem, o crescimento fabril da América Latina, no

século XX, foi determinada, como um todo, no exterior. Demonstração concreta de preocupação de um potencial concorrente no Sul do hemisfério americano levou, segundo Galeano, o chefe de uma missão técnica norte-americana no Brasil, John Abbink, a relatar em 1950 que “Os Estados Unidos devem estar preparados para *guiar* a inevitável industrialização dos países não desenvolvidos, isto se quiser evitar o golpe de um desenvolvimento econômico intensíssimo fora da égide norte-americana”. Para Abbink, se a “industrialização não for controlada de algum modo, levaria a uma substancial redução dos mercados estadunidenses de exportação” (GALEANO, 2011, p. 319).

Em depoimento em 1954, a respeito dos trustes, que pouco a pouco tomavam de assalto todos os espaços e mercados brasileiros, em especial os estratégicos, Tancredo Neves revela a ação causticante e persistente que visava desestimular a tentativa de monopólio do petróleo brasileiro.

Quando estavam para ser concluídas as refinarias de São Paulo, novas ondas de pressões passaram a incidir sobre o presidente Vargas, no sentido de suspender ou retardar a conclusão das refinarias. As grandes corporações fornecedoras de petróleo nos forneceriam petróleo a preços vis, caso abrissemos mão daquela pretensão (monopólio). Vargas resistiu e as sanções começaram a se fazer sentir. Tínhamos uma posição tranquila no mercado mundial do café. Começamos a sofrer a pressão dos trustes internacionais. Começou a cair o preço do café (RIBEIRO, 2001, p. 250).

Foi dessa época em diante que mais se fez sentir a invasão e o domínio do capital estrangeiro no Brasil e a desnacionalização da indústria brasileira. Em menos de quatro anos a partir do golpe de 1964, quinze fábricas de automotores ou peças para veículos foram engolidas pelas montadoras estrangeiras, três importantes empresas do setor elétrico, inúmeros laboratórios, companhias nacionais do setor de mecânica e metalurgia foram parar nas mãos de grandes corporações multinacionais (GALEANO, 2011, p. 288 e 372).<sup>175</sup> Este autor aduz que “o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É a sua consequência. O subdesenvolvimento da América Latina provém do desenvolvimento alheio e continua alimentando-o”.

O Brasil apresentou um relativo desenvolvimento autossustentado em períodos de crise internacional como na Segunda Guerra Mundial. Detinha o

---

<sup>175</sup> Um relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito formada para investigar a intensa desnacionalização da indústria brasileira (cujos resultados não foram publicados em razão do fechamento do Congresso pelo governo militar), concluiu que o capital estrangeiro, em 1968, controlava 40% do mercado de capitais do Brasil, 62% de seu comércio exterior, 82% do transporte marítimo, 67% dos transportes aéreos externos, 100% da produção de pneus, mais de 80% da indústria farmacêutica, 50% da indústria química, 59% da produção de máquinas, 62% das fábricas de autopeças, 48% do alumínio, 90% do cimento. A metade do capital estrangeiro correspondia a empresas dos Estados Unidos (GALEANO, 2011, p. 288).

controle dessas indústrias e a perspectiva de que o desenvolvimento econômico trouxesse prosperidade ao país e ao povo. Mas a recuperação das potências industriais e o restabelecimento da liderança que antes exerciam deitaram por terra esse controle e essa esperança. As nações industriais recuperaram a liderança, partilharam o mercado entre si segundo seus poderes e seus interesses e as grandes corporações colonizaram uma vez mais o Brasil. Opulentos escritórios do outro lado do Atlântico, ou mais ao Norte do continente americano, distantes pelo menos sete mil quilômetros, comandam uma extensa rede de negócios pelo mundo e ditam o nosso destino, o que vamos produzir, comprar, vestir, qual tecnologia utilizar ou consumir.

O Brasil entregou-se em muitos setores ao domínio estrangeiro, possivelmente da mesma forma que Portugal se entregou ainda mais à Inglaterra após o Tratado de Methuen, o que não pode ser dito que ocorrera *naturalmente*. Vagalhões de entreguismo têm histórica e sistematicamente arremessado a vacilante nau brasileira para o alto-mar, impedindo-a de atingir a costa da prosperidade econômica própria.

Os efeitos da subordinação econômica do país, em todas as suas fases, foram agravados pelo apoio e pela cumplicidade das classes dominantes nacionais. As elites no poder sempre acabaram por reforçar, nos diferentes estádios do nosso avanço capitalista, a posição dependente e subalterna do país. E foi assim que evoluímos do esquema simples vigente na fase de dominação colonial, de exportação e importação de mercadorias, até o esquema sofisticado da dominação imperialista, que transformou as próprias economias dependentes em mercadorias (XAVIER, 1990, p. 52).

Um relatório do *Bureau of Intelligence and Research* do Departamento de Estado americano, elaborado em 1963, apresentou uma visão geral dos empreendimentos privados norte-americanos no Brasil, exibiu uma lista de quatro categorias gerais da atividade econômica: 1) indústria de base e indústria pesada; 2) indústria de base e industrialização de alimentos; 3) atividades não industriais; e 4) serviços de utilidade pública. De acordo com Dreifuss (1986, p. 57), os interesses americanos predominavam em três dessas categorias, através de suas subsidiárias brasileiras, cujo capital norte-americano aqui investido correspondia a cerca de 40% do investimento estrangeiro em indústria de base, seguido da Alemanha, com 15% e da Grã-Bretanha com 11%. Na indústria leve brasileira, 38% dos investimentos estrangeiros eram de origem norte-americana. As corporações norte-americanas no Brasil, em grande parte atuando de forma monopolística, caracterizando-se

verdadeiros cartéis nas suas respectivas áreas de interesse, estavam disseminadas e presentes nas principais categorias de atividade econômica.<sup>176</sup>

Os países em desenvolvimento, como eufemisticamente são tratados, não dispõem de recursos internos para explorar setores cruciais para o seu desenvolvimento. Com isso são presas fáceis do capital internacional que entra por inúmeras vias. A esse propósito, William Kies, funcionário do National City Bank de Nova York explicava em 1915 que para construir um comércio duradouro e proveitoso nos mercados das repúblicas sul-americanas, seria necessário ajudar o desenvolvimento desses países. No seu entendimento, se os Estados Unidos investirem seus excedentes de capital na edificação da América do Sul “surgirão oportunidades comerciais que nos darão um retorno muitas vezes superior ao investimento original” (MAGDOFF, 1978, p. 75).

A verdade é que América Latina a esta altura estava controlada pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha, ambos competindo entre si para conquistar ou ampliar a influência na região. Estes dois países, sem dominarem abertamente qualquer república sul-americana nos moldes coloniais como ocorria em outros continentes, estavam sempre prontos a fornecer-lhes capital, usando-o como instrumento para obter certos direitos lucrativos pela via de tratados ou pelas concessões formais. E para assegurar essas *conquistas*,<sup>177</sup> deixavam sempre bem claro aos *seus aliados*

---

<sup>176</sup> O **Grupo Mellon** operava no Brasil através das seguintes companhias: Gulf Oil (Cia Brasileira de Petróleo Gulf); Westinghouse Eletric (Westinghouse Elétrica do Brasil. Tratores do Brasil); Aluminium of America (Cia. Alumínio Poços de Caldas. Alumínio do Brasil S. A. Aluminium Limited Sales. Eletroquímica Brasileira S. A. – ELQUISA); Pittsburg Plate Glass (Cia. Vidraçaria Santa marina. Pittsburg de Vidros e Cristais Ltda. Kopper Comércio e Serviços Ltda.); ARMCO Steel Co. (ARMCO Industrial e Comercial S.A. ARMCO Tubos).

O **Grupo Morgan**, com participação de 30% de ativo total na Light e Power, operava no Brasil, entre outras, através das seguintes empresas: Rio Light S.A.; São Paulo Light S.A.; Brazilian Hidroelétrica Co. Ltda.; Cia. Ferrocarril J. Botânico; Cia. Telefônica Brasileira; Cia. Telefônica do Espírito Santo; Cia. Telefônica de Minas Gerais; Força e Luz de Vera Cruz; Listas Telefônicas Brasileiras; São Paulo Eletric Co. Ltd.

O **Grupo Rockefeller** controlava, entre outras, a Standard Oil of New Jersey (Esso. Cia. Marítima Brasileira. Brasilmar Meridional de Navegação. Gasbras. Cia Ultragás); Atlantic Refining Co.; Standard Oil of Califórnia (Asfaltos Califórnia S.A.); Texas Co.; Manhattan Chase National Bank (IBEC. Cargil. Sementes Agrocereos S.A. Empresa de Mecanização Agrícola). O Grupo Rockefeller participava também das seguintes empresas: BORDEM. Alba S.A. Coca-Cola S.A. Metro Goldwain Mayer. 20 th Century Fox. Bethlehem Steel Corp.

O **Grupo Morgan** era proprietário e controlava: EBASCO Bond e Share Co. (dezenas de companhias de energia elétrica, transporte urbano e telefone do Sul ao Nordeste); ITT (Cabos, imóveis, rádios, telefônicas); General Eletric – GE; Companhia de Mineração; First National City Bank of New York; Nabisco Brasileira de Biscoitos; Monsanto do Brasil – produtos químicos e farmacêuticos. O Grupo participava da IBM. Coca-Cola. RCA Victor. Frigorífico Swift. Cia. Ultramar de Armazéns Gerais. Pan Am. Firestone. American Coffee.

<sup>177</sup> Os governos britânicos sempre se mostraram contidos no tratamento com a América Latina. Pressões políticas de regra eram feitas nos bastidores. Alguns diplomatas, em situações delicadas, adotavam medidas coercitivas como demonstrações navais – para proteger as vidas e as

que havia “cruzadores, aviões e batalhões prontos a impor a execução da concessão, ou o comércio monopolista exclusivo” (HUBERMAN, 1985, p. 265). Em 1921, disse um observador das questões britânicas, julgando inevitável que os governos acorressem em auxílio de seus industriais e banqueiros na busca de mercados para produtos e capitais.

O comércio britânico no momento está sob o controle de grandes grupos, governados e dirigidos pelos grandes trustes bancários, e do dinheiro cujo poder é tão grande que lhes dá, em todos os casos, além do controle das alavancas que põem em movimento o comércio, até o poder para aconselhar o Governo. O Governo (composto como é hoje das classes endinheiradas) não pode agir senão com a concordância dos trustes do dinheiro (HUBERMAN, 1985, p. 266).

A par do controle que referidos países exerciam sobre a América Latina, simultaneamente eram controlados por suas respectivas corporações. É como melhor veremos a seguir.

#### 4.7 O ESTADO GERENCIANDO INTERESSES PRIVADOS: HOMENS DE NEGÓCIO NO PODER / HOMENS DO PODER NOS NEGÓCIOS

Num país plenamente enredado ao sistema capitalista, a indagação sobre o papel do Governo agudiza os debates desdobrando os discursos que via de regra informam a preponderância de seu papel social. Contudo, na prática, acabam não passando de falácias, ainda que os mensageiros deste ideal estejam sendo honestos com o seu próprio discurso. A explicação está no *quantum* de poder que cada uma das partes interessadas tem de influir nas decisões do Estado. No passado, como observa Huberman (1985, p. 84/5), os reis se sustentavam com o dinheiro da burguesia. Os juízes, ministros e funcionários vinham, em geral, dessa classe. Acresce que:

na França do século XV, Jacques Coeur, banqueiro de Lyon e um dos homens mais ricos da época, tornou-se conselheiro real. Na Inglaterra dos Tudor, Thomas Cromwel, advogado, e Thomas Gresham, merceeiro, chegaram a ministros da Coroa. A burguesia industrial fez um pacto tácito com a realeza em que aquela colocava à disposição do Estado a sua riqueza e inteligência e em troca receberiam mais privilégios econômicos e sociais.

---

propriedades dos súditos britânicos ou para preservar o comércio existente em termos “justos e iguais” (BETHELL, 2009, p. 597).

Em tempos mais recentes, no início do século XX, um arguto observador disse que:

o comércio britânico no outono de 1921, está sob o controle de grandes grupos, governados e dirigidos pelos grandes trustes bancários, e do dinheiro que dá, em todos os casos, controle das alavancas que põem em movimento o comércio. Mais do que isso, seu poder de aconselhar o governo é tal que [...] o Governo (composto como é hoje das classes endinheiradas) não pode agir senão com a concordância dos trustes do dinheiro (HUBERMAN, 1985, p. 266).

E pela análise histórica, a dedução que se pode fazer é que quem tem mais poder são os proprietários, na proporção de sua riqueza material.<sup>178</sup> Para Marx e Engels (2002), o Executivo em um Estado moderno é apenas uma comissão para administrar os negócios de toda a burguesia, pois na luta entre os que têm propriedades e os que não têm, os primeiros encontram no governo uma arma importante contra os segundos.<sup>179</sup> Huberman (1985, p. 243) acrescenta: “como a sociedade econômica baseia-se hoje na propriedade privada, segue-se que qualquer ataque à cidadela do capitalismo – isto é, à propriedade privada – encontrará a resistência do Estado, até à violência, se necessária”. Destaca Huberman (1966, p. 170) que em decorrência da vitória *ianque* os capitalistas desenvolveram o país por meios nem sempre honestos. Ficaram ricos e poderosos e “cada vez mais a fortuna do país se concentrava nas mãos de um punhado de pessoas. O poder deles crescia com sua riqueza. Tornaram-se os verdadeiros administradores dos Estados Unidos”.

A ocupação do governo dos Estados Unidos pelos homens de negócios é nociva para o povo americano, pois toda a vida econômica daquela nação acha-se submetida às conveniências dos monopólios, e constitui ameaça à paz mundial, porque os homens de negócios não vacilam em lançar o poder armado dos Estados Unidos em defesa de seus interesses particulares em qualquer parte do mundo (MONTEIRO, 1963, p. 59).

---

<sup>178</sup> Os movimentos de capitais entre os países do ocidente deixaram de constituir atos de iniciativa privada para se tornarem atos de governo, atos econômicos que implicam sobrevivência e independência das nações (MONTEIRO, 1963, p. 67).

<sup>179</sup> O poder do milionário não encontra nos Estados Unidos nenhum corretivo eficaz nas leis ou na ação da autoridade pública. Tudo lhe é lícito, tudo lhe é possível. Isto entrou tanto na Consciência nacional que os homens mais cultos do país, os seus escritores, os seus sábios, os seus poetas, os seus filantropos, evitam todo o contacto com a política, porque sabem que as posições políticas são dadas a homens subservientes, pelos magnatas da finança. N'outros países do continente, os homens de valor desdenham ser políticos, porque não querem ser títeres irresponsáveis nas mãos do militarismo. Em todo o caso o resultado é o mesmo, porque, quer tenha de ser servidor dos financeiros, quer tenha de ser o instrumento dos militares, o homem público perde, com a sua dignidade a sua independência (PRADO, 1893, p. 190).

Não que esta seja uma relação espúria em que o interesse público se funde com o privado, mas decorre da lógica mesma do sistema. Com a concentração de capitais nos monopólios, os grupos financeiros não se limitam ao âmbito da economia; vão ao domínio dos postos de governo, liquidando assim com o velho tabu do liberalismo, o do Estado independente do livre jogo das leis econômicas, e o da livre empresa, porquanto se opera na sociedade burguesa o açambarcamento do poder político pelo poder econômico. Tem lugar o dirigismo econômico da sociedade, não em benefício das camadas populares, mas dos grupos financeiros. E os Estados passam a ser dirigidos pelos donos das grandes empresas, constituindo assim a oligarquia financeira. Processo semelhante se opera nos governos dos países dominados pelos monopólios, os quais passam a ter sua política econômica orientada para satisfazer aos interesses dos países imperialistas (MONTEIRO, 1963, p. 17).

Charles Wilson, presidente da General Motors, pertencente ao Grupo Morgan, quando Eisenhower o convenceu a ser o Secretário da Defesa, em 1953, ao ser indagado se poderia tomar decisões contrárias aos interesses da GM e favoráveis aos EUA disse com serenidade: “Não consigo imaginar tais situações, pois, durante anos, sempre achei que o que era bom para os Estados Unidos também era bom para a General Motors e vice-versa. Não existia diferença. Nossa empresa é grande demais. Ela progride com o bem-estar do país” (REICH, 2008, p. 27). O discurso de Fred G. Borch, presidente da *General Electric Company*, no *Economic Club of New Jersey*, em 9 de novembro de 1964, demonstra essa imbricação entre ambos os poderes e o padrão resultante:

superando tanto as finalidades comuns quanto as conflitantes, dos negócios e do governo, existe um padrão mais amplo – um consenso, se quiserem – onde o interesse público e o particular se encontram, cooperam interagem e se toram o interesse nacional (MAGDOFF, 1978, p. 223).

Uma vez atados por interesses muitas vezes inconfessáveis, representantes da iniciativa privada e do Poder Público se encontram nos bastidores do Governo, ambos com o poder do Estado no tubo da caneta e pouco a pouco:

o Estado Nacional pode transformar-se em executivo de decisões sobre política econômica tomadas no exterior. Essas decisões tanto podem ser tomadas pelas empresas multinacionais (com sede no país dominante) como por instituições ou agências intergovernamentais, nas quais a nação dominante possui voto decisivo. Em qualquer caso, as relações de interdependência produzem alterações mais ou menos profundas na estrutura de poder no país subordinado. Basicamente, o poder público

tende a organizar-se segundo os interesses dominantes no sistema capitalista como um todo. Em geral, os interesses dominantes no sistema tendem a ser aqueles do país dominante (IANNI, 1974, p. 148).

Para esse fim, alocar a pessoa certa em importantes postos-chave do governo é imprescindível para a própria subsistência, perpetuação e expansão do sistema. A prática de se alocar empresários em postos do governo não é recente na história norte-americana. No governo de Warren Gamaliel Harding (1920-1923), o Ministro da Fazenda era Andrew Mellon, dono da GULF, no Departamento de Estado foi colocado Charles Evans Hughes, da *Standard*. Os presidentes subsequentes, Coolidge e Hoover, mantiveram Mellon. Franklin Roosevelt colocou Edward Stetinius, do truste do petróleo, no Departamento de Estado. Truman entregou o Departamento de Estado a Dean Acheson, homem de confiança dos Rockefeller e dos Du Pont de Nemours, do truste petroquímico (MONTEIRO, 1963, p. 51). A intervenção armada na Guatemala pelos Estados Unidos, cujo país permaneceu posteriormente ocupado por anos, e que foi abertamente apoiada pelo Embaixador daquele país, tinha como fundo os interesses econômicos de uma companhia norte-americana, como declarou o embaixador guatemalteco em Buenos Aires: toda a campanha contra o país tinha origem na expropriação de terras da United Fruit Company, “empresa da qual são acionistas o secretário de Estado, Foster Dulles e o Sr. Spruille Braden, assinalando que este último é o diretor de relações públicas da referida companhia (MONTEIRO, 1963, p. 54).

A respeito de Foster Dulles, Monteiro aduz que na vida privada é advogado da *Ethyl Corporation* do Grupo Rockefeller, foi membro da diretoria da *Standard Oil of New Jersey* e presidia a Fundação Rockefeller quando Eisenhower, satisfazendo seus compromissos eleitorais, entregou-lhe o Departamento de Estado. Mais recentemente, Dick Cheney, que após ser Secretário de Defesa de George Bush pai se tornara presidente da *Halliburton*, do truste do petróleo, defesa e construção, cargo que exerceu até a eleição de George W. Bush, quando se tornou seu vice-presidente. Bush e Cheney trouxeram para o governo uma dezena de “negocistas e traficantes de influência comprometidos com as corporações do complexo industrial-petrolífero” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 628).

Com a expansão dos negócios e a influência cada vez maior das grandes corporações na Administração Pública acentuou-se a presença de homens de negócios privados em postos importantes do governo, a ponto destes presumivelmente confundirem uma coisa com outra. Reich relata que nos anos pós-

guerra, os altos executivos das maiores empresas americanas de fato se consideravam “estadistas empresariais”, responsáveis por equilibrar as demandas dos acionistas, dos empregados e do povo norte-americano. E o público, segundo ele, compartilhava dessa visão. No entanto, há uma expressiva distância entre o propalado e a prática real: “as empresas ou as coalizões quase sempre se apresentam como representantes de amplos interesses públicos, quando o que todas de fato defendem são vantagens competitivas em relação às rivais” (REICH, 2008, p. 155).

## 5 OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E AS POLÍTICAS DE CONDICIONAMENTOS

### 5.1 INFLUXOS E CONDICIONALIDADES

A presente seção visa demonstrar que de um ponto de vista teórico os Estados de um modo geral se encontram diante um dos outros em uma mesma situação de igualdade, o que seria verificável sob a noção de *soberania*, da qual se revestem os Estados e se caracteriza pelo “poder” ou “autoridade absoluta”, ou pela possibilidade do Estado, no uso do poder, não ser limitado por nada além de suas condições internas ou pelas obrigações assumidas perante a ordem internacional de que faça parte. Sendo uma ordem suprema, o Estado soberano não se sujeitaria a nenhuma ordem superior interna ou externa. Na teoria!

No plano internacional, em vista da hegemonia do capitalismo internacional, a soberania torna-se um óbice à consecução de uma ordem global. É preciso, portanto, nos países de dentro das esferas de influência do capitalismo ofensivo, não exatamente derrubá-la, mas relativizar ou flexibilizar ao máximo, quase ao ponto de torná-la um poder proclamado, mas pouco eficaz, ou apenas um “poder aparente”. Surgem então, além da influência direta das grandes corporações, as entidades supranacionais e os organismos multilaterais que se constituem justamente para agir no lugar ou a par dos Estados, isoladamente considerados. São as “forças” que não estariam relacionadas diretamente com as instituições representativas dos direitos de Estado, mas que batem com tanto ou maior vigor no processo decisório estatal.

Os influxos de uma força “estranha”, interna ou externa, nas políticas ou decisões do Estado é prática histórica e podem ser colacionados inúmeros exemplos disso. Jacob Frugger, banqueiro alemão, foi quem emprestou dinheiro a Carlos V, da França, para “comprar” a Coroa do Sacro Império Romano (HUBERMAN, 1985, p. 102). Em 1889, a Suprema Corte dos Estados Unidos, sob forte pressão dos proprietários das estradas de ferro, inverteu a decisão de 1876, e decidiu que ela [cujos membros eram nomeados pelo Presidente da República] é que tinha o direito de decidir se as taxas fixadas pelas legislaturas estaduais [cujos membros eram nomeados pelo povo] eram ou não razoáveis. Mais tarde a história provou que raramente a Suprema Corte aprovava um ataque contra a propriedade particular. A

classe de cima estava salvaguardada contra os ataques. Os capitalistas haviam vencido (HUBERMAN, 1966, p. 182).

Afirmou o professor Helmut Arndt, como relata Moniz Bandeira (1975, p. 201-207), que “as multinacionais influem na administração e na legislação dos países onde operam e podem inclusive derrubar governos legalmente constituídos”. Para o professor, o movimento de políticos na diretoria ou presidência de corporações e de representantes de cartéis em cargos do governo é um facilitador para a adoção de leis e medidas que os beneficiem. Desde o golpe de 1964 “as corporações internacionais infiltraram ou recrutaram os seus agentes em todos os escalões do governo”.<sup>180</sup> “O capitalismo brasileiro” prossegue Moniz Bandeira “mesmo dirigido pelos cartéis internacionais, demonstrou que para sobreviver, precisa do Estado”. No entanto, malgrado as demonstrações de dependência do capitalismo ao Estado, “mais se torna claro que o Estado pode prescindir do capitalismo”.

A assistência e o treinamento militares também são um poderoso meio de influir e de dominar. O depoimento do Secretário de Defesa Roberto McNamara no Comitê de Negócios Estrangeiros, na Câmara dos Deputados, em 1967, deixa isto bem evidenciado:

Provavelmente a maior compensação do nosso investimento em assistência militar provém do treinamento dos oficiais selecionados e de especialistas-chave em nossas escolas militares e centros de treinamento dos Estados Unidos e de outras terras. Esses estudantes são escolhidos a dedo pelos seus países, a fim de se tornarem instrutores, ao voltar. São os líderes do futuro, os homens que possuirão o ‘know-how’, para transmiti-lo às suas forças. Não preciso sublinhar o valor de possuímos em posição de liderança homens que tenham conhecimento atualizado sobre a maneira de proceder e pensar dos norte-americanos. Não tem preço, para nós, fazer desses homens nossos amigos (MAGDOFF, 1978, p. 131/2).

Como também destaca Magdoff (1978, p. 113) “assistência militar e ajuda econômica são instrumentos empregados para exercer o controle dos Estados Unidos sobre outras nações”. Se estas medidas não surtirem efeitos, lança-se mão do suborno, estratégia dependente da venalidade do agente interno que se propõe a recebê-lo. Como exemplo de fato ocorrido na República Dominicana, Assmann (1979, p. 199) relata que o Relatório 8-K, para a *Securities and Exchange Commission*, demonstrou: 1º) pagamento de 16 mil dólares a um funcionário

---

<sup>180</sup> No curso de um inquérito policial-militar para apurar distribuição de comissões que a Standard Electric fazia para ganhar concorrências públicas, o seu gerente comercial redarguiu que “Um dos diretores é o Senhor Juraci Magalhães que frequentemente utiliza seu prestígio para obter contratos sem concorrência como ocorreu na expansão da rede telefônica de Fortaleza” (MONIZ BANDEIRA, 1975, p. 202).

dominicano dos impostos, por um parecer favorável; 2º) pagamento de 120 mil dólares a vários parlamentares dominicanos para aprovação de uma lei permitindo que a Philip Morris assumisse posição privilegiada no ramo dos fumos tipo Virgínia; 3º) pagamentos mensais ao próprio presidente Balaguer. As companhias norte-americanas realizam seus negócios não só através do suborno, que visa à manutenção de pessoas nos postos-chave, como também através de relações pessoais e econômicas com a elite governante.

Negar o acesso aos países intransigentes ao formidável mercado interno dos Estados Unidos é outra estratégia habitualmente empregada pelos norte-americanos. Afirmam os defensores da liberdade de mercado que “o livre comércio de mercadorias torna o mundo propício à competição livre e aberta”. Não obstante, ficou provado que isso:

origina necessariamente a competição monopolista, gerando assimetrias na troca mesmo nas melhores condições. Os Estados Unidos têm usado repetidamente a arma da recusa de acesso ao seu imenso mercado a fim de obrigar outras nações a atender a seus desejos (HARVEY, 2009, p. 109).

Como se não bastasse o histórico rol de condicionalidades impostas aos países dependentes de capital e em regra de pires na mão na porta da Casa Branca, agora [século XXI] os Estados Unidos planejam incluir mais uma “cláusula de acesso ao mercado aberto, segundo o modelo norte-americano, nas contas do Desafio do Milênio [*Millenium Challenge Grants*]”. De acordo com essa cláusula, os Estados Unidos:

oferecem ajuda externa a países pobres, em troca da qual estes países têm de adotar estruturas institucionais compatíveis com as dos Estados Unidos e, por meio disso, abrir-se a qualquer coisa que as forças superiores do capital monopolizado desejarem ou precisarem fazer (HARVEY, 2009, p. 110).

A União Europeia adota atualmente determinações similares, no sentido de impor mudanças nas leis internas dos países que tenham interesse de aderir ao bloco, o que implica numa relativização de suas respectivas soberanias. Os países [especialmente os antigos países comunistas da Europa Central e do Leste] candidatos à condição de membros da União Europeia devem gradualmente adaptar as suas leis aos padrões mínimos que a União exige, como a promoção da democracia e a defesa dos direitos humanos. Para os candidatos, a admissão é meta extremamente desejável, pois seu ingresso propiciaria o alcance de estabilidade e prosperidade (SINGER, 2004, p. 134).

Na questão econômica há Estados intervencionistas e outros não. Internamente, ainda que o Estado não interfira diretamente no mercado, ainda assim ele está intervindo de algum modo ao formular regras, baixar decretos, leis, e outras normas ou diretrizes que afetam diretamente as atividades de mercado. O sistema capitalista internacional propugna o Estado Mínimo, que se ocupe tão somente da segurança e da justiça, deixando para si a “competência” para gerir o mercado. Por outro lado, há o Estado atuante e interventivo que avoca para si o papel ativo nas questões do mercado e faz uso dos instrumentos administrativos, jurídicos e legais para manter sob controle a atividade econômica, corrigindo as distorções que se verifiquem. Em muitos casos, o papel de legislar destes Estados é usurpado por *forças* nem sempre ocultas que ditam as regras do jogo em campo alheio.

### 5.1.1 Influxos internos no Congresso dos Estados Unidos

Como vimos, o Brasil vem sofrendo influências dos Estados Unidos em inúmeros campos de interesses há muito tempo.<sup>181</sup> Para trabalharmos as influências exercidas pelos americanos do Norte no plano externo, importa antes alguns apontamentos sobre as influências sofridas internamente pelo próprio Tio Sam, que leva a concluir ser uma prática corrente tanto no plano doméstico como no externo. O exercício desses influxos, como vimos, pode ser efetuado diretamente pelos vários meios já referidos, públicos ou privados, e também através dos meios de comunicação em massa, pela via de tratados com entidades supranacionais [blocos econômicos], por instituições internas como a CIA, ou por meio dos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, entre outros. A partir deste ponto, mais especificamente na última seção, passaremos a abordar especificamente a influência norte-americana sobre as constituições brasileiras e sobre a legislação de ensino, no período de referência da tese. Nessa última parte, constataremos que a

---

<sup>181</sup> Galeano (2011, p. 259-260) faz uma interessante comparação entre o imperialismo dos Estados Unidos na América Latina e o subimperialismo do Brasil em relação ao Paraguai, que lembraria a situação que descrevemos anteriormente de Portugal em relação ao Brasil e à Inglaterra (O Tratado de 1810 e a abertura dos Portos). No final da década de 1970, informa, o Paraguai outorgou ao Brasil uma concessão de petróleo em seu território, mas o negócio da distribuição de combustíveis e a petroquímica, no Brasil, pertencem aos norte-americanos. A Missão Cultural Brasileira, diz Galeano, é dona da Faculdade de Filosofia e Pedagogia da universidade paraguaia, mas os norte-americanos, em nossos dias, manejam as universidades do Brasil. A respeito do Paraguai, prossegue, os Estados Unidos não ignoram a importância geopolítica desse país encravado no centro da América do Sul, mantém em solo paraguaio um sem-número de assessores que treinam e orientam as forças armadas, tramam os planos econômicos, reestruturam as universidades ao seu arbítrio, inventam um novo esquema político *democrático* para o país e retribuem com empréstimos onerosos os bons serviços do regime.

influência dos Estados Unidos sobre as Cartas Magnas brasileiras e sobre a legislação do ensino assinala um caminho importante para marcar sua presença na política e na economia do país.

Na parte final da última seção, como resultado dessa influência na legislação do ensino, verificaremos a intenção teleológica da presença anglo-americana na formação da cultura que, ao incutir valores, princípios, ideias e visões de mundo favoráveis à ação dos Estados Unidos da América na economia, obtêm a adesão pacífica e voluntária de praticamente toda a nação para os seus propósitos mercantis.

Influxos no legislativo não são exclusivos de acontecerem apenas no interior de algum país subdesenvolvido. Na intimidade dos Estados Unidos historicamente têm ocorrido exemplos destacados. E nem sempre quem se manifesta está se queixando dessa realidade. Para sabermos mais pregressamente como acontecia a feitura das leis, isto é, por quem as leis eram feitas naquele país, vejamos o que pensava James Madison, pensador político norte-americano que no século XVIII dirigiu os trabalhos da Constituição durante a Convenção da Filadélfia, em 1787. Quando das discussões sobre a Constituição, observou Madison que “se na Inglaterra as eleições fossem abertas a todas as classes de indivíduos, a riqueza dos proprietários de terra correria perigo. Cedo viria uma lei de reforma agrária”. Assim, o sistema constitucional deve ser concebido de modo a evitar esse tipo de injustiça e “assegurar os interesses permanentes do país”, que são os direitos de propriedade (CHOMSKY, 2002, p. 53). Prossegue Chomsky anotando que há dentre os estudiosos de Madison um consenso de que “a Constituição foi um documento intrinsecamente aristocrático, concebido para conter as tendências democráticas da época”. A responsabilidade primeira do governo “é proteger a minoria opulenta da maioria”, declarara Madison. Esse teria sido o princípio orientador do sistema *democrático*, desde as suas origens até hoje.

Na década de 1880, os fazendeiros do Sul dos Estados Unidos se queixavam do modo como eram dirigidas as instituições que elaboravam as leis, e que eram dirigidas pelos mesmos homens que controlavam as ferrovias (HUBERMAN, 1966, p. 173). A partir da guerra da secessão até por volta de 1890, grandes fortunas foram feitas com a mudança na legislação pelos que a requereram e promoveram, “e recrudescer a manipulação aberta e inescrupulosa das eleições, da legislação e da imprensa, como instrumento dos interesses particulares do grande capital” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 44).

Em 1894, o jornalista e escritor Henry Demarest Lloyd demonstrou em sua obra que a *Standard Oil Company* não somente manipulava o mercado para acabar com a competição, como também subornava os congressistas e zombava da democracia política. As grandes corporações que surgem nos EUA passaram a influenciar as atividades dos maiores partidos políticos e o processo de decisão ao nível local, estadual e nacional. Os legisladores frequentemente deixaram de distinguir interesses privados e dever público<sup>182</sup> (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 43). Diferentemente da competição de mercado, “a competição política não redunde em produtos e serviços melhores ou mais baratos nem em rendimentos mais elevados. Ela resulta, isto sim, em novas leis e regulamentos que quase sempre favorecem o lado politicamente mais poderoso” (REICH, 2008, p. 161). Em regra, o mercado tem sido eficiente em atender às exigências dos consumidores e dos investidores, mas:

a democracia se tornou menos sensível às demandas dos cidadãos, em busca de regras do jogo mais justas. Isso ocorre, sobretudo, porque o supercapitalismo invadiu o espaço da política. O dinheiro com que o Wal-Mart e outras grandes empresas estão inundando Washington e todas as outras grandes capitais bloqueiam as vias legislativas (REICH, 2008, p. 11).

O fato de interesses de classes ou grupos específicos internos de um país ou mesmo Estados estrangeiros influírem no Poder Legislativo de outro não é algo novo. No caso das classes ou grupos internos faz até parte do processo. Se ocorre num sistema político de democracia representativa, o povo ou nação, enquanto entidade coletiva abstrata e indivisível, exerce sua soberania por meio de órgãos representativos por meio de um corpo de representantes eleitos pelo voto, encarnando a vontade nacional. O Poder Legislativo fica assim encarregado de legislar, isto é, de elaborar as normas de alcance geral como emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções etc. Podemos fazer doravante referência a todas essas normas como “lei” para facilitar o tratamento da questão. Então, abstraímos que lei é norma ou regra jurídica emanada necessariamente do órgão competente do Estado

---

<sup>182</sup> De acordo com o *Center of Public Integrity*, entre 1998 e 2004, mais de 2.000 ex-altos funcionários federais se registraram como lobistas federais, assim como mais de 200 ex-membros do Congresso. Quase todos faziam lobby por grandes empresas. Ex-presidentes de comissões e subcomissões parlamentares obtinham remuneração de até US\$2 milhões por ano para influenciar a tramitação dos projetos em suas antigas comissões e subcomissões. O fluxo de dinheiro das empresas para Washington se acelerou ao longo das últimas décadas por força da lei da oferta e procura. A oferta de senadores, deputados, membros do secretariado e de altos funcionários da Casa Branca não aumentou substancialmente durante esse período. Mas a demanda por parte das empresas, na tentativa de influenciar o processo político aumentou, à medida que se intensificava a competição. Foi como uma corrida armamentista: quanto mais um dos concorrentes paga por acesso, mais os rivais precisam gastar para contrabalançar sua influência (REICH, 2008, p. 142-146).

com caráter de obrigatoriedade e de generalidade. No caso brasileiro, por órgão competente entendemos o Poder Legislativo, que é exercido, no plano federal, pelo Congresso Nacional, que se compõe por sua vez do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Contudo, nem sempre ditas leis advêm legitimamente deste Poder. Em outros termos, nem sempre este Poder tem independência para exercer o seu *múnus* de legislar. Neste caso, outras *forças* interagem na parte *íntima* mais reservada e fundamental do Estado determinando uma digressão da vontade original, usando o Poder Legislativo para legitimar os seus interesses privados, justos ou não.

As empresas de um país que vão realizar negócios em outros tratam de rodear essas atividades de toda a sorte de garantias, influenciando a feitura das leis que lhes assegurem privilégios, como lucros ilimitados, remessa dos mesmos sem qualquer entrave, retorno de capitais a qualquer momento, imunidades ou vantagens fiscais, etc. (PEREIRA, 1963, p. 32).

Na Idade Média, as corporações de mercadores no Norte da Europa eram muito poderosas, protegiam o seu comércio com navios de guerra próprios, tinham suas assembleias no governo e elaboravam suas próprias leis. Em 1439 na França foi outorgada pelo rei uma lei a pedido dos comerciantes para proteger o comércio, isto é, para lhes dar exclusividade comercial. O próprio rei, a princípio, não tinha muitas opções, pois o poder dos soberanos dependia do comércio e da indústria, pois eram estes que faziam fluir o dinheiro para as arcas reais (HUBERMAN, 1985, p. 83).

Uma grande tensão eclodiu entre os Estados Unidos e o México em 1917, com a promulgação da nova Constituição mexicana. Os norte-americanos consideravam o artigo 27 da Carta uma ameaça aos “interesses estrangeiros” porque passava ao governo a propriedade dos campos de petróleo do país, mesmo os anteriores contratos petrolíferos não tendo sido tocados com a nova lei. O dissenso manteve-se até a década de 1920 e os Estados Unidos somente não invadiram o México em razão disso, com haviam feito com outros países latinos, pelo custo de uma nova guerra e pelo fato de o Colosso do Norte já ter adquirido envergadura internacional e se desenhar como um império prenhe de mercados e esferas de influência pelo mundo todo (LENS, 2006, p. 350).

Visando dar coerência ao seu discurso anticolonialista, os Estados Unidos concederam a independência às Filipinas em julho de 1946, num evento recheado de pompa e cerimônias. Como prova de sua *magnanimidade*, concederam ao país uma verba de 380 milhões de dólares para reconstrução da economia da nova

nação devastada pela guerra. Todavia, como demonstra Lens (2006, p. 539), tanto a independência quanto a ajuda estavam condicionadas à aceitação pelos filipinos da Lei de Comércio das Filipinas (*Philippine Trade Act*) aprovada pelo Congresso americano. Dentre as condicionalidades presentes na lei unilateralmente imposta, os norte-americanos exigiam aos empresários de seu país os mesmos direitos conferidos aos empresários nativos; serem os capitalistas norte-americanos isentados das restrições constitucionais filipinas quanto à propriedade estrangeira; atrelamento da moeda local ao dólar e alocação de cotas de exportação para firmas dos Estados Unidos.

Os trustes norte-americanos do petróleo impõem à Bolívia, em 1955, o “Código do Petróleo”, cujo documento foi elaborado pela *Mission de Operaciones de los Estados Unidos en Bolivia* que encarregou à organização jurídica norte-americana “Shuster and Davenport” de redigi-lo. Segundo Monteiro (1963, p. 99), nenhum jurista boliviano acompanhou os trabalhos de elaboração da lei. O parlamento boliviano converteu-o em Decreto-Lei sem sequer discuti-lo. O novo código anulou a lei anterior sobre petróleo para permitir a exploração das reservas nacionais do óleo pelo capital estrangeiro, entrando em cena logo em seguida a *Gulf Oil Co.*

Em 1964, a administração de Kennedy não hesitou para tomar as medidas tendentes a bloquear a eleição de Salvador Allende para a presidência do Chile. Nesse ano, a CIA investiu mais de US\$ 2,6 milhões para eleger Eduardo Frei e assumiu mais da metade da campanha por meio de intermediários (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 318). Em 1970, contudo, Allende vence a eleição e Nixon, juntamente com o diretor da CIA, decidem pôr em prática o plano [que acabou fracassando] para impedir a posse do novo presidente, visto como uma séria ameaça aos interesses dos Estados Unidos no hemisfério. Allende assumiu e a CIA tratou de disseminar o caos no Chile. O êxito ianque veio somente alguns anos mais tarde, quando o General Augusto Pinochet deu um sangrento golpe de Estado, em setembro de 1973, apoiado pelos norte-americanos.

Em 1970, o Uruguai e a Bolívia também inquietavam os Estados Unidos. Em agosto de 1971 o presidente eleito da Bolívia foi derrubado por um golpe de Estado encabeçado pelo general Hugo Banzer, que deu o golpe respaldado diretamente pelo governo militar brasileiro, este possivelmente atendendo aos pedidos ou determinações do Colosso do Norte. Logo depois, no Uruguai, a administração de Nixon temia que ocorresse nesse país o mesmo que ocorrera no Chile com a eleição

de Allende. Desenvolveu então todos os esforços possíveis para evitar a vitória do general Liber Seregni, esforços que também contaram com o respaldo do governo militar brasileiro (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 320-1).

As intervenções militares são a ponta do *iceberg* imperialista. O poder hegemônico costuma ser empregado para garantir e promover arranjos institucionais internacionais e externos por meio dos quais as assimetrias das relações de troca possam funcionar em favor do poder hegemônico. É por meio desses recursos que, na prática, se extrai um tributo do resto do mundo. O livre mercado e os mercados de capital aberto tornaram-se o meio primário de criar vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças no mundo capitalista. O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido, por conseguinte, a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções (HARVEY, 2009, p. 147).

Tais intervenções podem ocorrer seja em razão da assunção de governos *não confiáveis*, seja em razão da adoção de medidas impostas para proteção do mercado interno nos países dependentes do capital externo.

### 5.1.2 Influxos externos dos EUA no Poder Legislativo brasileiro

Já foram referidas as normas que regiam o Brasil nos tempos da colônia. A campanha pela abolição da escravatura e a Lei Áurea não foram obra de nosso Parlamento. Era a Inglaterra que insistia pela libertação dos escravos na América Latina, pois acreditava que com a medida protegeria a indústria britânica. Como lembra Pereira (1963, p. 23) a primeira lei contra a escravidão no Brasil não foi brasileira e sim inglesa – o *Bill Aberdeen*, votado pelo Parlamento britânico, em 8 de agosto de 1845.

Demonstra WRIGHT (1978, p. 205) que em 1842, Willian Hunter,<sup>183</sup> encarregado de negócios dos Estados Unidos no Brasil, em luta contra a proeminência britânica no Brasil, confessou a Daniel Webster haver contribuído “com seus modestos esforços em 1837, para impedir a aceitação do tratado com Portugal pelas câmaras, explicando confidencialmente a Feijó que permitir tal tratado seria um obstáculo ao seu plano quanto a futura tarifa”. No projeto elaborado em 1837 pela “Comissão para o melhoramento do meio circulante” existe “uma comprovada

---

<sup>183</sup> Hunter foi um dos mais hábeis a consolidar a posição norte-americana no Brasil, posição essa em nítido desafio à Grã-Bretanha e seus interesses no país sul-americano (WRIGHT, 1978, p. 80).

relação de causa e efeito na participação direta de James Birckhead, negociante do Rio e cônsul dos Estados Unidos na solução final aprovada”. Já nessa época crescia a indústria dos Estados Unidos e o desejo de expansão também dos produtos agrícolas exigia a transposição de fronteiras possíveis de servir como mercado consumidor. E não era somente a América Latina cuja geografia estava constantemente refletida nos cobiçosos olhos dos americanos anglo-saxões.

Havia [também] o Oriente, onde o comércio americano do tipo penetrador de monopólios, encetado pela iniciativa individual, passava a ceder lugar ao planejamento econômico feito com apoio decisivo do Estado, contando com a nomeação de enviados especiais para obtenção de tratados. Homens como Biddle e Preble são precursores do tipo de atitude simbolizada pelo canhoneiro de Perry ao “abrir” Nagasaki para o comércio mundial, obedecendo a ordens emanadas de toda uma administração (WRIGHT, 1978, p. 257).

Mal foi instaurada a república no Brasil e ocorreu um acordo comercial entre o Brasil e Estados Unidos, chamado Tratado Blaine-Salvador ou Blaine-Mendonça. O acordo estabelecia preferências tarifárias para ambos os signatários, prevendo a troca de produtos agrícolas e manufaturados entre os países. Do lado norte-americano, havia uma extensa lista de produtos que teriam tratamento alfandegário preferencial no Brasil, que de fato tiveram. Do lado brasileiro, o café, o couro e o açúcar teriam, em contrapartida, vantagens alfandegárias nos Estados Unidos. O Brasil pretendia a um só tempo ampliar o mercado de café e conquistar uma posição privilegiada para o seu açúcar. No entanto, o acordo assinado em 31 de janeiro de 1891 não continha cláusula de exclusividade para o açúcar brasileiro. Com isso, logo em seguida os Estados Unidos firmaram acordo semelhante com a Espanha envolvendo o açúcar produzido nas Antilhas, o que reduziu a cinzas as vantagens almejadas pelo Brasil.

Eduardo Prado (1893) foi contemporâneo desse acontecimento e relata que foi no intuito de dar saída a seus produtos e de criar-lhes vantagens especiais nos mercados estrangeiros que os Estados Unidos quiseram impor tratados de reciprocidade comercial a todos os países da América. Segundo ele, essa estratégia de extorquir tratados dos países latino-americanos a troco de vantagens ilusórias, esteve confiada a Blaine quando ele foi Secretário de Estado pela segunda vez. Para Prado:

a república brasileira, então ainda na primeira das suas diversas e sucessivas ditaduras, foi o primeiro país que cedeu aos desejos dos Estados Unidos, assinando o tratado de reciprocidade comercial, que ficará conhecido na história pelo nome de tratado Blaine-Salvador, porque os seus

signatários são aquele estadista americano e o ministro brasileiro em Washington, senhor Salvador de Mendonça. Esse tratado, foi motivo para o Brasil ser prejudicado sem a mínima vantagem, e deu ocasião a uma grande deslealdade por parte do governo norte-americano.

Esse tratado extorquido do Brasil, como alude Eduardo Prado, não foi o primeiro nem seria o último. O embaixador norte-americano Hershell Johnson articulou junto ao legislativo brasileiro uma lei definitiva sobre capitais estrangeiros e fluxos cambiais. Já tramitava no Congresso um projeto do deputado Adolfo Gentil, que foi afinal sancionado no início de 1953, concedendo aos capitais estrangeiros um mercado cambial livre, sem qualquer restrição à remessa de lucros, juros e dividendos ao exterior. Essa medida deu liberdade aos capitais estrangeiros e esvaziou o decreto de 1952 (RIBEIRO, 2001b, p. 113).

## 5.2 O AMERICANISMO NA TERRA DOS PAPAGAIOS: O MIMETISMO TOMA CONTA DO BRASIL

A admiração explícita e indisfarçável ao gigante do Norte faz um furor imitativo tomar conta do Brasil. E isto pode ser facilmente percebido já nos princípios do século XIX, não apenas pela então “*joia da coroa*” das colônias lusitanas. A desintegração do império espanhol nas Américas foi uma das consequências geradas pela Revolução Francesa. Do México ao Chile as colônias foram se sucedendo nas declarações de independência, “muitas tomando emprestada a linguagem da Declaração de Independência americana de 1776 e adotando constituições modeladas na dos Estados Unidos” (MAY, 1964, p. 43). Na declaração que fez para justificar a conveniência dos Estados Unidos de não apoiar os rebeldes nem prestar-lhes apoio em sua luta por independência, de modo a não entrar em choque com a Espanha<sup>184</sup>, o senador Henry Clay assinalou em 1820:

Alguém duvida dos sentimentos do sul para conosco? Apesar de nossa frieza para com eles, do rigor de nossas leis e da conduta de nossos funcionários, seus corações ainda se voltam para nós como seus irmãos; e não tenho qualquer dúvida possível – se nosso governo tomasse a iniciativa de reconhecê-los – que eles se tornariam ainda mais ansiosos em imitar nossas instituições e em assegurar a si próprios e a sua posteridade a mesma liberdade que gozamos (MAY, 1964, p. 47).

---

<sup>184</sup> A Espanha estava receosa que os Estados Unidos viessem a apoiar os movimentos de independência. Os Estados Unidos, por sua vez, acharam vantajoso esperar o desfecho dos movimentos, na expectativa de receber muitas das concessões prometidas pela Espanha especialmente no que tange aos limites do território na América do Norte (MAY, 1964, p. 47).

A pujança dos Estados Unidos, a exuberância de seu progresso e seus ideais democráticos, já assinalavam aos observadores o que viriam a ser aquele país.<sup>185</sup> O modelo do país setentrional despertava a admiração dos brasileiros simpáticos à ideia de república, que queriam ter um destino similar ao vizinho da parte Norte da América. Idealizavam um continente inteiro consentâneo com esses ideais. O entusiasmo pelo americanismo levou, em 7 de julho de 1831 ao periódico “O americano” que em sua primeira edição proclamava os Estados Unidos como país cuja política era a “menos exposta aos abusos de poder, a mais favorável à ventura das massas” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 111). A admiração e desejo tanto de parte do povo quanto de pessoas do governo de seguir os passos vitoriosos do país ianque se sucediam numa profusão explícita.

O auge do entusiasmo nesse período pode ser verificado na iniciativa legislativa que um grupo de oito deputados brasileiros apresentou na Câmara em 18 de agosto de 1834. Pelo projeto de lei, formar-se-ia uma federação unindo Estados Unidos e Brasil, tendo como principais disposições:

Art. 1º - O Brasil e os Estados Unidos serão federados para, mutuamente, se defenderem contra pretensões externas e se auxiliarem no desenvolvimento da propriedade interna de ambas as nações.

Art. 2º - As duas nações se defenderão com todas as suas forças, determinando-se para esse fim anualmente as necessárias contribuições pecuniárias.

Art. 3º - Cada uma das nações terá representantes na Assembleia Nacional da outra.

Art. 4º - Os produtos de cada uma serão recebidos na outra da mesma maneira que os próprios, isentos de qualquer imposto.

Art. 5º - As duas nações prestar-se-ão mútuo auxílio para que as instituições, misteres e produções de uma se naturalizem na outra.

Art. 6º - Os cidadãos de cada uma das duas nações gozarão na outra de todos os benefícios dos naturais desta.

Art. 7º - As causas entre os súditos das duas nações serão decididas, ou por conciliação, ou por árbitros nomeados pelas partes, ou por júri composto de jurados nacionais com elas em igual número.

Art. 8º - As duas nações obrigar-se-ão a ajudar-se mutuamente na conservação, e perfeição da forma nacional de governo, em todas as calamidades que se oponham a seu melhoramento físico e moral.

Art. 9º - O governo do Brasil procurará realizar este tratado de aliança que será indefinido.

---

<sup>185</sup> Tocqueville (2001, p. 466/7) avaliou no início do século XIX que as condições favoráveis dos Estados Unidos destinavam este país a satisfazer um dia às necessidades dos americanos do Sul. [...] Para ele, “os americanos dos Estados Unidos já exercem grande influência moral sobre todos os povos do novo mundo. É deles que parte a luz. Todas as nações que habitam este continente já estão habituadas a considerá-los os rebentos mais esclarecidos, mais poderosos e mais ricos da grande família americana”.

Art. 10º - Este tratado depois de ser concluído será apresentado à Assembleia Geral para ser definitivamente aprovado.

Art. 11º - Ficam revogadas as disposições em contrário.<sup>186</sup>

Em torno dessa época, o receio de desintegração das províncias, repetindo o drama da América espanhola com a mudança da forma de governo adotada e a forma de votação, chegou ao Parlamento brasileiro. Paula e Sousa, defensor do voto secreto, arrola o exemplo da América do Norte, “modelo na ciência da legislação e na liberdade, onde as votações são pessoais, não são públicas” (WRIGHT, 1978, p. 57).

No clima de litígios múltiplos gerados pela guerra do Paraguai, de um lado o apoio da Inglaterra aos aliados, e dos Estados Unidos ao Paraguai de outro, a declaração de J. Watson Webb, ministro dos Estados Unidos no Brasil, de que “O Brasil é rico, poderoso e progressista” era um contraponto à avalanche de acusações da imprensa norte-americana ao Brasil de que este pretendia reanexar o Uruguai, e que era apoiado por monarquias europeias, particularmente a Inglaterra, contrariando sua forma de governo republicano. Webb prosseguiu argumentando que o Brasil era nominalmente Monarquia Constitucional, mas “sua Constituição, seu legislativo, seu judiciário e todas as suas leis e regulamentos comerciais inspiravam-se nos Estados Unidos” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 164).

A presença de D. Pedro II na Exposição da Filadélfia, em 1876, em comemoração ao centenário da independência, marcou por vários aspectos. A exposição tinha o pretexto de mostrar o desenvolvimento tecnológico dos Estados Unidos e sua grande força material. Era um indisfarçado evento de publicidade. Foi então que o monarca brasileiro conheceu melhor o telefone e a luz elétrica, e demonstrou o desejo de ter o Brasil como o primeiro país estrangeiro a fazer uso dessas invenções. Não tardou para que fosse dada uma concessão à *Telephone Company of Brazil* para estabelecimento de uma rede telefônica em solo brasileiro. Pelo Decreto 7.151, de 8 de fevereiro de 1879, D. Pedro II concedeu a Thomas A. Edison o privilégio de introduzir no Brasil os aparelhos por ele inventados, destinados ao uso da luz elétrica (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 189).

Foi a partir da década de 1870 que teve início no Brasil uma oposição mais organizada e forte ao regime monárquico, com o advento do Partido Republicano, constituído por um grupo de dissidentes do Partido Liberal.

---

<sup>186</sup> *Annaes do Parlamento brasileiro*, sessão de 1834, t. II Rio de Janeiro. Tip. De Hipólito José Pinto & Cia., 1879, p. 241, *in*: Wright (1978).

O discurso republicano propugnava um sistema federalista que se amoldava ao interesse das classes dominantes das províncias da região Sudeste, seduzidas pelo sistema político da América do Norte, desejosas de um sistema de valores similar ao daquele país, cujas teias de influência já se estendiam para todo o continente americano, estabelecendo sua hegemonia cultural, econômica e política (MESQUIDA, 1994, p. 20).

Embora tenha tido início muito antes disso o ardor dos brasileiros por reproduzir ou tentar reproduzir<sup>187</sup> com a maior fidelidade possível tudo o que era feito pelos anglo-americanos, a faina de copiar o modelo do Norte tornou-se mais evidente no curso das lutas pela queda da monarquia e estabelecimento da república.

### 5.3 ENTES CONDICIONANTES E ÓRGÃOS INSTRUMENTAIS DE CONTROLE

A Central Intelligence Agency - CIA<sup>188</sup> foi criada em 1947 no governo de Harry Truman. Como órgão de inteligência, tem funções de investigação, aconselhamento e formulação de políticas públicas e coleta de informações de pessoas, empresas e governos estrangeiros. Realiza atividades secretas e de espionagem a pedido do governo norte-americano, e tem desempenhado um papel ofensivo em atividades clandestinas e operações paramilitares no exterior. O receio de que pessoas, organizações ou mesmo Estados possam causar prejuízo aos interesses do Estado ou de corporações norte-americanas, faz do organismo um importante conselheiro

---

<sup>187</sup> **Inconfidência Mineira** - Os inconfidentes queriam um governo popular seguindo o modelo da Constituição dos Estados Unidos, entendendo, assim, “democracia” e “governo popular” tais como eram praticados na América do Norte; **Revolução Pernambucana** - as mesmas fontes republicanas estavam ali presentes: as ideias dos enciclopedistas franceses e o exemplo dos Estados Unidos. O chefe do movimento, Domingos José Martins, queria introduzir no Brasil o plano do general George Washington e proclamar a República Pernambucana; **Revolução Farroupilha** - A República Riograndense durou oito anos. Para os farrapos, os Estados Unidos eram o modelo de uma luta vitoriosa para conquistar a independência e para construir a República (MESQUIDA, 1994, p. 75).

<sup>188</sup> A CIA, sucessora do Office of Strategic Services (OSS), dedicou-se não apenas à coleta de dados, mas a vários tipos de operações de guerra psicológica e paramilitares, conhecidas como PP ou KUKAGE, que jamais deveriam ser a ela atribuídas ou ao governo dos Estados Unidos e sim a outras pessoas ou organizações. O ex-agente da CIA, Philip Agee reconheceu, em seu livro *Inside the Company: Cia Diary*, que essas operações são arriscadas porque quase sempre significam intervenção, pois visam a influenciar, por meios encobertos, os assuntos internos de outro país, com o qual os Estados Unidos mantém relações diplomáticas normais, e a técnica consiste essencialmente na “*penetration*”, buscando aliados desejosos de colaborar com a CIA. Daí que a regra mais importante na sua execução é a possibilidade de “*plausible denial*”, i.e., negar convincentemente a responsabilidade e a cumplicidade dos Estados Unidos com o golpe de Estado, ou outra operação, uma vez que, se fosse descoberto seu patrocínio, as consequências no campo diplomático seriam graves. In: Moniz Bandeira “A CIA e a técnica do golpe de Estado” - Revista Espaço Acadêmico— Nº 58 – março/2006 – Mensal – ISSN 1519.6186, in <http://www.espacoacademico.com.br/058/58bandeira.htm>. Acesso em 14 de maio de 2014.

do governo sobre a melhor estratégia de ação, incluindo a possibilidade de intervenção direta. É uma organização civil que tem um importante papel político em favor da manutenção do sistema imperialista. Reich (2008, p. 43) relata que por estranha coincidência, a CIA quase sempre descobria complôs comunistas exatamente nas regiões em que as maiores empresas dos Estados Unidos queriam garantir o abastecimento estável de recursos naturais.

A CIA esteve diretamente envolvida em oito tentativas de assassinar Fidel Castro. Em 1962, um assessor canadense do governo cubano afirmou ter recebido cinco mil dólares de um representante da *Defense Intelligence Agency*, para contagiar frangos com uma virose. Em 1977, na tentativa de arruinar a economia cubana, os Estados Unidos propagaram intencionalmente na ilha uma virose que resultou na matança de 500 mil porcos (ASSMANN, 1979, p. 187/8). A CIA esteve igualmente envolvida no golpe de 1964 no Brasil, conforme expõe Moniz Bandeira em artigo intitulado “A CIA e a técnica do golpe de Estado”:

O golpe de Estado, que derrubou o governo constitucional do presidente João Goulart, triunfou em 1º de abril 1964 e, em homenagem ao Dia da Mentira, logo se denominou Revolução Redentora, antecipando a data para 31 de março, ao mesmo tempo em que, a pretexto de defender a democracia, destruía a democracia e implantava uma ditadura militar. A CIA, nove anos depois da queda de Goulart, aplicou no Chile a mesma técnica para derrubar em 1973 o governo constitucional do presidente Salvador Allende, mas fracassou quando, em março de 2002, articulou outro golpe para derrubar o presidente Hugo Chávez, na Venezuela. (Revista Espaço Acadêmico– Nº 58 – março/2006 – Mensal – ISSN 1519.6186, *in* <http://www.espacoacademico.com.br/058/58bandeira.htm>. Acesso em 14 de maio de 2014

A CIA derrubou governos na Guatemala, Irã, Bolívia, Guiana Inglesa, Brasil, Camboja, Indonésia e também Chile e Argentina, e tentativa de invasão em Cuba e deu apoio clandestino a governos no Congo, Tailândia, Vietnã, Laos e Etiópia (LENS, 2006, p. 528). Com o patrocínio da agência, Juan Domingo Peron não resistiu mais do que um ano na presidência da Argentina (MONIZ BANDEIRA, 2005, p.183).

### **5.3.1 Organismos multilaterais - FMI e Banco Mundial**

Os primeiros bancos internacionais foram criados em fins da Idade Média.<sup>189</sup> Na Florença, os mercadores florentinos financiavam os tecelões que traziam fardos

---

<sup>189</sup> Cosimo de Médici fundou em Florença, em meados do século XV, um banco internacional, com agências em Bruges, Avignon e Londres, além de cidades italianas. Empréstava dinheiro aos

de lã da Península Ibérica, Inglaterra e África. Era assim que esses tecelões conseguiam recursos para promover suas importações. Como todos os países desenvolvidos foram em algum momento de sua história países em desenvolvimento, mesmo que tivessem as maiores reservas de matérias-primas e um povo formidável, a necessidade de recursos foi sem dúvida inquestionável para os projetos de desenvolvimento. Num primeiro momento a busca desses recursos para os financiamentos se voltou para os bancos e em certa medida ao dinheiro estrangeiro.

Na Europa medieval os mercadores se transformaram em banqueiros e “podiam obter lucros negociando com moedas e emprestando dinheiro para expedições internacionais, exército e comércio, o que os tornava indispensáveis a seus governantes” (SAMPSON, 1981, p. 29). A relação entre bancos e governos foi se estreitando sistematicamente até ao ponto de fusão entre política e dinheiro. Hodiernamente, não é tarefa simples conceber o Estado despregado do complexo bancário – público ou privado – que o circunda. Os países capitalistas mais desenvolvidos contam com vasta rede de bancos para financiamentos externos, mas não sem estabelecer pesadas condicionalidade e esperar redobrados frutos, pois “evidentemente, as nações doadoras têm interesses comerciais e políticos permanentes. Constitui um dos objetivos da política estrangeira promovê-los” (PINCUS, 1970, p. 39).

Os americanos do Norte se tornaram uma espécie de banco do mundo notadamente após a Segunda Grande Guerra. Cabe ressaltar que os Estados Unidos “concedem ajuda estrangeira desde os tempos da Lei dos Empréstimos e Arrendamento e da UNRRA<sup>190</sup> na II Guerra Mundial e, em grande escala aos países em desenvolvimento, desde 1950” jamais despidos, no entanto, de interesses (PINCUS, 1970, 22). Todos os países que fornecem ajuda ou fazem concessões visam a receber benefícios. Daí decorre a conclusão que emprestar dinheiro e impor condições ou esperar algo em troca que não seja a simples retribuição dos juros pactuados é atividade normal desde tempos remotos. Magdoff (1978, pp. 110/111) confirma essa tese:

---

príncipes e pagava juros aos seus poupadores na ordem de dez por cento. Em Roma o Banco Médici administrava o dinheiro do Papa (SAMPSON, 1981, p. 30).

<sup>190</sup> A UNRRA - United Nations Relief and Rehabilitation Administration, foi fundada em 1943, tornando-se parte das Nações Unidas em 1945. Tinha como escopo assistir e reabilitar a Europa que se encontrava em colapso físico e econômico em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

O poder financeiro, exercido através dos bancos e outras instituições do mercado de dinheiro, dá às nações industrializadas, condições para se manterem ou para aliviarem as dificuldades do balanço de pagamento; é o poder financeiro que, direta ou indiretamente, conserva na linha os países subdesenvolvidos, como fornecedores de matéria-prima. Isso não decorre de nenhuma trama ou conspiração: resulta do comportamento normal, autodefensivo, do capital.

O comércio segue a bandeira e o banco os acompanha como um fiel escudeiro. Como expressara Alexander Hamilton, em 1791, “a maioria das nações comerciais julgou necessário instituir bancos; e eles se revelaram o melhor dos motores já inventados para promover o comércio”<sup>191</sup> (SAMPSON, 1981, p. 50). O objetivo de promover um crescimento econômico global e favorecer uma economia mundial aberta se materializou com a criação de três instituições: o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD [também chamado Banco Mundial], ambos criados em 1944 na Conferência de Bretton Woods<sup>192</sup>, e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT<sup>193</sup>, instituído pouco depois. Todas essas instituições foram resultantes da preocupação dos países desenvolvidos com o estabelecimento de uma nova ordem internacional no pós-guerra. As discussões sobre os novos rumos a serem tomados exigiam a criação de instituições que fossem capazes de conferir uma maior estabilidade à economia mundial e contribuir para evitar o surgimento de novas crises, como os dois grandes conflitos mundiais. Inicialmente, a criação das duas instituições se deu em razão dos desastres causados pela Segunda Guerra Mundial, especialmente nos países europeus, visando a reconstrução dessas economias destruídas.

---

<sup>191</sup> Nem todos os presidentes norte-americanos, contudo, comungavam da mesma opinião. O presidente Adams expressou em 1819 que “os bancos causaram mais danos à religião, à moral, à tranquilidade, à prosperidade e mesmo à riqueza da nação do que praticaram, ou algum dia poderão praticar, o bem”. Antes dele, Thomas Jefferson considerava a expansão do crédito não uma virtude, mas um mal; na sua visão mais imaginosa do futuro, desejou que os Estados Unidos não praticassem nem o comércio nem a navegação [...] (SAMPSON, 1981, p. 50).

<sup>192</sup> O FMI e o Banco Mundial se revelaram os alicerces econômicos lançados em Bretton Woods. Os dois robustos gêmeos, como os chamava Keynes. Mas já se pensava na criação de um terceiro organismo – a Organização Internacional do Comércio (OIC). A criação da OIC foi resolvida numa reunião em 1948, em Havana, mas o Congresso recusou-se a ratificá-la e ela foi substituída por uma organização de muito menor alcance, o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) (SAMPSON, 1981, p. 80-82).

<sup>193</sup> A exemplo do FMI e do BIRD, o GATT visou à promoção de uma economia mundial aberta. Especificamente quanto a este organismo, o GATT estabeleceu um conjunto de regras para a liberalização do comércio internacional numa base multilateral. Mais tarde passou a ser chamado de Organização Mundial do Comércio – OMC. O mais importante programa da OMC é a remoção de barreiras ao comércio internacional, um programa que intensifica o processo de globalização e que encontra críticos ao desenvolvimento de uma única economia global. A propósito, Tony Clarke, diretor do Instituto Polaris, com sede em Ottawa, descreve a OMC como um mecanismo para “acelerar e ampliar a transferência da soberania dos povos, dos Estados nacionais para as empresas globais” (SINGER, 2004, p. 67).

O FMI, como já referido anteriormente, foi instituído visando à promoção de uma economia mundial aberta, tendo por escopo o encorajamento da cooperação monetária, a conversibilidade das moedas, a liquidez internacional e a eliminação das restrições de câmbio, todos vitais para quebrar barreiras e favorecer a expansão do comércio e investimentos estrangeiros. O BIRD, ou Banco Mundial, foi criado visando o encorajamento de investimentos estrangeiros diretos, aparelhando as garantias necessárias para os investimentos privados, participando de empréstimos privados e, nas hipóteses em que o capital privado não estivesse disponível, em termos razoáveis, investindo seu próprio capital. O BIRD é uma num conjunto de instituições que compõe o Banco Mundial. Além daquela existem outras quatro agências que foram sendo criadas ao longo do tempo: a IDA – Associação Internacional de Desenvolvimento, a IEF – Corporação Financeira Internacional, ICSD – Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos, e a MIGA – Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais. Para efeito do que pretendemos no presente trabalho, doravante utilizaremos apenas a denominação Banco Mundial.

Com a criação do FMI e do Banco Mundial, os Estados Unidos passaram a dispor de duas extraordinárias armas para continuarem a modelar o mundo de acordo com seus interesses e conveniências. Com o Banco Mundial controlado pelos norte-americanos, a ajuda para o desenvolvimento podia concentrar-se, no âmbito global, exatamente nas áreas em que grandes empresas americanas identificassem as melhores oportunidades (REICH, 2008, p. 43). As relações econômicas dos Estados Unidos com a América do Sul não são essencialmente diferentes das da Grã-Bretanha com suas colônias africanas. O Fundo Monetário Internacional desempenha modernamente o papel da administração colonial, isto é, de reforçar as regras do jogo (MAGDOFF, 1978, p. 165).

O FMI proporciona empréstimos ou dá a imprescindível luz verde para que outros os proporcionem. Nascido nos Estados Unidos, com sede nos Estados Unidos e a serviço dos Estados Unidos, o Fundo opera, de fato, como um inspetor internacional, e sem sua aprovação a banca norte-americana não afrouxa os cordões da bolsa; o Banco Mundial e outros organismos filantrópicos de alcance universal também condicionam seus créditos à assinatura das *Cartas de Intenções* dos governos perante o onipresente organismo (GALEANO, 2011, p.293).

Como lembra Moniz Bandeira (2005, p. 136), o fator fundamental do FMI emanou do princípio da condicionalidade, segundo o qual o Estado que recebesse a ajuda ficaria obrigado a satisfazer determinados objetivos como, por exemplo,

redução do déficit público, inflação, crescimento dos salários etc. O princípio da condicionalidade outorgava ao FMI um autêntico direito de ingerência nas políticas internas de cada Estado. Assim, como ressalta Ianni (1974, p. 89), a criação do FMI e do Banco Mundial em 1944 “simbolizou a nova configuração do capitalismo mundial e exprimiu a posição relativa altamente privilegiada dos Estados Unidos nesse conjunto”.

Um exemplo de influxo exercido pelo organismo no legislativo da Argentina e estabelecimento de condicionalidade é dado por Monteiro (1963, p. 108): o FMI, mediante empréstimo de US\$ 350 milhões àquele país, forçou o governo Frondizi a entregar o petróleo às empresas de capital americano. E essa dinâmica não é difícil de ser percebida. Os influxos são apenas uma das armas de que dispõem os países industrialmente mais ofensivos. O poder financeiro, exercido através dos bancos e outras instituições do mercado de dinheiro, dá às nações industrializadas condições para se manterem ou para aliviarem as dificuldades do balanço de pagamento. É o poder financeiro que, direta ou indiretamente, conserva na linha os países subdesenvolvidos, como fornecedores de matéria-prima. Para o banqueiro, “todos os países são cuidadosamente classificados de acordo com seu conceito de crédito, como se fossem clientes de cartão de crédito” (SAMPSON, 1981, p. 21).

Nas décadas de 1950 e 1960, desenvolveu-se na América Latina um período de desenvolvimentismo fortemente impulsionado por empréstimos oriundos dos organismos multilaterais e por investimentos externos diretos dirigidos à indústria básica e infraestrutura. As organizações multinacionais determinaram a mudança das condições estruturais básicas nos países em que se fizeram presentes e promoveram a formação de uma forte burocracia estatal, determinando uma guinada nas funções estatais, passando o governo a envolver-se com o empresariado. Os empréstimos e os investimentos externos diretos construíram “uma vasta estrutura de indústrias e empresas multinacionais nos países latino-americanos, interferindo nas decisões internas de cada país, participando da correlação de suas forças sociais” (MELO, 2004, p. 65).

Por essa análise não é difícil de entender como os Estados Unidos podem facilmente fazer uso da máquina em seu favor na execução de sua política externa, definir suas políticas e estabelecer suas prioridades. Como o estatuto prevê que as votações e as decisões são proporcionais à participação de cada país para seus fundos, isso assegura aos Estados Unidos maior peso entre as cinco nações com

direito a apontar seus diretores executivos, detendo a presidência do Banco Mundial desde a sua fundação.<sup>194</sup>

A concessão de financiamentos pelo Banco Mundial era designada e decidida pelo governo dos Estados Unidos que procurou promover os capitais privados, contrariando as expectativas dos países pobres que reclamavam financiamento para investimentos públicos. Suas políticas tenderam a favorecer os interesses da comunidade dos homens de negócios, enquanto os programas de ajuste recomendados pelo FMI tinham fundamento no fetiche do mercado livre.

O maior controle no gasto público traduzia-se em políticas que prejudicavam gastos em saúde e educação, ou suprimiam subvenções aos preços dos produtos de primeira necessidade e exigiam a desvalorização da moeda com o propósito de frear as importações, aumentar as exportações e propiciar a entrada de capitais (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 199).

Foi a partir de 1949 que o Banco Mundial passou a adquirir um caráter menos conservador e mais enfático. Oficialmente, o Banco Mundial era uma agência das Nações Unidas, “dentro do espírito do Artigo 59 da Carta”, mas poucas pessoas teriam imaginado isso vendo “a coleção de banqueiros americanos, ex-funcionários do serviço colonial britânico e variados especialistas que constituíam esse clube muito anglo-americano” (SAMPSON, 1981, p. 99).

Com a presidência de Eugene Black em 1949, se deu a mudança decisiva. O presidente percebeu que a necessidade mais aguda de desenvolvimento estava nos países periféricos, e começou a emprestar dinheiro não só a países “seguros” como o Canadá e a Austrália, mas a outros países duvidosos como Colômbia e Peru. Black compreendeu, contudo, que precisava informar-se mais sobre esses países [duvidosos] e o Banco Mundial iniciou a coleta de grande quantidade de informações sobre suas condições econômicas, dívidas, inflação e problemas políticos (SAMPSON, 1981, p. 99). Coletar dados muitas vezes sigilosos ou interferir de algum modo em nações aparentemente soberanas pode em algumas circunstâncias ser plenamente justificado. As medidas adotadas por Black não eram assim surpreendentes ou inadmissíveis, pois, “todos os países que fornecem ajuda ou fazem concessões visam a receber benefícios”. Como referiu-se Pincus (1970, p. 39) as nações doadoras ou prestamistas “têm interesses comerciais e políticos permanentes, [e] constitui um dos objetivos da política estrangeira promovê-los”.

---

<sup>194</sup> As outras quatro nações são Japão, Alemanha, França e Reino Unido.

Ao fim dos anos 50, após a reconstrução da Europa, ambas as instituições se voltam para o monitoramento do desenvolvimento dos países periféricos.<sup>195</sup> A erupção da Guerra Fria trouxe novos elementos para catalisar a atenção dos países líderes da Conferência de Bretton Woods. Era preciso agora dar assistência política, econômica e militar aos países subdesenvolvidos, para integrá-los ao bloco dos países independentes do mundo ocidental, fortalecendo a aliança não comunista (HADDAD, 2000, p. 18). À exceção da preocupação com os ventos incômodos da Guerra Fria, a ajuda aos países periféricos não continha elementos de caridade. Se um dos aspectos da ajuda sem vinculação é a ambição de modelar o mundo segundo os desejos de quem pretende essa hegemonia, não seria possível dissociar, na prática, a filantropia da luta pelo poder.

A partir da década de 1960, a transnacionalização das atividades dos grandes grupos econômicos, especialmente daqueles oriundos de países fortemente industrializados, “transferiu gradualmente a força motriz do crescimento econômico dos Estados para as empresas, especialmente as transnacionais” (HADDAD, 2000, p. 42). O Banco Mundial tem persistido na propagação da ideologia do livre mercado, mas, paradoxalmente, caracteriza-se um banco intervencionista por natureza, de um lado operando como um banco comercial com objetivos não disfarçados de ampliação dos investimentos e maximização dos lucros deles provenientes, e de outro, executando uma política de constante intervenção nos mercados, não necessariamente para promoção de políticas públicas em áreas estratégicas dos Estados de economia dependente, mas frequentemente em benefício do setor privado.

Os empréstimos internacionais, concedidos, na maior parte, pelos bancos americanos e pelo FMI, constituíram, assim, os principais meios de espoliação e subordinação dos países do Terceiro Mundo, dificultando o seu desenvolvimento econômico. A América Latina foi uma região particularmente afetada pelas políticas dos Estados Unidos, ao promoverem o liberalismo econômico através do autoritarismo político, de governos militares, a serviço da comunidade dos homens de negócios (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 199).

O atrelamento dos países de capital dependente e adesão aos entes condicionantes se mostrou inevitável. Nestes novos tempos o mercado financeiro

---

<sup>195</sup> O FMI emprestava apenas sob a condição de que o governo do país que pedia o empréstimo cortasse as despesas públicas e impusesse uma drástica deflação, o que reduzia forçosamente os salários e aumentava o desemprego. Essa severidade contrastava com a própria experiência americana no século XIX (SAMPSON, 1981, p. 114).

mundial<sup>196</sup> uniu os mercados de diferentes países e quebrou as fronteiras entre esses mercados.<sup>197</sup>

### 5.3.2 Programas de ajuda externa e os interesses subjacentes

A organização do mundo numa tendência mundial que busca a diversidade ideológica exige a imposição de freios. Os países periféricos precisam ser mantidos num espaço de controle dentro da estrutura organizacional do mundo. O FMI e o Banco Mundial, principalmente, são importantes instrumentos político-econômicos que afrontam governos democráticos, se de *esquerda*, suprimindo qualquer ajuda econômica ou asfixiando com pesados encargos os já endividados.<sup>198</sup> A inter-relação entre interesses econômicos e política exterior pode ser mais claramente percebida por observadores com mentalidade de negociante, como relata Magdoff (1978, p. 195), ao referir-se a asserção do presidente e *chairman* do Banco Mundial, Eugene R. Black, de que “nossos programas de auxílio externo constituem um benefício indubitável para os negócios norte-americanos”. Para o presidente, os três benefícios maiores são: a) o auxílio externo proporciona um mercado imediato e substancial para os produtos e serviços dos Estados Unidos; b) o auxílio externo estimula o desenvolvimento de novos mercados estrangeiros para as companhias dos Estados Unidos; c) o auxílio externo orienta as economias no sentido de livre iniciativa, no qual as firmas norte-americanas podem prosperar.

Os Estados Unidos, como líder, têm poder econômico para invadir a indústria e os mercados de seus principais parceiros de negócios e aliados políticos-militares. Têm os recursos para manter no mundo uma posição militar dominante. Podem continuar dando ajuda ao estrangeiro, emprestar, investir nos países subdesenvolvidos, amarrando-os com maior firmeza através da dependência financeira resultante. Tudo isso – e mais a

---

<sup>196</sup> As forças do mercado acabaram sendo controladas por grandes corporações transnacionais, bem como por órgãos multilaterais, em especial o FMI e o Banco Mundial, ligados àquelas por interesses próprios e/ou das nações em que mantêm suas bases de ação. A ideia de um mercado livre, longe dos riscos de intervenção estatal, mas controlado pelas grandes corporações, irradia-se por todas as áreas de interesse econômico, em especial os estratégicos. Uma vez articulados seus tentáculos, as forças do mercado internacional não têm compromisso com os interesses das nações em que são atuantes, suas culturas, idiossincrasias ou com algum projeto de melhoria das condições sociais ou de redução das desigualdades (ALMEIDA, 2004, p. 112).

<sup>197</sup> Os mandarins do FMI conheciam bem o poder que exerciam sobre os países em desenvolvimento e sabiam mais de segredos deles que a maioria de seus críticos. Haviam visto o mundo (na frase de um banqueiro) com as calças arriadas (SAMPSON, 1981, p. 118).

<sup>198</sup> O Brasil é o maior tomador em toda a história bancária. Deve nada menos que 60 bilhões de dólares, a maior parte a bancos americanos. Tomou tanto dinheiro que adquiriu um “Poder de Devedor” próprio. Ou, como diz o ditado: “Se deve ao banco bastante dinheiro, você o possui”, relata Sampson (1981, p. 22) a respeito da situação do país no início dos anos 80.

preservação da prosperidade e a prevenção das crises – se torna realizável em consequência da posição dos Estados Unidos como banqueiro do mundo e da posição do dólar como moeda de reserva mundial. E os Estados Unidos podem ser o banqueiro mundial e fornecer a moeda de reserva em razão de sua força econômica e militar, que obriga a cooperação de outras nações industrializadas (MAGDOFF, 1978, p. 117).

Os países subdesenvolvidos tinham que ser observados com mais atenção, pois ali é que estariam as melhores possibilidades de negócios vantajosos. Nesses países, os retornos podiam ser mais altos. Sampson (1981, p. 136) informa que em 1974, o Citibank, do Grupo Rockefeller, estava obtendo 40% de seus lucros nos países em desenvolvimento, com emprego de apenas sete por cento de seu ativo. Esses lucros imensos, explica, eram o resultado de uma operação hábil em cada país, beneficiando-se das altas taxas de juros locais que, não raro, eram controladas por um semicartel nacional. Assim, enquanto as margens de lucros estavam sendo obrigadas, pela feroz concorrência, a descer nos Estados Unidos, mantinham-se altas na Ásia ou na América Latina. Quanto mais pobre o país, mais altos os lucros e Walter Wriston, presidente do Citibank, não ocultava a vitória de tirar tanto dinheiro das nações mais pobres: “Aqui, quem paga a conta é Jacarta.”

A interdependência no mundo capitalista e o inter-relacionamento entre o sistema monetário internacional e as operações financeiras dos Estados Unidos possibilitou o financiamento de três tipos de atividades no exterior: investimento privado, despesas militares e o programa do governo de ajuda ao exterior. “Essas três atividades possuem um traço em comum: servem para manter e reforçar o *controle*.” Controle das fontes de matéria-prima e controle de mercados; controle e manutenção do papel de líder e administrador do sistema imperialista (MAGDOFF, 1978, p. 123).

O futuro tratou de demonstrar o aumento descomunal da influência dos organismos multilaterais na vida das nações dependentes no âmbito da “ajuda”. Por meio de ignominiosas condicionalidades, o Banco Mundial e o FMI, com rédeas curtas manejadas pelos *cowboys* do Norte, passaram mais do que nunca a ditar a sorte não só dos povos por eles considerados de “segunda classe” (negros, latinos, asiáticos) como também de outras nações anglo-saxônicas, “sangue do seu sangue”. Em nome do *sagrado* direito de acumulação da propriedade e da obtenção de lucro máximo, conjugado com uma submissão própria da vassalagem feudal dos países constrangidos ao sistema imperial-capitalista, os:

Estados Unidos passaram então a modelar a nova ordem econômica mundial, ditando aos países devedores as medidas estabelecidas pelo *Washington Consensus*, e através de tal condicionalidade solaparam significativamente a soberania nacional dos países da América Latina e de outras regiões. [...] Esses países perderam, eventualmente, sua capacidade de controlar sua economia, determinar seu futuro e formular políticas de acordo com a sua própria realidade social (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 519).

Para Galeano (2011, p. 272) o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial “nasceram juntos para negar aos países subdesenvolvidos o direito de proteger suas indústrias nacionais, e para neles esmorecer a ação do Estado”.

As corporações multinacionais utilizam diretamente do Estado para acumular, multiplicar e concentrar capitais, aprofundar a revolução tecnológica, militarizar a economia e, mediante diversos mecanismos, garantir o êxito da norte-americanização do mundo capitalista. Neste último sentido cumprem suas funções o Eximbank, Banco de Exportação e Importação, a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), e outros organismos menores; também operam assim alguns organismos supostamente internacionais, nos quais os Estados Unidos exercem sua incontestável hegemonia: o FMI e seu irmão gêmeo o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que se arrogam o direito de decidir a política econômica que devem adotar os países que solicitam crédito. Lançando-se exitosamente ao assalto dos bancos centrais e dos ministérios decisivos, apossam-se de todos os dados secretos da economia e das finanças, redigem e impõem leis nacionais, e proibem ou autorizam as medidas dos governos, cuja orientação preceituam em todos os detalhes (GALEANO, 2011, p. 301).

O FMI lança-se à oferta e patrocínio de cursos de capacitação de modo a inaugurar um processo de internacionalização da tecnocracia. É uma diversificação de atribuições, mas com o mesmo escopo final. Entre as funções de assessoramento que o Fundo Monetário realiza, “são os que visam capacitar tecnicamente funcionários e dar-lhes condições de aumentar a eficácia das administrações financeiras nas quais operam” (IANNI, 1974, p. 104). O aluno do Fundo, aduz:

é membro de uma equipe e não deve fazer juízos de valor, trabalha em geral no anonimato e “despersonalizado”, isto é, ele se envolve, questiona, opta, mas são trabalhados como “coisas”, elementos que produzem o pensamento tecnocrático, desagregado dos conteúdos políticos das condições reais de existência de pessoas, grupos e classes sociais. Na medida em que o técnico se incorpora à burocracia estatal, diretamente ou por meio da agência multilateral, ele tende a relegar para segundo plano, ou mesmo a desconhecer os conteúdos políticos do seu trabalho.

Por meio dos cursos que realiza também nos idiomas francês e espanhol, para aqueles que não dominam o inglês, o Fundo organiza programas de

capacitação nos quais explica aos funcionários dos países membros, previamente selecionados, os métodos de análise e os critérios do Fundo.

### 5.3.3 Aliança Para o Progresso

O nome de Deus tem sido invocado pelos vizinhos do Norte desde a primeira viagem dos peregrinos do Mayflower para o Novo Mundo, para justificar a missão que o Todo-Poderoso legou ao, agora também todo-poderoso, país americano: *a defesa da liberdade das pessoas num mundo livre* (diga-se, a liberdade de comércio e da propriedade). O discurso de posse de John F. Kennedy em 20 de janeiro de 1961 não destoou dos inúmeros discursos dos anteriores presidentes e demais políticos que trataram da política exterior norte-americana. Disse Kennedy nessa ocasião que às repúblicas ao Sul de sua fronteira ele ofereceria algo especial, deixando implícito cento e quarenta e um anos depois o postulado da Doutrina Monroe:

Converter nossas boas palavras em bons atos, numa nova aliança para o progresso, assistir aos homens livres e aos governos livres na sua tarefa de se livrarem das correntes da miséria. [...] E façamos com que qualquer outra nação saiba que este hemisfério pretende continuar a ser dono de seus próprios domínios.<sup>199</sup>

A assunção da presidência representava um especial desafio ao novo presidente. Herdara de Eisenhower todo um hemisfério tumultuado e prenhe de contestações. Sua principal preocupação seria impedir que o comunismo sob as rédeas de Castro “cubanizasse” os países latino-americanos.<sup>200</sup> Para tanto, como lembra Moniz Bandeira (2007, p. 555) o uso da força não bastava para conter as ebulições que grassavam de cima a baixo do Continente, era preciso que Washington ajudasse os povos ao Sul de sua fronteira a melhorar suas condições de vida, abrindo-lhes perspectivas de mudança, dentro do capitalismo. Somente assim, promovendo reformas no continente, poderia impedir revoluções e salvar os seus domínios.

---

<sup>199</sup> O inteiro teor do discurso de Kennedy pode ser verificado em: <http://www.jfklibrary.org/JFK/Historic-Speeches/Multilingual-Inaugural-Address/Multilingual-Inaugural-Address-in-Brazilian-Portuguese.aspx>.

<sup>200</sup> Pode-se mesmo dizer que a Aliança foi criada em resposta à alternativa socialista apresentada pela Revolução Cubana (IANNI, 1974, p. 137).

O entusiasmo norte-americano por ajudar os povos das áreas economicamente subdesenvolvidas, fundado no esforço para desenvolver seus recursos e melhorar suas condições de vida, atingiu o ápice nos primeiros anos da década de 1960 com a chegada de Kennedy ao poder. Mas os Estados Unidos já vinham sendo os maiores fornecedores de ajuda há muito mais tempo, principalmente após a promulgação da Lei de Desenvolvimento Internacional em 1950.

Eisenhower criara o Banco Interamericano, seguindo os princípios normativos do Banco Mundial, a fim de prover, em base comercial, empréstimos para o desenvolvimento. Kennedy, inevitavelmente preocupado com a América Latina, especialmente ante a revolução castrista em Cuba, queria, porém, demonstrar que o capital americano podia fazer-se acompanhar de progresso social. Em agosto de 1961 proclamou sua nova e ambiciosa “Aliança para o Progresso”. Na sua mensagem em Punta del Este dizia: “Reunimo-nos para fazer essa revolução que vai moldar o futuro” (SAMPSON, 1981, p. 103).

A Aliança para o Progresso<sup>201</sup> era um caso teste de capitalismo benevolente, “nenhum fornecedor de dinheiro jamais provocou maior entusiasmo na história”, disse no ano seguinte a Kennedy seu assessor Morales-Carrión (SAMPSON, 1981, p. 104). O que parecia ser uma genuína preocupação norte-americana com as condições existentes nos países da América Latina, revelou-se tão somente mais um desdobramento da Doutrina Truman e do Plano Marshall. Oficialmente era um programa destinado a promover o desenvolvimento econômico e social da América Latina. A Carta de Punta del Este foi assinada em 17 de agosto de 1961 proclamando a decisão de associar-se num esforço comum para alcançar o progresso econômico mais acelerado e justiça social mais ampla para seus povos, respeitando a dignidade do homem e a liberdade pública. Os recursos aprovados seriam usados em programas de distribuição de renda, eliminação do analfabetismo, reforma agrária, industrialização, habitação popular e na integração das economias latino-americanas em um mercado comum.

Na prática, excetuado o discurso de auxílio humanitário, o objetivo era apenas garantir que nenhum outro país americano seria alcançado pelo avanço soviético, evitando, assim, a repetição do que aconteceu com Cuba. De fato, também

---

<sup>201</sup> Na reunião dos países latino-americanos em Punta del Este, no Uruguai, Douglas Dillon, antigo banqueiro que dirigia a delegação americana, foi confrontado pelo líder guerrilheiro Che Guevara, que disse aos latino-americanos que deviam agradecer a Cuba pela inesperada generosidade dos Estados Unidos, mas que, sendo um instrumento do capitalismo, ela forçosamente fracassaria. Não obstante essa advertência, vinte nações latino-americanas assinaram a Carta da Aliança para o Progresso. (SAMPSON, 1981, p. 104). Lens (2006, p. 600) informa que foram dezenove países, à exceção de Cuba, a ratificarem a Aliança em 17 de agosto de 1961.

pretendia a Aliança proporcionar a abertura ao investimento das empresas norte-americanas nos países latino do hemisfério. No momento histórico em que a Aliança foi lançada com grande rumor, à sombra atemorizadora da Guerra Fria e da Revolução Cubana, mostrou-se uma manobra oportuna e engenhosa para difundir os ideais econômicos e culturais do capitalismo ocidental. Disse Kennedy em 19 de março de 1961, no seu Discurso Sobre a Aliança Para o Progresso<sup>202</sup> aos diplomatas latino-americanos:

Convoquei todos os povos deste hemisfério para se unirem numa nova Aliança para o Progresso – *Alianza Para Progreso* -, que é um enorme esforço de cooperação, sem paralelo em magnitude e em nobreza de propósitos, destinada a satisfazer as necessidades básicas dos povos americanos no que diz respeito a casa, trabalho e terra, saúde e escolas – *techo, trabajo y tierra, salud y escuela*.

Ficou evidenciada nesse discurso, além das condicionalidades, a preparação do terreno para a expansão do comércio despido de quaisquer barreiras para formação do fenômeno que se consolidou como globalização. Como lembra Ianni (1974. P. 23) a Aliança para o Progresso não se caracterizou como a única agência por intermédio da qual “os governantes dos Estados Unidos procuram estruturar e intensificar a sua atuação nos assuntos internos dos países da América Latina”. Obviamente existem outras agências governamentais norte-americanas bem como também organizações multilaterais – interamericanas e mundiais – além da Aliança para o Progresso, as agências e as organizações em seu conjunto têm “sido instrumentos eficazes de atuação nos assuntos econômicos, políticos, militares e culturais internos dos países do hemisfério”. Essas organizações, esclarece Ianni, “em geral, facilitam a “despolitização” das controvérsias e contradições inerentes às relações imperialistas”.

Vejamos alguns excertos, referenciados por May (1964, p. 233-237), das propostas de Kennedy no âmbito da Aliança para o Progresso:

É preciso que cada nação latino-americana formule planos que estimulem a atividade privada e a iniciativa particular;

Destinação de verba de 500 milhões de dólares para atacar barreiras sociais que bloqueiam o progresso econômico;

O dinheiro será usado para combater o analfabetismo, melhorar a produtividade, fornecer oportunidades educacionais...;

---

<sup>202</sup> Discurso de John F. Kennedy sobre a Aliança para o Progresso aos Diplomatas Latino-Americanos, em 19 de março de 1961. In May (1964, p. 233-237).

Devemos apoiar a integração econômica que é um verdadeiro passo na direção da obtenção de mercados mais amplos e de uma oportunidade maior...;

Os Estados Unidos estão prontos a cooperar para o exame sério, detalhado, dos problemas referentes aos mercados de matérias-primas;

Devemos expandir rapidamente o treinamento daqueles que são necessários à estrutura econômica nos países em desenvolvimento rápido – expansão dos programas de treinamento técnico;

Precisamos de professores de vossa literatura e de vossa história e tradições, precisamos de oportunidades para que os nossos jovens estudem em vossas universidades, tenham acesso à música, às artes e ao pensamento dos grandes filósofos de vossos países.

No Diário de Notícias de 21 de março de 1962, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, advertia da romaria de políticos – prefeitos, vereadores, dirigentes de empresas e particulares - na embaixada dos Estados Unidos em busca de benefícios, mediante a recomendação da autoridade diplomática norte-americana. Para Pereira (1963, p. 135), as informações revelam que a “Aliança para o Progresso” funciona segundo este mecanismo: 1º) os monopólios conservam seu direito de extrair superlucros da América Latina; 2º) eliminam-se as barreiras alfandegárias, pela formação do “Mercado Comum Latino Americano”; 3º) esses superlucros são taxados pelo imposto de renda ao entrarem nos Estados Unidos; 4º) uma parte desse imposto de renda pago ao governo norte-americano constituirá o fundo da “Aliança Para o Progresso”, distribuído segundo um plano ao sabor dos interesses do Departamento de Estado.

Por mais que eventualmente Kennedy demonstrasse sincero interesse em melhorar as condições econômicas e sociais dos países situados ao sul de sua fronteira, na seara dos negócios a fraternidade ianque tem limites tão estreitos como o que leva o filho a emprestar dinheiro a juros para a mãe doente. Afinal, para o povo ao Norte do hemisfério negócios são negócios e isto é absolutamente natural. George Washington já advertia: “deveis ter sempre em vista que é loucura esperar de uma Nação favores desinteressados da outra e que tudo quanto uma Nação recebe como favor terá que pagar, mais tarde, com uma parte de sua independência.” Woodrow Wilson, em torno de 120 anos depois fez semelhante advertência: “À proporção que o capital estrangeiro afluir e tomar ascendência, também a influência estrangeira assume e toma ascendência” (PEREIRA, 1963, p. 136).

Diferentemente do Plano Marshall, a ajuda decorrente da Aliança para o Progresso continha condições e restrições importantes. Lens (2006, p. 601) informa

que a nação recebedora concordava, pela via das condicionalidades impostas, vincular da metade à totalidade de seus empréstimos para a importação de equipamentos norte-americanos como, por exemplo, comprar um trator Ford por um preço muito maior do que o produto similar japonês. Por efeito dessa cláusula, em 1968 a Bolívia recebeu empréstimo de 4,5 milhões de dólares para complementar seu orçamento, em troca do que Washington exigiu que o país comprasse vagões de mineração americanos ao triplo do preço do mesmo produto belga, e tubos para extração de petróleo cerca de sessenta por cento mais caros do que podia ser adquirido na vizinha Argentina.

Outra condição presente nessas condicionalidades era que pelo menos a metade do que o país recebedor comprasse fosse transportado em embarcações americanas a fretes muito mais altos que os praticados no mercado corrente. A soberania e independência do país tomador do empréstimo se diluíam em outra condição que dava a Washington o poder de vetar ou aprovar projetos específicos, examinar minuciosamente o orçamento do país para certificar-se da “responsabilidade fiscal” do recebedor. Para esse fim, peritos americanos eram colocados nos ministérios dos países latinos para supervisionar o que acontecia com o dinheiro emprestado.<sup>203</sup> Tudo manejado com o propósito deliberado de facilitar os negócios norte-americanos.

Mal nascera o *programa cooperativo* e o Departamento de Comércio dos Estados Unidos já celebrava o bom andamento da Aliança, ao menos em termos de vantagens diretas para si, observando que o programa criara novos negócios e fontes de trabalho para empresas privadas de 44 Estados norte-americanos (GALEANO, 2011, p. 302).

A Aliança não foi uma iniciativa isolada ou oportunismo de ocasião. As estratégias históricas de Washington não só para a América Latina, mas também para a Ásia e África, como mostra Lens (2006, p. 539), sempre visaram:

- 1) Estabelecer as portas abertas e o comércio multinacional como pilares das políticas econômicas;
- 2) Enfraquecer, isolar e afastar aquelas forças políticas que se posicionavam contra as portas abertas (os antigos impérios colonialistas europeus, os revolucionários nacionalistas ou comunistas);
- 3) Conquistar, como disse JFK, “influência e controle” sobre governos maleáveis (por meio de doações e empréstimos com cláusulas restritivas,

---

<sup>203</sup> Em meados da década de 1960 havia oitenta desses funcionários em trinta órgãos públicos da República Dominicana (LENS, 2006, p. 602).

ajuda militar, equipamento e treinamento de exércitos títeres, pactos militares, revoltas patrocinadas pela CIA, e intervenção militar direta).

Com o tempo, a Aliança esfriou seu ânimo e esvaziou seus propósitos, tornando-se inoperante. Ao contrário do Plano Marshall a Aliança foi ineficaz.<sup>204</sup> As principais razões de seu malogro foram a diminuição paulatina da ajuda norte-americana ao lado do desinteresse ou pouco empenho dos governos latino-americanos conservadores de promover as reformas preconizadas.

É, contudo, razoável concluir que, apesar do aparente fracasso, nesse propalado programa multilateral houve um vencedor: os Estados Unidos de John Fitzgerald Kennedy. Sob a égide acordos e tratados entre países e entre estes e corporações industriais e mercantis foram sem dúvida assinados, de regra fundados nas conhecidas condicionalidades tão importantes para assegurar a docilidade das nações latinas aos interesses anglo-americanos.

#### 5.4 MEIOS DE COMUNICAÇÃO A SERVIÇO DO SISTEMA

Nos novos tempos, os meios de comunicação de massa são imprescindíveis para o sistema capitalista manter-se e continuamente expandir-se, pois são capazes de alcançar um grande número de pessoas ou mesmo populações inteiras. E a ideologia do consumo como forma de realização pessoal, meio de obtenção de prestígio e até mesmo a ideia de ascensão social é o principal tom veiculado nos anúncios, em grande parte de produtos supérfluos e/ou descartáveis. Os afetados pela febre do consumo compram hoje para substituir amanhã apenas para viver o prazer da compra em si. “Todos consumindo, o sistema se fortalece e fica uma sensação sutil de liberdade e igualdade, princípios básicos das sociedades democráticas” (PIETROCOLLA, 1986, p. 35).

Os Estados Unidos em particular são no seu todo um país eminentemente consumista. Precisa consumir e ao mesmo tempo induzir continuamente a população ao consumo para tentar salvar sua arrogante economia com graves “problemas existenciais”. Seu estilo consumista e dissipador é disseminado para o

---

<sup>204</sup> Segundo o relatório da Comissão Especial de Coordenação para a América Latina numa reunião de Buenos Aires, “O déficit do balanço de pagamentos da América latina subiu de forma alarmante. De 558 milhões de dólares em 1946-1950, disparou para quase 5,5 bilhões em 1961-5” (LENS, 2006, p. 602).

resto do planeta através dos meios de comunicação, na busca de propagar aos quatro cantos do mundo o *american way of life* e os encantos de sua civilização.

Os meios de comunicação têm então, também, a finalidade de inculcar na pessoa a cultura consumista, consistente em estampar na alma *civilizada* do cooptado a associação entre o produto disponível no mercado e valores como poder, *status* e prestígio, de modo que não ter o produto desperte um forte sentimento de inferioridade, vazio e insatisfação. Com isso, o que é supérfluo ou mesmo fútil passa a ser essencial para a vida da pessoa aliciada.

O etos catalisa uma nova identidade política na qual a marca consumida – em vez de raça, religião e outras formas de identidade e atributos, juntamente com a identidade cívica e a política voluntária – passa a definir quem eles são (BARBER, 2009, p. 27).

A publicidade veiculada pelos meios de comunicação visa atingir o íntimo insatisfeito da pessoa prometendo preenchê-lo, ainda que momentaneamente. E consumindo o produto anunciado o sujeito seduzido tem a sensação de preenchimento do vazio produzido pela monotonia da vida e da intolerável falta de sentido das coisas. Daí o desejo de saltar da realidade para um mundo mágico onde os ideais são alcançados não pelo uso ou gozo da coisa em si, mas pela simples compra de um produto.

Quando a publicidade atua no campo de interesse do consumo, então atua como mediadora ou ponte entre estes dois mundos. Lembra Barber (2009, p. 248) que “o shopping dos EUA tornou-se o shopping que os EUA são; e esse shopping que os EUA são ameaça colonizar cada um dos outros mundos nos quais as pessoas poderiam aspirar a viver”. Então, a vida passa a ser um grande *shopping center*.

O triunfo do supercapitalismo, denuncia Reich (2008, p. 213), determinou o aumento dos problemas e a exportação da miséria. As consequências sociais negativas se avultam cada vez mais. Entre elas o aumento da desigualdade, redução da segurança do emprego e da renda, “degradação ambiental, violação dos direitos humanos no exterior e uma profusão de produtos e serviços que apelam aos nossos desejos mais primitivos”.

#### 5.4.1 Meios de comunicação como instrumento político de controle da opinião e do pensamento

Os meios de comunicação são importante arma de cooptação e difusão ideológica. O governo, mas não só ele, é o grande interessado para manter o povo sob rédeas firmes, não apenas pela via da força, que não é duradouro, mas precipuamente pelo controle do pensamento. É neste ponto que emerge um paradoxo apontado por Chomsky (2002, p. 50): se a força está sempre do lado dos governados, como teria dito David Hume há 250 anos, intrigado com a facilidade com que a maioria se deixa governar pela minoria e entregam os seus destinos aos governantes, a sua conclusão é de que o governo se baseia no controle da opinião. Quanto mais “livre e popular” é um governo, mais necessário se torna o controle da opinião para garantir a submissão dos governados aos governantes. É fato que o controle da consciência também se dá por outros meios. Mészáros (2008, p. 57) cita trecho de ensaio a ele apresentado pelo pensador político filipino Renato Constantino, denominado “A identidade neocolonial e a contraconsciência”, a respeito dos esforços norte-americanos de controle colonial nas Filipinas, logo após a conquista do país à Espanha.

desde o seu início, a colonização espanhola operava mais através da religião do que pela força, afetando, portanto, profundamente, a consciência. [...] A modelagem de consciências no interesse do controle colonial seria repetida noutro plano pelos americanos, que após uma década de dura opressão operavam de modo similar através da consciência, usando dessa vez a educação e outras instituições culturais.

A preocupação dos Estados Unidos no desenvolvimento de meios de controle de pensamento tem um episódio destacado por Chomsky (2002, p. 55): em 1960, o Secretário de Estado John Foster Dulles informou ao Conselho de Segurança Nacional que as elites brasileiras são “como crianças”, não possuem “quase nenhuma capacidade de autogoverno”. E os Estados Unidos estão “inapelavelmente atrasados em relação à União Soviética no desenvolvimento de meios de controle sobre os corações e as mentes das pessoas simples”. Era preciso intensificar as ações nesse sentido, de modo a garantir por todas as formas a hegemonia norte-americana. Mas para isso, é preciso continuamente *dourar a pílula*, apresentar uma imagem positiva do país aos olhos das pessoas. Com essa estratégia, revela Assmann (1979, p. 186) os EUA jamais foram apresentados nos meios de

comunicação de massa ou mesmo na erudição acadêmica como atarefados na busca desenfreada de seus próprios interesses econômico-imperialistas, nem tampouco foram descritas suas façanhas em termos de subversão ou agressão aberta.<sup>205</sup> Willian V. Shannon, comentarista liberal do New York Times, lamentando os fracassos da política norte-americana no mundo, disse em 1974:

Durante meio século os Estados Unidos procuraram fazer boas obras, promover a liberdade política e fomentar a justiça social no Terceiro Mundo. Porém, na América Latina, onde tradicionalmente fomos amigos e protetores, e na Ásia, onde temos feito sacrifícios sumamente custosos para os nossos jovens e nossa riqueza, nossas relações resultaram numa fonte maior de tristeza, desperdício e tragédia (ASSMANN, 1979, p. 186).

Doutrinações desta índole nos meios de comunicação, nas revistas de opinião, na erudição acadêmica, destaca Assmann (1979, p. 187), são tão correntes que apenas chamam a atenção pelo fato de que servem para dar um crédito maior à eficácia do sistema geral de doutrinação e de controle do pensamento. Se tamanha hipocrisia e tergiversação passam sem comentários, prossegue, torna-se evidente que os meios de comunicação de massa mantêm um sistema de controle do pensamento capaz de estabelecer e sustentar esta grande mentira tão eficazmente quanto qualquer outro sistema de censura estatal.

Nas ações dos meios de comunicação ocorre um grande fluxo de mensagens com conteúdo ideológico. Para justificar e manter a situação presente manipulam as massas e prometem um ideal intangível. Endeusa produtos e reifica o espectador. Quer impedi-lo de pensar e distancia-o da reflexão e possibilidade de alcance de autonomia e emancipação. Incute-lhe uma falsa ideia de independência nas escolhas e de vigoroso poder individual. Deste modo, visa transformar ele próprio em objeto do sistema, mais um numa multidão antropomórfica, com pouca ou nenhuma consciência de sua condição, e *empoderado* para gastar, muitas vezes naquilo que não precisa, as suas parcas economias.

Os meios de comunicação de massa no Brasil se constituíram associando-se de algum modo com as multinacionais ou empresários norte-americanos, dotados com capital estrangeiro ou, se nacional o capital, com tecnologia e modelos de produção oriundos da América do Norte. O uso da mídia e do marketing agressivo proporcionou a intromissão massiva de elementos culturais norte-americanos no dia

---

<sup>205</sup> Os meios de comunicação não permitiram que os incontáveis detalhes desagradáveis de nossa [EUA] participação no Vietnã viessem a conturbar o mito da benevolência norte-americana e sua solícita busca de democracia no estrangeiro. Este mito permanece inalterado, mesmo diante da “brasileirização” crescente do Terceiro Mundo ao longo da última década (ASSMANN, 1979, p. 185).

a dia dos brasileiros, americanizando-os aos milhões, para vender refrigerantes, fumar seus cigarros, dirigir seus automóveis, vestir jeans, comer *fast food*...

A mídia hoje, de um modo geral, é a grande “arma de destruição em massa” para vender quinquilharias eletrônicas, futilidades, vícios e toda uma gama de produtos supérfluos ao desarmado consumidor. Nessa “guerra”, vencem os meios de comunicação e a grande indústria que estão por trás, de modo similar ao que fez a Inglaterra com a China na questão do ópio, vendendo *caro* vícios, futilidades, padrões, igualdade, liberdade, valores, utopias, beleza e outros estereótipos. É aqui que as grandes corporações de comunicação, os monopólios da indústria e serviços e o singelo consumidor se encontram, se dão as mãos como dóceis parceiros. Aqueles precisam deste para existir e sobreviver, como o parasita precisa do hospedeiro. A recíproca, contudo, não é verdadeira, como lembrou Moniz Bandeira. O consumidor não precisa da corporação para sobreviver. Enfim, se o pequeno camponês não tivesse acreditado no discurso retórico de liberdade, igualdade e fraternidade e soltado as mãos ávidas de lucro e poder do concupiscente burguês a Revolução Francesa não teria tido êxito.

A mídia, enquanto um suporte de difusão da informação, a qual inclui o rádio, o cinema, a televisão, a imprensa, os sistemas de satélites, entre outros, é um poderoso meio de persuasão, formação de opinião e difusão ideológica. Por meio dela uma verdade pode ser relativizada e uma mentira tornar-se “verdade”; um personagem obscuro tornar-se celebridade; um produto desconhecido e supérfluo tornar-se “essencial” para o consumidor. Mas acima de tudo, a mídia tem o poder de controlar o pensamento e impor uma ideologia. É com fundamento nesta última que os trustes gastam, ou melhor, *investem* fabulosas somas em anúncios mesmo que a propaganda seja despicienda para determinados produtos ou serviços de consumo obrigatório. É o que podemos designar de controle da imprensa por meio dos gastos regulares com publicidade cujo escopo não é a publicidade em si, mas a manutenção da dependência econômica dos veículos de comunicação. A mídia, de um modo geral, passa a depender dessas receitas e com isso as corporações ou mesmo o Estado podem controlar a matéria veiculada, impedindo “que artigos ou informações contrárias a seus interesses sejam difundidos, eliminando-os do conhecimento do público” (PEREIRA, 1963, p. 109). Deste modo, os trustes mantêm seus privilégios e garantem a sobrevivência do sistema capitalista.

Controlando os jornais, o rádio e a televisão, principalmente, é possível reduzir esses veículos à vontade das corporações, que impõem a veiculação de

propaganda de candidatos a cargos eletivos por elas indicados nas listas dos partidos, mostrando “virtudes que só os santos possuem”. Com esse poder de controle e interferência, as corporações têm condições objetivas de “eleger deputados, senadores, governadores e até presidentes da República” (PEREIRA, 1963, p. 110/111).

#### **5.4.2 Os meios de comunicação como instrumentos de aculturação**

Como afirmado anteriormente, os Estados Unidos passaram a exercer forte influência no Brasil, principalmente após a Primeira Guerra Mundial. Foi daí que se intensificou no país a presença de produtos manufaturados vindo de fora, de manuais de instruções em inglês, passando uma infinidade de termos ingleses a fazer parte cada vez mais de nosso vocabulário coloquial e glossários técnicos. Para facilitar essa penetração, usaram principalmente meios pacíficos como o cinema, a música, a televisão, os quadrinhos, tudo para mostrar e “vender” o seu sensacional estilo de vida. Filmes, músicas e quadrinhos e outros produtos culturais dos Estados Unidos começaram a chegar e a importação desses produtos não parou de crescer desde a década de 1930. A pacífica penetração cultural norte-americana no Brasil foi consciente e cuidadosamente planejada pelo governo dos Estados Unidos e o resultado um êxito total.

Um desdobramento do imperialismo, que pode ser denominada de imperialismo cultural, transforma até a cultura em monopólio. A cultura transplantada e monopolizada transfigura o que é de fora em algo “nosso”, de modo que soa estranho ouvir que algo tão “natural” seja reconhecido como importado.

O desmantelamento dos impérios europeus e a afirmação de um universalismo da propriedade privada e dos direitos individuais exigiram dos Estados Unidos que se descrevessem como pináculos da civilização e um bastião dos direitos individuais. Para isso foi preciso cultivar no exterior o pró-americanismo, tendo início um amplo ataque aos valores europeus “decadentes” e a promoção da superioridade da cultura americana e dos “valores americanos”. Empregou-se o poder do dinheiro para dominar a produção cultural e influenciar os valores culturais. O imperialismo cultural tornou-se importante arma na luta para afirmar a hegemonia geral. Hollywood, a música popular, formas culturais e até movimentos políticos inteiros, como o dos direitos civis, foram mobilizados para promover o desejo de emular o modo americano de ser. Os Estados Unidos foram concebidos como um farol da liberdade dotado do poder exclusivo de engajar o resto do mundo numa civilização duradoura caracterizada pela paz e pela prosperidade (HARVEY, 2009, p. 53).

Os meios de comunicações e a tecnologia via satélite são o toque de Midas para promoção da unidade cultural dos Estados Unidos. Não apenas “a *Life*, a *Riders Digest*, a *Time* ou os filmes de Hollywood” são meios úteis para manter essa unidade. A televisão está instantaneamente disponível para isso, espelhando “a tutela dos Estados Unidos no sistema capitalista” (MAGDOFF, 1978, p. 47).

#### **5.4.3 O marketing e a comercialização da escola pública nos Estados Unidos**

Importantes revelações são feitas por Juliet Schor (2009) em pesquisa que conduziu. No seu livro, acentua que antes de 1990 oitenta por cento do marketing infantil era na TV. Depois veio o marketing direto, em qualquer espaço público ou instituição: parques, zoológicos, museus, hospitais, ginásios, consultórios... O principal espaço hoje, segundo ela, é a escola pública. Schor aponta dois casos emblemáticos de corporações que doaram aparelhos de televisor ou de computadores a escolas públicas, condicionando a doação à publicidade no espaço escolar. O primeiro caso é a Channel One: crianças submetidas ao Channel One mostraram-se mais propícias a endossar que “um belo carro é mais importante que a escola”; que as “etiquetas de marca fazem a diferença”; que as “pessoas ricas são mais felizes do que as pessoas pobres”. O segundo caso é a Zapme: pela entrega de computadores às escolas recebem um tempo de exposição obrigatório aos alunos para veiculação de anúncios e coleta de informações acerca do uso que os alunos fazem da máquina e da internet. Os dados são posteriormente vendidos para empresas de marketing.

Como a autora constatou, o estabelecimento de direitos [pela via dos contratos] de exclusividade nas escolas é prática comum, especialmente para venda de refrigerantes e *fast-food*. As escolas recebem milhares de dólares para permitir a instalação de máquinas automáticas de refrigerantes nos corredores das escolas [94% das escolas públicas dos EUA]. Um exemplo dessa exclusividade é o “Dia Coca-Cola da Educação” [fidelidade ao patrocinador e uso de camisetas pelos alunos]. As escolas também vendem espaços publicitários nos ônibus, estádios, quadras, edifício da escola e até nas salas de aula. Para permitir ao doador veicular anúncios, as escolas firmam contratos de doação como de notebook para professores [em que anúncios saltam em meio aos slides]; agenda [com 30 páginas de anúncios]; capas plásticas para livros e cadernos [com estampa de anúncios].

Marcas infiltradas no processo educativo [conteúdos curriculares patrocinados]<sup>206</sup> é outro fato significativo denunciado por Schor (2009). Nos livros-texto de matemática, revela, estão inseridos nomes de marcas comerciais. A justificativa dada pelos detentores das marcas é de que a criança precisa “associar problemas abstratos a eventos da vida cotidiana”. Exemplos de corporações que patrocinam conteúdos curriculares: Nike; Editora McGraw-Hill; Gatorade; Disneylândia. Há também exposição de marcas em uniformes e equipamentos no patrocínio de programas escolares de atletismo e outros esportes. Programas de “incentivo” com a acumulação de cupons [desconto ou gratuidade], como fazem a Nestlé, McDonald e Pizza Hut. Contestadas por aqueles que acreditam que essa “intromissão” no processo educativo das crianças e seus hábitos alimentares, entre outros, é prejudicial, as corporações contra-atacam alegando que na verdade estão “empoderando as crianças”, que “a propaganda infantil é necessária para a saúde econômica das empresas”, e que “os culpados por filhos obesos, materialistas, agressivos, são unicamente os pais”. Deriva daí um “conflito permanente” entre pais controladores *versus* crianças exigentes. O conflito permanente dos pais com a criança deve subsistir, sob pena da capitulação ao mercado.

---

<sup>206</sup> Roberta Nusim é a pioneira no currículo organizado pelas corporações, segundo Schor. Em 1978, em razão de material defasado, sugeriu a empresas organizarem os conteúdos. Fundou uma empresa que já organizou mais de 1500 projetos curriculares. Hoje, os conteúdos curriculares organizados pelas corporações acompanham a criança desde o berço até o ensino médio. Exemplos de conteúdo patrocinado por corporações: a) pela REVLON: “dias favoráveis e desfavoráveis de acordo com sua habilidade para arranjar o cabelo”, b) Alimentos Campbell Soup: “experiência prática sobre a consistência do Molho Pregó”, c) Gushers: “estudos sobre o que é um vulcão, enquanto morde doces da empresa para produzir uma erupção na boca”, d) Kellogg’s: “empresa oferece produtos (cereais) para ilustrar as aulas sobre o café da manhã”. Material de apoio (do 1º ano) ensina a reconhecer as logomarcas de empresas como Pizza Hut, M&M, Target, Mc Donald. Excursões patrocinadas com os alunos com muita exposição comercial (SCHOR, 2009).

## 6 AS GARRAS DA ÁGUIA NA LEGISLAÇÃO DE ENSINO BRASILEIRA

### 6.1 A LEGISLAÇÃO DE ENSINO BRASILEIRA - POLÍTICAS PÚBLICAS OU POLÍTICAS DE ESTADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO?

O Brasil é soberano e, portanto, presume-se que seja livre para elaborar suas leis. O conteúdo das normas nacionais, acreditamos, diz respeito somente a nós e aos nossos interesses. A análise destas assertivas é fundamental para entendermos a dinâmica dos Estados brasileiros e norte-americano, dos grandes grupos privados, governos e governantes, na condução de seus interesses, dos bastidores do processo legislativo e seus reflexos na educação formal. O conhecimento dessa dinâmica permitirá o desvelamento da questão educacional e seu impacto na questão dos direitos fundamentais e na soberania do país.

O problema que se apresenta é de uma histórica educação formal que não leva à emancipação do indivíduo ou o mantém numa relativa ignorância, justamente pelo fato de a própria legislação do ensino não refletir a realidade e as necessidades internas, precipuamente por sofrer os influxos do capital desde a elaboração da norma, levando inclusive os próprios docentes a servirem de instrumento para os fins almejados pelo poder hegemônico.<sup>207</sup> Considerando essa realidade, pretende-se efetivar uma análise crítica a respeito do assunto, de modo que se conheça o *locus* dessas influências no processo legislativo e as consequências desses influxos na vida nacional.

Creemos ter deixado suficientemente demonstrado até este ponto que os movimentos políticos pela independência da colônia lusitana da América, ao contrário da anglo-americana, não propiciaram a aquisição plena de soberania em todos os aspectos, isto é, a autodeterminação, o poder de ditar o próprio destino, entre eles o de elaborar as suas próprias leis, sem a tutela ou influências externas. Vimos na seção anterior que os norte-americanos vêm promovendo influxos, fazendo e desfazendo leis ao redor do mundo, derrubando governos e criando organizações multilaterais sob o discurso do livre comércio, da democracia, da

---

<sup>207</sup> Althusser (1998) demonstra ao longo de sua obra que dificilmente os professores se posicionam contra a ideologia, contra o sistema e contra as práticas que os aprisionam, simplesmente por não suspeitarem do que o sistema os obriga a fazer. Os professores, embora devotados, questionam tão pouco que contribuem para manter e alimentar essa representação ideológica da escola, que hoje faz da escola algo tão natural e indispensável quanto era a Igreja no passado.

liberdade, da paz e da segurança, reflexos de seu discurso ambivalente, quando na verdade a sua pretensão é imiscuir-se nas disposições internas dos outros países visando derrogar suas leis, instituir outras mais amigáveis aos seus negócios, remover as fronteiras e garantir a presença das transnacionais nesses territórios.

Deste modo, influenciado pelos inúmeros meios descritos, e atendendo aos interesses igualmente apontados, a legislação de ensino nacional encontra limites muito estreitos na sua capacidade de emancipação do indivíduo e condução do país ao um desenvolvimento independente, à plena soberania e autodeterminação. Essa condição opressiva, cujas ações nos bastidores da política e do legislativo geralmente são sub-reptícias, resulta numa ignorância coletiva acerca de direitos e fatos de interesse social, sob o fundamento da representação no Legislativo.

O ensinamento sistematizado, carregado de influências estranhas originadas já na elaboração normativa, é então recebido e incorporado como verdade ou então o único e verdadeiro caminho para o êxito e emancipação do sujeito, transformando-o, todavia, conscientemente ou não, em vez de cidadão, em objeto mesmo do sistema, ou em instrumento a serviço do capitalismo. Um ensino que prepararia o sujeito para o mercado<sup>208</sup> e não para a vida, vez que, na concepção de Bourdieu (2011, p. 212) “a aptidão para produzir capacidades profissionalmente utilizáveis permanece sendo a medida da racionalidade do sistema de ensino”.

Especialmente na educação superior, amplia-se a subordinação ao sistema econômico e aos interesses políticos a ele atrelados, como uma linha de montagem que cuida da fabricação de trabalhadores para fazer girar, sem solução de continuidade, o motor da produção e do mercado. Os interesses dos compradores de força de trabalho levam-nos a reduzir ao mínimo a autonomia do sistema de ensino, colocando-o, assim como a família, sob a dependência direta da economia (BOURDIEU, 2011, p. 131).

A educação brasileira em particular, *tutelada* e dominada pelo poder político-econômico-militar norte-americano, que se consolidou e se tornou hegemônico na

---

<sup>208</sup> Não se pode afirmar, contudo, que toda a preparação se dê no sentido do mercado. Bourdieu (2011, p. 131) especifica este conceito quando afirma que os interesses dos compradores da força de trabalho levam à redução, ao mínimo, da autonomia do sistema de ensino, colocando, deste modo, tanto a família quanto o próprio sistema de ensino sob a dependência direta da economia. É, para ele, a tentativa do patronato de encurtar os estudos para diminuir a defasagem entre a evolução do sistema de ensino e a evolução do aparelho econômico. Ainda a respeito, como referido na introdução desta tese, podemos aduzir que a educação, enquanto uma formação que ocorre no espaço privilegiado da escola, e uma vez sob controle hegemônico, é posta a serviço da manutenção da ordem vigente exercendo a função de adaptar os indivíduos a esta ordem, trabalhando com um saber enciclopédico, elitista, tecnicista (aprender a aprender) e definido pelo poder dominante. Por outro lado, a escola é considerada um aparelho privado da sociedade civil onde se formam os intelectuais e os dominados. Pode ser um organismo que contribui tanto para a preservação do *establishment*, como pode auxiliar na construção da contra-hegemonia.

primeira metade do século XX<sup>209</sup>, sofre um processo de influência que tem sua gênese na produção legislativa do país, acaba ela própria em grande medida por tornar-se importante veículo de difusão dos interesses alienígenas, justamente para a perpetuação do sistema e exploração de uma classe por outra.

Nesta seção, pretendemos fazer uma abordagem para verificar como se deram essas influências, diretas ou indiretas, e que resultados sucederam a partir desses influxos recebidos por ocasião da elaboração da legislação de ensino do Brasil, desde as Constituições Federais às reformas empreendidas na área.

Para implementação de uma política pública deve ser observada a relação entre a política pretendida e os interesses em sua formulação. Essas políticas são estratégias que se originam no âmbito político e têm por fim a realização de uma determinada ação, cujas características dependem das forças presentes nesse contexto e as mudanças/correções que se pretende atingir. Em outros termos, dependem das condições políticas em dado momento histórico e também do poder e interesses específicos dos grupos hegemônicos. Neste sentido, não se tratariam de políticas públicas, mas de política de Estado. Sobre a distinção entre políticas de governo e políticas de Estado, Almeida esclarece:

Políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo bem mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas para responder às demandas colocadas na própria agenda política interna – pela dinâmica econômica ou política-parlamentar, por exemplo – ou vindos de fora, como resultado de eventos internacionais com impacto doméstico.

Políticas de Estado são aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado, justamente, e acabam passando pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, depois que sua tramitação dentro de uma esfera (ou mais de uma) da máquina do Estado envolveu estudos

---

<sup>209</sup> A hegemonia de uma classe significa sua capacidade de subordinar intelectualmente as demais classes, através da persuasão e da educação, sendo esta entendida em seu sentido amplo. Para conquistar a hegemonia é necessário que a classe fundamental se apresente às demais como aquela que representa e atende aos interesses e valores de toda sociedade, obtendo o consentimento voluntário e a anuência espontânea garantindo, assim, a unidade do bloco social que, embora não seja homogêneo, se mantém, predominantemente, articulado e coeso. Significando que a classe hegemônica deve ser capaz de converter-se em classe nacional, capaz de envolver toda a sociedade em um mesmo projeto histórico e capaz de assumir, como suas, as reivindicações das classes aliadas. Ao afirmar que a classe hegemônica deve assumir, como suas, as reivindicações das demais classes, Gramsci aponta para a estreita relação entre hegemonia e economia. Na medida em que as expressões da vontade, interesses e necessidades das classes aliadas são, na verdade, manifestações concretas das necessidades econômicas, geradas por determinado modo de produção, é preciso que a classe hegemônica, ao formular seu projeto econômico, considere estas necessidades, sem, entretanto, descaracterizar seu projeto fundamental de classe (GRAMSCI, 1991).

técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários, da política que se pretende implementar.<sup>210</sup>

Ambos os conceitos não podem ser confundidos com política pública que, como visto, é um conjunto de ações definidas pelo Estado, executadas por este e pela sociedade para fazer frente a determinados problemas que se refiram a direitos como a educação, envolvendo em última instância todos os cidadãos. Em termos similares, uma política pública se traduz num esforço da sociedade, das instituições públicas e privadas e de organizações não-governamentais para a resolução de problemas enfrentados pela sociedade ou grupos sociais, com vistas à aquisição de fato de direitos de cidadania em que todos, igualmente, sejam os beneficiários diretos dessas ações, em observância ao princípio da igualdade insculpido na Constituição.

Para a execução dessas ações, o processo perpassa pela formação da agenda, formulação da política e implementação e conta com agentes internos e externos. Os primeiros representados pela classe política, pessoal da burocracia e tecnocracia estatal e a sociedade civil; os segundos, por pessoas e organismos não estatais, como empresários e bancos de financiamentos. A viabilização da política pública deveria, acima de tudo, harmonizar os interesses das partes envolvidas. É um concerto em que os atores atuantes determinam uns mais que os outros, em primeiro plano, quais são os objetivos a serem alcançados para ajuste de seus fins privados, no plano político ou econômico. Em segundo plano, visa ao enfrentamento do problema vivido pela sociedade, no que tange à sua resolução ou à execução de um planejamento estratégico naquela área. A agenda, fase da formulação das políticas públicas, contém espaços amplos em que as forças atuantes ou grupos digladiam interesses conflitantes.

O lado da balança que pende com mais força é normalmente o que conta com maior empenho político e financeiro na composição de dita política. Essa luta conta com elementos díspares, como ação política propriamente dita, *lobby*, suborno, corrupção, tráfico de influência, e outros influxos importantes. Destes, possivelmente o que mais se destaca é o financiamento, essencial para a implementação de uma política pública, poderosa arma para determinação de condicionalidades tendentes a gerir ou erigir interesses estranhos ao processo. O que prevalece então é a

---

<sup>210</sup> Paulo Roberto de Almeida "Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias" Disponível em: <http://www.imil.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias>. Acesso em 11 de julho de 2014.

“vontade” do Estado que assume a tarefa de Estado educador, elaborando políticas não públicas, mas de Estado. Por essa dinâmica, percebe-se que, a rigor, considerando as amplas iniciativas do Executivo, em vez do Legislativo, nas reformas de ensino e na organização do sistema educacional brasileiro, o Governo tem implementado políticas de Estado para solucionar os problemas que identifica e buscar as soluções que pretende, segundo a sua agenda interna, e não os direitos reclamados pela sociedade.

No plano internacional, exemplo marcante desses influxos financeiros é o que se denominou de “diplomacia do dólar”, conforme vimos anteriormente. Em discurso no Congresso em 3 de dezembro de 1912, o presidente Taft, sucessor de Theodore Roosevelt, destacara que “os Estados Unidos são felizes ao encorajar e apoiar os banqueiros americanos que aceitaram estender sua mão caridosa a esses países para prover sua reabilitação financeira”. Nesse contexto, temos uma relação indissociável, de um lado a intervenção direta dos bancos prestamistas, com o apoio explícito do governo do país onde têm sede, e de outro a subserviência do governo mutuário, que tem que aceder às determinações impostas.

Essa mudança estratégica por parte do país imperialista é fácil de ser percebida. Se a partir de um determinado momento histórico o uso puro e simples das armas não mais se revelou o melhor e mais duradouro método para ingresso e domínio político-econômico de um país noutro, como dito, a diplomacia do dinheiro passou a ser o método por excelência para subordinar todo um país ou nação aos interesses estrangeiros, ainda que a estratégia militar não tenha sido de todo abandonada.

A imposição de condicionalidades objetiva afastar a ingerência do Estado, sobretudo no mercado. E as políticas públicas, inclusive na área da educação, estão inelutavelmente subordinadas a essas regras de mercado, de modo que qualquer política que atinja de algum modo esses interesses, põe-se em confronto direto com ditas regras, acionando o poderoso exército capitalista que, celeremente, põe-se a munir sua cartucheira política e a posicionar suas canhoneiras diplomáticas.

Se concebemos uma política pública como um ato de intervenção na vida social, ação esta que deve ser praticada soberanamente pelo Poder Público interno, logo estas políticas não deveriam ser afetadas ou ficar subordinadas a alguma lógica externa, perdendo, com isso, sua autonomia e capacidade de autodefinição. A subsunção das políticas públicas, especialmente na área da educação, aos interesses do mercado é uma das preocupações mais marcantes. A formulação de

uma política pública, assim, pode sofrer pressões *internas* - interesses específicos de uma classe, por exemplo, e *externas* - as condicionalidades impostas por um ou mais entes estrangeiros, como já referenciado. No plano interno é bem provável que a classe economicamente dominante se constitua a principal, embora não a única, força na elaboração e operacionalização da política, do que se presume que prepondere sobre as demais forças.<sup>211</sup>

Desse debate exsurge a questão de “justiça social”, enquanto compromisso do Estado para compensar as desigualdades que surgem no mercado e no âmbito da sociedade. Aqueles que defendem a imperiosidade das políticas sociais como modo de atingimento da ideia de “justiça social” numa sociedade capitalista altamente estratificada logo se decepcionam. Neste tipo de sociedade o êxito ou o fracasso de alguém não pode ser reputado a mais ninguém a não ser ao próprio indivíduo. Afinal, o sistema sempre deixa “portas abertas” para serem transpostas. Aproveita quem é mais competente ou desenvolveu melhores talentos. Subjaz a essa gama de “oportunidades” a ideia de “igualdade”, valor/princípio arduamente defendido pelos ascetas do liberalismo. Com isso, a grande falange de desgraçados dentro de um país ou mesmo o grande número de países miseráveis espalhados pelos cinco continentes seriam os únicos artífices de sua própria desgraça, uma vez que o sistema lhes teria dado oportunidades e elas não foram aproveitadas.

Isso cria também entre as pessoas singulares a ideia de competição, fórmula dogmática para os defensores da liberdade individual em todos os campos da vida [político, econômico, religioso, intelectual...]. Para efeito de competição, retomemos a teoria evolucionista, mais especificamente a sua vertente denominada “darwinismo social”, que pretende demonstrar a existência de uma “seleção natural” também no contexto dos indivíduos ou grupos sociais. Para esta teoria, as desigualdades que se verificam num corpo social são equivalentes às desigualdades que se constatam nos organismos vivos, o mundo *natural*. Sendo, portanto, expressão da natureza, não é lícito mudá-las sob pena de atentar contra as leis da natureza.

---

<sup>211</sup> Boneti (2006, p. 15) apresenta as três instâncias que movem a estrutura política e produtiva de uma nação: global, nacional e local; e explana sobre os três fatores que interferem na elaboração e estabelecimento das políticas públicas: 1º) os interesses da expansão do capitalismo internacional, explicitado pelas elites globais; 2º) os interesses originados no contexto nacional, os das classes dominantes e dos vários segmentos da sociedade civil; 3º) na instância local, os diversos interesses dos responsáveis pela efetivação das políticas, mas simultaneamente interessados na eficácia da ação e outros interesses que a ação desperta nas pessoas envolvidas. Os dois primeiros fatores são preponderantes e o terceiro, condicionante.

Grupos de poder como a Igreja,<sup>212</sup> os partidos políticos, as Forças Armadas, associações civis, exercem uma importante influência na definição dos conteúdos educativos a partir do controle de diversos mecanismos ou instituições, muitas vezes em franca oposição à política governamental (BIANCHETTI, 1997, p. 95). A importância da sociedade civil em relação ao processo educativo se confirma pela existência de elementos que atuam como organismos de produção ideológica, que influem diretamente no processo pedagógico:

As organizações escolares (universidades, academias, e demais centros de investigação); as organizações religiosas, onde a igreja aparece, para ele, como uma sociedade civil dentro da sociedade civil, tal sua enorme influência dentro da sociedade; as organizações de imprensa, livros, jornais, revistas, periódicos, bibliotecas, etc.; os canais audiovisuais, como o cinema e o teatro (JESUS, 1989, p. 54/55).

Essa influência não se trataria, contudo, de um jogo de forças livremente exercido num ambiente democrático. Antes, para ficarmos adstritos à realidade brasileira, tais grupos muitas vezes são manietados e servem de instrumento de outras forças que em regra vêm de fora, cujo epicentro é o Norte do Hemisfério, para atingir objetivos inconfessáveis. A educação é especialmente visada nesse jogo de forças, em vista da escola ser uma das mais importantes armas de produção ideológica.

A educação é um processo implicado diretamente com a reprodução das relações de produção, possibilitando que estas relações ou reforcem a dominação, ou provoquem a sua mudança estrutural. Como instrumento de mediação entre as classes, a educação forma a consciência, que tanto pode aderir à ideologia vigente (mascaramento), como pode superar e desmascarar esta ideologia. Como instrumento de persuasão, o processo educativo é dissimulador, papel este aproveitado pela classe dominante nos momentos de crise, quando se esforça para manter a situação vigente. Isso explica o aparecimento de várias reformas tentadas pelo sistema capitalista, mas que levam sempre ao reforço da dominação. Todos estes papéis se tornam ainda mais evidentes quando relacionados com a hegemonia, que faz a educação aflorar, no contexto das relações de dominação, como a busca do momento consensual que engloba todos os outros papéis (CURY, 1989, p. 53 e 85).

Este, contudo, não é um problema novo. O Brasil vive uma histórica sujeição em que apenas houve mudanças de senhorio a quem o país deveria se curvar e prestar reverência. A submissão foi alcançada sem muito esforço ou resistência,

---

<sup>212</sup> Embora o limite temporal da pesquisa não chegue aos dias atuais, é possível conceber que ainda hoje a presença, especialmente das igrejas de origem missionária norte-americana, exerçam, sim, alguma influência no Brasil a partir da sua origem missionária.

pela força ou pela imitação, num processo mimético que se acentua proporcionalmente ao desenvolvimento tecnológico e expansão das mídias dedicadas à aculturação. Os “ataques” exteriores mais incisivos no coração do processo legislativo são possivelmente o modo mais eficaz de interferir nos assuntos alheios, e no Brasil ocorrem desde a independência e sistematicamente desde a instauração da República. A seguir, com exposição sucinta da conjuntura de cada época, expomos exemplos de influxos ocorridos na legislação de ensino, seja pela imposição política ou militar, pela via das condicionalidades, ou pelo pacífico e voluntário processo mimético.

### **6.1.1 Constituição Política do Império do Brasil (1824)**

Até 1808 o Brasil permaneceu sem instituições de ensino superior. Com a chegada da Família Real foram implantados os primeiros institutos – estabelecimentos isolados públicos. A vinda da Família Real foi fundamental para preencher o hiato educacional que se abriu com a expulsão dos Jesuítas por Pombal. D. João VI instituiu Escolas de Direito e Medicina, Academias Militares e a Biblioteca Real. Apesar dessas medidas, até a proclamação da República muito pouco se fez nesta área, não obstante as iniciativas de D. João VI. A educação brasileira continuou a ter pouca importância comparativamente a algumas das ex-colônias espanholas, que haviam instituído suas universidades já no século XVI, sendo que a primeira Universidade brasileira somente surgiu em 1934, em São Paulo.

Nesse contexto de pouca atenção às questões sociais, outorgou-se a Constituição Política do Império do Brasil, em 1824, inspirando-se nos princípios liberais explicitados, por exemplo, no artigo 179 em que se proclamam os princípios da liberdade, igualdade, propriedade, e segurança individual.<sup>213</sup> Na Carta, por razões de caráter econômico e social, elaborada segundo o poder e interesses da classe burguesa agrária, fora instituído o voto censitário excluindo do direito de votar e ser votado quem não tivesse renda líquida anual de “cem mil réis por bens de raiz”.<sup>214</sup> No tocante à educação, apenas dois dispositivos lacônicos dispunham sobre o

---

<sup>213</sup> Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte: [...].

<sup>214</sup> Art. 92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes: V. Os que não tiverem de renda líquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.

assunto.<sup>215</sup> Para os constituintes, a feitura da Lei Maior naqueles termos significava “prescindir das leis e regulamentos da ex-metrópole e dotar o país de normas dos ‘países ilustrados’ e as instituições em fórmulas jurídicas similares aos dos ‘povos mais adiantados’”<sup>216</sup> (CHIZZOTTI, 2005, p. 34).

Após essa tímida iniciativa, ainda que no âmbito legislativo, muitas reformas na área da educação foram empreendidas a partir de então. Mas o país se notabilizava em exibir grandes oradores e atraentes programas sem, contudo, aplicá-los na prática, sem uma execução compatível com os discursos e os ideais propagados. Havia, é bem verdade, sérias limitações de ordem material, e sem os recursos necessários não é possível promover mudanças à altura das expectativas. Pulsava o desejo de introduzir a modernidade no país. Conforme apresenta Saviani (2010, p. 168), na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX:

três mentalidades pedagógicas delinearam-se com razoável nitidez: as mentalidades tradicionalista, liberal e cientificista. Destas, as duas últimas correspondiam ao espírito moderno que se expressava no laicismo do Estado, da cultura e da educação.

O Ato Adicional de 1834 caracterizou-se como uma reforma à Constituição brasileira de 1824, o que conhecemos hoje por emenda. Com a abdicação de D. Pedro I, os políticos de orientação liberal se apressaram em produzir uma modificação no texto da Constituição. Com isso, no plano educacional, a reforma estabeleceu a “descentralização” do ensino, responsabilizando o Município pelo ensino primário, a Província pelo ensino secundário e ficando o ensino superior sob a responsabilidade o Poder Central.<sup>217</sup> No final das contas, embora não tenha prevalecido, o projeto inicial apresentado pela Câmara “acusava visível influência do modelo federalista americano” (SUCUPIRA, 2005, p. 61).

---

<sup>215</sup> Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte. XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos. XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes.

<sup>216</sup> Em suas formulações, destaca Chizzotti (2005, p. 34), os constituintes socorriam-se do modelo parlamentar inglês; na forma de governo, das ideias federativas norte-americanas e das constituições codificadas da França e da Espanha.

<sup>217</sup> Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834: Art. 10. Compete às mesmas Assembléias legislar: [...] 2º) Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral. - Para conhecer a lei na íntegra, acessar <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>.

### **6.1.2 Reforma Leôncio de Carvalho (1879)**

Rui Barbosa foi rotulado por muitos como idealista,<sup>218</sup> mas a grande crítica, a partir de seus pareceres sobre a educação brasileira, é de que apresentava “um plano ideal e teórico” distanciado da realidade brasileira; o período compreendido entre 1870 e 1894 é apresentado como rico em propostas de reformas que não partiam da realidade brasileira, mas de um modelo importado (MACHADO, 2002, p. 16/7).

A principal reforma ocorrida no período na Província do Rio de Janeiro, para Mesquita (1994, p. 57) foi a reforma Leôncio de Carvalho, “a mais liberal”, instituiu a “liberdade de ensino primário e secundário, a liberdade de frequência às aulas do Colégio Pedro II e tornou facultativo o ensino de história religiosa”. Ou seja, a reforma estabeleceu a liberdade de crença na educação, mais ou menos nos moldes do que ocorria nos Estados Unidos, tornou livre a frequência aos estabelecimentos de ensino, admitiu a matrícula nestes estabelecimentos a qualquer cidadão, facilitou os exames preparatórios para o ensino superior, entre outras medidas.<sup>219</sup>

## **6.2 AS CONSTITUIÇÕES REPUBLICANAS E AS REFORMAS DE ENSINO A PARTIR DE 1889**

### **6.2.1 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)**

O movimento pela república não era consentâneo, pois havia os monarquistas. A visão do federalismo acabou se identificando para os liberais com o regime republicano, que lhe servia de referência, conforme se desenhava o paradigma norte-americano, de modo que os liberais viam na livre competição pelo poder político, entre os diversos grupos sociais e regionais, a fonte de legitimidade do Estado (CUNHA, 1986, p. 151). A República foi finalmente estabelecida através

---

<sup>218</sup> Em seus pareceres sobre os problemas da educação Rui Barbosa destacava a importância das bases filosóficas do positivismo, os métodos em educação baseadas nesta ideologia e os programas e literatura a serem seguidos.

<sup>219</sup> As expressivas transformações sociais, políticas e econômicas por que passava o Brasil, exigiam um ideal que estava distante da sociedade escravagista. O trabalho livre, o crescimento da indústria, os estertores do Império, demandavam uma renovação pedagógica curricular e cultural.

de um golpe de Estado, cuja conspiração reunira liberais, positivistas e monarquistas.<sup>220</sup>

Em razão do golpe militar em 15 de novembro de 1889, a mudança na ordem política dependia do embate entre as duas camadas dominantes, uma ligada à lavoura tradicional [cana, tabaco, algodão...], e a outra ligada à lavoura do café, que dominava o aparelho do Estado (RIBEIRO, 2001, p. 69). Nesse jogo de forças, adota-se o modelo norte-americano que, segundo Rui Barbosa, era o que mais se adaptava ao “vastíssimo arquipélago de ilhas humanas que era o Brasil”. No plano da educação nacional houve uma forte influência positivista. As duas facções dominantes coexistiam, embora com interesses divergentes. Essas elites, no plano regional:

seduzidas pelo sistema de valores, pelos ideais e pelas instituições norte-americanas, consideravam a formação das novas gerações republicanas uma questão vital e não escondiam o desejo de reproduzir no Brasil as experiências pedagógicas norte-americanas<sup>221</sup> (MESQUIDA, 1994, p. 184).

O Estado brasileiro, constituído a partir dos fundamentos do liberalismo clássico, já nasce instrumento de classe nas mãos da burguesia, com a instrumentalização ideológica que esta promove a partir de então. As manifestações efusivas de nacionalismo que se seguiram à convação de monarquia em república exacerbavam as tendências pró-americanas no Brasil e, conseqüentemente, o desejo de romper com tudo o que lembrasse o passado, inclusive os vínculos com a velha Europa. Promove-se então a convocação de uma Assembleia Constituinte. Foi nesse clima que uma comissão de cinco membros, sob a orientação de Rui Barbosa, se empenhou na elaboração da nova Constituição [1891], “uma cópia mais ou menos fiel da americana” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 204). A Carta republicana de 1891 resultou de um texto final heterogêneo resultante de “conflitos e composições de liberais e positivistas” (CUNHA, 1986, p. 152) não promovendo alterações na estrutura social e econômica do país e recepcionando quase integralmente os princípios liberais, mas se perde, contudo, em “falta de audácia construtiva e a

---

<sup>220</sup> Liberais como Rui Barbosa, positivistas como Benjamin Constant, e monarquistas como o marechal Deodoro da Fonseca (CUNHA, 1986, p. 152).

<sup>221</sup> O sistema de educação norte-americano, tal qual como era praticado nas instituições de ensino metodista, foi tomado como modelo pelas reformas “Rui Barbosa” e da Escola Normal e da Instrução Pública do Estado de São Paulo e alimentou outras reformas do ensino ao longo dos trinta primeiros anos do século XX (MESQUIDA, 1994, p. 186).

mesma preocupação excessiva de fórmulas jurídicas, formalismo e ‘juridicismo’” (AZEVEDO, 1996, p. 120).

A respeito dessa Carta, Peri Mesquida (1994, p. 236, nota 208), destaca o discurso de Prudente de Moraes Barros, presidente do Congresso, em 24 de fevereiro de 1891, quando da promulgação da Constituição pelo Congresso Constituinte: “O Brasil a partir de hoje terá uma Constituição livre e democrática, capaz de fazê-lo desenvolver e prosperar, a fim de que ele corresponda na América do Sul ao seu modelo da América do Norte.”<sup>222</sup>

As tendências pró-Estados Unidos já se davam em duas importantes frentes, uma interna, voluntária, e outra externa, imposta. Da frente interna, emergiam cheio de ânimo e ardor os próprios brasileiros e seu desejo febril de clonar o Brasil segundo o modelo norte-americano; da frente externa, os americanos do Norte e seu desejo dissimulado de transformar toda a América Latina no quintal anglo-americano, pois desde o estabelecimento da república os Estados Unidos, “autorizados” pela autoproclamada declaração de 1823, podiam a qualquer tempo intervir no país se seus interesses estivessem ameaçados.

Com a queda de Deodoro e assunção de seu vice marechal Floriano Peixoto, movimentos de insurreição pelo restabelecimento da monarquia começaram a estourar como pipoca. O temor dos Estados Unidos era que alguma potência europeia pretendesse restaurar o regime, circunstância que os levariam a intervir no Brasil para evitar que isso ocorresse, o que afrontaria a Doutrina Monroe. A troca de informações confidenciais entre agentes norte-americanos deixou evidenciado o ânimo dos Estados Unidos de intervir, dispondo que “1º) o marechal Floriano Peixoto seria mantido no poder até o fim de seu mandato; 2º) seria sucedido por um civil; 3º) a república seria mantida a qualquer custo” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 215). Com essa postura ativa na manutenção da república sul-americana os Estados Unidos tiveram uma importância definitiva, cujo empenho por consequência trouxe o Brasil cada vez mais para o interior da sua esfera de influência, passando os anglo-americanos a influir progressivamente nos interesses brasileiros.

Na segunda década do século XIX, o orador americano Henry Clay falava ao congresso americano em favor das colônias espanholas revoltadas contra a metrópole: “acredita-se geralmente em nosso país que os sul-americanos são muito atrasados e supersticiosos para se constituírem em nações livres. É uma injustiça”,

---

<sup>222</sup> *Anais da Assembleia Constituinte* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891), vol. III, p. 310.

disse. “E a prova de que eles não estão tão atrasados é que estão adotando as nossas instituições e as nossas leis. O historiador Von Holst, se contrapondo a Clay afirmava que suas palavras eram um contrassenso, porque “esta imitação servil, essa sim, é prova de incapacidade”. O México copiara a constituição norte-americana (PRADO, 1893, p. 58).

Em fins do século XIX Eduardo Prado (1893, p. 55-58) já advertia que o furor imitativo dos Estados Unidos tem sido a ruína da América. Para ele, as sociedades devem ser regidas por leis saídas da sua raça, da sua historia, do seu caráter, do seu desenvolvimento natural. “Os legisladores latino-americanos [...] gloriam-se de copiar as leis de outros países! Todos os países espanhóis na América, declarando a sua independência, adotaram as fórmulas norte-americanas, isto é, renegaram as tradições da sua raça e da sua história”. O autor demonstra que historicamente o Brasil seguiu as tradições monárquicas e resistiu de certa forma às investidas anglo-americanas até 1889 quando da instauração da república, ocasião em que foi “cometido no Brasil o mesmo grande erro em que os hispano-americanos tinham caído no primeiro quarto do século, isto é, quando artificialmente se quis impor ao Brasil a fórmula norte-americana”. A perda da liberdade teria sido a consequência imediata, apontada por Eduardo Prado. “E nós”, denuncia, também:

fomos tomar parte na fastidiosa e desalentadora tarefa em que vivem, há noventa anos, os hispano-americanos, isto na longa, vã, tormentosa, sangrenta e já degradante e inútil tentativa, quase secular, de querer implantar na America latina as instituições de uma raça estranha.

Não é necessário muito esforço para percebermos que a imitação pura e simples não nos iguala e que o hábito não faz o monge. Destaca Galeano (2011, p. 297) que:

Nos Estados Unidos nenhum banco estrangeiro pode operar como receptor de depósitos dos cidadãos norte-americanos. Em troca, os bancos dos Estados Unidos, através das numerosas filiais, dispõem ao seu arbítrio da poupança nacional latino-americana. A América Latina zela pela norte-americanização das finanças, tão ardentemente quanto os Estados Unidos. Em junho de 1966, o Banco Brasileiro de Descontos consultou seus acionistas para adotar uma resolução de grande vigor nacionalista. Em todos os seus documentos imprimiu a frase: *Nós confiamos em Deus*. Orgulhosamente o banco fez salientar que o dólar ostenta o lema *In God we trust*.

Enquanto os brasileiros [e a América Latina em geral] laboram fielmente pela norte-americanização de seu próprio país no vão intento de se igualar ao gigante do

Norte, a recíproca jamais foi verdadeira em qualquer setor da vida nacional daquele país.

O britânico James Bryce, um observador da cena americana em sua viagem ao continente sul-americano no início do século XX, impressionou-se com o problema da *importação de ideias estrangeiras no Brasil*, como anota Wright (1978, p. 28/29). Após trocar impressões com políticos brasileiros e conviver de perto com vários deles, observou Bryce que os políticos brasileiros são “orgulhosos do que chamam de seu idealismo democrático, admitem como já existentes nos seus concidadãos as virtudes que os habitantes de um país livre devem possuir”. Acrescenta o observador que a autoridade política no país é “mormente teórica”, e que, relativamente à Carta de 1891, atribui “a responsabilidade de a Constituição ser erroneamente modelada de perto na dos Estados Unidos”. Bryce complementa que “os brasileiros têm uma rápida suscetibilidade às ideias novas, traço característico das classes dirigentes brasileiras”.<sup>223</sup>

No Brasil aconteceu a ideia funestíssima de copiar os Estados Unidos nas suas leis políticas. Copiemos, copiemos, pensaram os insensatos, copiemos e seremos grandes! Deveríamos antes dizer: Sejamos nós mesmos, sejamos o que somos, e só assim seremos alguma coisa. Assim, os países sul-americanos querem ser ricos e prósperos como os Estados Unidos, e pensam que conseguirão isto copiando artigos da constituição norte-americana. E como é muito da natureza humana imitar mais facilmente os vícios do que as virtudes, a imitação das práticas corruptas da administração americana é coisa muito natural (PRADO, 1893, p. 234/235).

É esse espírito que vai refletir na legislação escolar. No que tange à educação, a Constituição é bastante lacônica; a pretendida liberdade de ensino teria como corolário a liberdade profissional prevista no parágrafo 24 do artigo 72 do texto original [*E' garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intellectual e industrial*] e o ensino laico, presente no parágrafo 6º do mesmo artigo [*Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos*].<sup>224</sup>

As discussões travadas na fase da Constituinte, em relação à educação escolar, podem ser assim resumidas:

<sup>223</sup> O pensamento liberal do Brasil acaba, nos fins do século XIX, por decretar a abolição dos escravos e, pouco depois, proclamar a república e a Federação. Não se pode negar que a República dá o primeiro impulso significativo à educação escolar. O sentimento democrático fertiliza o liberalismo republicano e sob a influência da campanha de Horace Mann nos Estados Unidos, prega-se expressamente a educação universal no início da República (TEIXEIRA, 1967, p. 72).

<sup>224</sup> O inteiro teor de referida Constituição pode ser conhecido em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.html).

- a) O discurso federalista atendeu às pretensões hegemônicas dos grupos oligárquicos cafeicultores e cacauzeiros quanto a “Estado mínimo” e *laissez faire*;
- b) O governo provisório também tomou iniciativas mais condizentes com um perfil intervencionista, apesar da presença de Rui Barbosa;
- c) A Constituinte teve um perfil mais próximo das tendências norte-americanas em matéria constitucional, embora contasse com a presença positivista;
- d) Após a promulgação da Constituição, o perfil do liberalismo e do “Estado mínimo” passa a ser lei, mas dentro de um pragmatismo elitista e excludente dos grupos oligárquicos no poder (CURY, 2005, p. 79).

Embora apontada na Constituinte como um direito social, a educação [no federalismo pretendido e na autonomia das então províncias] naquele pretenso ambiente liberal deixou ao indivíduo o “ônus” de buscar esse direito e fazê-lo valer pelos seus próprios esforços individuais. No que tange à gratuidade da educação primária, claramente expressa na Constituição Imperial, tal direito/dever simplesmente desaparece na Constituição cujo texto foi relatado por Rui Barbosa. Na verdade, a Constituição procurou “conciliar antigos projetos liberais de secularização e descentralização do ensino com as propostas positivistas de desligar o exercício das profissões dos privilégios concedidos pelos diplomas escolares” (CUNHA, 1986, p. 168).

No aspecto geral, a primeira Constituição republicana, que deu ao país o nome de República dos Estados Unidos do Brasil, foi transformada em simulacro da Constituição norte-americana, promulgada cem anos antes, da qual foi inspirada, senão copiada. Entre as incríveis semelhanças ou coincidências estavam o sistema federativo, o nome do país que passou a se chamar Estados Unidos do Brasil, a bandeira estrelada com listras, cuja diferença em relação à bandeira norte-americana estava apenas nas cores, e a instituição da figura do presidente, enfeixando simultaneamente a chefia de Estado e de Governo, como um verdadeiro autocrata.

A influência direta da lei anglo-americana se deve a Rui Barbosa, que foi o principal relator do anteprojeto. Ao justificar a adoção do presidencialismo, assim se pronunciou Rui Barbosa:

Ora, para lhe dar feição liberal, a Constituição dos Estados Unidos era o modelo, que se nos impunha. Fora dela só teríamos a democracia helvética, intransplantável para estados vastos [...]. Mas a Constituição americana vem a ser apenas uma variante da Constituição inglesa (BARBOSA, 1985, s/p.).

No processo Constituinte, outros modelos constitucionais foram analisados e debatidos, mas o texto aprovado foi aquele tirado do modelo norte-americano graças às convicções e empenho pessoal de Rui Barbosa.<sup>225</sup> Observando-se a estrutura e disposições da Carta de 1891 percebe-se o quanto esta se parece com a Constituição do vizinho do Norte, a exemplo da opção pela forma republicana de governo e a forma federativa de Estado. Além, obviamente, do nome do país, outras disposições tiradas diretamente do texto constitucional alienígena são as que consagram o princípio da separação dos poderes, estabelecem o presidencialismo, preconizam a harmonia entre os poderes do Estado e definem o controle de constitucionalidade das leis pelo Poder Judiciário.

A Emenda Constitucional de 1926 sofreu fortes embates da oposição liberal ao governo de Artur Bernardes, que não queria a revisão, cujo principal argumento era o Estado de Sítio que na ocasião imperava no país. A Revisão rompeu com a ortodoxia liberal da Carta de 1891, significando “o fim do princípio contratual de mercado” (CURY, 2005, p. 83-99). Em virtude da sistemática oposição articulada pelos liberais, prossegue o autor, foram retiradas 70 emendas do projeto original [restado apenas 6], às quais o Plenário incluiu outras 17 emendas. Cury informa ainda que dentre estas dezessete emendas, estava a que reconhecia a Igreja Católica como a religião da maioria do povo brasileiro; a que reintroduzia o ensino religioso nas escolas públicas e outras relativas à intervenção do Estado no ensino. Verifica-se a partir de aludidas emendas os fortes influxos internos, a partir da Igreja, que sofreram os revisionistas. Lembra ainda o autor que a emenda relativamente à educação só não passou por uma diferença de 11 votos. No plano geral, a Emenda Constitucional determinou uma melhor regulação dos poderes da União, e atendeu às demandas do movimento revisionista que se fortalecera no período pós Constituição de 1891, e também contou com o apoio de Rui Barbosa (VENÂNCIO FILHO, 2005, p. 116).

---

<sup>225</sup> João Neves da Fontoura, a propósito da escolha do presidencialismo, assim se referiu a Rui Barbosa: “Há em sua atuação política tão discutida, alguma coisa de surpreendente. Dominava-o a paixão mística pela Inglaterra, pelos seus homens, pelas suas inspirações. Pois esse anglófilo – alguns o disseram até um anglômano – esse orador insuperável nas justas parlamentares, quando lhe tocou desenhar, depois de 15 de novembro, o figurino das novas instituições, foi para o presidencialismo norte-americano que se voltou” (RUI BARBOSA, 1985, s/p.).

### 6.2.2 Reforma Benjamin Constant (1890-1891)

Até 1890 não havia uma organização escolar em forma de plano ou sistema visando a educação universal do povo. O contraste perceptível entre a presença de uma burguesia mercantilista, associada a uma vida urbana que imprimia novos modos e objetivos aos brasileiros, de um lado, e um quadro educacional que pouco ou nada havia modificado desde o Período Imperial, de outro, exigia mudanças profundas, a fim de dar ensejo aos “novos tempos” e novos ideais que despontavam.

Essa realidade fez emergir a necessidade de se discutir a educação como um problema fundamental da recente República. Era preciso reconhecer a importância da educação não só como instrumento de preparação profissional, mas principalmente meio de aperfeiçoamento do indivíduo. As transformações nos planos social, econômico e político pelas quais vinha passando a nova República, um processo que se estendia desde muito antes, criou um clima favorável à renovação pedagógica e cultural. Assim, em 1890 foi criado o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, do qual foi ministro Benjamin Constant Botelho de Magalhães.<sup>226</sup> Foi o primeiro ministério a tratar da matéria educação dentre as suas competências. O ministro idealizador da primeira reforma da fase republicana, que ficou conhecida como Reforma Benjamin Constant, consubstanciada no Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, a primeira de uma série, tentou solucionar os problemas que se arrastavam desde o Império, tinha o escopo de efetivar a instrução popular no país, apoiando-se nos princípios da liberdade, da gratuidade e da laicidade do ensino. O Decreto nº 981/1890 adotava os “princípios geraes da instrucção primaria e secundaria”, inclusive a completa liberdade para o exercício do ensino primário e secundário.<sup>227</sup>

---

<sup>226</sup> Muitos dos republicanos eram positivistas, embora não fossem homogêneos quanto à doutrina, posto que havia duas correntes dissonantes. Os positivistas ocupavam cargos de relevo na Administração Pública. Um deles era Benjamin Constant que, fortemente marcado pela doutrina comtiana, fez presente princípios positivistas na reforma que engendrou. A respeito das correntes positivistas divergentes, ver nota de rodapé à página 6 de Azevedo (1976). Ainda sobre a influência de Auguste Comte nos intelectuais brasileiros, em especial de Benjamin Constant, e a influência que este exerceu fazendo a doutrina chegar ao exército brasileiro, ver Mesquida (1994, p. 77/78).

<sup>227</sup> “Art. 1º E' completamente livre aos particulares, no Districto Federal, o ensino primario e secundario”, sob as condições de moralidade, hygiene e estatistica definidas nesta lei.

§ 1º Para exercer o magisterio particular bastará que o individuo prove que não soffreu condemnação judicial por crime infamante, e que não foi punido com demissão, de conformidade com o disposto no art. 63 do presente decreto.

Para dirigir estabelecimento particular de educação será exigida esta mesma prova e mais o certificado das boas condições hygienicas do edificio, passado pelo delegado de hygiene do districto.

Pautada em princípios positivistas,<sup>228</sup> a reforma instituiu um ensino enciclopédico, seriado, obrigatório e gratuito. Os ideais se pautavam no princípio liberal-democrático, e emergiram a partir da ruptura com o modelo educacional anterior, de tradição humanística, visando a introdução de um currículo estritamente positivista. Com base nas ideias de Comte, que tiveram grande influência na determinação das diretrizes educacionais brasileiras, buscava-se substituir o ensino acadêmico por um currículo mais enciclopédico, incluindo-se disciplinas científicas e o ensino seriado. O ensino no Brasil de então não era mais que cópia das nações mais destacadas da época, que incluía países da Europa e Estados Unidos. Era um tempo em que predominava o pensamento pedagógico dos liberais do Império.

A reforma ocorreu em meio a importantes mudanças no cenário político, social e econômico de então, mas antes de alcançar os objetivos previstos originalmente, “o grande beneficiário das reformas foi, sem dúvida, a finança internacional, representada neste caso pelo London & River Plate Bank”, cujos representantes passaram a fiscalizar diretamente o cumprimento do acordo feito com o governo e a execução, por este, “das medidas destinadas a restaurar as finanças do país”, consolidando-se “uma situação de dependência que se vinha formando havia muito” (PRADO JR., 1969, p. 221).

### 6.2.3 Reforma Epiácio Pessoa (1901)

A Reforma Epiácio Pessoa assinala uma nova fase da evolução do ensino iniciada pela Reforma Benjamin Constant. Buscou mesmo dar exequibilidade aos ideais de Constant. É fundado no Decreto nº 3.890/1901 e no Decreto nº 3.914/1901, o primeiro aprovando o Código dos Institutos Officiaes de Ensino

---

§ 2º Depois de iniciados os trabalhos do ensino, os directores de estabelecimentos particulares serão obrigados a franqueal-os à visita das autoridades incumbidas da inspecção escolar e da inspecção hygienica, e a remetter á Inspectoria Geral mappas semestraes declarando o numero de alumnos matriculados, sua frequencia, quaes os programmas e livros adoptados, e os nomes dos professores.

§ 3º Na parte relativa ao ensino, a inspecção dos estabelecimentos particulares limitar-se-ha a verificar que elle não seja contrario á moral e á saude dos alumnos.

§ 4º E' inteiramente livre e fica isento de qualquer inspecção official o ensino que, sob a vigilancia dos paes ou dos que fizerem suas vezes, for dado ás crianças no seio de suas familias.” *In*: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 de maio de 2014.

<sup>228</sup> Para Gramsci (2001, vol. 1, p. 229), o positivismo tivera o mérito de devolver à cultura europeia o sentido da realidade, que se esgotara nas antigas ideologias racionalistas; mas depois, cometera o erro de encerrar a realidade na esfera da natureza morta e, portanto, de também encerrar a investigação filosófica numa espécie de nova teologia materialista.

Superior e Secundário, e o segundo, aprovando o Regulamento para o Gymnasio Nacional. A Reforma inaugurou a matrícula por disciplina e enfatizou aspectos regulamentares, instituindo normas para a equiparação de escolas particulares e o processamento de exames de madureza, e iniciou o processo de desoficialização do ensino, promovendo a equiparação entre as escolas oficiais e as privadas. Veio levantar a bandeira da “liberdade de ensinar”, que já vinha sendo agitada desde o Segundo Reinado (XAVIER, 1994, p. 111).

#### **6.2.4 Reforma Rivadávia Correa (1911) - A desoficialização do ensino**

A Reforma Rivadávia Correia - Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, foi instituída tendo por base o Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911 e, relativamente a Escola Normal, pelo Decreto nº 838, de 20 de outubro de 1911. Os decretos estabeleciam a liberdade de ensino e a desoficialização do ensino em todo o país, retirando da União o monopólio da criação de instituições de ensino superior. Por estas normas, o governo dispensava a exigência de equiparação a uma instituição modelo de nível federal, o que tornava possível a criação de universidades pela iniciativa particular. O ensino livre era o principal escopo daqueles decretos, que estabeleciam a liberdade plena do ensino secundário e superior, tanto do ponto de vista didático, quanto administrativo,<sup>229</sup> acabando, assim, com o monopólio estatal na concessão de diplomas e títulos. A reforma desoficializou o ensino e retirou este compromisso do Estado. Caracterizou-se na realização plena dos postulados positivistas e liberais. De curta duração, já que vigeu somente até 1915, a lei caracterizou-se como a primeira norma brasileira que dava autonomia didática, administrativa e financeira aos institutos de ensino superior. Era então legítima expressão de um liberalismo formal exacerbado em uma ponta, mas que em outra, pelas condições políticas de fato, dificultava o exercício do direito social à educação. A exemplo do que ocorria nos Estados Unidos, a Reforma

---

<sup>229</sup> “Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911- O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo art. 3º, n. II, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, resolve aprovar, para os institutos de ensino creados pela União e actualmente Lei Organica Superior e do Ensino Fundamental na Republica - a que se refere o decreto n. 8.659, desta data Organização do ensino - Autonomia didactica e administrativa - Institutos de ensino superior e fundamental - O Conselho Superior do Ensino - O patrimonio, sua constituição e applicação. Art. 1º A instrucção superior e fundamental, diffundidas pelos institutos creados pela união, não gosarão de privilegio de qualquer espécie. Art. 2º Os institutos, até agora subordinados ao Ministerio do Interior, serão, de ora em diante, considerados corporações autonomas, tanto do ponto de vista didactico, como do administrativo”. In: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58698>. Acesso em 15 de maio de 2014.

iria obrigar as instituições de ensino superior a terem laboratórios onde os alunos aprenderiam fazendo, seguindo o método indutivo.

Esta reforma denotou o descompromisso do Poder Público com relação à educação, afinal a norma não previa qualquer tipo de fiscalização a ser operada pelo Estado e dava plena autonomia estadual livre de controle federal. Com isso, o Estado se isentava da responsabilidade em matéria de educação deixando livremente à iniciativa privada todo esse “mercado” pois, se pela “vontade” da norma esperava-se a melhoria do padrão de ensino através da competição entre escolas, o que se verificou de fato foi a comercialização do ensino.

### **6.2.5 Reforma Carlos Maximiliano (1915)**

As inquietações e apreensões decorrentes da Primeira Grande Guerra, as crises internas que se espargiam nos planos econômico, social e político, associadas a um processo educacional deficiente entregue à iniciativa particular, os embates entre as classes dominantes rurais controladoras do processo político e econômico do país e a classe média emergente nas cidades, conduziram à necessidade, no plano político, de implementação de uma reforma visando corrigir a organização educacional então existente.

O que deu fim à efêmera existência da Lei Rivadávia foi o Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915, que ficou conhecido como Reforma Carlos Maximiliano. O personagem que deu nome à reforma era ministro da Justiça e Negócios Interiores do presidente Venceslau Braz. Dentre as determinações previstas na norma, estabelecia o cancelamento das alterações determinadas pela Reforma Rivadávia, visava à reorganização do ensino secundário e o superior, como consta do próprio decreto.<sup>230</sup> Sob a égide da Reforma criaram-se os exames vestibulares aos cursos

---

<sup>230</sup> Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915 - Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização constante do art. 3º da lei n. 2.924, de 5 de janeiro do corrente anno e da attribuição que lhe confere o art. 48, n. 1, da Constituição Federal, DECRETA: Art. 1º O Governo Federal continuará a manter os seis institutos de instrução secundaria e superior subordinados ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, dando-lhes autonomia didactica e administrativa de accôrdo com as disposições deste decreto. Art. 2º O patrimonio de cada instituto será administrado pelo respectivo director, de accôrdo com o orçamento elaborado pela Congregação, approvedo pelo Conselho Superior do Ensino e homologado pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores. [...]. Art. 5º O Governo manterá uma faculdade official de Medicina no Estado da Bahia e outra no Districto Federal; uma faculdade de Direito em S. Paulo e outra em Pernambuco; uma Escola Polytechnica e um instituto de instrução secundaria, com a denominação de Collegio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro. Art. 6º O Governo Federal, quando achar opportuno, reunirá em Universidade as Escolas Polytechnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a ellas uma das Faculdades Livres de Direito dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edificio para funcionar. In:

superiores e a obrigatoriedade de conclusão do curso secundário para o ingresso nas faculdades. A Reforma Carlos Maximiliano também autorizou o governo a reunir em “universidade” as escolas existentes na cidade do Rio de Janeiro. Em suma, a reforma, pretendendo reorganizar o ensino brasileiro nos moldes do ensino europeu, recortou das reformas anteriores pontos que julgou propício, como a seriação escolar da Reforma Benjamin Constant, a estruturação da Reforma Epitácio Pessoa e Reforma Rivadávia Correa, e retomou o vestibular.

### 6.2.6 Reforma Rocha Vaz (1925)

O período que corre do fim da Primeira Guerra Mundial até 1930 assiste ao aumento da indústria manufatureira, determinando decisivamente uma mudança na economia brasileira. A indústria em expansão consolida duas classes sociais: a burguesia industrial e o operariado, em oposição aos grandes latifundiários e ao campesinato. No campo da educação, o período tumultuado não deixou de lançar críticas às deficiências crônicas no setor. Na década de 1920,<sup>231</sup> muitas foram as reformas regionais propostas em vários Estados do país, mas todas apresentavam grandes limitações, justamente por serem regionais e se restringirem ao ensino primário. De modo geral tais reformas<sup>232</sup> se embasavam na filosofia liberal, caracterizando-se em uma importação de modelos implantados em realidades díspares.

A Reforma Rocha Vaz, instituída pelo Decreto nº 16.782-A, de 13/1/1925,<sup>233</sup> foi a última da chamada República Velha e não foi integralmente aplicada. Considerada conservadora, visou ao rompimento dos cursos preparatórios ou

---

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>. Acesso em 15 de maio de 2014.

<sup>231</sup> Na década de 20 se verifica a emersão de um movimento renovador, denominado Escola Nova, que postulou a transformação das condições de ensino.

<sup>232</sup> Dentre elas a Reforma Lourenço Filho (Ceará – 1923); Reforma Anísio Teixeira (Bahia – 1925); Reforma Francisco Campos (Minas Gerais – 1927); Reforma Fernando de Azevedo (Distrito Federal – 1928); e Reforma Carneiro Leão (Pernambuco – 1928).

<sup>233</sup> “O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 4º da lei nº 4.911, de 12 de janeiro de 1925, e da atribuição, que lhe confere o art. 48, nº I, da Constituição Federal, Decreta: **CAPITULO I** - Do Departamento Nacional do Ensino. Art. 1º. Fica creado o Departamento Nacional do Ensino, Directamente subordinado ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. Art. 2º. O Departamento terá a seu cargo os assumptos, que se refiram ao ensino, nos termos deste regulamento, assim como o estudo e a applicação dos meios tendentes à diffusão e ao progresso das sciencias, letras e artes no paiz.” In: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm). Acesso em 15 de maio de 2014.

parcelados, introduzindo o sistema seriado. Incidiu mais marcadamente no plano administrativo, pondo termo à autonomia didática e administrativa conferida pela reforma anterior, retomando, desta forma, o controle ideológico do Estado sobre o sistema de ensino. Essa medida, contudo, não marcou a ferro o futuro do país, como se pretendia, pois, em “consequência da estrutura de ensino vigente no Brasil até 1930 nunca pudera se organizar como um sistema nacional intergrado” (SHIROMA, 2007, p. 16). A Reforma acentuou a vocação de uma educação elitista e graças a ela ascenderam os colégios particulares e grassou a exploração mercantil do ensino. Foi o início do declínio do direito universal à educação [apenas formal até então] e a seleção do aluno/cliente de acordo com a sua resistência econômica.

### **6.2.7 Escola Nova e as reformas da instrução pública nos Estados**

Anísio Teixeira é considerado um dos grandes educadores brasileiros. Em 1924 foi convidado a assumir a Direção da Instrução Pública do Estado da Bahia, quando então começa o “seu percurso reformador da educação brasileira” (PAGNI, 2008, p. 19). À frente desse cargo, trabalha visando a reforma da instrução pública na Bahia no período de 1924 a 1929. Em 1925 viaja à Europa e, em 1927 e 1928 faz duas viagens aos Estados Unidos, no intuito de observar sistemas escolares de outros países. Por volta de 1924, iniciou na Bahia a renovação do sistema pedagógico, de acordo com o modelo americano e os ensinamentos de John Dewey e W. Kilpatrick (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 298). É nos Estados Unidos que conhece a obra do filósofo americano Dewey, a qual influencia fortemente o seu pensamento e muda a sua atitude filosófica em relação ao tema. Em 1928, publica “Aspectos americanos da educação”, livro que traz observações de viagem e reúne o primeiro estudo sistematizado das ideias de Dewey. Mais do que seu deslumbramento pelo ideal da democracia americana, Anísio revelou o seu fascínio pelo pragmatismo e pelo filósofo que presumia melhor representar essa corrente filosófica: John Dewey (PAGNI, 2008, p. 19).

Anísio Teixeira voltara dos Estados Unidos entusiasmado com a sua democracia, que afirmara ser uma *lição para o mundo*, e criticava os “*profetas da Idade Média*”, que temiam a “*corrupção da grandeza americana*” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 298). A década de 1920, como se vê, já explicitava a presença dos Estados Unidos na legislação do ensino brasileira. Moniz Bandeira conta que o cientista Carlos Chagas, em 1922, fundou a escola de Enfermagem Ana Nery, com

auxílio da Fundação Rockefeller, cabendo a Eton Parsons e 12 professoras norte-americanas a realização dos seus primeiros cursos. Também, as fundações Ford e Rockefeller, com as suas bolsas de estudo, ampliavam a influência dos Estados Unidos sobre a educação brasileira. Ainda segundo este autor, Monteiro Lobato, que viajara em 1927 para Nova York, também exaltaria os Estados Unidos, seu progresso e sua civilização.

Em 1932, Anísio Teixeira assina o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, juntamente com outros reformadores como Fernando de Azevedo [que teria redigido o texto] e Lourenço Filho, documento que veicula as diretrizes de um programa de reconstrução educacional para o país. A Escola Nova, como ficou conhecido o movimento, se opunha aos métodos tradicionais de ensino com vistas a um movimento educacional renovador. Anísio foi um dos mais destacados deste movimento, em defesa do ensino público, gratuito, laico e obrigatório. O enraizamento da Escola Nova se processou pouco depois do triunfo das ideias liberais. Na verdade, o escolanovismo representou, ortodoxamente, o liberalismo no setor da educação (NAGLE, 1976, p. 242). A maioria dos signatários do Manifesto se identificava com as ideias liberais. Anísio Teixeira, em especial, foi bastante influenciado pelo modelo liberal norte-americano. O texto do Manifesto dos Pioneiros destaca ideias já defendidas pelos renovadores dos anos 20, havendo, assim, uma estreita ligação entre o Manifesto e as reformas estaduais.

A propósito da relação entre o liberalismo e escolanovismo, do ponto de vista histórico, o primeiro pretenderia a remodelação da ordem político-social e a ruptura do sistema de obstáculos que impedia o “desenvolvimento natural da sociedade humana” [o progresso]. Neste sentido, não foi casual o fato de que a mais ampla crítica à “escola tradicional” e as primeiras manifestações que denunciam a presença do novo ideário educacional partissem de um liberal, o Conselheiro Rui Barbosa (NAGLE, 1976, p. 241/2).

O movimento escolanovista teve duas fases: uma preparatória, até 1920, e outra de difusão e das realizações, a partir da década de vinte (NAGLE, 1976, p. 241). Na década de 1920:

tratou-se de substituir o ideário educacional até então vigente, pelos princípios da nova teoria educacional representada pelo escolanovismo. É esta nova orientação que, em grande parte, distingue as transformações por que passa a escola, no período, das transformações que ocorreram em períodos anteriores: a história da instrução pública nos Estados e no Distrito Federal, na década de vinte, é também, e principalmente, a história da

penetração do ideário da Escola Nova nos seus sistemas escolares (NAGLE, 1976, p.190/1).

Na segunda década do século XX foram empreendidas reformas de ensino em vários Estados Brasileiros [principalmente São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco], e no Distrito Federal. Foi nos Estados<sup>234</sup> que ficou definido o principal sentido das transformações onde o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico penetrou de maneira mais decisiva e marcante (NAGLE, 1976).

A Reforma de Minas Gerais foi levada a termo por Francisco Campos por meio de uma série de decretos, entre eles o Decreto nº 7.970-A, de 15/10/1927; Decreto nº 8.904, de 22/12/1927; Decreto nº 8.162, de 20/01/1928; e Decreto nº 8.225, de 11/02/1928. Os decretos que instituíram juridicamente a reforma foram inspirados nos princípios da Escola Nova,<sup>235</sup> de modo que:

refletem a crença na educação como um instrumento capaz de atuar de maneira decisiva sobre a formação do ser humano enquanto indivíduo e ser social. E constituem uma tentativa no sentido de fazer com que a escola perca o traço artificial que a caracteriza e se torne uma colaboradora da família e da sociedade na obra da civilização (PEIXOTO, 1983, p. 95).

Como destaca Nagle (1976, p. 195), esta reforma representa a primeira ilustração de um movimento ao mesmo tempo reformista e remodelador, provocando a primeira alteração profunda no ideário sobre a escolarização. Na questão da formação de recursos humanos, a reforma de Minas Gerais reclamava a ida aos Estados Unidos de um grupo de professores mineiros, com o objetivo de aperfeiçoamento nos novos métodos de ensino, pois pretendia a criação da Escola de Aperfeiçoamento. Com esse fim:

o governo enviou um grupo de professores aos Estados Unidos onde no "Teacher's College", da Universidade de Columbia, participavam de cursos, seminários, conferências, e de atividades de observação com um único objetivo: formar-se nos novos métodos e processos, preparando-se para constituir, através da Escola de Aperfeiçoamento, o núcleo gerador do processo de renovação que se esperava nas escolas mineiras (PEIXOTO, 1983, p. 145/146).

<sup>234</sup> Outras reformas podem ser apontadas, ressaltando que em todas se revelam tendências semelhantes no modo de conceber a organização e o funcionamento da instituição escolar (NAGLE, 1976, p. 191). São elas: Reforma de São Paulo, por Sampaio Dória, Lei nº 1.750, 8 de dezembro de 1920; Decreto nº 3.356, 31 de maio de 1921, que a regulamentou; Reforma do Distrito Federal, por Fernando de Azevedo; Reforma de Pernambuco, por Carneiro Leão - Ato nº 1.239, de 27 dezembro de 1928; Ato nº 238, de 8 de fevereiro de 1929.

<sup>235</sup> Na década de 20, pode-se dizer que, pela primeira vez no Brasil e de forma mais ampla e sistemática, o ideário escolanovista aparece da organização mineira. Em Minas se encontra o primeiro e mais importante foco de difusão das novas ideias educacionais (NAGLE, 1976, p. 252).

A Reforma na Bahia teve à frente Anísio Teixeira e foi levada a cabo pela Lei nº 1846, de 14 de agosto de 1925. Como já referido anteriormente, no final da administração de Anísio Teixeira, e depois da viagem de estudos que fez aos Estados Unidos, alteraram-se as suas ideias sobre a educação, quando passa a adotar os princípios do ideário escolanovista, de raízes deweyanas. Anos mais tarde, Anísio anotaria na Exposição de Motivos do Projeto de Lei de Organização dos serviços educacionais do Estado da Bahia, de 23 de outubro de 1947, que “Os colégios particulares deverão florescer com perfeita liberdade de desenvolvimento, como uma ala mais flexível do ensino público, naturalmente mais rígido, e sujeitos apenas aos requisitos externos que forem estabelecidos” (TEIXEIRA, 1967, p. 107).

A reforma cearense capitaneada por Lourenço Filho, que resultou no Decreto nº 474, de 2 de janeiro de 1923 [Regulamento da Instrução Pública], pode ser considerada pioneira quanto à penetração do ideário escolanovista nos sistemas escolares estaduais e do Distrito Federal (NAGLE, 1976, p. 250).

### **6.2.8 Reforma Francisco Campos (1931)**

A Reforma Francisco Campos, como ficaram conhecidas as medidas resultantes do Decreto nº 19.850, de 11/4/1931,<sup>236</sup> determinou o aumento do número de anos do curso secundário, dividiu o curso em dois ciclos [currículo seriado]: o fundamental, de 5 anos, e o complementar, de 2 anos, objetivando a preparação para o ensino superior. A Reforma objetivou a modernização do ensino secundário brasileiro visando à formação de estudantes autodisciplinados e produtivos, adequando-se com a sociedade capitalista que se pretendia solidificar no início da década de 1930.

A Reforma abrangeu também a educação superior e surgiu em meio aos debates levantados a partir da Revolução de 1930, que desejavam uma educação ampla em todo o território e para todos os brasileiros. Nesta década, “reivindicou-se

---

<sup>236</sup> A Reforma Francisco Campos, na verdade, compreende uma série de decretos:

Decreto nº 19.850, de 11 de abril, que cria o Conselho Nacional de Educação;  
 Decreto nº 19.851, de 11 de abril, que institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, dispendo sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotando o regime universitário;  
 Decreto nº 19.852, de 11 de abril, que dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;  
 Decreto nº 21.241, de 14 de abril, que consolida as disposições sobre o ensino secundário;  
 Decreto nº 19.890, de 18 de abril, que dispõe sobre a organização do ensino secundário;  
 Decreto nº 20.158, de 30 de julho, que organiza o ensino comercial.

para a educação a função de ‘criar’ cidadãos e de reproduzir/modernizar as ‘elites’ simultaneamente à de contribuir para o trato da ‘questão social’” (SHIROMA, 2007, p. 13).

A luta burguesa, instrumentalizada com a doutrina liberal, se acentuou nos anos 20 e 30, imprimindo os princípios da individualidade, da liberdade, da propriedade, da igualdade e da democracia. Nesta época, “a hegemonia burguesa já se consolidara nas sociedades centrais do mundo capitalista, o pensamento liberal se desdobrava para além do individualismo que marcara a sua origem, rumo à noção de reconstrução social” (XAVIER, 1990, p. 62).

A ampla reforma empreendida pelo Governo Provisório em 1931 pela primeira vez promovia uma mudança que atingiria os vários níveis de ensino e se estendia a todo o território nacional. Mas as tendências contrárias em oposição reduziram “o avanço das articulações e acomodações entre as facções da classe dominante em disputa, especialmente após 1930, o que naturalmente respondia aos interesses econômicos dominantes internamente e às injunções econômicas externas”<sup>237</sup> (XAVIER, 1990, p. 65).

Nos debates que se seguiram no início dos anos 30, os debatedores estavam convencidos que para a modernização do Brasil era indispensável “a montagem de um Estado nacional, centralizado, antiliberal e intervencionista”, cuja política deveria se estender ao plano da educação, cujos debates, congruentes, “valorizavam o papel que a educação deveria cumprir para sua realização, coerentemente com o seu horizonte ideológico” (SHIROMA, 2007, p. 15).

Fávero (2005, p. 137) aponta que “a política de equiparação entre as escolas públicas e escolas privadas, pela oficialização e equivalência de ambas”, o que foi promovido de forma não mais restrita, “favoreceu o grande ‘boom’, de expansão do ensino secundário de caráter privado nas décadas de 1930 e 1940, o que restringiu significativamente a iniciativa pública naquele segmento.”

Pode se deduzir daí que a Reforma Francisco Campos, no que se refere à normatividade dada ao ensino secundário, trouxe importantes consequências para a questão do investimento público.

---

<sup>237</sup> Um exemplo de força que procurou influir na Reforma é dado por Shiroma (2007, p. 18): Em 1931, a Igreja Católica pressionou o Governo Provisório e obteve a inclusão do ensino religioso nas escolas primárias, normais e secundárias do país, ainda que em caráter facultativo.

### 6.2.9 A Era Vargas

Getúlio Vargas fora ministro da Fazenda de Washington Luis, de 1926 a 1928, e chegou ao poder em 1930, inaugurando o período que veio a ser chamado “Era Vargas”, um modelo de desenvolvimento que se caracterizava pelo intervencionismo, desenvolvimento industrial, nacionalismo e intensa ingerência estatal na economia. Sua ascensão ao poder ocorreu graças ao movimento que ficou conhecido como Revolução de 1930, que teve como líder civil o próprio Vargas.

A marcha da coluna rebelde do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, estando as forças legais impotentes para contê-la, provocou a deposição de Washington Luís e a transmissão do poder a Vargas por uma junta militar, pondo fim à República Velha. Já nesse movimento podemos ver o dedo intrometido do Tio Sam.

a Revolução de três de outubro tinha essa característica de trazer consigo as simpatias e o apoio dos ianques. Vários dirigentes da Revolução tornaram-se, em seguida, diretores de empresas de Rockefeller, do grupo Mellon, da General Motors, bem como de grupos financeiros de Wall Street que atuam no Brasil (PEREIRA, 1963, p. 24).

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi a principal oposição política ao governo de Vargas. O movimento, composto na maioria por interventores vinculados ao tenentismo, protestava pela convocação de uma Constituinte. Mesmo derrotando as tropas paulistas, no ano seguinte o governo federal convocou as eleições reivindicadas nos protestos do ano anterior. “A Revolução Constitucionalista de 1932 foi, por sua vez, igualmente uma tentativa de grupos britânicos reconquistarem as posições no Brasil” (PEREIRA, 1963, p. 25). Uma luta de “senhorios” para recuperar ou manter suas feitorias em terras longínquas.

No ano da chegada de Vargas ao poder, o Brasil era fundamentalmente agrícola e a economia dependia quase exclusivamente do café que, sozinho, produzia aproximadamente dois terços da riqueza do país. A partir de então, em grande medida em razão da crise da bolsa de Nova York, um processo de industrialização foi incrementado, a “substituição de importações”.<sup>238</sup>

---

<sup>238</sup> Em 1919, o café respondia por 79% do produto nacional, passando a 57% em 1943. Em contrapartida, a participação industrial sobe de 21% para 43%. 70% dos estabelecimentos industriais existentes em 1940 haviam sido criados a partir de 1930 (D'ARAUJO, 1997, p. 50).

### **6.2.10 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)**

A Constituinte de 1933-34, como as anteriores, sofreu pressões de várias ordens, inclusive no que diz respeito à defesa do ensino laico e a definição política de a quem cabe educar, o Estado ou a Família. Nestes aspectos, a segunda Constituição republicana foi alvo da Igreja católica e dos renovadores, os quais compuseram com os agentes da Igreja na “delimitação de quem exerce a educação: a “família”, eufemismo de particular ou privado, e os poderes públicos” (ROCHA, 2005, p. 132).

A exemplo das anteriores, a Carta de 1934 também sofreu as influências do ideário democrático-liberal. As tendências políticas autoritárias, contudo, guindaram o governo a uma forte centralização.<sup>239</sup> O receio do comunismo levava as forças a combater a democracia e a representação popular.

### **6.2.11 Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)**

A Constituição de 1937 foi resultado de outro golpe perpetrado por Getúlio Vargas instituindo o que denominou de Estado Novo, marcadamente nacionalista, implantando um Estado autoritário identificado com o nazi-fascismo. As tentativas de estabelecimento da Educação e Cultura “em bases renovadoras e descentralizadoras, e prevendo a organização de um Plano Nacional de Educação” foram afetadas pelas condições políticas e ideológicas tanto internas quanto externas que “guindaram pela derrubada do texto constitucional renovador, resultando na Carta outorgada de 1937” (FÁVERO, 2005, p. 193).

A Carta do Estado Novo atribui primeiramente à família a responsabilidade pela educação integral da prole, dando uma nova orientação à política educacional.<sup>240</sup> Não coube aos nossos especialistas, contudo, dar a orientação do ensino, como destaca Azevedo (1996, p. 248), pois:

---

<sup>239</sup> A Constituição de 1934 foi modelada a partir da Constituição de Weimar (FÁVERO, 2005, p. 193).

<sup>240</sup> Art. 129. O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas a seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

para a execução do plano aprovado pela lei orgânica do ensino industrial, já haviam sido contratados, em 1941, na Suíça, 44 especialistas a que se reunirão, para completarem o quadro de técnicos estrangeiros, 25 engenheiros ou técnicos, contratados nos Estados Unidos para o fim especial de orientar o ensino industrial nas próprias indústrias, e dirigir seções ou reger cursos na primeira escola técnica federal a ser instalada na capital do país.

Decorre dessa disposição a resolução do Estado de reorganizar em novas bases toda a estruturação de ensino técnico e profissional.

### **6.2.12 Reforma Gustavo Capanema: As Leis orgânicas (1942 a 1946)**

Com as sucessivas reformas que foram engendradas ao longo do período republicano até o advento do Estado Novo, é perceptível o fato de que a educação assume as funções típicas das sociedades capitalistas modernas que são, segundo Bárbara Freitag (1986, p. 129), divulgadora da ideologia dominante, reprodutora das relações de classe, agente a serviço da nova estrutura de dominação e instrumento de reforço da própria base material, possibilitando a reprodução da força de trabalho.

Em 1934, o ministro Francisco Campos é substituído por Gustavo Capanema, que passa a ser o ministro da Educação no governo Vargas onde permanece até 1945. Em 1942 implementa sua reforma através das “leis orgânicas do ensino”.<sup>241</sup>

Nos primeiros anos do Estado Novo, por força do fechamento político e suspensão das liberdades civis, o debate educacional foi caracterizado por reduzida circulação de ideias. Da parte do governo nenhuma movimentação significativa na definição de políticas para a educação se anunciou até 1942, quando o então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, implementou uma série de reformas que tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que flexibilizaram e ampliaram as Reformas Campos (SHIROMA, 2007, p. 23).

Pela nova reforma o curso secundário é reestruturado se constituindo do ginásio, de quatro anos, e o colegial, de três anos; prescreve duas modalidades de

---

<sup>241</sup> A Reforma Capanema, também conhecida por Leis Orgânicas do Ensino, se caracterizou por uma série de normas editadas de 1942 a 1946, que se constituiu pelos seguintes decretos-lei: Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI; Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásio, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial. A partir de 1946, a cadeira do Ministério da Educação passou a ser ocupada por Raul Leitão da Cunha, quando editaram-se outros decretos-lei: Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional; Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal; Decretos-lei nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC; e Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola.

ensino: uma mantida pelo sistema oficial e outra por empresas, como o SENAI e o SENAC - o chamado "Sistema S". Enquanto a oficial é procurada especialmente pelas classes mais favorecidas da sociedade, a outra atende precipuamente alunos de renda baixa que visam à profissionalização. O dualismo, que implicou em uma forma de discriminação social, consistia em duas concepções: a primeira, uma educação generalista, dispondo de um conjunto amplo e progressivo de conhecimentos teóricos, humanísticos e científicos; a segunda, a educação profissional, preceptora de uma gama definida de informações necessárias tão somente para o domínio de um ofício ou profissão. Para Capanema, como anotara ele próprio, já era o tempo para se criar um "exército de trabalho" para o "bem da nação" (FREITAG, 1986, p. 51).

Em alguma medida a Reforma Capanema dava continuidade à Reforma Francisco Campos, uma vez que pretendeu a reorganização e o revigoreamento de um ensino elitista fortemente impregnado na estrutura política e socioeconômica de então. Tencionava evitar o reaparecimento de organizações trabalhadoras autônomas e ao mesmo tempo infundir no âmago dos trabalhadores urbanos uma base ideológica consoante com a pretensa e incipiente sociedade industrial de produção capitalista.

### **6.2.13 Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)**

Com a deposição de Getúlio em 1945, iniciou-se um vasto programa de reformulação inclusive da própria estrutura do Estado, retomando-se os ideais liberais e democráticos e ajustando-se os interesses envolvidos nas diversas forças empenhadas na industrialização do país, inclusive as forças estrangeiras.

Um trabalho desenvolvido por José Duarte, desembargador e membro do Supremo Tribunal Eleitoral, nos seus comentários à Constituição de 1946, aponta quem efetivamente fez a Constituição. Para ele, Mário Mazagão, Benedito Costa Netto e Ataliba Nogueira chefiavam a corrente que atuou na Constituinte em defesa dos latifundiários, proprietários de bancos e de empresas de seguros, grandes industriais e diretores de empresas estrangeiras (PEREIRA, 1963). De acordo com este autor, o dispositivo constitucional que legitimou a intervenção do Estado no domínio econômico despertou debates acalorados, mas o *exército* a serviço do capitalismo deixou passar porque era um dispositivo "aberto" e poderia não apenas beneficiar a coletividade, mas também os próprios latifundiários e grandes

comerciantes e industriais, de sorte que em seguida tem sido muito utilizado para servir especialmente o capital estrangeiro [monopólios internacionais do café, concessionárias estrangeiras de serviço público, indústrias automobilísticas], em detrimento do povo. Referido dispositivo constitucional tornou-se um poderoso instrumento de saque das riquezas e do trabalho nacional em favor de monopólios estrangeiros.

Outro ponto importante que foi vencido pelos monopólios estrangeiros, ainda de acordo com Pereira (1963), foi a tentativa de manutenção da redação de dispositivo que manteria o princípio insculpido na Constituição de 1934, que prescrevia a nacionalização dos bancos de depósitos, das empresas de seguros, de capitalização e outras modalidades de capital burocrático ou de agiotagem. O domínio estrangeiro venceu mais esta importante batalha possibilitando aos bancos estrangeiros recolherem em depósitos capitais nacionais, emprestando estes recursos a congêneres internos ou do exterior e enviando os lucros ao país sede, sem nenhum proveito ao país explorado. Em suma, os juros dos recursos financeiros dos depositantes e poupadores brasileiros são sorvidos pelas forças alienígenas, empobrecendo ainda mais o já pobre país. Esta atividade bancária, como vimos anteriormente, é proibida nos Estados Unidos. Naquele país, somente os bancos nacionais podem tomar em depósito recursos provenientes da poupança dos norte-americanos.

Na Constituinte de 1946 havia deputados constituintes nas mãos do grupo Morgan e do grupo Rockefeller (PEREIRA, 1963, p. 83/84), diretamente interessados na elaboração da Carta Magna brasileira. Este último grupo enviou ao Brasil um americano “constituente”, Paul Howard Schoppel, um lobista especialmente incumbido de garantir que ficassem abertas as portas do país à exploração do petróleo por empresas privadas. Foi esse representante dos Rockefeller que elaborou, em uma sala do Hotel Glória, a redação do artigo 153<sup>242</sup> da Constituição.<sup>243</sup> Pelo artigo, as concessões de exploração de recursos minerais e de energia hidráulica poderiam ser dadas a sociedades estrangeiras, desde que

---

<sup>242</sup> Art. 153 - O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal na forma da lei. § 1º - As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País, assegurada ao proprietário do solo preferência para a exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acordo com a natureza delas.

<sup>243</sup> Por essa “contribuição” [elaboração do artigo 153 da Constituição], Schoppel foi condecorado com o colar da Ordem do Cruzeiro do Sul, por iniciativa de João Neves de Fontoura, Ministro das relações Exteriores e posteriormente diretor ostensivo da Esso no Brasil (PEREIRA, 1963, p. 84).

organizadas no país. Graças à permissividade deste dispositivo logo depois a Standard Oil incorporou a companhia brasileira de gás Esso, conseguindo assim a concessão desejada. A partir dessa iniciativa exemplar, outras empresas multinacionais de capital norte-americano fizeram o mesmo, desnacionalizando companhias e estendendo os campos de atuação.

A nova orientação político-ideológica que tomou o Governo com a queda de Vargas, e as forças que passaram a agir nos bastidores do Poder, como vimos pelos exemplos acima, deu novos rumos às questões educacionais; a Constituição abriu-se e mostrou sua face liberal- democrática, explicitando o princípio da liberdade, tão caro ao mercado e às iniciativas empresariais.

Art. 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art. 167 - O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art. 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores.

Como se depreende dos dispositivos constitucionais acima anotados, consignou-se à iniciativa privada as ações nesta área, mostrando certo descompromisso do Poder Público quanto às políticas públicas neste segmento.

### 6.3 ALINHAMENTO BRASIL – ESTADOS UNIDOS

Na década de 1940 é que o Brasil firma fortemente o seu alinhamento aos Estados Unidos, passando em definitivo a orbitar como um pequeno satélite iluminado ao redor do brilhante Colosso do Norte. Vargas escrevia em seu diário as amarguras em razão da incapacidade do país de resistir às investidas dos anglo-americanos e à condição de acumamento e subordinação. Em 16 de janeiro de 1942

escreveu: “a maioria dos países americanos que adotaram essas soluções de declarar guerra ou romper relações [com os países do Eixo] não o fez espontaneamente. Foram coagidos pela pressão americana” (VARGAS, 1995, p. 452). No dia anterior, Vargas anotara o pedido de demissão do general Góis, já convencido de que passaria pelo Congresso o “rompimento de relações com os países do Eixo que os Estados Unidos pleiteavam”. Com o alinhamento, o Brasil perdeu grande parte do mercado europeu e muitas cartas na manga para negociar condições mais vantajosas, pois ficara severamente agrilhado com o governo e os interesses norte-americanos.

Foi no seu tempo que junto com os negócios veio também para o Sul do continente a influência cultural anglo-saxônica. É o processo hegemônico em ação “pelo qual uma classe social atua, buscando disseminar suas ideias por todas as demais classes, de modo a fazê-las compartilhar de seus valores sociais, culturais e morais, como se fossem delas próprias” (FÁVERO, 1991, p. 15). Os Estados Unidos têm feito isso com maestria, e os brasileiros teriam sido sua melhor experiência. O cinema, a música, o Zé Carioca, entre outros, foram produtos importantes para determinar uma mudança nos costumes em vários setores da sociedade brasileira. Era o início da intensificação do processo de “americanização” do Brasil que a história futura demonstra que só se acentuou.

O grande carisma de Getúlio Vargas perante as classes trabalhadoras e o poder de mobilização dessas classes em apoio ao presidente era o grande temor tanto das classes dominantes quanto do Exército, pois o colocaria acima do controle das Forças Armadas. A estratégia de Vargas voltada para o desenvolvimento da economia percorrendo um caminho nacionalista e estatizante-distributivo (DREIFUSS, 1986, p. 28) ia num caminho não desejado pelos industriais, que tentavam fortalecer suas ligações com interesses multinacionais para conseguir capital e tecnologia. Com isso, a tentativa de Vargas de organizar sua própria base de poder alarmou as classes dominantes, pois isso poderia levá-lo à formação de um Executivo praticamente independente, um novo bloco de poder, fora do controle das oligarquias e dos industriais, o que resultou na sua queda, numa ação levada à efeito pelo Exército, encabeçada pelos oficiais da FEB, “apoiado por um alinhamento que compreendia os industriais locais, a oligarquia, as classes médias e, finalmente, as empresas multinacionais” cuja ação contou com a série de acontecimentos desencadeadas pelo embaixador americano Adolf Berle (DREIFUSS, 1986, p. 28). Dez dias depois da expulsão de Getúlio Vargas da presidência da República, era

também extinta a lei antitruste [Decreto-Lei 7.666 de 22/06/45], medida que contou com o empenho de Dutra.

Eurico Gaspar Dutra, vencedor das eleições de 1945 graças ao imprescindível apoio de Vargas, não comungava, contudo, das mesmas ideias políticas de seu antecessor. O governo de Dutra foi fortemente influenciado por empresários, os quais ocuparam de maneira quase exclusiva os postos-chave na administração. A diretriz econômica do governo Dutra favorecia claramente a empresa privada. Seu governo buscou um relacionamento especial com os Estados Unidos e, “consequentemente, a economia foi reaberta ao capital estrangeiro em condições muito favoráveis” (DREIFUSS, 1986, p. 28/29). Amigo pessoal do embaixador dos Estados Unidos, o presidente Dutra concedera à Bethlehem Steel os 40 milhões de toneladas de manganês do Estado do Amapá, uma das maiores jazidas do mundo, em troca de 4 por cento para o Estado sobre as rendas de exportação (GALEANO, 2011, p. 183).

O alinhamento brasileiro aos Estados Unidos nos campos político, militar e econômico também se deu por razões internas. A doutrina da segurança coletiva, firmemente defendida pelos militares, sugeria que o alinhamento com o país do Norte era consentâneo com o esforço de combate ao comunismo e aos perigos dos movimentos sociais de esquerda. A Guerra Fria que se desenhava e o receio de um conflito iminente entre os Estados Unidos e a União Soviética em parte explicavam as razões de um alinhamento franco, mas pouco condicionado a contrapartidas efetivas em favor do Estado brasileiro. O governo Dutra praticamente abdicou de suas possibilidades de negociação estratégica para exigir uma vinculação mais favorável com os Estados Unidos. Ao pretender dar à política uma feição mais liberal, de não intervenção do Estado na economia, concedeu ao capital externo mais do que exigiam os organismos multilaterais de Bretton Woods.

Foi também no seu governo que se constituíram a Escola Superior de Guerra – ESG e a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos. Enquanto os EUA criavam a CIA em substituição ao OSS – Office of Strategic Service, em 6 de setembro de 1946, o General Dutra criava oficialmente o primeiro serviço secreto brasileiro, Serviço Federal de Informações e Contrainformação – Sfici<sup>244</sup> (FIGUEIREDO, 2005,

---

<sup>244</sup> Em 1955 o Sfici, que nem saíra do papel, passou a ter sua existência discutida. Cogitava-se a criação, em seu lugar, do Serviço Nacional de Informações – SNI, o que de fato aconteceu somente no governo de Castelo Branco, em 13 de junho de 1964, projeto redigido integralmente pelo general de reserva Golbery do Couto e Silva, um órgão inspirado nos *serviços de informações* de outros países, como a CIA e o FBI dos Estados Unidos, o Serviço Federal de Inteligência da Alemanha e o *British Intelligence Service*, do Reino Unido. Mas o SNI, embora inspirado nos *serviços* de países

p. 50). Este autor ressalta que a montagem do Serviço Nacional de Informações – SNI, em substituição ao Sfici, teve um apoio de peso: os Estados Unidos da América. Informa que um agente da CIA no Brasil, chamado Stephen Creane, foi designado pelo governo americano para ficar à disposição de Golbery do Couto e Silva, com quem tal agente passou a ter uma relação muito próxima, e dar todo o apoio de que necessitasse na montagem do órgão. Pouco antes de deixar o poder, Castelo Branco sancionou a Lei de Segurança Nacional, cujo texto teve importantes sugestões de Creane.

#### 6.4 ACORDO MILITAR BRASIL – ESTADOS UNIDOS

Com uma ampla maioria de votos Vargas retoma a presidência da República em 1950. Quando Getúlio Vargas assumiu o poder em 31 de janeiro de 1951, era marcante o dissenso ideológico entre os militares. A caserna estava dividida em duas tendências divergentes: uma *nacionalista* e outra *democrática*. Os adversários tratavam de acusar reciprocamente a primeira de “esquerdista” e a outra de “entreguista”. O primeiro grupo se empenhou em defender a neutralidade do Brasil na Guerra da Coreia e o monopólio estatal do petróleo, enquanto o grupo de tendência *democrática* defendia o alinhamento com os Estados Unidos naquela guerra e a participação do capital privado na exploração do petróleo. Vargas oscilava entre um grupo e outro querendo agradar a ambos, o que foi fatal para a perda do apoio militar ao seu governo. Nesses embates ideológicos, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Góis Monteiro, da ala *democrática*, articulou com João Neves da Fontoura, ministro do Exterior do Brasil, o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, que acabou assinado em março de 1952.<sup>245</sup> Pelo acordo, que gerou crítica dos militares de ambas as tendências, os Estados Unidos se comprometiam a fornecer equipamentos militares, materiais e serviços em troca de materiais básicos e estratégicos brasileiros, como urânio e areias monazíticas.

Não era apenas esse o ponto mais sensível. O problema da remessa de lucros levou Vargas, em janeiro de 1952, a reformular a lei limitando a remessa dos

---

democráticos, na prática ficou mais parecido com o KGB da ditadura comunista da União Soviética, por concentrar em um só órgão a espionagem interna e externa. Seu poder era ilimitado, se reportava diretamente à Presidência da República e não sofria qualquer controle externo (FIGUEIREDO, 2005, p. 58).

<sup>245</sup> Para conhecer o texto integral do acordo, vide <http://www.cnen.gov.br/Doc/pdf/Tratados/ACOR0021.pdf>

lucros das companhias estrangeiras para o exterior e estabelecendo no ano seguinte uma nova lei para lucros extraordinários. Dissera então:

Estou sendo sabotado por interesses contrários de empresas privadas (...) que têm em cruzeiros duzentas vezes mais o capital que empregaram em dólares para levá-lo para o estrangeiro a título de dividendos. Em vez de dólares produzirem cruzeiros, os cruzeiros é que estão produzindo dólares e emigrando. (MONTEIRO, 1963, p. 190/1).

O embaixador norte-americano Hershell Johnson, em conversa com o ministro brasileiro do Exterior, dias depois da assinatura do decreto, aventou a hipótese de que o presidente Vargas não chegaria ao fim de seu mandato (RIBEIRO, 2001b, p. 113). O fato é que “as corporações norte-americanas repatriam substanciais lucros obtidos em seus empreendimentos externos”. A luta para derrubar ou impedir qualquer restrição do país à remessa desses lucros é válida considerando que “a taxa de lucro de investimentos externos é bem maior que as taxas domésticas de retorno”. Essa atividade de repatriamento integral tem sido um dos segredos ianques para a expansão de sua economia e poder, pois “as corporações norte-americanas têm sido bem eficientes em injetar os lucros excedentes do resto do mundo na economia de seu país” (HARVEY, 2009, p. 179).

A 3 de janeiro de 1952, Getúlio assina decreto limitando a remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior.

O subsecretário de Estado, Edward Miller advertiu, em tom de ameaça, que os Estados Unidos poderiam suspender todos os seus financiamentos ao Brasil. O Conselho Americano de Câmaras sugeriu a mesma coisa. Surgiram pressões de toda ordem para que o Eximbank, o Banco de Exportação e Importação, e o BIRD (Banco Mundial) não aprovassem qualquer financiamento ao Brasil enquanto o decreto não fosse revogado (RIBEIRO, 2001, p. 112/3).

A última fase da administração Vargas [1954] transcorreu com forte pressão militar, pressão esta apoiada por empresários e pelo governo americano. Essa fase culminou com um golpe de Estado e o suicídio de Getúlio (DREIFUSS, 1986, p. 32). O Manifesto dos Coronéis, que criticava o aumento de 100% do salário mínimo, provocou a queda do ministro do Trabalho João Goulart. O documento foi redigido e assinado em 1954 por 81 oficiais superiores do Exército, muitos deles ligados à Cruzada Democrática (VARGAS, 2001, p. 40). Reclamavam os manifestantes ao ministro da Guerra providências imediatas para solucionar a falta de verbas para as forças armadas e os baixos salários dos militares. Ante a crescente crise, oficiais da

Aeronáutica aderiram ao movimento de pressão e também passaram a exigir a deposição do presidente. Logo em seguida foi a vez do almirantado aderir. Metade dos 80 generais do Exército com funções de comando no Rio de Janeiro assinou um memorial pugnando pela renúncia de Vargas. Com a perda do apoio militar, Vargas suicidou-se na madrugada de 24 de agosto de 1954, logo depois de sua última reunião ministerial, na qual fora aconselhado por ministros, a se licenciar da presidência.

Em meio de uma aguda crise militar, fomentada pela CIA, ao que tudo indicou, o presidente do Brasil, Getúlio Vargas (...) suicidou-se, denunciando a “campanha subterrânea” de grupos internacionais e a “violenta pressão” sobre a economia brasileira, para obrigá-lo a ceder (MONIZ BANDEIRA, 2005, p.183).

No calor das irresistíveis pressões das corporações, pouco antes de sua morte, em 1953, Oswaldo Aranha discursa no Senado Federal, denunciando que o capital estrangeiro “pede garantias para entrar no país, garantias maiores para nele permanecer e ainda maiores para sair” (MONTEIRO, 1963, p. 90). A carta-testamento de Vargas, de 24 de agosto de 1954, é documento dos mais reveladores:

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Este foi, sem dúvida, um amargo episódio na vida brasileira a demonstrar as pressões tanto internas quanto externas sobre a soberania nacional. A eloquência da carta-testamento<sup>246</sup> de Vargas é um exemplo significativo da intervenção estrangeira na elaboração das leis brasileiras.

Café Filho, instruído e pressionado por forças externas, formou um governo conservador bem ao gosto do Tio Sam. Retomou os princípios liberais, aprofundou o alinhamento com o capital estrangeiro e abandonou o projeto de desenvolvimento do país. Seu governo tomou outros rumos em termos de política econômica. Sob a orientação econômica do Ministro das Finanças Eugênio Gudin<sup>247</sup> as diretrizes políticas do governo explicitamente favoreciam as corporações multinacionais (DREIFUSS, 1986, p. 33).

A indicação de Eugênio Gudin Filho para a pasta da Fazenda não ocorreu por acaso. Gudin, que permaneceu ministro da Fazenda de setembro de 1954 até

<sup>246</sup> Esta não teria sido, contudo a única carta escrita por Getúlio. Deixara também uma Carta-Despedida, a qual reproduzimos a seguir. “Deixo à sanha dos meus inimigos, o legado da minha morte. Levo o pesar de não ter podido fazer, por este bom e generoso povo brasileiro e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia. A mentira, a calúnia, as mais torpes invencionices foram geradas pela malignidade de rancorosos e gratuitos inimigos numa publicidade dirigida, sistemática e escandalosa. [...]”

Querem destruir-me a qualquer preço. Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e às castas privilegiadas. Velho e cansado, preferi ir prestar contas ao Senhor, não dos crimes que não cometi, mas de poderosos interesses que contrariei, ora porque se opunham aos próprios interesses nacionais, ora porque exploravam, impiedosamente, aos pobres e aos humildes. Só Deus sabe das minhas amarguras e sofrimentos. Que o sangue dum inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus. Agradeço aos que de perto ou de longe me trouxeram o conforto de sua amizade. A resposta do povo virá mais tarde...” In: [http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/as\\_duas\\_cartas\\_de\\_getulio\\_vargas.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/as_duas_cartas_de_getulio_vargas.html). Acesso em 07 de julho de 2004.

<sup>247</sup> Eugênio Gudin era um dos diretores da Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, da Electric Bond & Share Co. das Empresas Elétricas Brasileiras, da Cia Paulista de Força e Luz e da Standard Oil (DREIFUSS, 1986, p. 45).

abril de 1955, foi escolhido para o Ministério graças ao seu prestígio junto à comunidade financeira internacional. Antes de assumir o ministério trabalhou em diversas empresas estrangeiras que operavam no Brasil, como a *Light* e a *Pernambuco Tramways and Power Co.* Foi diretor da *Western Telegraph*, corporação inglesa, de 1929 a 1954 e diretor-geral da *Great Western of Brazil Railway*, também inglesa, por quase trinta anos. Foi delegado brasileiro na Conferência Monetária Internacional em Bretton Woods, Estados Unidos, em 1944, evento que decidiu pela criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Enquanto ministro, foi o idealizador e responsável pela Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC, decreto que escancarou as portas aos investimentos estrangeiros no país e internacionalizou a economia brasileira.

## 6.5 INSTRUÇÃO Nº 113 DA SUMOC

A Instrução 113 foi instituída em 17 de janeiro de 1955 e publicada no dia seguinte. Na ocasião, Otávio Gouveia de Bulhões era diretor executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC, Eugenio Gudín era Ministro da Fazenda e Clemente Mariani Bittencourt, presidente do Banco do Brasil, todos muito simpáticos à comunidade dos homens de negócios e pessoas de confiança do capitalismo internacional. A Instrução concedia grandes vantagens ao capital estrangeiro e forneceu o modelo para a política de abertura aos investimentos estrangeiros diretos, e autorizava que corporações multinacionais importassem equipamentos por um preço 45% abaixo das taxas correntes, e isentava-as de “cobertura cambial”, benefício não concedido às firmas brasileiras (DREIFUSS, 1986, p. 33).

A imposição dos termos da Instrução se deu logo após o suicídio de Vargas. Visava quebrar as resistências impostas pelo governo anterior e permitir aos Estados Unidos se *associar* mais amplamente às riquezas brasileiras.<sup>248</sup> A Instrução incentivava a entrada de capitais externos discriminando as empresas nacionais em favor das estrangeiras, o que ocasionou a perda do controle sobre a indústria do

---

<sup>248</sup> Prado Jr. (2006, p. 314) destaca que a medida dava aos investidores estrangeiros o direito de trazerem de fora seus equipamentos sem nenhuma despesa cambial, enquanto os industriais nacionais eram obrigados a pagar à vista as licenças de importação dos equipamentos que necessitavam. Os interesses imperialistas eram tão poderosos juntos às autoridades brasileiras, que logravam inclusive favores negados aos próprios nacionais.

país. Como referiu Nobre (1971, p. 18), “Se os capitais estrangeiros sabem bem exigir da lei que os protege e ampara, também sabem contornar a lei quando esta os incomoda”. Ou então como sentencia Lens (2006, p. 334) “quando nações fracas fazem concessões, [...] interesses externos tendem a dominar seus assuntos domésticos”.

Juscelino Kubitschek assumiu e, curiosamente, não revogou a Instrução nº 113.<sup>249</sup> Ao contrário, utilizou-se dela para completar o processo de substituição de importações, atraindo as empresas estrangeiras para implantar, desta vez, as indústrias de consumo durável, principalmente as automobilísticas. Como consequência direta dessa medida, somente “as grandes corporações internacionais tomaram conta desse processo, absorvendo ou colocando sob sua órbita boa parte das empresas nacionais, num processo de desnacionalização” (SAVIANI, 1988, p. 88). Com isso, o Brasil se viu em uma contradição, conforme demonstra Saviani: “ou compatibilizava o modelo econômico com a ideologia nacionalizando a economia, ou renunciava ao nacionalismo desenvolvimentista ajustando a ideologia política à tendência que se manifestava no plano econômico”.

Para sair da crise tinha que resolver essa contradição, o que foi resolvido em parte com o golpe de 1964. A “substituição” de Getúlio em 1945, a “destruição” [morte] de Vargas em 1954 e a “destituição” de Jânio Quadros “tiveram, nos bastidores, a mola propulsora do Departamento de Estado, que se amplia até a feitura das leis fundamentais” (PEREIRA, 1963, p. 20). É destruindo pessoas que também se destrói o que Chomsky chama de “antigos Estados nacionais”. Para ele, a destruição dos antigos Estados nacionais “constituiu, desde o princípio, um objetivo central das políticas de globalização”. A história recente latino-americana demonstra justamente isso.

Desde o início de seu governo, Juscelino estava em meio a um fogo cruzado. De um lado as reivindicações daqueles que o apoiaram na eleição presidencial, e de outro as grandes corporações e o governo norte-americano, cujo porta-voz de ambos era ninguém menos que o Secretário de Estado John Foster Dulles, que exercia forte pressão impondo ao presidente brasileiro “a instalação do serviço secreto para combate aos comunistas, que eram justamente aqueles que o apoiaram na campanha eleitoral”. A impossibilidade de conciliar os interesses

---

<sup>249</sup> Como Presidente eleito, Juscelino realizou uma longa viagem entabulando negócios com empresas que desejava interessar no seu programa de metas e, desde que partiu de Nova York, de regresso ao Brasil, as baterias da grande imprensa conservadora emudeceram contra a sua posse (PEREIRA, 1963, p. 34).

divergentes e se vendo obrigado a decidir, “impotente e traindo seus aliados, JK resolveu atender a insistência norte-americana, a fim de dar início ao combate das ‘ideologias extremistas’” (FIGUEIREDO, 2005, p. 62/3).

Para a implantação e efetivação do Plano de Metas foram criados os Grupos Executivos, um conjunto de comissões e organismos de planejamento e consultoria. Os Grupos Executivos, compostos por diretores de empresas privadas, empresários com qualificações profissionais e oficiais militares formavam, ao lado do Executivo federal, uma verdadeira *administração paralela* ao governo JK. Essa administração paralela “permitia que os interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros de tomada de decisão, contornando assim as estruturas de representação do regime populista” para permitir a “coexistência do capital local e multinacional” (DREIFUSS, 1986, p. 35).

No fim do governo Kubitschek as lutas entre os interesses opostos – nacionalistas e reformistas *versus* corporações multinacionais e associados - não haviam se dissipado. Com o recrudescimento das pressões de ambas as demandas, “tornava-se imperativo para os interesses multinacionais e associados ter o comando político da administração do Estado. Isso foi parcialmente conseguido com a ascensão de Jânio Quadros ao poder” (DREIFUSS, 1986, p. 37). Jânio mantinha no campo econômico uma política liberal de acordo com as determinações do Fundo Monetário Internacional. Seu governo tinha como ministro da Fazenda Clemente Mariani e Octávio Gouveia de Bulhões na direção da Superintendência da Moeda e do Crédito. Com essa já conhecida dupla em cargos de grande relevância, não tardou para baixar a Instrução 204 da SUMOC, unificando a taxa de câmbio e desvalorizando em mais de 100% a moeda nacional.

A Instrução 204 veio na medida dos interesses dos exportadores e dos credores internacionais. Por outro lado, foi deletéria aos interesses dos grupos nacionais que haviam se endividado externamente na vigência da taxa anterior. As medidas que adotou para conter a inflação ocasionou também um forte impacto negativo para a classe trabalhadora, que viu aumentar o preço do pão e do transporte, haja vista que as medidas exigiam o congelamento dos salários e o fim dos subsídios aos alimentos, especialmente do trigo, e dos combustíveis. Mais um episódio da saga na qual o empresariado nacional e a classe trabalhadora pagam uma conta que não deveria ser [somente] sua, enquanto os investidores

estrangeiros e as grandes corporações internacionais colhem os frutos na proporção das perdas daqueles.

Visando a regulamentação do artigo 148 do Constituição,<sup>250</sup> em abril de 1961 Jânio submete ao Congresso Nacional, em forma de projeto, a sua lei antitruste, que não foi bem recebida pelo empresariado, já que pela mensagem do projeto o esforço pela estabilização econômica deveria ser suportado não apenas pela classe trabalhadora, mas por todas as classes sociais. Na proposta do projeto havia a previsão de punição para as empresas que se utilizassem de práticas monopolistas ou oligopolistas para controlar preços e aumentar arbitrariamente os lucros.

Depois de dezesseis anos da promulgação da Constituição, o dispositivo pendia de regulamentação. E tudo indicava que não era para agora, ou morreria já nos primeiros dias de vida como ocorrera com a lei antitruste de Getúlio Vargas. As grandes corporações, obviamente, não tinham nenhum interesse que um projeto dessa natureza vingasse. Teria que ser morto no ovo.

A tramitação do anteprojeto pelas comissões foi acompanhada bem de perto pelas entidades empresariais. Um forte *lobby* constituído por representantes do comércio e da indústria passou a exercer forte pressão sobre o Congresso para evitar a aprovação do projeto. Alegavam que a medida ia contra os interesses de desenvolvimento nacional e atentava contra as instituições democráticas, que seria prejudicial ao desenvolvimento do país no longo prazo, e desrespeitava o “livre jogo do mercado”. O projeto da lei antitruste foi finalmente rejeitado pelo Congresso Nacional. Como anotou Pereira (1963, p. 70), “nesses dezesseis anos, no Brasil tem prevalecido a política do “vale tudo”. A indústria farmacêutica nacional foi absorvida por um cartel internacional que torna o tratamento de saúde um privilégio da burguesia”.

Em 25 de agosto de 1961, menos de sete meses depois de assumir, Jânio Quadros apresenta sua renúncia ao Congresso Nacional, que é prontamente aceita. Na carta-renúncia<sup>251</sup> revela as *forças terríveis* que o levaram a essa medida extrema.

---

<sup>250</sup> Diz o art. 148 da Constituição federal de 1946: “A lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual for a sua natureza, que tenham por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a ocorrência e aumentar arbitrariamente os lucros”.

<sup>251</sup> “Fui vencido pela reação e assim deixo o Governo. Nestes sete meses, cumpro o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta Nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social a que tem direito seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando nesse sonho a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra

Seu vice, João Goulart, não assume de imediato por sofrer veto dos ministros militares. Mas o caso teve desdobramentos inesperados, como veremos mais adiante.

Apesar do veto dos ministros militares à posse de João Goulart na presidência, a oposição não constituía unanimidade entre a oficialidade. A Campanha da Legalidade liderada por Leonel Brizola logo ganhou o apoio de governadores e mobilizou a população em prol da posse de Jango. O Congresso Nacional, que se opunha ao veto dos ministros militares, ofereceu uma proposta conciliatória que ao final foi aceita, permitindo a posse de Goulart na presidência do Brasil.

Jango assume a presidência do Brasil, malgrado o esforço golpista do coronel Golbery do Couto e Silva, não sem antes dar uma passadinha nos EUA em sua viagem de retorno da China. Tido por comunista, a assunção da presidência teve uma condição: a instituição casuísta do parlamentarismo, em emenda constitucional votada às pressas, a fim de enfraquecer os poderes do presidente (FIGUEIREDO, 2005, p. 62/63).

A frustração pelo fracasso de evitar a posse de João Goulart em 1961 “não impediu que os militares prosseguissem na trama de derrubar o seu governo” (FIGUEIREDO, 2005, p. 107). O general Golbery montara em fevereiro de 1962 um serviço secreto privado para articular a derrubada de Jango, uma organização de fachada chamada Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES. Publicamente, o instituto reunia empresários, militares e técnicos com o propósito de “estudar e propor reformas políticas e econômicas para o país, sob os fundamentos do liberalismo”. Entre seus colaboradores estavam futuros ministros dos governos militares que se instalariam no país como Antonio Delfim Netto, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Otávio Gouveia Bulhões e Hélio Beltrão. Nos bastidores, denuncia Figueiredo, a organização atuava de modo a desestabilizar o governo de

---

mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, que não manteria a própria paz pública. Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes e para os operários, para a grande família do País, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim, não falta a coragem da renúncia. Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento, é aos companheiros que, comigo, lutaram e me sustentaram dentro e fora do Governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do conagraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios para todos e de todos para cada um. Somente assim seremos dignos deste País e do mundo. Somente assim seremos dignos da nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalhem todos. Há muitas formas de servir nossa pátria. Brasília, 25-8-61. a) J. Quadros.”. In: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/emenda-parlamentarista/pdf/23a-sessao-do-congresso-nacional>. Acesso em 7 de julho de 2014.

João Goulart, investindo, somente para este intento, o equivalente a 100 milhões de dólares, todo ele “bancada por doações de grandes e megaempresários brasileiros e estrangeiros, sendo que, somente de norte-americanos que apoiaram a entidade, o número chegou a 297 corporações”.

Antes de cair, o governo pôs em prática uma série de reformas sociais e política econômica nacionalista, que acabou interrompida em 1964 (GALEANO, 2011, p. 355/6). Este autor lembra que treze anos depois da queda de João Goulart, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, um dos principais articuladores da trama golpista, admitiu a um jornalista que tempos antes do golpe seu governo vinha financiando as forças que se opunham às reformas: “Que diabos”, dissera Gordon, “isto era mais ou menos um hábito naquele período [...]. A CIA estava acostumada a dispor de fundos políticos”. Nos dias que antecederam o golpe, o Pentágono enviou um porta-aviões e quatro navios-tanques às costas brasileiras, “para ajuda”, esclareceu Gordon, [a ajuda] “não seria apenas moral. Nós daríamos apoio logístico, abastecimentos, munições e petróleo”.

## 6.6 LEI Nº 4.024, DE 1961 - 1ª LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A Constituição de 1946 defendia a liberdade e a educação dos brasileiros, assegurando como direito de todos, na forma da lei, a educação em todos os níveis, juntamente com a iniciativa privada.

Foi dentro desse espírito que o então ministro da Educação Clemente Mariani nomeou uma comissão de especialista com o objetivo de estudar e propor uma reforma geral da educação nacional, cujos longos e intensos debates e luta ideológica prosseguiram até 1961, quando foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a vitória das forças conservadoras e privatistas e sérios prejuízos quanto à distribuição de recursos públicos e à ampliação das oportunidades educacionais (SHIROMA, 2007, p. 25).

A lei preconiza a educação como um direito do cidadão e um dever do Estado, ao tempo em que assegura a livre iniciativa privada na área. Nos Títulos II e III da LDB os dispositivos citados dispõem que o direito à educação assegura:

Art. 3º. [...]

I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;

II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se

desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.

Art. 4º. É assegurado a todos, na forma da lei, o direito de transmitir seus conhecimentos.

Art. 5º. São assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados, adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados.<sup>252</sup>

Foi a primeira lei geral de educação, e permitiu a “descentralização da educação da esfera federal para a estadual, com a institucionalização dos sistemas de educação e recriação dos Conselhos de Educação com funções normativas” (FÁVERO, 2005, p. 196). No projeto da LDB prevalecia a orientação liberal e descentralizadora, e foi fruto do trabalho de antigos pioneiros, convocados por Clemente Mariani em 1948. Nas discussões na Câmara, o texto sofreu forte oposição principalmente por Gustavo Capanema, defensor da centralização, o que resultou no engavetamento do projeto. Somente em meados da década de 1950 o projeto recebe substitutivos de orientação privatista [o Substitutivo Lacerda], que defendia o direito da família, e não do Estado, de educar os filhos, estabelecendo o financiamento público das escolas para que se tornassem gratuitas às famílias (HILSDORF, 2006). O substitutivo foi aprovado como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constituindo-se a Lei nº 4.024/1961.

Em 20 de dezembro de 1961, “finalmente, o Legislativo votou uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional submissa aos interesses da iniciativa privada (previa ajuda financeira à rede privada de forma indiscriminada) a aos da Igreja” (SHIROMA, 2007, p. 26). Como destaca Ghirardelli Jr. (1994, p. 117), a aprovação da Lei 4.024/61 frustrou as expectativas dos setores mais progressistas por garantir igualdade de tratamento por parte do Poder Público aos estabelecimentos oficiais e particulares, “o que representou o asseguramento de que verbas públicas poderiam, inexoravelmente, ser carreadas para a rede particular de ensino em todos os graus”. Os caminhos abertos pela LDB de 1961 e pelo golpe de Estado de 1964 geraram grande prosperidade para o setor privado da educação no campo educacional. Escolas primárias, cursinhos, se tornaram gigantescas redes de ensino (CUNHA, 1995, p. 332).

---

<sup>252</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 de maio de 2014.

Para um Estado que mal reunia condições para atender aos reclamos da sociedade em questões mínimas de educação, o que destoava francamente com a situação social de então era o disposto no artigo 95 da Lei 4.024/61, em especial o dispositivo contido na alínea c), do que se presume a ação competente de pessoas ou grupos na redação do artigo ou parte dele.

Art. 95. A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de:

- a) Subvenção, de acordo com as leis especiais em vigor;
- b) Assistência técnica, mediante convênio visando ao aperfeiçoamento do magistério à pesquisa pedagógica e à promoção de congressos e seminários;
- c) Financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios ou particulares, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos de acordo com as leis especiais em vigor.

Quando foi promulgada a LDB visando a reforma educacional, o quadro no país exigia uma adequação da educação à realidade brasileira.<sup>253</sup> Havia um crescimento do mercado interno e um importante incremento da demanda tanto de bens duráveis quanto descartáveis. O Brasil gerara um modelo econômico de acumulação e concentração de capital, criando um perfil de consumo baseado numa faixa de consumidores de alto poder aquisitivo, formando bolsões de consumo muito restritos desses bens por classe de capacidade econômica muito mais elevada. Verifica-se, com isso, um acerbamento da desigualdade. Por outro lado, o modo de produção capitalista, para sobreviver, como vimos, exige permanente expansão. E onde está o problema ou de quem é a responsabilidade? Do ponto de vista dos negociantes, eles não estavam produzindo demais; os consumidores é que compravam de menos (BARBER, 2009, p. 22).

A desigualdade, que se verifica nitidamente na capacidade de consumo das diferentes classes, deixa o capitalismo com um dilema, como anota Barber (2009, p. 21):

ou o mercado capitalista superprodutor cresce ou morre. Se os pobres não podem enriquecer o suficiente para se tornar consumidores, então os adultos do Primeiro Mundo – atualmente responsáveis por 60% do consumo no mundo e com uma ampla renda disponível mas poucas necessidades, terão que ser atraídos às compras.

<sup>253</sup> A Lei nº 4.024/1961 apresenta como característica a linha liberal na medida em que propugna a autonomia do indivíduo, a qualidade, cultura geral e ênfase nos fins (ideais). Por outro lado, a partir do Governo Militar, o advento das Leis 5.540/1968 e Lei nº 5.692/1971, apresentam uma linha tecnicista, orientando a adaptação à sociedade, a quantidade, a cultura profissional e pondo ênfase nos meios de ensino (HILSDORF, 2006, p. 125).

Ante o quadro de concentração de renda, de um lado, e a necessidade de ampliação do quadro de consumidores, de outro, fez-se necessária uma ampla reorganização da economia brasileira adequando-se, em uma das áreas, a educação brasileira aos interesses econômicos vigentes, consistindo essa adequação à adaptação da população aos *novos tempos*. Na LDB omitiu-se propositalmente a gratuidade do ensino para permitir a exploração desse importante *mercado* à iniciativa privada, possibilitou também o subvencionamento das escolas particulares pelo Poder Público, o que fortaleceu a rede privada e elitizou a educação brasileira, transformando o ensino a uma atividade qualquer de mercado, mascarado de um processo de democratização na área.

Com a elitização resultante, as possibilidades de acesso à educação e a compra deste *produto* passaram a ser medidas pelo padrão aquisitivo da pessoa, excluindo-se conseqüentemente a grande massa pobre e dependente do Estado e carente de políticas públicas no setor. Educação de qualidade passa a ser um luxo para poucos privilegiados com capacidade econômica suficiente para pagar altas mensalidades e suportar outras despesas relativas.

Em todos os níveis de ensino, as escolas privadas têm sobrevivido graças aos subsídios governamentais, tão mais generosos quanto mais precária a qualidade do ensino ministrado. No 1º e no 2º grau, a cobertura insuficiente da rede de ensino público é uma justificativa para que as bolsas de estudo sejam distribuídas aos alunos para frequentarem as escolas privadas. Assim, recursos que poderiam ser utilizados na ampliação da rede pública de ensino são transferidos para o setor privado (CUNHA, 1995, p. 37).

Ao empurrar o ônus educacional para a iniciativa privada e livrar-se da subvenção direta, o Estado deixa evidenciado que a democratização caracterizou-se numa farsa, já que deixou o campo aberto aos empresários privados do setor que, em regra, buscam o fim sagrado das ações de mercado: o lucro. Mészáros (2008, p. 48/49) faz aguda análise sobre as proclamadas reformas, que não passariam de engodos para manutenção do *status* vigente.

cair na tentação de reparos institucionais formais significa permanecer aprisionado dentro do círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido dessa lógica autocentrada do capital. (...) Essa espécie de abordagem é incuravelmente *elitista* mesmo quando se pretende democrática. Pois define a educação como atividade intelectual, da maneira mais tacanha possível, como a única forma adequada de preservar os “padrões civilizados” dos que são designados para “educar” e governar, contra a “anarquia e a subversão”. Simultaneamente, ela exclui a esmagadora maioria da humanidade do âmbito da ação como *sujeitos*, e

condena-os, para sempre, a serem apenas considerados como *objetos* (e *manipulados* no mesmo sentido), em nome da suposta superioridade da elite: “meritocrática”, “tecnocrática”, “empresarial”, ou o que quer que seja.

Em decorrência dessa dinâmica perversa, como pode o sistema escusar-se da responsabilidade pela expressiva gama de excluídos da educação formal. Muito simples: a lei! Afinal, “todos são iguais perante a lei”, e a ninguém é dado o direito de desconhecê-las.<sup>254</sup> O discurso dos defensores do livre mercado assegura que as oportunidades de acesso estão ao alcance de todos, fundando-se na ideologia liberal de igualdade. Se os filhos do sertanejo ou os jovens moradores da favela não conseguiram, mesmo tendo “todas as chances” para isso, a culpa é exclusivamente deles, transformando o problema que seria social em individual e *natural*. Sendo uma sociedade democrática e os homens livres, cabe a estes decidirem e traçar o seu caminho. Os indolentes, fracos e desinteressados não podem culpar ninguém por não vencerem na vida, já que haveria *todo um mundo* diante deles e não souberam ou não quiseram aproveitar.

## 6.7 O GOLPE MILITAR DE 1964 E OS IMPACTOS NA LEGISLAÇÃO DE ENSINO

Ao fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, militares brasileiros escolhidos criteriosamente foram aos Estados Unidos frequentar cursos militares. Ao retornarem daquele país, os oficiais já viam o mundo com olhos carregados de influências anglo-americanas e maravilhados com as instituições do Norte, sobretudo as voltadas à defesa nacional.

Inspirada na *National War College*, cria-se no Brasil a Escola Superior de Guerra (ESG) e Golbery de Couto e Silva cria mais tarde o SNI - Serviço Nacional de Informações. Com o início do tenso período instaurado com a Guerra Fria, o medo de que o comunismo se expandisse pelo mundo, em especial na América Latina, e colocasse em risco o padrão *american way of life* colocou os Estados Unidos em estado de alerta máximo. A experiência chinesa de conversão ao comunismo em 1949 sob o comando de Mao Tsé-tung “abolindo a propriedade privada sobre terras, fábricas, minas e tudo o mais que fosse considerado meio de produção” (FIGUEIREDO, 2005, p. 55) era algo inadmissível para os interesses e padrões norte-americanos, especialmente se houvesse algum risco de ocorrer algo

---

<sup>254</sup> Art. 3º do Decreto-Lei nº 4.657, de 1942 - Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro “Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”.

semelhante no seu *quintal*, a América Latina. De modo a constituir forças para fazer frente a essa “real” ameaça bem como alimentar o sentimento anticomunista no hemisfério, os Estados Unidos se empenharam na doutrinação dos militares da região, em especial os do Brasil.

Os oficiais brasileiros passaram a ser assediados por seus colegas americanos com convites para estágios nas academias militares dos Estados Unidos. Acostumados à indigência material das forças armadas do Brasil, os oficiais eram levados para cursos nas modernas instalações de Fort Leavenworth (Kansas) Fort Bening (Geórgia) e Fort Sill (Oklahoma) onde tinham contato com as tecnologias e estratégias de guerra mais avançadas do mundo (FIGUEIREDO, 2005, p. 55).

Era o princípio de um assédio que perdurou por muito tempo depois e cujas razões não se limitariam ao medo ou combate do comunismo. A partir de então, muitos militares brasileiros foram aos Estados Unidos fazer cursos e conhecer as maravilhas do país do Norte.<sup>255</sup> É de se observar que em atenção ao discurso da “segurança do hemisfério” e combate ao comunismo, já a partir da década de 1930 muitos militares brasileiros, especialmente oficiais, viajaram aos Estados Unidos para cursos e treinamentos. Em 1939, o chefe do Estado-Maior brasileiro, Góis Monteiro, foi aos Estados Unidos para um treinamento de dois meses a convite de George Marshall, chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos.

Eduardo Munhoz Svartman<sup>256</sup> relata que no início de 1943, a carência de armas e equipamentos era apenas um dos problemas. Havia a necessidade de treinamento de um corpo de oficiais superiores que fosse capaz de compreender os padrões operacionais e organizacionais norte-americanos, bem como o treinamento de um corpo de oficiais subalternos que conhecessem os armamentos e táticas de combate e um corpo de suboficiais habilitado a operar e manter os equipamentos que seriam fornecidos pelos Estados Unidos. Assim, subalternos e suboficiais foram enviados para treinamento no Brasil ou na Itália, e os superiores foram enviados para realizar cursos nos Estados Unidos. Os oficiais do Estado-Maior foram enviados ao Command and General Staff School. Em meados de 1943 contabilizou-

---

<sup>255</sup> Não foi, contudo, a primeira experiência nesse sentido. De acordo com Figueiredo (2005, p. 53), na Segunda Guerra a FEB ficou subordinada ao Exército dos Estados Unidos e, por conta da substituição da escola francesa, influente na oficialidade brasileira até então, pela norte-americana, que passou a treinar e a doutrinar boa parte da elite das Forças Armadas, muitos oficiais brasileiros voltaram “americanizados” da guerra, fascinados com as estratégias daquela sociedade liberal.

<sup>256</sup> DA II GUERRA MUNDIAL À GUERRA FRIA - Conexões entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos. In: [https://lisa.international.pitt.edu/LARR/prot/fulltext/vol49no1/49-1\\_83-103\\_svartman.pdf](https://lisa.international.pitt.edu/LARR/prot/fulltext/vol49no1/49-1_83-103_svartman.pdf). Acesso em 05 de junho de 2014.

se um fluxo de mais de mil oficiais brasileiros relacionados para realizar cursos e estágios em diferentes centros do Exército norte-americano.

Outro que fez parte do curso de Estado-Maior na *terra prometida dos peregrinos do Mayflower* foi o oficial Antônio Carlos Muricy que chegou posteriormente a general. Muricy, além dos aspectos estritamente militares e operacionais mostrou-se mais impressionado com a capacidade de mobilização de recursos dos Estados Unidos. Aludindo às visitas que fez às instalações militares norte-americanas, não os poupou de elogios explícitos: “nós vimos que, realmente, os Estados Unidos eram uma potência industrial capaz de fazer o milagre que fez”<sup>257</sup> Em 1944, o então capitão Golbery do Couto e Silva foi para os Estados Unidos se preparar para a guerra nas academias militares daquele país, onde se encantou com o modelo estadunidense de segurança e estudou “a melhor forma de adaptá-lo à realidade brasileira” (FIGUEREDO, 2005, p. 94).

Entre 1944 e 1945, Ernesto Geisel, que viria a se tornar general e mais tarde presidente do Brasil, fez estágios nas academias de Fort Leavenworth, no Kansas, e Key Field, no Mississippi. Também treinaram naquele país outros futuros presidentes militares como Castelo Branco e João Baptista de Oliveira Figueiredo. Alguns anos mais tarde, em 1953, o tenente-coronel Heitor de Almeida Herrera, outro ex-aluno de Fort Leavenworth, reclamava a implantação do Sfici e a montagem do serviço secreto brasileiro (FIGUEIREDO, 2005, p. 57).

O fim da Segunda Guerra Mundial arrefeceu as “relações especiais” até então existentes entre os dois países. A criação do TIAR e da OEA inquietou os militares brasileiros que temeram o nivelamento do Brasil com os demais países latino-americanos. Em 1949, o ministro da Guerra Canrobert Pereira da Costa viajou aos Estados Unidos para negociar a renovação do acordo militar de 1942. Os militares norte-americanos viam neste oficial um firme apoiador dos Estados Unidos e se mostraram favoráveis à continuidade das “relações especiais” com o vizinho do Sul, considerando sua posição geográfica, a riqueza de matérias-primas estratégicas e o apoio brasileiro no sistema interamericano. Não obstante as deferências explícitas ao país, ao final deixaram claro que havia “entraves legais” e interesses mais relevantes em outras regiões que os impediam de atender a principal demanda brasileira que era obtenção de armamentos modernos.

---

<sup>257</sup> Svartman, In: [https://lasa.international.pitt.edu/LARR/prot/fulltext/vol49no1/49-1\\_83-103\\_svartman.pdf](https://lasa.international.pitt.edu/LARR/prot/fulltext/vol49no1/49-1_83-103_svartman.pdf). Acesso em 05 de junho de 2014.

Não tardou e o governo norte-americano percebeu que seria mais cômodo e rápido doutrinar os militares brasileiros no próprio Brasil. Assim, em 1949, o governo dos Estados Unidos forneceu apoio logístico e inspiração para a criação da Escola Superior de Guerra – ESG. A partir daí, “durante mais de dez anos, uma equipe militar dos EUA ficou baseada no Rio para ajudar na fixação da escola” (FIGUEIREDO, 2005, p. 55/6). Como assinala este autor, se a “ESG é filha de americanos, o futuro serviço secreto seria neto”. A importância da ESG no cenário pós-1964 pode ser verificada no trecho do discurso do presidente Castelo Branco:

A Escola Superior de Guerra tem uma grande missão a cumprir, e, cumprindo-a, facilitará a tarefa do Governo. Essa missão é a de formular, pela conjunta aplicação do talento civil e militar, uma doutrina permanente e coerente de segurança nacional; e a de combater os vários «pseudos» irracionais e ineficazes — o pseudonacionalismo, o pseudodesenvolvimento, o pseudo-humanismo, a solução pseudocriadora.<sup>258</sup>

O serviço secreto brasileiro, no entanto, somente veio a ser implantado em 1971.<sup>259</sup> Ainda em 1956, Juscelino cederá às pressões do governo norte-americano atribuindo ao Conselho de Segurança Nacional a tarefa de “defender o país contra as ideologias extremistas” e, no mesmo ano, “determinou a criação de uma equipe encarregada de montar o Sfici”<sup>260</sup> (FIGUEIREDO, 2005, p. 63).

No dia 31 de março o golpe já estava em andamento. As tropas do general Mourão Filho marcharam sobre o Rio de Janeiro e as do general Luiz Carlos Guedes se dirigiam à Brasília. Goulart pediu a San Tiago Dantas que se entendesse com o governo de Minas Gerais, que assinara acordos militares com os Estados Unidos à revelia do governo federal. Depois da conversa que teve com Afonso Arinos de Mello Franco, Dantas anunciara a Goulart que nada mais adiantava, era tarde e o movimento contava com o apoio de Washington, que se dispunha não só a

---

<sup>258</sup> Discurso do presidente Castelo Branco na aula inaugural ao ano letivo de 1967 na ESG - Escola Superior de Guerra, em 13 de março de 1967. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discursos-1/1967/13.1.pdf>, acesso em 09 de julho de 2014.

<sup>259</sup> Em 1971, Médici cria a escola do serviço secreto – Escola Nacional de Informações (Esni), com o propósito de formar quadros civis e militares para o SNI. A ideia encantou o governo norte-americano, que imediatamente convidou o general Enio dos Santos Pinheiro, acompanhado do almirante Sérgio Douerty, o primeiro designado por Médici para a montagem do Esni, para um estágio de seis meses na CIA e no FBI, em Washington, onde aprendeu principalmente métodos de tortura e operações de espionagem (FIGUEIREDO, 2005, p. 221).

<sup>260</sup> Como já nos referimos acima, Figueiredo assinala que JK, premido pelo Dulles, traiu os seus aliados e outros apoiadores de sua campanha, entre eles o PCB, para aceder à pressão dos americanos (2005, p. 63).

reconhecer o estado de beligerância de Minas Gerais como a intervir direta e militarmente no Brasil, caso irrompesse a guerra civil. Goulart abandonou o Rio de Janeiro e dirigiu-se ao Rio Grande do Sul, após passar por Brasília. O Congresso apressadamente empossou o deputado Ranieri Mazzilli na presidência da República, cargo ainda ocupado, vez que Goulart não renunciara e ainda se encontrava em território brasileiro. O presidente Lyndon Johnson se apressou a telegrafar a Ranieri Mazzilli felicitando-o pela investidura (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 636). O que estava acontecendo em 1964 é simples de entender: “Os Estados Unidos vinham-se descontentando com a política econômica do regime Goulart”. E o que aconteceu no Brasil em 1964 é mais simples ainda: “O governo Goulart foi deposto por oficiais militares favoráveis aos Estados Unidos e treinados nos Estados Unidos” (MAGDOFF, 1978, p. 137). Wanderley Guilherme dos Santos (1962, p. 30) esclarece as razões de “ordem externa” que teriam motivado o golpe:

O sistema capitalista mundial é composto de um lado pelas nações capitalistas tornadas imperialistas, isto é, dominadoras de outras nações; de outro lado, as nações de estrutura interna dominante, capitalista, sofrendo porém a dominação imperialista, isto é, as nações dominadas. O Brasil é uma nação dominada econômica e politicamente por outras nações. O imperialismo dominante em nosso País é o imperialismo norte-americano, que são os desejos e os interesses desse imperialismo que estão por trás dos mais importantes acontecimentos em nossa Pátria, quer econômicos, quer políticos. Enquanto o Brasil fizer parte do sistema capitalista mundial, nada pode ocorrer internamente que enfraqueça, internacionalmente, esse sistema. (“Quem dará o golpe no Brasil?”) *In* <http://pt.slideshare.net/LuisNassif/wanderlei-guilherme-dossantosquemdaraogolpe>, acesso em 14 de maio de 2014.

Em 1º de abril de 1964 o general Humberto Castelo Branco, com o suporte da *Operação Brother Sam*, tomou o poder de Goulart.<sup>261</sup> A primeira pessoa com quem o general almoçou no dia seguinte foi um oficial americano, Vernon Walters, justamente quem pedira a Washington apoio logístico aos militares brasileiros em caso de resistência. Carlos Lacerda, ex-governador do Estado da Guanabara e um dos articuladores do golpe, pouco depois revelou ter sido abordado por autoridades americanas, junto aos governadores de São Paulo e Minas Gerais, com uma oferta de ajuda militar e econômica caso declarassem um estado de insurgência contra o

<sup>261</sup> Desde meados de 1963, pelo menos, a CIA e o Pentágono começaram a elaborar vários planos de contingência, denominados *Brother Sam*, a fim de intervir militarmente no Brasil, diante da eventualidade de que João Goulart, como consequência da pressão econômica dos Estados Unidos, reagisse e envergasse para a esquerda, não propriamente comunista e sim sob a forma do autoritarismo ultranacionalista, algo no modelo de Getúlio Vargas ou Juan D. Perón, conforme a avaliação da CIA. *In*: Moniz Bandeira “A CIA e a técnica do golpe de Estado” - Revista Espaço Acadêmico – N° 58 – março/2006 – Mensal – ISSN 1519.6186, *in* <http://www.espacoacademico.com.br/058/58bandeira.htm>. Acesso em 14 de maio de 2014.

governo nacional eleito (LENS, 2006, p. 605). Durante a crise havia navios americanos ao longo da costa do Rio de Janeiro e ao longo da costa da República Dominicana, sob pretexto de proteger “vidas americanas”. Lincoln Gordon queria uma intervenção rápida, em caso de o golpe não vingar. Neste caso, o Brasil seria invadido. Documento do Congresso estadunidense comprova o intento intervencionista:

O papel dos Estados Unidos nestes eventos era complexo e às vezes contraditório. Uma campanha de imprensa anti-Goulart foi realizada ao longo de 1963, e em 1964 apoiada por Johnson. O embaixador Lincoln Gordon admitiu mais tarde que a embaixada tinha dado dinheiro a candidatos anti-Goulart nas eleições municipais de 1962 e encorajado os conspiradores; que muitos agentes das Forças Armadas dos Estados Unidos e pessoal extra da Agência de inteligência estavam operando no Brasil; e que havia quatro navios tanques e o porta-aviões USS Forrestal da Marinha dos Estados Unidos, numa operação de codinome Brother Sam. As forças estavam ao largo da costa e, em caso de necessidade durante o golpe 1964, agiriam rapidamente. Washington reconheceu o novo governo imediatamente após o golpe em 1964 e uniu-se ao coro que cantava que o golpe de estado das "forças democráticas" barrou o comunismo internacional. Em retrospecto, parece que a única mão estrangeira envolvida era a de Washington, embora os Estados Unidos não fossem o ator principal nestes eventos. In: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Operação\\_Brother\\_Sam](http://pt.wikipedia.org/wiki/Operação_Brother_Sam). Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

A eclosão do golpe caracterizou-se apenas mais um ato [porém decisivo] da grande peça que já se encenava no Brasil desde Getúlio Vargas. Com o estabelecimento do regime militar a penetração imperialista no Brasil se intensificou de modo extraordinário. Os oficiais brasileiros eram a *longa manus* do governo ianque e agia *por* e *com* eles. As mãos que passaram a apertar a garganta do Brasil com muito mais vigor após 1964 não eram muito diferentes das mãos que já a vinham apertando desde os tempos do Brasil Colônia. Houve troca de suseranos, mas a vassalagem era a mesma. Na primeira fase de dominação quem fazia as leis eram os lusitanos, na segunda, os bretões, e na terceira, os anglo-americanos apelidados de Tio Sam. A história do Brasil é uma história de sujeição e resignação. Todos os meios empregados pelos colonizadores se justificavam, como de fato ainda se justificam, para manter incólume a *colônia* e tudo o que tem dentro e que dê ou tenha algum potencial de lucro.

O governo dos Estados Unidos e as grandes corporações eram as *forças terríveis* que esmagaram Jânio Quadros e pretenderam impedir, via militares brasileiros, a posse de Jango. Um arranjo de última hora, contudo, assegurou sua

posse, mas os atores que agiam nos subterrâneos eram os mesmos.<sup>262</sup> As “esplêndidas jazidas de ferro do Paraopeba derrubaram dois presidentes, Jânio Quadros e João Goulart, antes que o marechal Castelo Branco as cedesse à Hanna Mining Co.”<sup>263</sup> (GALEANO, 2011, p. 182). O golpe militar foi “uma grande vitória para o mundo livre” explicou o embaixador de Kennedy, Lincoln Gordon, diplomata americano especialista em América Latina e um dos articuladores do golpe (CHOMSKY, 2002, p. 41 e 56). Acrescentou Gordon que essa “vitória da liberdade” iria “criar um clima muito mais propício ao investimento privado”, lançando com isso a sua explicação sobre o significado prático de termos como *liberdade e democracia*.

Todo crítico da ajuda externa confronta-se com o fato de terem as Forças Armadas do Brasil deposto o governo Goulart e de a ajuda militar dos Estados Unidos ter sido um grande fator para dar a essas forças uma doutrinação sobre os princípios de democracia e uma orientação pró-Estados Unidos. Muitos desses oficiais foram treinados nos EUA, sobre o programa da AID - Agência para o Desenvolvimento Internacional (MAGDOFF, 1978, p. 132).

Muitos fatores foram determinantes para a queda de Goulart. O receio do comunismo era de regra a espada mais brandida, mas outros fatores, de ordem política e econômica, estavam em destaque e eram opções postas à mesa. Figueiredo (2005, p. 108-112) relata que o plebiscito que devolveu o regime presidencialista ao Brasil e o controle institucional a Goulart contrariou os Estados Unidos e a elite conservadora brasileira. O governo de Jango impedia a entrada de empréstimos do FMI, o que agravava a crise econômica e deixava os investidores norte-americanos cada vez mais temerosos, já que 1/3 do capital estrangeiro eram dos parceiros no Norte, investidos especialmente em setores como automóveis, siderurgia, mineração, petróleo, cimento, produtos químicos, alimentos, produtos têxteis, papel e celulose. No curso de 1963 a conspiração comandada de dentro do IPES toma corpo e incrementa suas atividades. A pedido do presidente da República, o Sfici identifica movimentos conspiradores da CIA ao lado dos golpistas,

---

<sup>262</sup> - As mesmas forças que haviam deposto Getúlio Vargas, após a renúncia de Jânio, não quiseram dar posse a Goulart na Presidência da República. Na sua viagem de regresso ao Brasil João Goulart passou antes por Washington e quando desembarcou em Porto Alegre tirou do bolso um bilhete com o nome do Ministro da Fazenda: Walter Moreira Sales, administrador das propriedades de Rockefeller no Brasil. Para embaixador nos Estados Unidos, escolheu Roberto Campos, companheiro de Eugênio Gudin, representante da Bond & Share do Grupo Morgan no Brasil e sócio da Consultec. Quando Goulart partiu de Washington, os jornais conservadores silenciaram (PEREIRA, 1963, p. 37).

<sup>263</sup> Após o golpe, homens da Hanna passaram a ocupar a vice-presidência do Brasil e três dos ministérios. No mesmo dia da insurreição militar, o *Washington Star* havia publicado um editorial no mínimo profético: “Eis aqui uma situação em que um bom e efetivo golpe de Estado, no velho estilo, de líderes militares conservadores, pode servir aos melhores interesses de todas as Américas” (GALEANO, 2011, p. 207).

tendo por gestor Vernon Walters, adido militar dos Estados Unidos. É por essa e outras razões que “acima das autoridades supremas de nosso país, atua um outro poder mais forte, invisível, dirigindo, dos bastidores da vida política, o leme do país, como um fantasma ante o qual se dobram nossos homens públicos” (PEREIRA, 1963, p. 38).

A ação entreguista dos agentes internos que apoiaram o golpe rendeu cargos e nomeações de generais, almirantes e brigadeiros para a presidência de subsidiárias estrangeiras, um alvará para bons negócios, como se referiu Moniz Bandeira (1975, p. 200). O General Juraci Magalhães saiu do Ministério das Relações Exteriores do governo Castelo Branco para ocupar a presidência da Ericsson do Brasil. Magalhães pertenceu à direção de diversas empresas multinacionais, além da Ericsson do Brasil. É dele a infeliz frase: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”; o general Golbery do Couto e Silva deixou a direção do SNI para ocupar a presidência da *Dow Chemical* [subsidiária do truste norte-americano Dow]; o coronel Hygino Corsetti passou do Ministério das Comunicações do governo Médici para a diretoria da filial da *Nippon Electric Corporation*. Os golpistas de 1964, patrocinados pelos *filhos prediletos de Adão*, são amigos do comércio norte-americano, mas não dos seus próprios pobres e dissidentes, e são olhados com verdadeiro entusiasmo pelos banqueiros e homens de negócios do país do Norte. A violência por atacado produzida por Estados fascistas clientes não é “terror”, assinala Assmann (1979, p. 190).

Em verdade, a América Latina é o melhor exemplo deste novo tipo de aliança que se criou entre as atividades militares, as atividades de espionagem e os grandes interesses econômicos norte-americanos, e que se constitui a base social de um novo tipo de imperialismo. (...) Na América Latina, o progresso econômico e social e as instituições democráticas são o ônus do negócio (IANNI, 1974, p. 152).

O Estado, para Harvey (2009, p. 111) constitui a entidade ou corpo político mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito. Como ressalta o autor, “não surpreende, por exemplo, descobrirmos que a OMC proclama o livre comércio, mas na realidade promove o comércio injusto em que os países mais ricos mantêm sobre os mais pobres suas vantagens coletivas.”

Nos países de capitalismo avançado, dominados politicamente pelas corporações e cujos quadros de alto escalão são compostos por executivos de

companhias privadas com interesses ali concentrados, o papel do governo é precipuamente gerenciar os interesses privados de suas companhias. Isso explica em parte a diplomacia norte-americana no mundo, especialmente nos países do continente americano abaixo do Rio Grande. “A América Latina foi uma região particularmente afetada pelas políticas dos Estados Unidos”, relata Moniz Bandeira (2005, p. 199), por este país promover “o liberalismo econômico através do autoritarismo político, de governos militares, a serviço dos homens de negócios”.<sup>264</sup> O autoritarismo aludido por Moniz Bandeira inclui o *dever* das nações latino-americanas de indicar para os cargos públicos, especialmente aqueles relacionados à economia e às relações exteriores nomes *confiáveis*.<sup>265</sup>

A exemplo do que vem historicamente ocorrendo nos Estados Unidos, como relatado em outra seção, em que homens de negócios privados ocupam postos-chave do governo e homens do governo ocupam, simultaneamente ou não, importantes cargos nas mais destacadas corporações, o Brasil evidentemente não poderia passar impune, considerando a tutela exercida pelo *irmão* do Norte há várias décadas. Especificamente em relação à América Latina, a política de Richard Nixon seguiu o mesmo padrão de Eisenhower, Kennedy e Johnson, ou seja, os países latino-americanos tinham liberdade de escolher seus governos desde que não fossem comunistas ou nacionalistas e não ameaçassem os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 314).

Um quadro dessas relações promíscuas no Brasil é apresentado por Pereira (1963), que expomos neste parágrafo. Em agosto de 1954 o vice-presidente Café Filho assume interinamente a presidência da República e rapidamente assume o Ministério da Fazenda Eugênio Gudim, então diretor da *Bond & Share* no Brasil. Raul Fernandes, consultor jurídico do Grupo Morgan assume o Ministério do Exterior; Clemente Mariani, membro da diretoria da *Light* e sócio da Pan American Airways, assume a presidência do Banco do Brasil. O trustee do vidro plano, presente no Brasil com a Pittsburgh Glass, que detém o monopólio mundial, tem no Brasil como representante Sebastião Pais de Almeida, ministro da Fazenda de Juscelino

---

<sup>264</sup> Observa Bauman (2010, p. 30) que o Estado e o mercado podem lutar entre si ocasionalmente, mas a relação normal e comum entre eles, num sistema capitalista, tem sido de simbiose. Lembra o autor que nas ditaduras do Chile, da Coreia do Sul, de Taiwan e mesmo da China, os “ditadores de Estado” conduziram a uma notável expansão e rápido crescimento dos mercados. O triunfo do mercado é mérito dessas “ditaduras de Estado”. A cooperação entre Estado e mercado no capitalismo é a regra.

<sup>265</sup> Em 1976, por conta de sucessivos pedidos de empréstimo pelo Zaire de Mobutu, o FMI insistiu em ter uma pessoa sua no Banco Central daquele país (SAMPSON, 1981, p. 172).

Kubitschek. João Goulart, depois de passar pelos Estados Unidos a fim de viabilizar sua assunção à presidência no lugar do renunciante Jânio Quadros, desembarcou em Porto Alegre e noticiou o nome do novo Ministro da Fazenda: Walter Moreira Sales, administrador das propriedades de Rockefeller no Brasil. Para embaixador nos Estados Unidos escolhera Roberto Campos, companheiro de Eugênio Gudim e sócio da Consultec. Roberto Campos foi mais tarde Ministro do Planejamento do governo Castelo Branco e, incansável batalhador dos interesses estrangeiros nas terras achadas por Cabral, foi o principal idealizador dos “contratos de risco” que quebrou o monopólio estatal de petróleo em 1974. Pelos seus vínculos com o capital estrangeiro Roberto Campos era conhecido como “Bob Field”. No governo de Eurico Gaspar Dutra, Raul Fernandes, consultor jurídico do Grupo Morgan, assume como Ministro do Exterior no lugar de Raul Fernandes, que se torna diretor da Gás Esso, e Clemente Mariani, membro da diretoria da *Light* e sócio da Pan American Airways, como Ministro da Educação. O professor Pereira Lima, consultor jurídico da *Light*, assume a chefia da Casa Civil.

A Companhia Sul-americana de Administração e Estudos Técnicos – Consultec, era uma firma de advocacia administrativa que emitia pareceres sobre solicitação de empréstimos de empresas estrangeiras ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, elaborava discursos, projetos de leis, decretos, regulamentos e até o programa de governo apresentado pelo primeiro-ministro Tancredo Neves ao Parlamento. Os membros da Consultec possuíam cargos em postos-chaves do Governo, e eram simultaneamente diretores de refinarias, empresas automobilísticas e outras corporações com grande interesse na Administração Pública. Altos funcionários do BNDE acabaram se associando à Consultec.<sup>266</sup>

No governo de Jânio Quadros foi aprovado em 1º de julho de 1961 um financiamento de 12 bilhões de cruzeiros para a usina de Urubupungá, “que muito beneficiará o grupo *Light*”, segundo o Jornal Correio da Manhã, de 1/7/61. A diretoria da *São Paulo Light* contava, entre outros, com nomes como Antonio Galloti, José Ermírio de Moraes, Vicente Rau, Walter Moreira Salles e Clemente Mariani. Havia na administração do grupo cinco ministros ou ex-ministros e todos os demais exerciam funções em postos-chave da Administração Pública. Lucas Lopes, ao deixar o

---

<sup>266</sup> Pereira (1963, p. 54/5) apresenta ampla relação de acionistas da Consultec e simultaneamente membros de Companhias privadas e cargos públicos, que se caracterizam em “um truste de figuras de relevo da administração para influir no governo e negociar facilidades”.

Ministério da Fazenda no governo JK, assumiu a presidência da *Hanna Exploration Company*, um dos trustes internacionais de minérios. Eleito, Jânio Quadros entregou o Ministério da Fazenda a Clemente Mariani do Grupo Morgan, o Ministério da Indústria e Comércio a Artur Bernardes Filho, presidente da Eletromar, subsidiária da Westinghouse, a Embaixada em Washington a Walter Moreira Salles, representante da família Rockefeller. Quase todos os postos-chave foram entregues a testas de ferro dos trustes (PEREIRA, 1963).

O governo dos Estados Unidos em regra tem escolhido com extremo cuidado seus homens para compor cargos estratégicos no exterior, de acordo com o perfil e as características de cada país. No Brasil, com a saída de Lincoln Gordon do cargo de embaixador, Lyndon Johnson designou seu substituto em abril de 1966, depois de meses de vacilações. Justificou o presidente que a demora se deu porque para o Brasil era preciso nomear um “bom economista” (GALEANO, 2011, p. 209).

O capitalismo ofensivo exige o homem certo no país dependente e também o homem certo do país capitalista para as determinações necessárias. Para os Estados Unidos, não há um único órgão ou agente para cumprir este papel nos cinco continentes. Depende fundamentalmente das características internas do país dominado. Como escreveu Robert Kennedy em 1969: “Há trinta anos passados o Departamento de Estado podia manejar todos os problemas internacionais”. Nos novos tempos não é mais assim, “vários departamentos e agências possuem responsabilidades diretas e força no campo das relações exteriores, inclusive o Pentágono, a CIA, a Agência para Desenvolvimento Internacional (AID), a Agência de Informações dos Estados Unidos (USIA) e outros departamentos”. As vozes mais poderosas, contudo, mudam de acordo com o país: em alguns países [visitados por Robert Kennedy], a principal figura dos Estados Unidos, escreveu ele, era o administrador da AID; noutros, era o representante da CIA; em vários países da América Latina, era o chefe da missão militar americana. Em todos os países, um papel importante era desempenhado pela USIA, Corpos de Paz, Banco de Exportação-Importação, a comunidade de homens de negócio norte-americanos em geral, e, em alguns países, determinados homens de negócios. Além do Departamento de Estado, pelo menos os representantes do Pentágono, da CIA, da AID precisam ser ouvidos e atendidos pelo presidente dos Estados Unidos. Eles possuem informações, segredos, opiniões e julgamentos que podem ser valiosos (IANNI, 1974, p. 131).

A Doutrina de Segurança Nacional foi mais uma imposição por inspiração dos Estados Unidos do que decorrente da ameaça interna subversiva. A doutrina foi elaborada pelos Estados Unidos, que a difundiu por toda a América Latina. E sob sua égide, muitos golpes de Estado foram perpetrados. O combate ao comunismo e a busca da propalada harmonia interna diziam respeito diretamente com a economia de mercado e com os valores da ideologia liberal. Em 1964 “o capitalismo economicamente monopolista já era realidade”, e doutrina de segurança nacional foi o “baluarte ideológico que por 21 anos permaneceu à frente do Estado brasileiro” (FÁVERO, 1991, p. 14). Em outros termos, “o movimento militar de 1964 traduziu a opção pelo ajustamento da ideologia política ao modelo econômico. Conseqüentemente, o referido movimento foi feito para garantir a continuidade da ordem socioeconômica” (SAVIANI, 1988, p. 94).

A diferença entre defesa nacional e a noção de segurança nacional é dupla. O conceito tradicional de defesa nacional coloca mais ênfase sobre os aspectos militares da segurança e, correlatamente, os problemas de agressão externa. A noção de segurança nacional é mais abrangente. Compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições, incorporando por isso os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo nos movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito do que a agressão externa.<sup>267</sup>

A educação, a exemplo de outros setores importantes, também foi vinculada à segurança nacional. À medida que a educação era concebida como tendo um papel primordial no desenvolvimento e integração nacional, seria imprescindível a adoção de medidas para adequá-la ao modelo econômico. A dimensão de classe da educação é anulada e assume-se sua função ideológica. Como destaca Fávero (1991, p. 15), “a oposição de professores, estudantes e intelectuais, à organização desse processo hegemônico, fez o governo militar considerá-los uma ameaça à ‘segurança nacional’”. Para concretizar uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, era imprescindível combatê-los.

A lei nº 5.540/1968 é um produto típico do regime político instaurado com o golpe militar de 1964 (SAVIANI, 1988, p. 93). Encerrando um longo ciclo de debates em torno de propostas para a educação brasileira, o golpe militar determinou a

---

<sup>267</sup> Discurso do presidente Castelo Branco na aula inaugural ao ano letivo de 1967 da ESG - Escola Superior de Guerra, em 13 de março de 1967. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discursos-1/1967/13.1.pdf>. Acesso em 9 de julho de 2014.

instalação do regime militar no Brasil “a fim de garantir o capital e o continente contra o socialismo e abafou sem hesitação quaisquer obstáculos que no âmbito da sociedade civil pudessem perturbar o processo de adaptação econômica e política que se impunha ao país.” (SHIROMA, 2007, p. 28). Prossegue a autora que com esses recursos<sup>268</sup> os militares “contiveram a crise econômica, abafaram a movimentação política e consolidaram os caminhos para o capital multinacional.”

O processo consistia na busca de efetivação dos compromissos assumidos pelo Brasil “na Carta de Punta del Este [1961] e no Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso – sobretudo os derivados dos acordos entre o MEC e a AID [Agency for International Development], os tristemente célebres Acordos MEC-USAID”. Como se verá mais adiante ao tratarmos especificamente do Acordo MEC-USAID e a Reforma Universitária, veremos que a reforma adequou-se plenamente à formação de *capital humano*, estabelecendo um vínculo bastante apertado entre educação e mercado de trabalho. Os sucessivos governos militares, indiretamente preocupados com a educação brasileira, “paralelamente ao esforço legislativo, cuidaram de elaborar programas de ação, planos decenais, programas estratégicos, que incluíam a educação em suas propostas de planejamento para o país” (SHIROMA, 2007, p. 31). Sabiam aqueles agentes, ou foram devidamente doutrinados, que o implante de uma ideologia é mais eficaz se o for por meio da educação, desde a base.

### **6.7.1 Constituição do Brasil (1967)**

Em 1966, uma comissão de juristas é nomeada por Castelo Branco para elaborar um anteprojeto para fins de modificação da Constituição que representasse a “institucionalização dos ideais e princípios da Revolução”, como disse o presidente em sua mensagem ao Congresso Nacional [transformado em “Congresso Constituinte” pelo Ato Institucional nº 4] por ocasião do encaminhamento do Projeto da Constituição, em 12 de dezembro de 1966. O Projeto do Executivo era, contudo, contraditório: sob o ponto de vista político era autoritário e centralizador, e sob o ponto de vista econômico, liberal e privatizante (HORTA, 2005, p. 203).

---

<sup>268</sup> Controle dos sindicatos, dos meios de comunicação, da universidade, censura, aposentadorias compulsórias, arrocho salarial, dissolução de partidos políticos, dissolução de organizações estudantis e de trabalhadores, tortura, perseguição policial, exílio, morte etc.

No campo da educação, o anteprojeto enviado ao Congresso pelo Executivo diverge aos dispositivos presentes na Constituição de 1946. Não há referências como a gratuidade do ensino, organização em sistemas e a vinculação de recursos. Modificações posteriores, contudo, afirmam a gratuidade do ensino primário. No grau médio e superior, a gratuidade é substituída “pela concessão de bolsas aos estudantes carentes de recursos, exigindo-se efetivo aproveitamento e reembolso, no caso do ensino superior” (HORTA, 2005, p. 217).

Na Carta de 1967, a educação sai derrotada pela “implantação de uma política educacional orientada pela ótica do capital: a limitação dos recursos públicos destinados à educação e a gradativa privatização do ensino de grau médio e superior, pela generalização do mecanismo de bolsas de estudo” restituíveis (HORTA, 2005, p. 239). Outro aspecto relevante é anotado por Xavier (1994, p. 228) ao destacar que a Constituição de 1967 também estimulou a utilização de crianças no trabalho na medida em que reduzia a idade legal mínima para doze anos. Isso significava a dificuldade de frequência à escola por um grande número de crianças e o barateamento da força de trabalho que utilizava a mão de obra infantil com salário mais baixo que o do adulto.

## 6.9 OS ACORDOS MEC-USAID E A REFORMA UNIVERSITÁRIA (1968)

A partir da Constituição de 1891 e da política educacional adotada por aquela Carta, sob a égide da qual se desenvolveu um processo duplo voltado à democratização da cultura, um oficial e outro leigo ou religioso, como destaca Azevedo (1976, p. 225), produziu, ao longo das décadas seguintes, uma ampliação da rede escolar, em parte voltada para o ensino de uma cultura geral, e em parte estimulando à preparação de profissões liberais. E, especificamente no plano do ensino secundário, a rede escolar sofria forte pressão das “ideias americanas infiltradas através de escolas protestantes”, afirmando nele as suas tendências utilitárias e pragmáticas, o que teria obrigado o governo federal à formulação das constantes reformas, no intuito de adaptar o ensino “às novas condições e exigências da civilização atual” (AZEVEDO, 1976, p. 225).

Ao lado da contenção e da repressão, que bem caracterizaram esta fase [início do regime militar], constatou-se uma aceleração do ritmo do crescimento da demanda social de educação, que provocou, conseqüentemente, um agravamento da crise do sistema educacional, que

já vinha de longe. Isto acabou por servir de justificativa para a assinatura de uma série de convênios (ROMANELLI, 1998, p. 196).

E como nenhuma das reformas anteriores teve o mérito de resolver os grandes problemas identificados e enfrentados nessa área, e ante o advento do Golpe Militar de 1964 e a necessidade de uma “mudança ideológica”, estava mais do que na hora de dar ensejo a mais uma delas. Coube ao colosso do Norte nos dar a direção. Mas isso não ocorreu repentinamente ou por acaso; tudo já estava devidamente “amarrado” desde a assinatura pelo Brasil do Plano decenal do Desenvolvimento da Aliança para o Progresso em 1961, em Punta Del Este, no Uruguai.

Na verdade, as tentativas de modernização do ensino superior brasileiro na direção do modelo norte-americano tiveram início já na segunda metade dos anos 40, se intensificando na década de 1960.<sup>269</sup> Mas as abruptas alterações no cenário político resultantes do golpe militar de 1964 foram as que determinaram uma alteração qualitativa nesse processo (CUNHA, 1988, p. 167).

Diante do golpe militar de 1964, tornava-se inviável o projeto de reforma universitário que vinha sendo esboçado e defendido teórica e praticamente por expressivos segmentos da população brasileira. [O novo governo não poderia ficar alheio ao que se tentava fazer até então]. Rapidamente o governo deveria passar também a tomar iniciativas de criação de outro ordenamento legal das atividades educacionais em seus diferentes níveis. É assim que são incentivadas as atividades de vários grupos de especialistas brasileiros e norte-americanos, das quais resultaram os acordos MEC/USAID. (RIBEIRO, 2001, p. 189).

O Acordo MEC-USAID<sup>270</sup> surgiu da necessidade de adequar o ensino superior à realidade brasileira e solucionar também a crise pela qual passava a

<sup>269</sup> Um grupo de quatro norte-americanos desembarcou no Brasil em 16 de março de 1963, aqui permanecendo por três semanas. O objetivo da Higher Education Team era descobrir meios para adequar a assistência ao ensino superior à estratégia geral da USAID e opinar sobre a conveniência de se organizar um programa especificamente voltado para o ensino superior, como já havia para outras áreas (CUNHA, 1988, p. 168).

<sup>270</sup> Na década de 1960, após o Golpe Militar, pelo menos nove acordos ou convênios foram assinados entre a parte brasileira e a norte-americana, conforme relaciona Alves (1968), abrangendo os três níveis de ensino: o primeiro acordo relativo ao ensino superior - de ASSESSORIA PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA - foi assinado a 30 de junho de 1966; em 9 de maio de 1967, o acordo de 30 de junho de 1966 foi reformulado e ampliado, denominando-se “ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR”; o CONVÊNIO ENTRE O MEC ATRAVÉS DA DES, O CONTAPE E A USAID/BRASIL foi o primeiro acordo sobre ensino médio, assinado em 31 de março de 1965; em 17 de janeiro de 1968 foi assinado o novo convênio PLANEJAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO E SERVIÇOS CONSULTIVOS relativamente ao ensino secundário; em 3 de junho de 1966 foi assinado o CONVÊNIO ENTRE A AID E MEC, ATRAVÉS DA SUDENE E DA CONTAP – CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE TREINAMENTO EDUCACIONAL visando ao treinamento de professores; em 30 de dezembro de 1966 foi assinado o ACORDO DE PLANEJAMENTO DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA; em 24 de junho de 1966 foi firmado

universidade.<sup>271</sup> Foram firmados convênios entre o MEC (através da Diretoria do Ensino Superior) e a USAID, visando à constituição de uma Equipe de Planejamento do Ensino Superior - EPES<sup>272</sup> (CUNHA, 1988, p. 175). Com base neste acordo, foi organizada uma comissão de especialistas cujos resultados dos estudos efetuados e das recomendações dadas não foram divulgados. Tudo foi feito a portas fechadas e não houve participação popular ou das partes interessadas da sociedade.<sup>273</sup>

As fortes reações da opinião pública contrárias à intervenção dos consultores norte-americanos, que via a presença destes como uma prova de submissão ao país ianque e risco para a soberania nacional, guindaram à subscrição de um novo convênio, que foi assinado visando à assessoria ao planejamento do ensino superior. Com isso, a EPES – Equipe de Planejamento do Ensino Superior seria substituída pela EAPES – Equipe de *Assessoria* ao Planejamento do Ensino Superior. A EPES seria constituída de brasileiros e norte-americanos (cinco de cada lado), e a EAPES seria composta de apenas quatro “educadores brasileiros de alto nível”. A USAID, por seu turno, contrataria uma instituição educacional de referência nos EUA para fornecer “quatro consultores de alto nível em planejamento educacional” para assessorarem o grupo brasileiro (CUNHA, 1988, p. 179).

---

novo convênio de ASSESSORIA PARA EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DO QUADRO DE PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL prevendo o treinamento de professores secundários; em 27 de novembro de 1967 foi assinado o convênio EVOLUÇÃO VOCACIONAL E TREINAMENTO RURAL, versando sobre a educação e treinamento rural; em 6 de janeiro de 1967 foi assinado o convênio acerca de PUBLICAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS E EDUCACIONAIS MEC/SNEL/USAID.

<sup>271</sup> O Acordo MEC-USAID passou assim a ser chamado em razão da série de convênios assinados entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) a partir do Golpe Militar de 1964. O Acordo objetivou uma reforma em todos os níveis de ensino brasileiros, adotando-se para tanto, o modelo norte americano, especialmente no ensino superior. Pelo papel estratégico deste nível, a reforma visava uma formação técnica mais ajustada ao plano desenvolvimentista e econômico brasileiro, em consonância com a política norte-americana para o país.

<sup>272</sup> A EPES seria composta de pelo menos cinco “educadores brasileiros de alto nível”, designados pela Divisão de Ensino Superior, e por cinco assessores educacionais norte-americanos vindos de uma “instituição técnica competente” dos EUA, por contrato promovido pela USAID, prevendo-se a possibilidade de outros consultores aqui desembarcarem. [...]. A competência atribuída à EPES pelo convênio era bastante ampla. Ela não só fazia o cotejo da realidade diagnosticada com “um sistema ideal de ensino superior para o Brasil”, definindo a direção de transformação, de acordo com as necessidades de desenvolvimento do país, como, também, fazia sugestões em termos de currículos, métodos didáticos e programas de pesquisa, de estrutura da organização e provimento dos quadros de pessoal docente, administrativo e de pesquisa; etc. (CUNHA, 1988, p. 175).

<sup>273</sup> Celebrado em 23 de junho de 1965, as primeiras informações oficiais só vieram a público em novembro de 1966, assim mesmo de forma fragmentária e imprecisa. Tudo muito de acordo com o cacoete norte-americano de “ultraconfidencial” que tem dado pano para milhões de quilômetros de filmes de espionagem (ALVES, 1968, prefácio de Lauro de Oliveira Lima).

Pelo convênio MEC-USAID de 1967 foi determinada a reforma em todos os níveis de ensino, orientada pelos técnicos dos Estados Unidos, e impunha a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa desde o primeiro ano escolar.

O Relatório Atcon, denominado *Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira* também foi uma *contribuição* da USAID no planejamento da política do ensino superior no país. O termo “contribuição” pode facilmente ser substituído por “intervenção”, isto é, intervencionismo norte-americano na educação brasileira, como costuma ocorrer em outras áreas como na política, na economia, na cultura etc. Do Capítulo MEC-USAID da Cartilha da Comissão de Recepção de Calouros, do Centro Acadêmico Visconde de Cairu, da Faculdade de Ciência Econômicas e Administrativas da USP, publicada no Jornal do Brasil, em 7 de maio de 1967, *in*: Cunha (1988, p. 234-238), extraem-se os seguintes trechos:

A luta principal do movimento estudantil no momento tem sido contra o acordo MEC-USAID, que pretende elaborar a Reforma Universitária.

O prof. Atcon apresenta a medida de eliminação do ensino gratuito, transformação das universidades em fundações. Sem falar na mentalidade capitalista, tecnicista que pretende impor aos cursos, transformando a universidade num apêndice das organizações industriais.

O Convênio MEC-USAID se inspira num relatório de um professor americano chamado Rudolph Atcon.

Elaborado já em 1958, o projeto foi encampado pela USAID e passou a constituir-se na base da política educacional norte-americana para a América Latina.

As recomendações do Relatório Atcon são os mesmos de um plano para todo o ensino na América Latina, sob o esquema americano.

Aí então [a transformação da universidade pública em universidade particular] as escolas serão como empresas, preocupadas com o lucro. Poderão formar o pessoal que achar conveniente de acordo com a verba das indústrias que pagarem mais. E como a nossa indústria é basicamente comprometida com a americana, as conclusões são fáceis de tirar.

Passaremos a seguir à análise de pontos presentes nos aludidos convênios,<sup>274</sup> especificamente naquilo que interessa diretamente à tese, isto é, a presença norte-americana na reforma, seja enquanto “assessores” seja enquanto “consultores” como consta dos documentos. Em todos os convênios havia uma cláusula com idêntico texto estabelecendo:

As partes brasileiras do presente Convênio envidarão todos os esforços no sentido de divulgar o andamento e as realizações deste Projeto através dos jornais, rádio, e outros meios de difusão, identificando-o especificamente como parte da Aliança Para o Progresso.

---

<sup>274</sup> Os textos dos convênios são citados por ALVES (1968).

O objetivo que transparecia seria divulgar e enaltecer junto aos brasileiros e à comunidade internacional, as ações “solidárias” e “cooperativas” da Aliança para o Progresso, em proveito de dissimulados objetivos mais amplos do governo norte-americano no Brasil e restante do hemisfério. Ostentando uma roupagem que vendia a ideia de modernização do aparelho educativo brasileiro ou mesmo de uma nova ordem educacional, o movimento desenvolvimentista da Aliança para o Progresso e demais organismos do aparelho estatal norte-americano na verdade deixavam oculto seu objetivo maior: preparação de mão de obra necessária à implementação do modelo econômico que se inaugurava com a incipiente industrialização do Brasil e a presença massiva das grandes corporações estrangeiras carentes dessa qualificação, além da inculcação da cultura anglo-americana na área educacional.

A Agency for International Development tem por função não a concepção de uma estratégia da educação, mas influenciar e facilitar esta estratégia nos setores nos quais seus conhecimentos, sua experiência e seus recursos financeiros podem ser uma força construtiva que ajudará a atingir os objetivos visados. Tal estratégia deve ser concebida essencialmente por aqueles que têm o poder de tomar decisões e disponham dos recursos necessários. É então aos dirigentes dos países em vias de desenvolvimento que cabe decidir sobre a estratégia da educação.<sup>275</sup>

Confiando em seus propósitos domésticos, da parte dos brasileiros, o acordo se caracterizou pela “entrega” do planejamento do ensino brasileiro em todos os níveis aos Estados Unidos, a partir do primeiro governo do regime militar que se instaurou no Brasil com a deposição de João Goulart. Depreende-se dos documentos, sem maiores dificuldades, que o governo brasileiro praticamente renunciou em favor dos “especialistas de alto nível” do país do Norte a produção legislativa da reforma na área do ensino. Coube então a eles fazerem as nossas leis, ou no mínimo determinarem o seu conteúdo.

O primeiro acordo relativo ao ensino superior denominado ASSESSORIA PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA foi assinado em 30 de junho de 1966 por Raymundo Moniz de Aragão (Ministério da Educação e Cultura), Faria Góes (Representante do Governo Brasileiro para Cooperação Técnica), e Harlan Harrison (Deputy Assistant Director for Technical Cooperation USAID/ BRAZIL). Tinha como partes o Ministério da Educação e Cultura representado pela sua Diretoria do Ensino Superior, a Agência Norte-Americana

---

<sup>275</sup> John Hillard, “Vers une Stratégie del’AID em matèrre d’éducation”, in *Perspectives*, vol. IV, n.º 2, 229-237, Unesco, 1974, *apud* Romanelli (1998, p. 210).

Para o Desenvolvimento Internacional (USAID/ BRASIL), com a aprovação do Representante Brasileiro Para a Coordenação dos Programas de Assistência Técnica. O convênio descrevia a situação atual do Brasil na área como preocupante ante a perspectiva de “proliferação de instituições de ensino superior”, no passo que vinha ocorrendo desde 1944, recrudescendo os problemas de administração dessas instituições. A assessoria previa, entre outras atribuições, “uma série de seminários, a fim de estimular outras instituições interessadas a considerar a execução de programas semelhantes”, e “cursos de curta duração, nos Estados Unidos, para treinamento e especialização de pessoal brasileiro necessário à avaliação, adaptação e instituição de novos processos e técnicas administrativas essenciais”. Alguns dos objetivos declarados no texto do acordo eram:

estimular e prestar assistência a um máximo de 18 universidades brasileiras, públicas e particulares, nos seus esforços para executar e institucionalizar reformas administrativas que resultarão em maior economia e eficiência operacional. Com esta finalidade serão fornecidos consultores norte-americanos que:

- 1) Visitarão instituições determinadas a fim de determinar o interesse específico e a necessidade de reforma;
- 2) Proporcionarão serviços de consultoria a determinadas instituições;
- 3) Realizarão seminários no Brasil sobre problemas, tais como controle de custos, administração financeira, planejamento físico de cidades universitárias e distribuição de cursos de acordo com os interesses e as necessidades das diferentes universidades. Além disso, cursos de curta duração treinarão brasileiro selecionado para a obtenção das técnicas especializadas necessárias à execução e instituição de programas de reforma administrativa.

Dentre as responsabilidades da USAID/BRASIL estava “custear o treinamento nos Estados Unidos e/ou outros países de um máximo de 40 bolsistas ocupantes de posições administrativas-chave nas várias universidades participantes”.

Em 9 de maio de 1967, o acordo de 30 de junho de 1966 foi reformulado e ampliado, denominando-se ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR. O convênio foi assinado por Tarso Dutra (Ministério da Educação e Cultura), Faria Góes (Representante do Governo Brasileiro para Cooperação Técnica), A. Almeida Jr. (Conselho Federal de Educação), e William Ellis (USAID/BRAZIL). No preâmbulo deste convênio ficaram objetivamente declarados os objetivos norte-americanos para o Continente nos termos da Aliança para o Progresso.

De acordo com a Política Nacional de Educação e os compromissos assumidos na Carta de Punta del Este pelo Governo brasileiro, como um dos membros da Aliança Para o Progresso, o Ministério pretende aproveitar

a experiência dos outros países para realizar planejamento a curto e a longo prazo do sistema do ensino superior, bem como aumentar a eficiência dos seus métodos de trabalho e de seus diversos programas coordenados, a fim de atender às necessidades educacionais presentes e futuras do Brasil nesse setor.

A parte brasileira se comprometeu a designar “pelo menos quatro educadores brasileiros de alto nível” para constituir Grupo Permanente de Planejamento junto à Diretoria, enquanto a USAID/BRASIL assumiu o compromisso de “fornecer os serviços de pelo menos quatro educadores de alto nível em planejamento educacional, bem como outros assessores em regime de contrato de curta duração, caso seja necessário”, sendo que os brasileiros passaram a constituir a Equipe de Assessoramento ao Planejamento do Ensino Superior – EAPES, para trabalhar ao lado dos “peritos” norte-americanos. Apesar dos pedidos de exoneração da maioria dos membros da equipe brasileira,<sup>276</sup> não houve descontinuidade no trabalho dos professores norte-americanos.<sup>277</sup>

O CONVÊNIO ENTRE O MEC ATRAVÉS DA DES, O CONTAPE E A USAID/BRASIL foi o primeiro acordo sobre ensino médio, assinado em 31 de março de 1965. Na descrição que faz o convênio da situação atual da educação brasileira neste nível, e o desejo de descentralização do controle de ensino, atribuindo responsabilidades aos Estados, em atendimento aos ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), a maior dificuldade identificada foi o fato de os diversos órgãos e instâncias do Estado “carecerem de experiência quanto à formulação de planos estaduais de ensino que consultassem os Estados e a disponibilidade de seus recursos, tanto humanos quanto materiais”, consignando como requisitos essenciais da reforma do ensino o treinamento de autoridades estaduais de educação no preparo e execução de planos estaduais de ensino. Evidentemente, como acentua o convênio, todos

entendem que a orientação e assessoramento por parte de consultores norte-americanos, possuidores de ampla experiência no planejamento do ensino em nível estadual, serão de grande valia na correção dessas

---

<sup>276</sup> Foram escolhidos pelo governo brasileiro os professores Ernesto Luís de Oliveira Júnior, Heitor Herrera, João Paulo de Almeida Magalhães, Paulo Accioly Sá e Rubem D' Almada Horta Porto. No entanto, num período de aproximadamente três meses pediram exoneração grande parte da equipe, de modo que, segundo informações [ao autor] prestadas, àquela data (agosto de 67) o Grupo continuava reduzido apenas ao Professor Rubens Porto (ALVES, 1968).

<sup>277</sup> Os professores norte-americanos eram: J. Martin Klotsche, da Universidade de Wisconsin-Milwaukee, John D. Ryder, diretor da Escola de Engenharia e professor catedrático de Engenharia Eletrônica, da Michigan State University, Henry William Hoge, professor catedrático de Espanhol e Português, da Universidade de Wisconsin-Milwaukee, e John M. Hunter, professor catedrático de Economia da Michigan State University (ALVES, 1968).

deficiências. (...) [Para tanto,] a AD/W firmará um contrato com uma instituição dessa especialidade nos Estados Unidos com vistas a assegurar os serviços de quatro consultores norte-americanos por um período de 24 meses e de outros assessores-técnicos que se fizerem necessários. Esses consultores trabalharão diretamente com funcionários designados pelo Ministério, pela DES e pelas Secretarias Estaduais de Educação.

Dentre as responsabilidades do Ministério da Educação e Cultura ficaram previstos: designação de pelo menos quatro educadores brasileiros para trabalharem com os consultores norte-americanos na prestação de serviços de assessoramento aos Estados; compromisso de cooperação com os consultores norte-americanos na formulação e execução de um plano detalhado com vistas à prestação de serviços consultivos ao ensino secundário nos Estados, da forma mais eficiente possível; e o asseguramento da manutenção dos salários de bolsistas selecionados de comum acordo, que venham a ser enviados aos Estados Unidos ou a outros países, que não o Brasil, para receber treinamento.<sup>278</sup>

Em 17 de janeiro de 1968 foi assinado o novo convênio PLANEJAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO E SERVIÇOS CONSULTIVOS relativamente ao ensino secundário. Desta feita, o convênio tinha como partes subscritoras o Ministério da Educação e Cultura do Brasil, através da Diretoria do Ensino Secundário (DES), a Agência Norte-Americana Para o Desenvolvimento Internacional (USAID/BRASIL), o Escritório Brasileiro Para Cooperação Técnica e o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança Para o Progresso (CONTAP). Na descrição da situação atual do ensino médio, constou que:

depois da assinatura, em 31 de março de 1965, do Convênio inicial para assistência técnica relativa ao planejamento do ensino médio, tornou-se efetivo um contrato da USAID com a San Diego State College Foundation, a fim de assegurar os serviços de quatro peritos em regime de tempo integral e de outros, na medida do necessário, por curto prazo, que deveriam constituir, juntamente com quatro especialistas brasileiros em ensino médio, um núcleo para aconselhamento e assistência técnica aos serviços de educação dos Estados brasileiros.

Reconhecem os signatários da avença que durante os dois primeiros anos considerável progresso foi alcançado no sentido dos objetivos fixados no Convênio inicial. Especificamente que:

---

<sup>278</sup> Seu objetivo é bem nítido. Trata-se de, em primeiro lugar, criar um núcleo de mandarins do ensino médio que, treinados nos Estados Unidos, possam pôr em prática em todos os Estados brasileiros e, desde já, em alguns dos mais importantes, as diretrizes de planejamento norte-americano para o ensino secundário no Brasil (ALVES, 1968).

Através do desenvolvimento de técnicas operativas e da ampla experiência de planejamento, os membros brasileiros da EPEM, em trabalho intimamente coordenado com os peritos norte-americanos, contribuíram para o aperfeiçoamento dos serviços de assistência técnica da DES aos Estados na área do planejamento do Ensino Médio;

Oito pessoas foram enviadas aos Estados Unidos para programas de treinamento participante, e outras estão sendo recrutadas para o mesmo fim. Espera-se que a seu retorno os elementos treinados trabalharão em funções federais ou estaduais de planejamento do ensino médio.

Em 3 de junho de 1966 foi assinado o CONVÊNIO ENTRE A AID E MEC, ATRAVÉS DA SUDENE E DA CONTAP – CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE TREINAMENTO EDUCACIONAL visando ao treinamento de professores. Subscreveram o convênio a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Estado de Pernambuco, a Secretaria de Estado de Negócios de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco (SEMEG), a Agência Para o Desenvolvimento Internacional (USAID/BRASIL) e o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança Para o Progresso (CONTAP), destacando em seu preâmbulo que o “Acordo é celebrado de conformidade com os princípios da Aliança Para o Progresso, expressos na Carta de Punta del Este”.

Dentre as responsabilidades do MEC estava a criação de cursos e treinamento para pesquisadores educacionais, estrategistas e especialistas de educação, a seleção de equipe de cerca de oito professores para treinamento durante um ano nos Estados Unidos e proporcionar-lhes trabalho no Centro de Treinamento e/ou CRPER. O compromisso da USAID/BRASIL seria a doação de US\$ 20.000 (vinte mil dólares) para aquisição de equipamento para reprodução de materiais, livros e publicações periódicas, a serem adquiridos nos Estados Unidos.

Em 30 de dezembro de 1966 foi assinado termo aditivo de ACORDO DE PLANEJAMENTO DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, que foi subscrito pelo Ministério de Educação e Cultura, atuando através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança Para o Progresso (CONTAP), e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID/BRASIL), com a aprovação do Representante do Governo Brasileiro para Cooperação Técnica.

Na descrição da situação atual neste nível de ensino, o termo aditivo mais uma vez invocou a necessidade de descentralização prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961], e

denunciou a inexperiência de órgãos e entidades estatais na formulação de planos estaduais para a educação.

O Ministério da Educação e Cultura, [...] decidiu que o preparo de autoridades estaduais na formulação e execução de planos educacionais estaduais é condição necessária à reformulação educacional. [...] Finalmente, os planos devem ser executados de modo que soluções efetivas sejam dadas a estes problemas. Autoridades do Ministério e do INEP, seu órgão executivo no setor do ensino primário, resolveram que, ao lado dos esforços que vêm sendo realizados e de outras contribuições que estão sendo recebidas pelo Governo brasileiro, a assistência técnica de educadores norte-americanos, com ampla experiência em matéria de ensino primário, concorrerá sensivelmente para o apressamento do estudo e solução dos problemas-chave do ensino primário. Como consequência, em 26 de junho de 1964, o Ministério, o Coordenador e a USAID/BRASIL assinaram um convênio em que a USAID/BRASIL concordava em fornecer quantia não superior a 375.000 dólares para financiar o custo do contrato, por dois anos, de um grupo de 6 especialistas em educação, que auxiliariam o Ministério em seu programa de aperfeiçoamento do ensino primário no Brasil.

Em 24 de junho de 1966 foi firmado novo convênio de ASSESSORIA PARA EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DO QUADRO DE PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL prevendo o treinamento de professores secundários. O convênio foi subscrito pela Diretoria do Ensino Superior, representando o Ministério da Educação e Cultura, pelo Conselho de Cooperação Técnica da Aliança Para o Progresso (CONTAP) e a Agência Norte-Americana Para o Desenvolvimento Internacional (USAID/BRASIL), com o assentimento da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério e pelo Representante do Governo Brasileiro para a Cooperação Técnica. No convênio da vez, as partes propuseram a criação de uma “equipe especial” composta de um consultor americano e dois técnicos brasileiros, especializados em planejamento educacional, para reunir e examinar sugestões para a reforma das faculdades de Filosofia, com o fim de preparação de professores do ensino secundário, visando à melhora da qualidade desse treinamento e aumento do número de professores formados anualmente.

Em 27 de novembro de 1967 foi assinado o convênio EVOLUÇÃO VOCACIONAL E TREINAMENTO RURAL, versando sobre a educação e treinamento rural, tendo como subscritores o Ministério da Educação e Cultura, através de sua Diretoria do Ensino Agrícola (DEA), o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança Para o Progresso (CONTAP), a Agência Norte-Americana Para o Desenvolvimento Internacional (USAID/BRASIL), com o assentimento do Escritório do Governo Brasileiro Para Cooperação Técnica. Por este convênio a USAID se comprometeu a fornecer um assessor-técnico para prestar assistência à DEA na

execução do Projeto, por um período com duração até 30 de abril de 1969, e proporcionar treinamento nos Estados Unidos a um número limitado de candidatos.

Em 6 de janeiro de 1967 foi assinado o convênio acerca de PUBLICAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS E EDUCACIONAIS MEC/SNEL/USAID, subscrevendo o documento o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a Agência Norte-Americana Para o Desenvolvimento Internacional (USAID/BRASIL), com o assentimento do Representante do Governo Brasileiro Para o Programa de Cooperação Técnica e a Comissão Coordenadora da Aliança Para o Progresso (COCAP), com o objetivo de colocar, em três anos, 51 milhões de livros ao alcance da população estudantil e promover a edição de livros didáticos nas matérias em que não haja publicações em português, ou quando as disponíveis não atenderem aos requisitos de qualidade exigidos pelo ensino, além do fortalecimento e a expansão de uma indústria editorial de livros técnicos e didáticos. Como se depreende do trecho a seguir, o lado norte-americano do convênio vai muito além da preocupação com a educação dos brasileiros ou com o treinamento dos professores. No documento, a USAID/BRASIL *gentilmente* se comprometeu a:

proporcionar serviços de assessoria e assistência técnica por especialistas, na dependência de suas disponibilidades de verba e de pessoal, para trabalhar com os editores e o Ministério em vários aspectos da execução do programa. Os especialistas atenderão a diferentes setores, tais como: distribuição, impressão, encadernação, fabricação de papel, diagramação, elaboração e ilustração de livros, editoração de livros técnicos, didáticos, de referência e de biblioteconomia; e a assessorar, de comum acordo com a COLTED, as editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais de outras editoras.

O Brasil, como signatário do Plano Decenal do Desenvolvimento da Aliança para o Progresso em 1961, e da Carta de Santiago em 1962, se obrigou a desenvolver um projeto educativo voltado para o desenvolvimento econômico, que seria financiado pela USAID e BIRD. De fato, o dever assumido somente encontrou terreno político propício com o golpe de 1964, quando os militares, de forma francamente explícita, se alinharam à política econômica capitalista norte-americana (ARAPIRACA, 1982, p. 178).

A Reforma Universitária teve início em 1968. O projeto visou à legitimação de interesses dos grupos dominantes, exercendo uma “função ideológica”. O Estado assumiu explicitamente a transformação do sistema de ensino como “seu aparelho ideológico”, na expressão de Althusser (FÁVERO, 1991, p. 16). Assim entendido,

“não houve propriamente reforma, mas antes, uma metamorfose das estruturas tradicionais, através da criação de mecanismo que permitiu a permanência de determinados grupos com o controle sobre o poder” (VIEIRA, 1982, p. 138). Isso não chega a surpreender, pois uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta “conformidade” ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).<sup>279</sup>

No ano de início da reforma, uma série de iniciativas e medidas legais dava indicação da instauração do processo reformador. Das inúmeras ações, destacam-se:

- os seminários da Reforma Universitária, promovidos pela UNE – União Nacional dos Estudantes;
- a desativação da UNE e outras entidades estudantis pela Lei Suplicy;
- a normatização da pós-graduação, pelo Conselho Federal de Educação;
- a assinatura dos acordos MEC-USAID de 1965 e 1967;
- a elaboração do Plano Atcon, em 1966, e a divulgação do relatório da Comissão Meira Mattos, em 1968;
- início das reformas estruturais das universidades federais;
- criação do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, em julho de 1968, cujo relatório culminou na Lei nº 5.540/68.

O projeto de Reforma Universitária incorporou conteúdos do Relatório EAPES, do Plano Atcon<sup>280</sup> e do Relatório Meira Mattos.<sup>281</sup> Implantada sob a égide do AI 5 e do Decreto nº 477/1969, a reforma também apoiou-se nos resultados dos estudos dos acordos MEC/USAID, além dos Relatórios Atcon e Meira Mattos,<sup>282</sup> sendo que o conteúdo deste último coincidia com as propostas ínsitas nos acordos MEC-USAID. Vieira (1982, p. 136) sintetiza o conteúdo de cada um:

<sup>279</sup> Para Mézáros (2008, p. 45) “esperar da sociedade mercantilizada uma (...) tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental”.

<sup>280</sup> O Relatório Atcon foi realizado pelo consultor norte-americano Rudolph Atcon, a convite da Diretoria do Ensino Superior – DES, do MEC, entre junho e setembro de 1965, que lhe pediu o estudo considerando a “urgente tarefa de transformar a universidade brasileira numa instituição que [se] sintoniza com os propósitos da Nação”. Os estudos que respaldaram o relatório não nasceram de estudos sobre nossas instituições universitárias, mas de estudos anteriores apresentados à Universidade de Princeton em 1958 e os mesmos estudos publicados nos anos subsequentes em revistas de outras partes do mundo (FÁVERO, 1991, p. 19).

<sup>281</sup> A Intervenção de Atcon e o Relatório da Comissão Meira Mattos se caracterizaram ações de consolidação da hegemonia da classe dominante sobre a educação. Era preciso disciplinar a universidade liberal. Com a reforma, a educação passou a ser encarada como formação de mão de obra para o mercado (FÁVERO, 1991, p. 15).

<sup>282</sup> Nos Relatórios Atcon e Meira Mattos o que se verifica é um jogo constante entre os aspectos técnicos e ideológicos da educação. Ambos os documentos recomendam a implantação de uma nova estrutura administrativa baseada no modelo empresarial, cuja finalidade é o rendimento, a eficiência, e não a produção acadêmica, científica e cultural (FÁVERO, 1991, p. 16 e 57).

Do **Relatório EAPES**: o princípio da autonomia; ampliação da oferta de vagas; revisão do problema dos exames vestibulares; organização departamental; incentivo aos programas de extensão; redefinição do período letivo; reformulação da carreira docente; criação de um sistema de atendimento financeiro; instituição da pós-graduação.

Do **Plano Atcon**: defesa dos princípios de autoridade; ordem, disciplina e cooperativismo; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; o caráter apolítico da reforma; a ideia dos estudos básicos; a ênfase no planejamento; necessidade de se estabelecer controles internos na organização universitária; exigência de se reformular a política salarial do magistério.

Do **Relatório Meira Mattos**: o reforço à autoridade; novos critérios para a carreira docente; a política para a ampliação de vagas; a participação estudantil; o vestibular unificado; os cursos de curta duração; a ênfase nos aspectos técnicos e administrativos da reforma; a necessidade de uma política de financiamento do ensino superior, com previsão de um órgão captador de recursos; e a extinção do ensino superior gratuito.

A Comissão Meira Mattos foi instituída pelo Decreto nº 62.024/1967 e foi presidida pelo coronel Meira Mattos,<sup>283</sup> do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra – ESG, e, como demonstra Fávero (1991, p. 35), se deu em decorrência da preocupação do governo com os protestos e a “subversão” no meio universitário. Ambos os documentos, Plano Atcon e Relatório da Comissão Especial, preconizam, respectivamente, “a racionalização das estruturas e da produção acadêmicas”, e o “disciplinamento castrense para os estudantes universitários”, isso permite “constatar o quão aprofundada estava na visão de mundo da classe dirigente a doutrina taylorista de organização social” (FÁVERO, 1991, p. 55).

Como uma deformação dos princípios da separação e competência dos Poderes, a Lei nº 4.024/1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei nº 5.540/1968 – Lei da Reforma Universitária, “São leis que tiveram origem em projetos oriundos do Poder Executivo” (SAVIANI, 1988, p. 17) e foram impostas pelo regime militar ao Congresso Nacional, com reduzida margem de poder deste para fazer alterações no texto original.<sup>284</sup>

---

<sup>283</sup> Promovido a general de brigada em 1968, Meira Mattos era um homem sempre escolhido para tarefas difíceis, como cita Fávero (1991, p. 36) da reportagem do Jornal do Brasil de 4/8/1968. Foi interventor em Goiás quando da deposição do governador Mauro Borges; comandante das forças brasileiras em São Domingos, representando o governo brasileiro mas também num gesto de apoio ao imperialismo norte-americano; inspetor-geral das polícias militares de todo o país; e no governo Costa e Silva, foi quem esteve à frente das tropas que fecharam o Congresso nacional, em 1968.

<sup>284</sup> O fechamento do Congresso Nacional foi decretado pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. O Congresso foi posteriormente reaberto após novas e numerosas cassações. Dessa intervenção resultou um Congresso ainda mais amputado e manietado, inteiramente dócil aos desejos do Poder Executivo. A “democracia excludente” estava plenamente instalada (SAVIANI, 1988, p. 100).

No caso da Lei nº 5.540/68, o Diário do Congresso Nacional não registra no período qualquer manifestação dos órgãos da sociedade civil. Tratava-se de um Congresso já amputado por várias cassações de mandatos de parlamentares e constituído artificialmente a partir do arbítrio do Poder Executivo para manter a máscara democrática do regime, destinado, portanto, a legitimar formalmente as medidas de fato ilegítimas do poder governamental. Assim, de um órgão que nas democracias está mais diretamente ligado à sociedade civil, o Parlamento foi transformado em apêndice da sociedade política, cuja função já não era mais a de legislar, mas, como afirmara o líder da oposição Josaphat Marinho, “apenas, dolorosamente, para o Congresso, homologar o arbítrio do Poder Executivo” (SAVIANI, 1988, p. 99).

A Lei nº 5.540/68 e a Lei nº 5.292/71 foram muito “influenciadas pelas ideias do construtivismo sócio-político e do efficientismo técnico-econômico, que predominaram no período do regime militar”, e foram determinantes para o “fechamento e à centralidade na estrutura e no funcionamento dos sistemas de ensino no Brasil” (SOUZA, 1991, p. 39). Este autor faz referência ao Brasil como um país que acredita que as soluções devem ser mais legais do que reais: em vez de atacar o problema para resolvê-lo prefere aprovar uma lei, que deixa a todos satisfeitos, se bem que o problema em si continue sem solução.

O que acontece em sociedades em desenvolvimento, na pressa de modernizarem-se adotam soluções e formas de comportamento das sociedades mais desenvolvidas, sem terem condições efetivas para assimilar ou climatizar essas adoções. Como consequência, instala-se o formalismo: a sociedade procede como desenvolvida, sendo na realidade primitiva (SOUZA, 1991, p. 94).

Além dos interesses nacionais sobre o assunto, Saviani acredita que a burguesia internacional, representada pelos empresários estrangeiros, também tinham particular interesse no processo de reforma que se desenhava, pelas seguintes razões:

tendo em vista as medidas protecionistas do governo em relação à indústria nacional, a competição tornava-se difícil. Diante do risco de perder no promissor mercado brasileiro, consideraram preferível negociar a instalação de suas indústrias no país. E, considerando os incentivos fiscais bem como a doação das áreas necessárias à instalação das referidas indústrias, as negociações se revelaram altamente vantajosas aos empresários internacionais; a produção de bens junto às fontes de matérias-primas e aos locais de consumo propiciava grande economia de fretes. Além do mais, havia a possibilidade de contar com uma mão de obra barata, porque abundante (SAVIANI, 1988, p. 83).

A reforma do ensino superior de 1968 foi na verdade um mecanismo utilizado pelo governo para impor medidas disciplinares de cooptação e controle do pensamento crítico das classes estudantis. O resultado desse processo indicou que

o objetivo da educação não é aquele que concebe a educação como um direito, vital para a formação da cidadania e como forma de autorrealização do indivíduo, mas sim como um objeto de consumo e de manipulação ideológica, se configurando como “um conjunto de imagens e símbolos que constituem uma das estratégias de sustentação e reprodução de valores que visam dar legitimidade e perpetuidade à sociedade de consumo” (PIETROCOLLA, 1986, p. 96). A propósito dessa reificação, ou redução ao nível de mercado a que foi submetida a educação, Barber (2009, p. 250/1) explicita cinco formas de dominação do mercado e o impacto da cultura de consumo “totalizante”. Para ele:

o mercado de consumo é *ubíquo* (está em toda parte); é *onipresente* (está “o tempo todo”) e aspira preencher todo o tempo); é *viciante* (cria suas próprias formas de reforço); é *autorreprodutivo* (espalha-se de maneira viral); e é *onilegítimo* (emprega autorracionalização e autojustificação, destruindo as bases morais para resistir a ele). As cinco formas unidas, complementa, dão aos mercados um significativo poder “sobre nossas vidas e pensamentos, corpos e almas”, que rivaliza com “formas tradicionais de totalitarismo.

Relativamente ao transplante cultural que reduziu o Brasil a uma “neocolônia” anglo-americana, importa lembrar que desde o descobrimento o Brasil convive com elementos culturais alienígenas. Quando colônia lusitana, as influências externas vieram basicamente do colonizador europeu e do negro trazido da África como escravo, formando-se uma tríade cultural, com a cultura indígena já presente nestas terras. A chegada do branco europeu foi o triunfo da raça branca sobre as outras duas, ditas inferiores, predominando a cultura daquele sobre estas.

No alvorecer do século XIX teve início mais diretamente a influência de país de língua inglesa sobre o Brasil - a Inglaterra, o qual exerceu uma hegemonia sobre o país até o início do século XX, quando foi finalmente superado pelos Estados Unidos, depois de praticamente um século de forte competição pela liderança do mundo. Foi nos rescaldos da Segunda Grande Guerra que o Brasil sucumbiu de vez às investidas do *Big Brother*. O Birô foi uma das exitosas estratégias de penetração cultural desenvolvida para a América Latina. O Office of the Coordinator of Inter-American Affairs dirigido por Nelson Rockefeller, aplicou recursos em vários setores: ciência, informação, educação, saúde e alimentação não só no Brasil, mas em vários outros países sul-americanos. Com o objetivo de difundir uma imagem positiva dos Estados Unidos, o estilo de vida norte-americano (o *american way of life*) era mostrado como modelo de modernidade e progresso e, ao mesmo tempo, como símbolo de produtos cujo consumo significava o ingresso nessa modernidade.

O Birô influenciou em agências noticiosas locais e internacionais e distribuiu vasto material propagandístico. Os investimentos naqueles setores objetivavam passar a ideia que a preocupação do governo norte-americano se baseava no espírito de "solidariedade" e destacava as vantagens dos povos sul-americanos de ficarem ao seu lado. No aspecto educacional, foram organizados nos países latino-americanos cursos e instituições de ensino em que se incentivou o ensino de inglês, que logo passou à frente como língua de maior prestígio nas elites culturais autóctones. Embora desativado ao fim da Segunda Guerra, o Birô foi decisivo para a penetração cultural dos Estados Unidos e a transformação do Brasil em colônia econômico-cultural ianque.

Graças a esse alinhamento incondicional do Brasil ao colosso do Norte, passamos a sentir a presença norte-americana em nosso meio, como se da família fosse e dormíssemos na mesma cama, disseminando a língua e cultura anglo-americanas, impondo hábitos, moda, valores, tendências consumistas, elementos alienígenas distantes das nossas condições e necessidades sociais.

O setor dos meios de comunicação de massa se desenvolveu pela via de investimentos diretos de multinacionais ou por meio da associação de empresários norte-americanos aos nacionais, a fim de burlar a legislação interna protetora. A ação dos meios de comunicação, somada à infiltração dos interesses em nossa economia, que veio sob a forma de empréstimos, assistência técnica, equipamentos industriais etc. resultou na entrada de fabulosas empresas multinacionais no país, ocasionando o desmantelamento da indústria doméstica e demonstrando o alinhamento e dependência que adotamos e passamos a sofrer a partir, mais intensamente, da Era Vargas. Foi um processo [inacabado] de submissão econômica, política e cultural que passamos a sofrer intensa e inexoravelmente.

Como resultado disso, na maioria das cidades brasileiras as refeições tradicionais foram em grande medida substituídas por *fast-food*, em quase todos os lares os sucos de frutas naturais foram deixados de lado para dar lugar a refrigerantes escuros de "roupa" vermelha, a programação do cinema e da tevê é majoritariamente de origem ou inspiração norte-americana, a moda em regra é ditada pelo padrão que vem de fora, e estar *antenado* é usar uma gama cada vez maior de expressões inglesas para designar ações ou coisas de nosso dia a dia. Ingressamos, assim, no cobiçado, mas não proibido, universo cujo maior *glamour* é o consumo constante e irrestrito, e nada é permanente, de modo a perpetuar um capitalismo parasitário que, antes de emancipar o sujeito, o reduz a objeto mesmo a

serviço do sistema. A razão última do golpe militar e das reformas na área da educação revelam um processo cujo liame vincula o que o sujeito deve aprender, o que produzir, e o que consumir, num mundo onde nada é permanente.

A propósito da efemeridade e descartabilidade a que se refere Bauman (2010, p. 40-42), ambas são próprias do “mundo-líquido” em que vivemos hoje. “No mundo líquido-moderno, a solidez das coisas, assim como a solidez dos vínculos humanos, é vista como uma ameaça. O consumismo de hoje não consiste em acumular objetos, mas em seu gozo descartável”. O autor defende que a descartabilidade das coisas seria uma regra universal e incluiria a aquisição e o descarte mesmo do “conhecimento”, e faz a seguinte indagação: Por que o pacote de conhecimentos adquiridos na universidade deveria escapar dessa regra universal? Para ele é muito mais atraente o conhecimento criado para usar e jogar fora, o conhecimento pronto para utilização e eliminação instantâneas.

A ideia de que a educação pode consistir em um “produto” feito para ser apropriado e conservado é desconcertante, e sem dúvida não depõe a favor da educação institucionalizada. Na mesma medida se pode falar das relações humanas como consequência desse processo que transforma tudo em efêmero e descartável, imprescindível para “manter vivo o capitalismo”. E para mantê-lo vivo, como anotou Bauman (2010, p. 29), “não era mais necessário *remercadorizar* o capital e o trabalho [...] bastavam subvenções estatais para permitir que o capital vendesse mercadorias e os consumidores as comprassem”. Deste modo, “a fonte primária de acumulação capitalista se transferia da indústria para o mercado de consumo”.

Para a ideologia capitalista, conduzida e disseminada pelo fabuloso império da águia nas inúmeras e extensas colônias espalhados pelo mundo e mantidas na subserviência típica de uma vassalagem feudal, quanto maior a efemeridade das coisas e sua descartabilidade, melhor, pois faz rolar a roda sem solução de continuidade. Afinal, como disse Karl Marx (2002), nada deve ser sólido, pois “tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas”. Com a *benção* de Deus e de James Monroe, “toda a América para os norte-americanos”. Mas não só ela!

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma poderosa e irresistível máquina estatal, o mais formidável aparato militar do planeta, as estratégias de influência, a submissão cultural, os métodos e os meios de penetração e de dominação utilizadas especialmente na América Latina conduzem os Estados Unidos à condição de maior império da história, voando sobranceiros pelos céus do mundo, altivos como uma águia.

Como depreendemos, o imperialismo em alguns casos é restrito à atividade colonial e/ou a ações políticas e militares de um governo no sentido de proteger os investimentos externos de seus cidadãos. Essa união entre comércio e bandeira emanaria do normal funcionamento da economia capitalista e se intensificaria quando há alto grau de concentração do poder econômico nos centros industriais e financeiros da economia. Essa concentração é possível quando os detentores desse poder econômico controlam o ambiente em que atuam e é necessária como fonte de lucros e para a segurança do capital investido. Esta é parte da explicação do porquê o mundo [em especial o Brasil] se encontra à mercê da política externa norte-americana, consoante o arbítrio desse país.

Para alcançar e manter a hegemonia, e como supedâneo de suas ações, os Estados Unidos criaram inúmeras expressões para justificar suas ações político-militar-econômicas: “proteção das vidas e propriedades americanas”; “portas abertas”; livre-mercado; monroísmo; pan-americanismo; não intervencionismo; boa-vizinhança; Aliança para o Progresso; segurança nacional; segurança hemisférica; interdependência; solidariedade interamericana; busca da estabilidade; entre outras.

Os fundamentos dessa ascendência político-econômica encontram contemporaneamente respaldo/justificativa num conjunto robusto de ideologias, entre elas o Destino Manifesto, a civilização cristã anglo-saxônica, a *american way of life*, a democracia como valor universal, e a Doutrina Monroe. A América anglo-saxônica, alicerçada no formidável poder de que dispõe, tem apresentado com bastante frequência e simultaneamente as duas “faces” aludidas por Fulbright, que atestam a sua ambivalência ou bipolaridade. Esses dois lados de uma mesma moeda são os sintomas indeléveis da esquizofrenia paranoide de que é acometido o país setentrional desde a sua independência, ou mesmo antes disso.

A ideologia do Destino Manifesto é possivelmente a mais marcante das ideologias e perpassa a história dos Estados Unidos fundamentando seus intentos e

ações imperialistas desde a virada para o século XIX. Caracterizou-se no substrato doutrinário justificador para o que hoje é o país, vez que nos princípios da colonização a América já era concebida como sendo a terra prometida por Deus, e aos anglo-americanos atribuída uma "missão civilizadora" de ocupar a região e levar a sua cultura anglo-saxônica "superiora" aos povos "inferiores".

Enquanto povo escolhido, pairou sobre o ianque a mão de Deus incumbindo-o de fundar o novo Israel, cujo destino é conquistar o mundo e propagar a ideia de uma civilização cristã em marcha para a perfeição. Fazendo isso, estão apenas cumprindo o mandato divino de edificar uma "cidade na colina" e ser exemplo para toda a humanidade, como lembrou Losurdo. Imbuídos das mais elevadas intenções, os puritanos da Nova Inglaterra têm a "missão divina" de regenerar a espécie humana removendo-a, a qualquer preço, da "barbárie" do mundo. São os autodesignados emissários de Deus que têm o dever de democratizar e anglo-saxonizar o mundo exterior bárbaro e pagão e, dentro de um âmbito maior, executar uma "missão mundial de libertação do gênero humano", como assinalou Wright.

O Destino Manifesto se apresentou como a ideia do povo eleito por Deus que o judaísmo legara aos puritanos, e legou aos norte-americanos uma espécie de messianismo nacional. Desde o princípio havia um elemento ideológico que os fez crer ser o país que tinha um destino [manifesto] de salvar o mundo pela disseminação da civilização anglo-americana, do governo republicano e do cristianismo protestante. Na predição do pastor Josiah Strong o anglo-saxão está divinamente encarregado de ser o guardião de seu irmão. Em outros termos, estavam encarregados diretamente pela divindade de ser os guardiões da espécie humana e que Deus os havia preparado para a guerra final entre as raças. E Deus não pode ser "neutro", não pode senão ficar do lado da nação que ele escolheu para liderar o mundo e derrotar o mal. Quando no século XIX o capitalismo industrial faz dos Estados Unidos uma potência, a ideologia do Destino Manifesto se apresentou como um testemunho concreto de que "neste país, Deus se manifestou conclamando o anglo-saxão para conquistar o mundo para Cristo". Por isso Deus e os puritanos do Mayflower têm andado juntos, de mãos dadas, um avalizando as ações do outro, até na hora de declarar guerra a um povo indefeso, a fim de aí garantir seus indispensáveis mercados. Como lembrou Losurdo, para muitos presidentes Deus age como fonte de inspiração ou supremo conselheiro. Não por acaso até no seu dinheiro [dólar] consta uma expressão que identificaria essa *parceria recíproca*: "In God we trust".

Muitas cruzadas qualificadas de “santas” têm sido executadas nos cinco continentes pelo *Grande Irmão*, nosso *guardião* e *protetor*, conforme prédica do pastor Strong. Se as Cruzadas da Idade Média eram empreendidas cuidando-se para que parecessem guerras de nobres propósitos, como proteger a Terra Santa, difundir o evangelho, exterminar os pagãos, quando na realidade constituíam guerras de pilhagem e de conquista de terras e outras riquezas, de modo similar os Estados Unidos da América têm repetido aqueles feitos por meio das missões protestantes muitos séculos depois e continuam até o presente, por outras vias, como policial do mundo rooseveltiano, levando a “boa-nova” a todos os países ou povos recalcitrantes em assimilar a nova ordem mundial.

A luta pelo controle do poder econômico, a verdadeira “virtude” almejada envolve conflitos homéricos entre fabulosas corporações dentro de um mesmo país ou no âmbito de vários deles, pela expansão e desmonte de qualquer fronteira, pelo controle dos monopólios de mercado ou de esferas de influência, investimento de capitais excedentes e controle de fontes de matérias-primas. Em suma, as proclamadas motivações idealistas ou religiosas mascaram e acobertam os verdadeiros interesses de natureza econômica, cujo estandarte é empunhado por seus trustes presentes nos quatro cantos do mundo.

A grande arma utilizada pelo *grande irmão* para estender e exercer sua influência por praticamente todo o globo tem sido os seus produtos da indústria cultural. Com essa difusão, o inglês se tornou uma língua universal e está presente na maioria dos setores dos grandes negócios e indústrias importantes. Os meios de comunicação, majoritariamente controlados pelos anglo-americanos, cobrem praticamente todo o planeta vendendo sua ideologia e seus *gadgets*, com um poder desproporcional. São os “mísseis teleguiados” que carregam as ogivas dos objetivos estratégicos ianques nos campos militar, político, econômico e ideológico, travestidos de uma missão libertadora e civilizadora.

Explícitos ou não os reais interesses ou motivações, o certo é que o sistema que carrega esses objetivos estratégicos precisa contar com meios eficazes para torná-los efetivos. O grande apoiador da economia de mercado e um dos principais pilares da sociedade de consumo, o marketing, é que define o que deve ser produzido e determinando o que deverá ser consumido pelas massas “pagãs”, voltando-se cada vez mais para a exploração de estímulos sensoriais e criação e valores. A escola e o processo educativo estão diretamente ligados a isso, como um dos campos de desenvolvimento dessas ações estratégicas. Afinal, a educação, não

obstante as sucessivas reformas efetivadas, é mantida de modo a reproduzir a ideologia dominante.

Como consequência desse concerto, percebemos nitidamente a diferença entre o nosso passado recente e o presente. Hoje, com o aumento da distinção social, o aspecto determinante são os símbolos. Ser legal e bem aceito passa a simbolizar *ter* o que os outros não podem ter, em geral coisas [mais] sofisticadas e caras. Em termos gramscianos, a importância da sociedade civil, em relação ao processo educativo, se confirma também pela existência de elementos presentes a esta sociedade que implicam diretamente um processo pedagógico, comportando a *ideologia*, a *estrutura ideológica*, e o *material ideológico*, cuja determinante é refletir a concepção de mundo de quem o produz.

Os norte-americanos sempre souberam muito bem o que fazem neste sentido. Na sua aventura civilizatória tiveram uma importante mentora, a pátria-mãe Inglaterra, que lhe deixou de herança, direta ou indiretamente, a afeição pelo comércio, a sua secular experiência colonialista, a engenhosidade naval, a estratégia militar e o pioneirismo industrial, ao contrário dos brasileiros que, como prole indesejada, nada tiveram da metrópole lusitana além de uma madrastra malvada, igualmente manietada política e economicamente, e pouco atenta à sua “família de além-mar”. E rigorosamente ninguém para lhe ensinar os preciosos “primeiros passos”, como fizera a mãe inglesa aos seus filhos fugidos no *Mayflower*. Com isso, o indivíduo latino, presa fácil da cultura alienígena, cativo desde o ovo de seus amos do exterior, sempre se contentou em segurar mãos estranhas para caminhar com segurança, consumir o que vem de fora e a imitar o que lhe é estranho pela crença de que o que lhe pertence não marca a sua civilização, e tampouco revela os seus *valores* ou *poderes* intrínsecos.

Principalmente por estas razões que as ardilosas estratégias de marketing se direcionam essencialmente para o sujeito individualmente considerado ou o seu núcleo familiar, atacando seus anseios, medos, angústias e sonhos. Carregado de simbolismo e significação cultural, o processo cria novas e sucessivas necessidades absolutamente despiciendas, mas que são tomadas como essenciais para a vida ou a felicidade da pessoa. E o faz precisamente porque a formidável engrenagem da produção precisa manter-se em perene expansão pois se sofrer uma solução de continuidade morre de inanição. Como disse Elias, a mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe, cai.

Diferentemente do *consumo* [de produtos e serviços essenciais ou mesmo úteis para a vida ou para conferir melhores condições de sobrevivência em sociedade], o *consumismo* está associado ao comprar sem necessidade, ao exagero, à futilidade e ao supérfluo. Atos compulsivos que brotam do inconsciente do sujeito, alimentados pelo marketing agressivo da mídia em geral. Os meios de comunicação precisam repetidamente mostrar-nos isso porque o mundo ideal não está aqui dentro, mas sim lá fora, no Norte do hemisfério. A partir de lá, e dos associados daqui, nos é mostrado [por uma mídia manietada que jacta os Estados Unidos como o melhor país do mundo, paraíso da liberdade, modelo de civilização] que o consumo está ligado à ideia de sucesso e realização, que destampando uma garrafa se abre a felicidade. E tem tido êxito nisso! É de lá que partem os novos “cruzados” para conduzir o povo escolhido, o modelo de civilização, para o mundo exterior e debelar a barbárie que impera além de suas fronteiras. Lá nasceu o *shopping center* e hoje esses espaços são os grandes templos que abrigam os deuses do consumo, a quem diariamente o consumidor deve se persignar cheio de fé. Para esses *deuses totalizantes*, só o consumo *liberta* e pode conduzir ao *paraíso*. Ainda que seja pelo consumo do produto educação.

O Brasil foi moldado e fundido segundo o projeto arquitetônico do *grande irmão* do Norte que quis ver sua *família latina* agitando a sua bandeira listrada e cheia de estrelas e gozando a auspiciosa liberdade econômica que já fazia a alegria dos anglo-americanos desde o século XIX. Com isso, o povo da América setentrional também eliminou, ainda que temporariamente, algumas veleidades nacionalistas do povo “bárbaro” e “pagão” do maior país da América meridional. Como vimos, não só deu certo como os brasileiros se constituíram numa sociedade altamente competitiva e elitista, cujos bens viram símbolos, se destacam e se distinguem pela aparência e preço. Os diplomas, as grifes e as marcas passaram a ditar de que *tribo* o sujeito é [diga-me que marca de roupa vestes e te direi quem és!], inclusive a escola [diga-me onde estudas e te direi o que será de ti!].

Graças a esses irresistíveis influxos, em grande medida na educação, chegamos ao tempo em que o acúmulo de bricabraques é sinônimo de sucesso pessoal. Pessoas de diferentes sexos e idades não mais vestem roupas ou bebem líquidos para cobrir a nudez ou saciar a sede, respectivamente. Antes, vestem ou bebem grifes ou marcas como um modo de vida. Conduzem-se sobranceiras no trabalho, na escola, na rua, exibindo nos calçados, nas roupas, nos óculos, nos automóveis, toda uma sorte de adornos, logotipos, símbolos ou marcas que teriam o

real poder de distingui-las das outras pessoas, superando-as pura e simplesmente, ou no mínimo colocando-as num *plano social* idealizado, uma agradável sensação de pertencer a uma civilização superior.

Todo o empenho engendrado pelos anglo-americanos no seu “quintal dos fundos”, a América Latina, em especial o Brasil, não foi em vão! Os homens de negócio do Norte constituíram no periférico mundo latino um fantástico exército que, inconscientemente, a pretexto de “fazer a diferença”, promove suas marcas famosas, executando em massa, dia após dia, fabulosas publicidades gratuitas pelo corpo que *outdoor* nenhum faria melhor e a um custo tão baixo.

E a soberania, enquanto expressão do “poder” ou “autoridade absoluta” do Estado, como fica? Em teoria continua presente e cheia de vigor, mas na prática o comando supremo do Estado no processo legislativo e na condução de suas políticas públicas é relativizado por outras ordens ou forças internas e/ou externas, como vimos. Chegamos ao tempo em que uma soberania efetiva dos países satélites torna-se um incômodo óbice à consecução de uma ordem global. A soberania de fato e a execução de um projeto de país no âmbito educacional parece que já não combinam mais com aquele refrigerante escuro de embalagem vermelha e a infinidade de quinquilharias eletrônicas e novas tecnologias postos diariamente no mercado. “God bless America!”

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Parma, 1979.

\_\_\_\_\_. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ALMEIDA, M<sup>a</sup> de Lourdes Pinto de. **Estado Liberal e ensino superior: impacto das demandas do mercado sobre as políticas educacionais na universidade pública**. Revista Diálogo Educacional. Vol. 4, nº 11, jan/abr, 2004.

ALVES, Marcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.

AQUINO, Rubin Santos Leão de; et. all. **História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988, 22ª ed.

AQUINO, Santo Tomás de. **Suma teológica**. Trad. Alexandre Corrêa. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

ARAPIRACA, José de Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

ARISTÓTELES. **A política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. 14ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

ASSMANN, Hugo; SANTOS, Theotonio dos; CHOMSKY, Noam. **A trilateral – nova fase do capitalismo mundial**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: UnB, 1996.

BAILBY, Edouard. **O que é o imperialismo?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

BARBER, Benjamin R. **Consumido**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BARBOSA, Rui. **Constituição de 1891**. Rio de Janeiro, Forense, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERGER, Manfredo. **Educação e dependência**. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1984.

BERNSTEIN, Peter L. **O poder do ouro – a história de uma obsessão**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BERNSTEIN, William J. **Uma mudança extraordinária** – como o comércio revolucionou o mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina**, Vol. IV: de 1870 a 1930. Trad. de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **O modelo neoliberal e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Locke e o direito natural**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí/RS: Unijuí, 2006.

BOURDIEU, Pierre; et al. **A reprodução** – elementos para uma teoria do sistema de ensino. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 12ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

BRUIT, Héctor H. **O imperialismo**. 12ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

CALDEIRA, Jorge *et al.* **História do Brasil**. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

CHIZZOTTI, Antônio. **A Constituinte de 1823 e a Educação**. In: FÁVERO, Osmar (org). *A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global**. 3º ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **A sociedade global: educação, mercado e democracia**. Blumenau/SC: FURB, 1999.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Trad. Edson Bini. 3. ed. Bauru: Edipro, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 4º ed. Niteroi, RJ: EdUFF, 1995.

\_\_\_\_\_. **A universidade reformanda** – o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. **A universidade temporã** – da Colônia à Era Vargas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. Elementos metodológicos para uma leitura crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1989.

CURY, Carlos R. Jamil. **A educação e a primeira constituinte republicana**. In: FÁVERO, Osmar (org). *A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **A era vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. 4ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

FERGUSON, Niall. **Império** – como os britânicos fizeram o mundo moderno. Tradução: Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.

FULBRIGHT, J. William. **A arrogância do poder**. São Paulo: Ibrasa, 1969.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. 2ª ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

GHIRARDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, Vol. 1. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**, Vol. 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**, Vol. 3. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3ª ed. Tradução de Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HADDAD, Sergio (org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortês, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thompson, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

HOBSON, John Atkinson. **A evolução do capitalismo moderno – um estudo da produção mecanizada**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HORTA, José Silvério Baía. **A educação no Congresso Constituinte**. In: FÁVERO, Osmar (org). *A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

HOUAISS, Antonio. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, 20ª ed.

\_\_\_\_\_. **Nós, o povo – a epopeia norte-americana**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

JESUS, Antonio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1989.

JOLL, James. **As ideias de Gramsci**. Trad. de James Amado. São Paulo: Cultrix, 1979.

KIERNAN, Victor Gordon. **Estados Unidos: o novo imperialismo – da colonização branca à hegemonia mundial**. Trad. Ricardo Doninelli-Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 1999.

LASKI, Harold J. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4ª ed. São Paulo: Global, 1987.

LENS, Sidney. **A fabricação do império americano** – da revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Delcio Monteiro de. **Os demônios descem do norte**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

LINK, Arthur S. **História moderna dos Estados Unidos**. Vol. I, II, III. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os negros americanos**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa - pensamento e ação**. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo** – a economia política externa dos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARX, KARL. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural: 1974.

\_\_\_\_\_. **O capital**. vol.1. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal** – paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAY, Ernest Richard. **Os grandes debates da política exterior norte-americana**. Rio de Janeiro: Record, 1964.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina**. Brasil e Venezuela. Maceió: EDUFAL, 2004.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia horte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso.** Juiz de Fora/MG: EDUFJF; São Bernardo do Campo/SP: Editeo, 1994.

\_\_\_\_\_. **Educação brasileira: aspectos históricos, filosóficos e políticos.** s/d.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. **O significado da educação pública no império.** Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

MIROW, Kurt Rudolf. **A ditadura dos cartéis – anatomia de um subdesenvolvimento.** 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Cartéis e desnacionalização – a experiência brasileira: 1964-1974.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Formação do império americano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Presença dos Estados Unidos no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MONTEIRO, Sylvio. **Como atua o imperialismo ianque.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MORGAN, Lewis H. **A sociedade primitiva.** 2. ed. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. Lisboa: Presença, v. II, 1978.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU, 1976.

NOBRE, Deputado Freitas. **Desnacionalização da economia brasileira** (discurso proferido na sessão de 13 de abril de 1971). Brasília: Dpto Imprensa Nacional, 1971.

OLIVEIRA, João Ferreira de (org.) **O campo universitário no Brasil: políticas, ações e processos de reconfiguração.** Campinas: Mercado de Letras, 2011.

PAGNI, Pedro Angelo. **Anísio Teixeira: experiência reflexiva e projeto democrático: a atualidade de uma filosofia de educação.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

PAOLI, Niuvenius Junqueira. **Ideologia e hegemonia – as condições de produção da educação.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1981.

PEREIRA, Osny Duarte. **Quem faz as leis no Brasil?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. **Educação no Brasil anos vinte**. São Paulo: Loyola, 1983.

PIETROCOLA, Luci Gati. **A sociedade de consumo**. 2ª ed. São Paulo: Global, 1986.

PINCUS, John. **Nações Ricas e Nações Pobres** (comércio, ajuda externa e desenvolvimento). Trad. Ruy Jungann. São Paulo: Forense, 1970.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 5ª ed. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. São Paulo: Livraria e Oficinas Magalhães, 1893.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUINN, Daniel. **Ismael**. Um romance da condição humana. São Paulo: Petrópolis, 1998.

RAU, Virginia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Presença, 1982.

REICH, Robert B. **Supercapitalismo** – como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 17ª ed..rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001a.

RIBEIRO, José Augusto. **A Era Vargas**, volume 2: 1950 – 1954. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001b.

RIBEIRO, Marlene. **Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais**. *In*: Educação e pesquisa, São Paulo, v.28, n.2, p. 113-128, jul/dez.2002.

RICOUER, Paul. **Interpretação e ideologias**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Tradição e modernidade na educação: o processo Constituinte de 1933-34**. *In*: FÁVERO, Osmar (org). A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 21ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e educação** – contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo: Cortez, 1978.

SAMPSON, Anthony. **Os credores do mundo**. Trad. de RUY Jungmann. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

\_\_\_\_\_. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

SCHOR, Juliet B. **Nascidos para comprar: uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo**. São Paulo: Gente, 2009.

SHIROMA, Eneida O.; MORAIS, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SINGER, Peter. **Um só mundo: a ética da globalização**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Vol. 1. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1991.

SUCUPIRA, Newton. **O ato adicional de 1834 e a Descentralização da Educação**. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SYRETT, Harold C. **Documentos históricos dos Estados Unidos**. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1980.

TEIXEIRA, Anísio. **Aspectos americanos de educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

\_\_\_\_\_. **Educação é um direito**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

\_\_\_\_\_. **Educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: Leis e costumes**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3ª ed. São Paulo/SP: Cortez, 2000.

VARGAS, Getúlio. **Diário 1937/1942**. Vol. II. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VARGAS, Getúlio. **Perfis parlamentares**. Org. Maria Celina D'Araujo, Brasília: Câmara dos Deputados, Ed. Câmara, 2001.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **A educação na Constituinte de 1890-1891 e na Revisão Constitucional de 1925-1926: comentários**. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A*

Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. **O discurso da reforma universitária**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/PROED, 1982.

\_\_\_\_\_. **1968: a reforma que não terminou**. Revista Educação Brasileira, volume 32, n. 64, jan./jun. 2010, p. 79-105.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas/SP: Papyrus, 1990.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Vinícius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro, 2013.

WRIGHT, Antonia Fernanda Pacca de Almeida. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850**. São Paulo: Nacional, 1978.

#### **Referências da internet**

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias**. Disponível em: <http://www.imil.org.br/author/paulo-roberto-de-almeida>. Acesso em 02 de julho de 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Quem dará o golpe no Brasil?** Civilização Brasileira, 1962. Disponível em <http://pt.slideshare.net/LuisNassif/wanderley-guilherme-dossantosquemdaraogolpe>. Acesso em 14 de maio de 2014.